

Políticas de pesquisa em Psicologia

Precarizações, incertezas e intersecções

Organizadoras

Lisandra Espíndula Moreira

Simone Maria Hüning

Liliana Parra-Valencia



ABRAPSO EDITORA

Políticas de pesquisa em Psicologia

Precarizações, incertezas e intersecções

Organizadoras

Lisandra Espíndula Moreira

Simone Maria Hüning

Liliana Parra-Valencia



ABRAPSO EDITORA

Florianópolis

2022



ABRAPSO

Associação Brasileira de Psicologia Social

A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade civil, autônoma e sem fins econômicos que reúne e organiza pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia a partir de um ponto de vista social no Brasil. Desde a sua criação, no ano de 1980, a ABRAPSO busca ensejar a integração da Psicologia Social com outros campos, incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações no campo sociocomunitário, bem como garantir o compromisso ético-político de profissionais, investigadores, especialistas e estudantes da área com as populações submetidas a desigualdades e explorações sociais e econômicas, em condição de opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação da sociedade brasileira no sentido da justiça e da igualdade.

Todos os anos a ABRAPSO realiza encontros regionais ou nacionais dedicados a mobilizar e estimular a dialogia acerca da Psicologia Social. O seu compromisso com a sistematização e difusão de saberes se expressam por intermédio da publicação de literatura especializada pela ABRAPSO Editora e pela Revista Psicologia & Sociedade.

Site: <http://www.abrapso.org.br/>

Diretoria Nacional da Abrapso – Biênio 2022-2023

Presidente: Hildeberto Vieira Martins

Primeira Secretária: Lia Vainer Schucman

Segundo Secretário: Samir Perez Mortada

Primeira Tesoureira: Adriana Eiko Matsumoto

Segundo Tesoureiro: Alexandre Bárbara Soares

Diretora de Comunicação: Lílian Caroline Urnau

Diretora de Relações Externas: Céu Silva Cavalcanti



ABRAPSO EDITORA

Editora Geral

Andrea Vieira Zanella

Editora Executiva

Ana Lúcia Brizola

Conselho Editorial

Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ

Andrea Vieira Zanella - UFSC

Benedito Medrado-Dantas - UFPE

Conceição Nogueira – Universidade do Minho - Portugal

Francisco Portugal – UFRJ

Lupicinio Íñiguez-Rueda – UAB - Espanha

Maria Lúvia do Nascimento - UFF

Pedrinho Guareschi – UFRGS

Peter Spink – FGV



A Editora da ABRAPSO adota a licença da Creative Commons CC BY:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivados - CC BY-NC-ND:

Esta licença é a mais restritiva das seis licenças principais, permitindo que os outros façam o download de suas obras e compartilhem-nas desde que deem crédito a você, não as alterem ou façam uso comercial delas.

Acesse as licenças: <http://creativecommons.org/licenses/>

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Políticas de pesquisa em psicologia [livro eletrônico] : precarizações, incertezas e interseções / organização Lisandra Espíndula Moreira, Simone Maria Hüning, Liliana Parra-Valencia. -- Florianópolis, SC : ABRAPSO Editora, 2022.
PDF.

Bibliografia.

ISBN 978-65-88473-20-7

1. Política social 2. Psicologia social
3. Territorialidade 4. Violência urbana I. Moreira, Lisandra Espíndula. II. Hüning, Simone Maria.
III. Parra-Valencia, Liliana.

22-137094

CDD-302

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia social 302

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....6

Simone Maria Hüning • Liliana Parra-Valencia • Lisandra Espíndula Moreira • Anita Guazzelli Bernardes.

PESQUISAR EM TEMPOS DE INCERTEZAS E PRECARIZAÇÕES

1. BAJO EL SIGNO DE LA INCERTIDUMBRE. DESAFÍOS Y ALTERNATIVAS DE LA INVESTIGACIÓN PSICOSOCIAL, EN TIEMPOS DE PANDEMIA.....12

Liliana Parra-Valencia

2. ESTRATÉGIAS E DESAFIOS METODOLÓGICOS NO CAMPO DA PESQUISA EM PSICOLOGIA JURÍDICA.....31

Laura Cristina Eiras Coelho Soares • Adriano Beiras

3. PERFORMAR A VIDA E INVENTAR TERRITÓRIOS (RE)EXISTENCIAIS: REDESENHOS DE PESQUISAS NO CONTEXTO DE PANDEMIA DE COVID-19..... 44

Mariana Gonçalves da Silva • Dagualberto Barboza da Silva • Luis Henrique da Silva Souza • João Paulo Pereira Barros • Carolina dos Reis

4. MAPAS DE UM MUNDO EM RUÍNAS: PISTAS PARA PESQUISAR (N)O BRASIL..... 61

Betina Hillesheim • Lisandra Espíndula Moreira • Lílian Rodrigues da Cruz

5. CONEXÕES REMOTAS: ATRAVESSAMENTOS POLÍTICO-NEOLIBERAIS NAS PRÁTICAS DE ENSINO E PESQUISA.....77

Giovana Barbieri Galeano • Camilla Fernandes Marques • Neuza Maria de Fátima Guareschi

AFETAÇÕES PARA ALIANÇAS INTERSECCIONAIS

6. CATIMBAR A BRANQUITUDE: PALAVRAS-VIVÊNCIAS DE PESQUISADORAS BRANCAS 90

Anita Guazzelli Bernardes • Simone Maria Hüning • Érika Cecília Soares Oliveira

7. RECEITAS MANCHADAS DE RESISTÊNCIA: INTERSECCIONALIDADE E PRÁTICAS DE PODER NAS PESQUISAS EM PSICOLOGIA.....105

Wanderson Vilton Nunes da Silva

8. SOBRE LUTAS E AFIRMAÇÕES NO PERCURSO DE UMA PESQUISADORA NEGRA NA UNIVERSIDADE 117

Rosângela Jacinto Cabral

9. EU PESQUISADORA EM IMAGENS E NARRATIVAS DE UMA CIDADE ALAGADA129

Elis Jayane dos Santos Silva

10. EM BUSCA DO FUNK PERDIDO: ENTRE MEMÓRIAS, ESCRITAS E AFETOS.....147

Daniela Sales de Souza Leão • Jaileila de Araújo Menezes

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES.....161

APRESENTAÇÃO

Simone Maria Hüning

Liliana Parra-Valencia

Lisandra Espíndula Moreira

Anita Guazzelli Bernardes

Pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim. (Krenak, 2019)

As diversas crises do presente nos colocam diante de desafios e incertezas em relação aos modos de vida e produção de conhecimentos que tínhamos, até então, como referências. Sensíveis a esse momento, ao mesmo tempo em que resistimos a desmontes, genocídios, necropolíticas e epistemicídios, buscamos reunir neste livro produções coletivas derivadas da articulação de redes de pesquisa nacionais e internacionais e cooperação interinstitucionais, vinculadas ao Grupo de Trabalho “Territorialidades, violências, políticas e subjetividades” da ANPEPP.

O período de escrita destes trabalhos é marcado, para além da pandemia de covid-19, por incertezas e crises econômicas e políticas, ataques às mais diversas políticas públicas, desinvestimento massivo nas políticas de produção científica e nas universidades, aumento do desemprego e da fome, ameaças e práticas de extermínio de territórios e povos indígenas, altos índices de violência e abandono da população negra e precarização de nossa já frágil democracia. Um período que anuncia o fim de políticas, de territórios, de gente e de mundo. De modo coerente com a perspectiva ético-política e epistemológica que baliza nossas práticas de ensino, pesquisa e inserção profissional, não poderíamos passar indiferentes a essas questões, que transversalizam e compõem nossas escritas. Aceitamos, então, o convite de contar mais histórias, de registrar reflexões coletivas e “esticar um pouco mais o início do fim do mundo” (Krenak, 2019).

Os capítulos que constituem esta coletânea resultam de um processo de trabalho desenvolvido ao longo dos últimos dois anos (2020-2021) por pesquisadoras e pesquisadores de diferentes regiões e Programas de Pós-graduação do Brasil e da Colômbia e tomam como fio condutor uma discussão consistente sobre as tensões e dilemas envolvidas no ato de pesquisar os temas centrais do GT neste momento. Ao longo desse processo, os textos foram submetidos à revisão por pares que atentou

tanto para a qualidade das contribuições quanto para a construção da consistência da obra como um todo. O conjunto de textos inéditos engloba resultados de pesquisas vinculadas aos programas de pós-graduação de suas autoras e autores, proposições teórico-metodológicas originais para a pesquisa em psicologia e ensaios que fazem interface do campo da psicologia com a contemporaneidade. Além das contribuições de integrantes do GT, o livro apresenta textos de autoras convidadas cujos trabalhos e trajetórias de vida e pesquisa se entrelaçam nas discussões aqui propostas e efetivam alianças e intersecções que vêm sendo construídas em nossas práticas acadêmicas. As escritas, aqui, apresentam uma política de pesquisa, de vida e também do riso. O riso e a alegria nos permitem hoje alianças e intersecções, uma política, então, do amor: “Um filme sobre um soldado mudo. Ele se mantém calado durante todo o filme. É acompanhado por uma alemã grávida, que esperava um bebê de outro soldado russo. E a criança nasce, nasce na estrada, numa carroça. Ele levanta o bebê nos braços e a criança mija no seu fuzil. O homem ri. O riso são suas palavras. Ele olha para a criança, para o seu fuzil e ri”, relato de uma professora de artes e diretora de teatro de Chernóbil (Alesksiévitch, Svetlana, 2016, p. 305)

Nestes textos, buscamos tensionar nossos lugares e saberes em torno de dois eixos principais de reflexão: Pesquisas em tempos de incertezas e precarizações; e Afetações para alianças interseccionais. Definitivamente constituídos como escritos contra-hegemônicos no campo da psicologia, os textos denotam também um esforço para estabelecer diálogos com perspectivas descoloniais, contracoloniais, feministas, étnico-raciais, críticas, emancipatórias, cosmológicas.

No eixo de reflexão, **Pesquisas em tempos de incertezas e precarizações**, reunimos cinco trabalhos. No primeiro, intitulado “*Bajo el signo de la incertidumbre. Desafíos y alternativas de la investigación psicosocial, en tiempos de pandemia*”, Liliana Parra-Valencia traz debates contemporâneos no contexto da covid-19, se aproxima de alguns estudos da Psicologia e das experiências de cuidado, das redes solidárias e dos movimentos pedagógicos na defesa da vida frente à pandemia na Latinoamérica. A partir de algumas cenas de comunidades campesinas e afroindígenas, no território ancestral de Montes de María (Sucre e Bolívar/Colômbia), analisa os desafios epistemológicos, metodológicos e ético-políticos enfrentados pela pesquisa psicossocial em tempos de incerteza, frente à covid-19 e outras pandemias. Também reflete sobre as alternativas conceituais, episte-metodológicas, ético-políticas, estéticas e cosmológicas que emergem em torno da necessária reconfiguração da investigação psicossocial e a construção de conhecimento contracolonial, para propor, finalmente, que o compromisso é com a vida.

No segundo capítulo, “Estratégias e desafios metodológicos no campo da pesquisa em psicologia jurídica”, Laura Cristina Eiras Coelho Soares e Adriano Beiras, diante do novo cenário de virtualidade, com o surgimento da pandemia

de covid-19, abordam a necessária reformulação dos projetos de pesquisa, sem deixar de lado as preocupações éticas. Entendendo o cenário da pandemia como catalisador na condução de outras metodologias, a autora e o autor, pesquisador(a) e orientador(a) no campo da Psicologia Social Jurídica, abrem estratégias na pesquisa qualitativa psicojurídica, ante o questionamento por uma investigação metodológica e eticamente implicada com teorias e reflexões críticas no contexto da pandemia. As estratégias vão desde a análise de propostas de emenda constitucionais, de processos judiciais, de reportagens/notícias de casos criminais, até recursos metodológicos como a fotografia, vídeos, o estudo de pinturas, os grupos reflexivos online e estudos sobre cibercultura pela análise de mídias sociais.

O terceiro capítulo, “Performar a vida e inventar territórios (re)existenciais: redesenhos de pesquisas no contexto de pandemia de Covid-19”, esteve a cargo de Mariana Gonçalves da Silva, Dagualberto Barboza da Silva, Luis Henrique da Silva Souza, João Paulo Pereira Barros e Carolina dos Reis. Aborda duas experiências de pesquisa sobre práticas de re-existência: uma delas tem como foco a ruptura com processos de estigmatização que se inscrevem sobre jovens na periferia de Fortaleza, já a segunda traz à tona a produção efervescente de territórios negros no centro de Porto Alegre. No contexto da covid-19, ambas experiências, nas quais o encontro dos corpos e a ocupação de territorialidades urbanas são as principais ferramentas de militância, inspiram a análise da construção de novas estratégias de resistência e de territórios existenciais, acadêmicos e de pesquisa-intervenção que tensiona as desigualdades e as multiplicidades denunciando e anunciando outros mundos.

Ainda nesse eixo de reflexão está o texto “Mapas de um mundo em ruínas: pistas para pesquisar (n)o Brasil”, de Betina Hillesheim, Lisandra Espíndula Moreira e Lilian Rodrigues da Cruz. No contexto sombrio de um mundo em ruínas, as autoras identificam a necessidade de pensar novos começos e, com isso, novos mapas, com os impasses éticos, teóricos e metodológicos que implicam. Nesse sentido, problematizam a colonização de territórios e a abertura ao novo desconhecido. Ali, a pesquisa é entendida como política de amor ao mundo, no sentido de Hannah Arendt, ou seja, enquanto responsabilidade e cuidado com o mundo comum, relaciona-se com o pensamento e a ação. O amor como categoria política se amplia à amizade, à solidariedade e ao respeito, como esperança.

Encerrando o primeiro eixo, no texto “Conexões remotas: atravessamentos político-neoliberais nas práticas de ensino e pesquisa”, apresentado por Giovana Barbieri Galeano, Camilla Fernandes Marques e Neuza Maria de Fátima Guareschi, ante o isolamento em tempos de pandemia de covid-19 e a intensificação das lógicas capitalistas e neoliberais no Brasil, as autoras problematizam o modo como o uso de tecnologias e estratégias remotas tensionam as práticas de ensino e pesquisa em psicologia. Com base em suas experiências, as análises propostas,

em torno da relação saber-poder, baseiam-se na perspectiva foucaultiana e em autoras e autores do Sul global.

O eixo **Afetações para alianças interseccionais** inclui cinco capítulos. Em “Catimbar a branquitude: palavras-vivências de pesquisadoras brancas”, Anita Bernardes, Simone Maria Hüning e Érika Cecília Soares Oliveira apresentam uma escrita de experiências em que narram e refletem sobre suas próprias vivências e subjetividades como mulheres brancas. As autoras colocam em discussão a branquitude nos espaços acadêmicos e a consequente universalização de um sujeito-autor e de experiências e subjetividades que passam a ser referidas como “outras”. A partir de afetações da vida cotidiana e acadêmica, interrogam sobre possibilidades e convidam a produzir alianças e experiências, de vida, pesquisa e escrita, que rompam com a hegemonia da branquitude.

O capítulo “Receitas manchadas de resistência: interseccionalidade e práticas de poder nas pesquisas em psicologia”, de Wanderson Vilton Nunes da Silva, parte da própria mestiçagem descolonizada e das alianças com mulheres, familiares, autoras, o corpo, a memória e a ancestralidade, que lhe permitem interpelar as práticas coloniais que silenciam ou embranquecem a ciência, a educação e a investigação, em um contexto político de práticas de inimizade. A partir da composição de manchas, fissuras e encruzilhadas na pesquisa e na academia, frente às relações de poder, o autor almeja a construção de interseções entre mundos e existências, onde a construção de conhecimento se relaciona com as políticas de alianças nas ciências, de diálogo e amizade entre diferentes cosmologias.

Rosângela Jacinto Cabral, no capítulo “Sobre lutas e afirmações no percurso de uma pesquisadora negra na universidade”, apresenta análises sobre a posição da mulher negra na sociedade brasileira, a partir do cuidadoso relato das suas vivências como pesquisadora negra numa universidade federal. O texto tensiona lugares historicamente designados para mulheres negras e problematiza noções de interseccionalidade, lugar de fala e ações afirmativas.

O capítulo “Eu pesquisadora em imagens e narrativas de uma cidade alagada”, de Elis Jayane dos Santos Silva, também apresenta reflexões a partir da sua experimentação corporificada, desde a apresentação do seu ponto de origem, a cidade de Coruripe, conectando com suas andanças na cidade de Maceió, em imagens e histórias contadas e recontadas. Compartilhando a experiência da vida e das águas entre Maceió e Coruripe, entre rio, lagoa e mar, a autora problematiza os processos de pesquisa e de escrita, mergulhada na experiência do corpo, da memória e dos afetos na cidade.

No último capítulo desse livro, “Em busca do funk perdido: entre memórias, escritas e afetos”, de Daniela Sales de Souza Leão e Jaileila de Araújo Menezes, encontramos uma carta-travessia que busca costurar ou bordar retalhos do tempo e da relação com o funk. Dessa forma, a escrita funciona como ferramenta de

memória e as autoras nos permitem acompanhar as vivências de praças, avenidas, bailes funks e letras que circulam em Recife.

Neste conjunto de escritos, experiências, memórias vivas e afetos são colocados em uma cuidadosa reflexão crítica em diálogo com nosso presente e com teorias e epistemologias contra-hegemônicas que buscam simultaneamente romper e aliançar. Este livro destina-se especialmente a pesquisadores(as), docentes e discentes da Psicologia e áreas afins e pretende contribuir sobretudo com o debate das políticas de pesquisa e escrita em torno das temáticas como territorialidades, violências, políticas e subjetividades, tendo em vista a constituição de práticas científicas e conhecimentos voltados a uma psicologia mais cidadã para todas, todos e todes. Um convite para continuarmos contando histórias e rindo.

REFERÊNCIAS

Aleksiévitche, Svetlana (2016). *Vozes de Tchernóbil: a história oral do desastre nuclear*. Companhia das Letras.

Krenak, Ailton (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.

BAJO EL SIGNO DE LA INCERTIDUMBRE

DESAÍOS Y ALTERNATIVAS DE LA INVESTIGACIÓN PSICOSOCIAL, EN TIEMPOS DE PANDEMIA

Liliana Parra-Valencia

Mujeres, cuidado y vida. Comunidad San Francisco (Ovejas/Colombia).



Archivo PsicoPaz (2013-2021)

LA VIDA NO VOLVIÓ A SER LA MISMA...

Desde el año 2014 frecuento el territorio ancestral de Montes de María (Sucre y Bolívar/Colombia). Visito las comunidades rurales en el corazón montemariano, con estudiantes de Psicología, donde las mujeres campesinas, los líderes comunitarios, las sabedoras y sabedores, las niñas, los niños y jóvenes siempre nos acogen en cada encuentro. En su compañía he caminado las veredas, recorrido los senderos, visitado las huertas, los patios caseros, las rozas y los cultivos. Los compartires con las comunidades en el campo, a lo largo de estos años, en los espacios cotidianos que habitan y el acercamiento a sus modos de vida, configuran el pilar central de

la investigación psicosocial participativa y colaborativa; sobre los saberes y las prácticas de cura campesinas y afroindígenas. Al encuentro de octubre del 2019 en el territorio fui con la intención de socializar el proceso investigativo doctoral de más de 4 años; sin embargo, resultó que también las comunidades hicieron su propia devolución a la investigación. En ese encuentro de compartires, de lágrimas, sonrisas, emociones a flor de piel y de sabores de la cocina campesina montemariana, las comunidades reafirmaron, una vez más, su generosidad. Me expresaron que yo contaba con las llaves de sus hogares, para llegar cuando quisiera. Y que sus puertas estaban abiertas para mí, las y los estudiantes. En sus palabras, que contaba en el territorio, con una segunda familia.

Por cuenta de la inesperada pandemia global del Covid-19 no pudimos vernos más, por casi dos años. Aunque mantuvimos el contacto telefónico. La nueva situación trastocó todos los hábitos, desde la movilidad hasta la forma de relacionarnos. Se impuso un nuevo ritmo en el transporte, la circulación, las formas de abastecimiento. Y las medidas de confinamiento limitaron la libertad y la dinámica familiar, laboral y social.

Carmelo, de Villa Colombia (Ovejas-Sucre) narra que las comunidades en el corazón de los Montes de María sentían zozobra, miedo e incertidumbre ante lo que se venía. Y por temor al contagio y como alternativa para su propia protección y cuidado, la comunidad Villa Colombia se reunió y decidió cerrar durante 1 mes la entrada a la vereda de las personas que venían de la ciudad. La medida generó choques con algunas personas de la misma comunidad. Pues algunas ingresaban a escondidas en la noche y en la madrugada. Avisaron a la Alcaldía y a la Policía, pero no atendieron el llamado. Días después uno de los terratenientes de la región, desatendiendo la medida sanitaria y comunitaria, se presentó en la comunidad con la Policía e ingresó un camión con ganado. “*Fue muy difícil*”, expresa Carmelo. Ante esta situación, la propia comunidad tomó el control sobre la entrada y salida de las personas. Y acordaron que quien llegara de la cabecera de Ovejas, u otros lugares, al territorio, debía desinfectarse, cambiarse de ropa, bañarse antes de entrar a las casas y guardar cuarentena. A estas acciones la comunidad, incluidas las niñas y los niños, sumó el uso de bebidas calientes de plantas medicinales, en particular, la infusión de hierba de limón, orégano y eucalipto. Bebidas que se siguen tomando, aunque no haya síntomas. Otras comunidades rurales también siguieron la misma iniciativa. Y a la fecha no han reportado ningún caso de Covid-19. Lo que nos habla de la efectividad de las medidas comunitarias en Montes de María.

La Universidad por su parte, suspendió desde el inicio de la pandemia las clases presenciales, y en menos de una semana los edificios y sedes cerraron. Mientras tanto, en casa, los mensajes de *WhatsApp*, los correos y las llamadas se acumularon y no daban espera. Aumentó al mismo tiempo la incertidumbre y la necesidad de

saber si parar o continuar. ¿Cómo seguir? ¿quién podría tener claridad sobre lo que la universidad debería hacer? ¿Qué pasaría con las clases, las investigaciones y por supuesto los trabajos de campo? Se impuso el teletrabajo y la educación remota. ¿Cuándo podríamos retornar? ¿Cuándo retomaríamos las visitas y los encuentros con ellas? Que son los pilares, colaboradoras y copartícipes de la investigación psicosocial, y sobre todo, nuestra principal fuente de inspiración.

Las preguntas no paraban ni en el plano laboral ni en el familiar. Respecto a la continuidad de las investigaciones, la formación de estudiantes y el acompañamiento a los procesos de las comunidades encaminados desde hace ocho años. Y en el entorno familiar, social y personal, la vida misma no volvió a ser la misma. Lo que hasta ahora conocíamos, y creíamos controlar cambió radicalmente. Los sentimientos de familiaridad y continuidad cesaron, la existencia pausada ahora abruptamente, se impregnó de más incertidumbres que nunca, sin mapa, sin brújula. Nunca habíamos experimentado una situación similar y sin antecedentes nos vimos obligadas y obligados a repensar todos los aspectos de la vida, incluso los más simples y cotidianos. Pues es la vida misma la que está en juego. Los interrogantes en el escenario de la pandemia global, son esencialmente los que requerimos para sostener la vida: Respirar. Alimentarnos. Resguardarnos. Cuidar la salud, la integridad física, emocional, psíquica, relacional, espiritual. Sobrevivir. Resistir. Re-existir. De una otra forma, redefinir y reinventar los modos de vida hasta ahora conocidos.

Este nuevo contexto global, inédito, inesperado, que vino a problematizar nuestras conciencias, modos de ser y estar con las otras y los otros, humanos, no humanos, la naturaleza, lo trascendente, demandó alternativas ante el escenario presente y el que se avecina.

De un día para otro, las llamadas telefónicas, los mensajes de *WhatsApp*, la virtualidad, lo remoto, las videoconferencias, los *Webinar*, las plataformas, el teletrabajo, se configuraron en parte de nuestra vida, de nuestra cotidianidad. Determinaron la forma de resolver y atender la necesidad de continuidad de la existencia. La ciencia ficción que ubicaba en un futuro lejano la vida volcada a la virtualidad y a las pantallas electrónicas, la íntima relación con los dispositivos electrónicos y la imprescindible relación con ellos para vivir, se volvieron asuntos del urgente presente. Más aún, parece ser la salida de la que ha echado mano el mundo entero. En el campo de la investigación, por ejemplo, nos ha permitido mantener el contacto con las comunidades. Ahora, nuestros encuentros dependen de la mediación del computador y por supuesto del celular. La mayoría de nuestras relaciones, como nuestras vidas, los procesos investigativos, incluso en un contexto en el que la vacuna entra en escena, ¿seguirán estando mediadas, privilegiando estrategias remotas por encima de la presencialidad? ¿Cómo será? No lo sabemos.

“S.O.S. Nos están matando”: LAS OTRAS PANDEMIAS

La actual pandemia global por Covid-19 ha sido desde su reciente inicio, a principios del 2020 (aunque los primeros casos de detectaron a finales del 2019), motivo de interés de la academia, las y los intelectuales, quienes identificamos en esta situación y su gestión diferentes debates contemporáneos. Entre estos, la agudización de las otras pandemias como afirma Rosa Campoalegre (2020), al referirse a la pobreza, el racismo estructural, la violencia policial y de género. A las cuales podríamos sumar un sin número de problemáticas estructurales de larga duración que han dejado el patriarcalismo, el colonialismo, el neoliberalismo y el capitalismo. Entendidos como sistemas, reproducidos por los Estados y las formas de gobierno sobre la base de “quien puede vivir y quien debe morir, hacer morir o dejar vivir” (Mbembe, 2011, p. 19).

Estamos delante de una crisis no sólo de la salud -y de los precarios, deteriorados y tercerizados sistemas de salud pública en Latinoamérica y el Caribe-, sino y sobre todo, política (Campoalegre, 2020); lo cual requiere de análisis críticos sobre los efectos y la gestión¹, en esta oportunidad, en torno a la pandemia por Covid-19. Y en el caso de Colombia, la violenta represión actual ante la movilización popular que de manera legítima rechaza las reformas neoliberales tributarias, de salud y educación. En momentos de empobrecimiento, desempleo, hambre, muerte, duelos e incertidumbres inenarrables. En menos de un mes, las cifras de hechos violentos en manos de la violencia policial, son alarmantes y repudiables². La consigna de las y los jóvenes colombianos, quienes dan sus vidas al considerar que ante la situación de los últimos años “nada tienen que perder”. Como se escuchó en un podcast en las redes sociales sobre las ollas comunitarias y la primera línea en “Puerto Resistencia”-Cali. Es algo escalofriante que nos enfrenta con la dura realidad gritada al mundo entero: “S.O.S. Nos están matando”.

El sondeo preliminar del estado del arte sobre la pandemia mundial, en el primer año, nos deja un interesante recuento de publicaciones que emergen desde los primeros meses del 2020. Llamamos la atención sobre la oportuna constitución del Observatorio Social del Coronavirus, del Consejo Latinoamericano

1 En algunos países, como Brasil, se identifican recortes y congelamiento del gasto social como respuesta estatal ante la crisis actual. Al 15 de mayo de 2020, Latinoamérica y el Caribe registraban el 44,11% de casos de Covid-19 reportados, en 185 países (Campoalegre, 2020).

2 En tres días (del 28 de abril al 1 de mayo), la brutal respuesta policial dejó 940 casos de violencia policial. En una semana, entre el 28 de abril y el 5 de mayo: 1708 casos de violencia policial, 222 víctimas de violencia física, 37 víctimas de violencia homicida, 831 detenciones arbitrarias, 313 intervenciones violentas, 22 víctimas de agresión en sus ojos, 110 casos de disparos de arma de fuego, 10 víctimas de violencia sexual, según la plataforma virtual Grita (2021). Y entre el 28 de abril y el 10 de mayo, #ColombiaenAlerta, Defender la libertad asunto de todos, reporta 52 personas fallecidas, 489 heridas, 435 presuntamente desaparecidas, 15 personas víctimas de violencia basada en género, 1365 personas detenidas. 709 denuncias por abuso de poder.

de Ciencias Sociales (CLACSO), denominado *Pensar la pandemia*, que reúne diferentes reflexiones críticas y de actualidad desde el seguimiento de diferentes dimensiones de la pandemia atravesadas por las desigualdades sociales³. Se trata de una iniciativa “para interpretar el fenómeno de la pandemia global” (CLACSO, 2020), entendiendo el papel central de las Ciencias Sociales.

Mario Pecheny (2020), evocando la expresión de Hannah Arendt (1990) que hacía referencia al contexto de oscuridad e incertidumbre ante los sistemas totalitarios europeos de la década del 40, propone pensar la universidad en la actualidad en *tiempos sombríos* y afirma que “quienes estamos en una situación de privilegio tenemos un compromiso mayor”. En medio de discursos autoritarios, lógicas neoliberales y el auge conservador y fascista, que generan un ambiente hostil para la universidad y la construcción de conocimiento con sus “exigencias acrílicas de productividad”, ahora se agudizan con la pandemia global, según el autor. Consciente de estas dificultades por las que investigadoras e investigadores transitamos, concluye que: “como en otros momentos de nuestra historia latino-americana, la solidaridad entre colegas e instituciones es fundamental: como solidaridad intelectual, académica, ciudadana y humana” (Pecheny, 2020). Este llamado a diferentes expresiones de la solidaridad, ya no sólo ciudadana y humana, sino también epistemológica y ético-política, involucra a la universidad y a las/ los investigadores.

En marzo de 2020, reconocidas y reconocidos intelectuales contemporáneos, entre ellas y ellos Giorgio Agamben, Slavoj Žižek, Jean Luc Nancy, Franco “Bifo” Berardi, Judith Butler, David Harvey, y Byung-Chul Han (2020), publican el texto titulado *Sopa de Wuhan. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias*. La compilación, que recogió la producción autoral de un mes, tiene como fin reflexionar y traer las polémicas más recientes sobre la pandemia y las realidades que despliega en diferentes escenarios. La iniciativa de la Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio) busca mantenerse mientras dure la cuarentena. Entre las principales reflexiones encontramos la mirada de la pandemia como invención, como golpe al capitalismo y sus límites, la política anticapitalista, el miedo al contagio y su gestión, algunas hipótesis de futuro y del nuevo orden mundial que se abre, las concepciones de virus, pestes, reflexiones sobre la fragilidad y la tiranía; y también, sobre la hospitalidad y los aprendizajes. En fin, todo un abanico de cuestiones que la pandemia nos aboca a considerar.

Por su parte, el Grupo de Trabajo Afrodescendencias y propuestas contrahegemónicas de Clacso, ha publicado tres boletines bajo el título: *Ancestralidad*,

3 El Observatorio está organizado a partir del seguimiento de 11 dimensiones sociales de la pandemia: educación y cultura, generaciones y ciclo de vida, género, raza/etnia, salud, territorio y movilidad, trabajo y renta, violencia, economía, procesos políticos y sociales, geopolítica y situación internacional.

antirracismo y actualidades. La pandemia racializada: debates desde la afroepistemología; coordinados por Campoalegre (2020). Estas publicaciones han congregado a diferentes académicas y académicos de América⁴ y el Caribe, para “analizar la pandemia desde el lugar de enunciación de los pueblos afrodescendientes, con una perspectiva interseccional” (Campoalegre, 2020, p. 5), entre raza, género, clase y territorio. El argumento central gira en torno a la pandemia racializada, que no es neutral, al profundizar sus efectos en los pueblos afrodescendientes. También visibiliza los procesos de insurgencia y acción política de estas comunidades y de las/los luchadores antirracistas, en palabras de la afrocubana.

Los tres números que estructuran esta serie, reúne debates procedentes de Brasil, Colombia, los países con mayor presencia afrodescendiente en América, después de Estados Unidos; y también, de autoras y autores desde el Caribe hasta el Cono Sur. Plantean análisis sobre el posicionamiento epistémico y político antirracista ante el Covid-19. Las resistencias, re-existencias y respuestas contrahegemónicas, desde la afroepistemología, las movilizaciones populares, la solidaridad militante y el activismo afrodescendiente ante la pandemia. Y la articulación de las diferentes facetas de la crisis: sanitaria, económica, humanitaria, política, axiológica, migratoria y ecológica; esto, acompañado por el impacto de otras pandemias: pobreza, racismo estructural, violencia policial y de género. Dichas temáticas se vinculan a las diferentes formas de lucha comunitaria en poblaciones afrobrasileras, el racismo y la cuestión racial del Covid-19, las mujeres afrodescendientes y la pandemia, la situación de las/los afrodescendientes en Estados Unidos, México, de la comunidad garífuna en Honduras, la educación y las redes etnoeducadoras ante la pandemia racializada, la brutalidad policial, el cine negro, la pobreza, el capitalismo, la privatización, las políticas feministas antirracistas y las comunidades de cuidado.

Resulta interesante el acercamiento a diferentes realidades en el continente, desde la experiencia situada de los pueblos afrodescendientes, en el escenario de la relación entre pandemia, raza y afroepistemologías, y las actuaciones contrahegemónicas que las mismas comunidades gestan ante las realidades que despliegan la interseccionalidad de las pandemias.

En el caso de Colombia, Jorge Enrique García-Rincón (2020) en el artículo titulado *Pandemia, conflicto y racismo en el Pacífico. ¿Determinismo social o determinismo racial?* señala que el Covid-19 ha dejado ver el desinterés y el racismo estatal. García hace una comparación entre el Covid-19 y el conflicto armado en el territorio del Pacífico, que en 20 años ha dejado más muertos que lo que podría alcanzar la pandemia en 100 años. La pandemia ha registrado en

4 Utilizo el término América, según Lélia Gonzalez, (1988) para dar cuenta de la presencia africana en el continente americano.

el primer semestre del 2020, en los departamentos de Chocó, Buenaventura, costa del Cauca, Tumaco y costa de Nariño, un total de 200 fallecimientos⁵. Mientras que el conflicto armado en los últimos 20 años ha sumado 1.268.146 desplazamientos forzados, más de 44.000 homicidios, más de 15.000 actos terroristas y 1.481.577 eventos victimizantes⁶. Podemos concluir que la guerra mata más que el virus; y a pesar de esto, los gobiernos de manera continuada siguen invirtiendo más en las maquinarias de la muerte, en sabotear los Acuerdos de Paz que, en salud y educación, trayendo reformas que perpetúan el hacer morir o dejar vivir.

La pandemia del Covid-19, su gestión y articulación a las otras pandemias y las realidades que despliega, develan que quienes están más propensos, o, mejor dicho, a quienes se hace morir son las y los afrodescendientes, las personas más empobrecidas, las más vulnerabilizadas y subalternizadas por los sistemas de dominación. Aquellas consideradas menos útiles para el sistema capitalista y las sociedades del consumo y la productividad. De allí que, en las calles escuchamos las voces que denuncian y gritan con fuerza e indignación “nos están matando”.

¿Y, QUÉ DICE LA PSICOLOGÍA?

Para la investigación psicosocial, en particular aquella centrada en el diálogo con las comunidades, ha sido más complejo y nos ha abocado a participar de los diferentes análisis y debates en torno a la pandemia por Covid-19. Y a reflexionar sobre los desafíos de la investigación psicosocial en tiempos de incertidumbre.

No desconocemos los casos de colegas que al tratar de dar continuidad a su trabajo han perdido su vida. Así que, las investigadoras y los investigadores nos vimos obligados a suspender el trabajo de campo, para proteger a las comunidades, a nosotras y nosotros mismos, y con ello el encuentro presencial en sus territorios, vertebral en muchos de los procesos de carácter participativo y colaborativo. Esto, no en pocas ocasiones implicó la suspensión de investigaciones en curso, dados los compromisos asumidos previamente y las demandas institucionales, que sin el trabajo de campo no eran posibles continuar.

Analizar, de manera crítica, los desafíos metodológicos, políticos y éticos que afronta la investigación psicosocial en tiempos de incertidumbre por pandemia, me llevó, con el apoyo de estudiantes de Psicología del Semillero de la *Investigación*

5 Según datos de las Secretarías departamentales de salud de Nariño, Chocó, Cauca y Valle, corte al 29 de junio de 2020 (tomado de García-Rincón, 2020).

6 Según datos de junio del 2020, del Sistema Nacional de Atención y Reparación Integral de Víctimas (SNA-RIV) – Red Nacional de Información (RNI) (tomado de García-Rincón, 2020).

PsicoPaz (2013-2021)⁷ a una revisión documental sobre Psicología y pandemia en Latinoamérica y el Caribe, en el último año. Registramos algunas publicaciones en el 2020 y 2021, en las áreas organizacional, educativa y clínica. Miremos algunas de ellas. En la primera, desde Ecuador se identifica una falta de preparación en el mundo laboral y las relaciones de trabajo ante las formas de aislamiento. También las justificaciones para la demanda del incremento en la productividad y el control con efectos de agobio, agotamiento y burn-out de las y los trabajadores (Briones, 2020). Se plantean estrategias de salud integral, la potenciación de acciones positivas, motivacionales y la comunicación efectiva y permanente (Briones, 2020). Se identifican condiciones de mayor vulnerabilidad para las y los trabajadores en Latinoamérica, y se abordan respuestas de la Psicología Industrial-Organizacional acrítica que las y los responsabilizan de la situación actual; y desde la psicología crítica que propone “soluciones colectivas” entre el Estado, los sindicatos y gremios para mitigar dicha vulnerabilidad (Pulido & Burbano, 2020).

En el ámbito educativo, un estudio sobre niñas y niños violentados, y en situaciones de vulnerabilidad en la pandemia, en Bogotá, concluyó la importancia de resignificar el acompañamiento a la escuela desde la Psicología Educativa, en la distancia, ante la falta de entornos seguros para las niñas y niños; su rol de facilitador de procesos de niñas, niños, familias y de la escuela orientada al cuidado (Montoya, 2021).

En lo clínico, un estudio sobre el impacto del home office en mujeres trabajadoras de Brasil, concluye que ninguna de las 14 profesionales entrevistadas expresó dificultad o sobrecarga en la relación trabajo-familia. Más aún, argumentaron que el trabajo en la casa les permitió acercarse más a sus hijos y maridos, y tiempo para la actividad física y la recreación (Lemos, Barbosa, & Monzato, 2020).

La condición de aislamiento ha agudizado la situación de violencia contra la mujer en el hogar (Agámez & Rodríguez, 2020). También la transformación y construcción de nuevas cotidianidades y subjetividades, que ha permitido a algunas mujeres de Cúcuta-Colombia, una toma de conciencia-para-sí en el afrontamiento económico; el aislamiento ha implicado otras formas de relacionamiento familiar desde la virtualidad, a la vez que devela la importancia de esta, la vida y la fe (Rico & Plata, 2020). En un estudio (Rodríguez, 2021) con 30 psicoterapeutas de Buenos Aires-Argentina, se identificaron en el contexto de la pandemia, como principales intervenciones la unión entre filosofía reflexiva de vida y las acciones de cambio, con énfasis en el significado positivo, el empoderamiento, la seguridad, los proyectos de futuro, las relaciones del entorno, reducción de incertidumbres, agresión, angustia y ansiedad.

7 Parte del Grupo de Investigación Boulomai del Programa de Psicología, de la Universidad Cooperativa de Colombia (Bogotá). Agradezco el aporte en la revisión documental de las y los estudiantes-semilleras Brayan Martínez, Yenny Tatiana Velásquez, Oscar Felipe Santiago, Laura Carillo, Cristian Javier Garcés y Juliana Romero, durante el 2021.

Encontramos un estudio mexicano de revisión documental sobre el tema de intervenciones de salud emocional en jóvenes, vía Internet. Resalta las técnicas de la Psicología positiva, con el objetivo de potenciar la resiliencia (De la Rosa et al., 2020). En la denominada Psicología de la emergencia, en el caso de Chile, identificamos la recomendación de los primeros auxilios psicológicos, para la gestión del riesgo, al considerar como factor de riesgo para la salud mental, las medidas preventivas de cuarentenas y la restricción de libertades de las personas. También se recomienda la intervención tele-psicológica, y la promoción de estrategias de afrontamiento como el apoyo social y las comunidades resilientes (Sandoval & Sandoval, 2020).

Nos llama la atención que, en las bases de datos consultadas bajo los descriptores de Psicología y pandemia, no registramos publicaciones específicas en el ámbito de la Psicología Comunitaria, lo psicosocial y la investigación. Este resultado preliminar nos interroga por los motivos de dicha ausencia, ante lo cual especulamos que quizás los procesos de sistematización y construcción teórica del trabajo comunitario siguen otros ritmos, ante lo cual se requiere realizar la indagación en las bases de datos más adelante. También que quizás las experiencias, reflexiones y elaboraciones teóricas del área social-comunitaria de la Psicología, no llegan a configurarse en textos académicos o no son publicados o no pasan los filtros e intereses de las revistas científicas.

Este primer hallazgo nos llevó a una segunda búsqueda con descriptores específicos que incluyan la Psicología Social-Comunitaria, la investigación y las metodologías psicosociales, en el contexto de la pandemia. Pero tampoco se amplió mucho más el resultado de publicaciones. A excepción del hecho de que algunas publicaciones dedicadas a las reflexiones psicológicas y las perspectivas contemporáneas, no abordan el quehacer psicosocial y la investigación en el contexto de la pandemia, e incluso de las otras pandemias.

Poco a poco empiezan a conocerse materiales y publicaciones de divulgación en el área de trabajo psicosocial, que circulan en las redes académicas y sociales (como *Research Gate*, *WhatsApp* y *Facebook*); los cuales requieren otro tipo de seguimiento y la previsión de un tiempo más.

A dos años del inicio de las medidas preventivas de aislamiento y distanciamiento físico, es importante reflexionar sobre el quehacer y los diferentes caminos para no suspender la participación en los procesos sociales y comunitarios. En el interés de contribuir a repensar, reconfigurar y re-inventar las posibilidades de la investigación psicosocial, que las condiciones actuales nos demandan. Sin embargo, los análisis y los discursos que identificamos en las publicaciones psicológicas, de momento, son limitados ante interrogantes sobre ¿cuáles son las estrategias de producción de conocimiento utilizadas, desde la investigación psicosocial, en el contexto actual de pandemia? ¿Cuáles son los impasses y dilemas éticos emergentes? Y ¿cuáles son los desafíos ético-metodológicos y las políticas de escritura para la investigación psicosocial?

Resulta necesaria la interlocución de la Psicología con otros análisis e interpretaciones. No olvidemos que, dada su complejidad, ninguna problemática social o humana puede resolverse desde una sola disciplina (Remolina, 2012). En particular, el diálogo disciplinar con las experiencias que emergen de las propias comunidades, desde sus modos de existencia en los territorios.

EXPERIENCIAS DE CUIDADO, REDES SOLIDARIAS: DEFENDER LA VIDA EN CONTEXTOS DE INCERTIDUMBRE

En Montes de María conocí cómo las mujeres campesinas alivian la fiebre y distintos síntomas de sus hijas, hijos y comunidades; gracias al uso de las plantas medicinales de sus huertas y patios traseros. También cómo se encargan de los rituales fúnebres colectivos y comunitarios, como el *Lumbalú* en San Basilio de Palenque (Bolívar) y el novenario en San Francisco, Villa Colombia y Medellín (Sucre). A través de los cuales el dolor por la pérdida de los seres queridos es compartido y acompañado para hacerlo más llevadero.

También cómo la organización comunitaria ha sido fundamental para la movilización campesina. Dado que no sólo les permitió a seis comunidades de Ovejas (Borrachera, Villa Colombia, San Francisco, Medellín, El Palmar, y La Coquera) retornar al territorio, en medio del fuego cruzado entre los actores armados; sino también, encontrar el apoyo mutuo para afrontar los dolores de la guerra, sus nefastas consecuencias, como ellos mismos lo manifiestan. Y ser reconocidos por el Estado colombiano como sujetos de reparación colectiva.

Igualmente, el logro organizativo del Consejo Comunitario de comunidades negras Eladio Ariza, de San Cristóbal (Bolívar), les ha permitido reivindicar y defender su relación ancestral con el territorio, el que cuidan y protegen de los megaproyectos agroindustriales en la región. Desde esta decisión encaminan la demanda de la titulación colectiva y el reconocimiento de su identidad como comunidad negra, heredera de los palenques; espacios de resistencia contracolonial y antiesclavista, del siglo XVII.

Sin duda, el encuentro con las comunidades montemarianas, las mujeres, los líderes campesinos, las/los consejeros de la comunidad negra y sus experiencias, reconocidas como fuente de conocimiento y sabiduría ancestral, me ha acercado a sus prácticas cotidianas de cuidado y formas de organización comunales. Estas experiencias de cuidado comunitario y redes solidarias en los territorios, que entiendo como prácticas de *grupalidad curadora* (Parra-Valencia, 2019), continúan, ante la irrupción de la pandemia global.

En medio de la crisis sanitaria, política, social, económica que develó la pandemia por Covid-19, autoras y autores, de diversas áreas de conocimiento, críticos de la gestión estatal en el contexto de Latinoamérica y el Caribe, han visibilizado

las iniciativas de las mismas comunidades, en diferentes países. Estas iniciativas son centrales como procesos de resistencia y re-existencia comunal del lado de la vida, que se activan y se reactualizan ante la pandemia global y las necropolíticas.

En este sentido, me interesa resaltar las experiencias de las denominadas *comunidades de cuidado*, en el contexto de pobreza, que aborda Karina Bidaseca (citado por Campoalegre (2020); cuya acción entendida como “la llave de la puerta de nuestra casa” (p. 113) se basa en la comunidad. Según la autora, en el texto *La casa como espacio de resistencias: Comunidades de cuidado para una política feminista antirracistas*, las personas en situación de pobreza “tienen hasta 10 veces más probabilidades de morir que las personas en áreas ricas” (p. 112). Bidaseca menciona las iniciativas de las favelas de Río de Janeiro-Brasil, como “una gran casa de activismo y resistencia” (p. 112), a partir de las cuales las comunidades se organizan para hacerle frente a la pandemia y a la negligencia de las autoridades. Ellas mismas se movilizan para monitorear y hacer seguimiento a los casos: han creado bases de datos de rastreo, implementan el rocío de desinfectante, promueven la producción de videos ante la desinformación, entre otros. Con el fin de detener y prevenir la propagación del virus.

También identifiqué en las redes feministas–negras y los movimientos pedagógicos la posibilidad de otras narrativas sobre las resistencias y las territorialidades, siguiendo a Claudia Miranda (2020). En este escenario, donde la colectividad reinventa otras prácticas políticas, a partir del cimarronaje como otras formas de agrupamiento alternativo desde la “afro-existencia feminista” en Latinoamérica, es posible advertir epistemologías multifacéticas desde un movimiento “casa adentro”. A contrapelo de las narrativas hegemónicas, para pensar “otras fisuras críticas al racismo, al patriarcalismo, al feminismo eurocentrado y a todas las formas de opresión” (Miranda, 2020, p. 113). Gracias a las formas políticas de agrupamiento colaborativo.

En el caso de las comunidades del Pacífico colombiano, a pesar de la negligencia y el abandono estatal histórico, han sobrevivido y resistido, gracias al movimiento creativo y constante que mantienen, por ellas mismas. Y no sólo frente a la pandemia, sino también, ante las condiciones de pobreza extrema, racismo, guerra, narcotráfico, entre otros; frente a las cuales han resistido las comunidades afrocolombianas de manera histórica, hasta hoy. En la conmemoración de los 170 años de la abolición de la esclavitud en Colombia, las condiciones de desigualdad social, económica y política continúan en las comunidades afrocolombianas.

El acercamiento a estas experiencias de cuidado y apoyo comunitario en diferentes territorios de América es consecuente con nuestro interés, no sólo por los discursos, sino y, sobre todo, por las prácticas descolonizadoras. Aquellas que emergen de quienes históricamente han sido subalternizados, como el caso de las mujeres y las comunidades afrodescendientes, o aquellas lanzadas y mantenidas

de manera estructural en la denominada periferia. Desde el pensamiento contra-colonial y descolonial, que se interesa por lo soterrado e invisibilizado, siguiendo a Silvia Rivera-Cusicanqui (2010), el acercamiento a los saberes y prácticas comunales campesinas, afrodescendientes, cimarronas, palenqueras, quilombolas e indígenas subalternizadas y silenciadas, se configura en una apuesta intelectual, episte-metodológica, ético-política, estética y cosmogónica.

De allí, que las comunidades de cuidado, las redes solidarias, los movimientos pedagógicos, creativos y constantes, como prácticas descolonizadoras en el contexto de la pandemia global y ante la negligencia estatal, son vertebrales en los análisis actuales de la investigación y la formación psicosocial, ante las pandemias. No sólo para poner nuestra atención en las estrategias que articulamos las investigadoras y los investigadores; sino y, sobre todo, para reconocer la autonomía y el autoempoderamiento de las comunidades subalternizadas. También, en cuanto que las comunidades, desde sus modos de vida comunales y con lo que tienen a su alcance en el territorio, resisten y re-existen al modelo moderno/colonial-capitalista-racista de la gestión de la salud. Tanto en el contexto de la pandemia por Covid-19, como también, ante las condiciones de pobreza extrema, el racismo institucional y la guerra. Las otras pandemias en las que han pervivido y resistido históricamente.

Considero que, es en este sentido hacia donde se redireccionan los dilemas éticos emergentes que nos planteamos, así como también, los desafíos metodológicos y las políticas de escritura en la investigación psicosocial hoy, en tiempos de incertidumbre.

“EL VALOR DE SER RADICALMENTE VIVOS” COMO ALTERNATIVA

Ante este panorama en el corto y mediano plazo, lo cierto es que ni nuestras vidas ni la investigación psicosocial seguirán siendo como antes. Las formas de construcción de conocimiento *otro*, a las que nos desafían los tiempos de incertidumbre, nos lleva a las y los investigadores a plantearnos reflexiones y análisis de nuestro quehacer, y a ubicarnos en otro lugar. La pandemia global por Covid-19 y su gestión, develó las insuficiencias y el agotamiento del sistema de salud pública basado en políticas neoliberales; interpeló el modelo económico capitalista; cuestionó la perspectiva individualista; el impacto ecológico y los efectos en el planeta y en los diversos ecosistemas de cuenta del estilo de vida volcado hacia la sobreproducción, el consumismo y la acumulación desmedidas; cuestionó la vida misma y lo que realmente importa y tiene valor.

El momento nos reta a revisar, de manera crítica, los modos de interpretación de la vida. Y esto no es diferente en el campo de la investigación y la formación psicosocial. Es urgente contemplar otros modos de existencia, otras ontologías, otros modos de interpretación de la realidad y otras epistemologías alternativas a

los referentes del modelo epistémico moderno/colonial (Castro-Gómez, 2007). Otros modos que ubican en el centro la vida, la humana y la no humana. Escuchar a las comunidades, pueblos y culturas tradicionales, sus cosmogonías, en la relación con el todo, en la idea de la interconexión de todo lo que existe, de lo cual el humano es una parte, no el todo; sin asumir el lugar de depredadores y del extractivismo desmedido creyéndonos superiores como humanos, girando en torno al llamado antropoceno. La separación moderna entre humanos y no humanos (Latour, 2007), trajo como consecuencia la división entre naturaleza y cultura, acentuando la oposición dualista, la jerarquización y la supuesta superioridad de lo humano por encima de la naturaleza, y el autocentramiento.

Para la vida, la investigación y la formación psicosocial el reto también está en reconocer y problematizar, en nuestro quehacer en primera persona, no sólo el extractivismo económico del sistema capitalista y neoliberal, sino también, las acciones de extractivismo epistémico y ontológico (Grosfoguel, 2016), y el silenciamiento epistémico (Parra-Valencia, 2019) que reproducimos del modelo de ciencia moderno/colonial. Y plantearnos nuevas cuestiones, que emergen como desafíos y cambios en los términos de la discusión, y a la vez nos demandan alternativas.

En particular, ¿seremos capaces de re-pensarnos desde formas *otras* de acompañar, estar y caminar al lado de las comunidades (Parra-Valencia, 2020), protagonistas de sus vidas? ¿Cómo oscilaremos entre las exigencias del mundo académico, sus rigores y estándares de medición, con las apuestas intelectuales y la militancia en el apoyo a las comunidades? ¿Si estamos dispuestas y dispuestos a comprometernos con nuevas narrativas, reconociendo en la experiencia una valiosa fuente de conocimiento, siguiendo las epistemologías negras feministas; replantearnos las políticas de escritura, comprometiéndonos con coautorías y colaboraciones en la construcción de conocimiento, en primera persona, haciendo parte de la investigación que atraviesa nuestros cuerpos, nuestras existencias como la vivencia de la pandemia global? ¿Nos decidimos a plantear investigaciones que promuevan las alianzas, las comunidades solidarias, el fortalecimiento de las iniciativas de los territorios? ¿Cómo integrar las vivencias cosmogónicas, las cosmopercepciones, las experiencias de biointeracción, lo no humano, lo intangible y lo trascendental que no logran ser registradas por la visión, la palabra y el texto escrito? En últimas, ¿cómo asumiremos, esta forma de segunda oportunidad, no sólo para la investigación psicosocial, sino también y, sobre todo, para la humanidad, la naturaleza de la que hacemos parte y para la vida?

Ante la arrogancia de la idea de supuestas superioridades, de mayor validez y eficacia de los conocimientos afincados en el discurso ilustrado del siglo XVIII y las promesas de desarrollo de la segunda posguerra mundial del siglo XX; la desmesura de la supuesta neutralidad de quien observa desde un no lugar, el de la *hybris del punto cero* (Castro-Gómez, 2010); y lo que cuestiona las crisis

sanitaria, emocional, política, económica y social por pandemias, las alternativas para la vida y la investigación emergen con contundencia delante de nosotras y nosotros. Reconocer, con humildad, otros modos de ser y existir en el mundo, para la propia pervivencia inter-especie y de la vida misma, el bíos, y aunar todos nuestros esfuerzos en su cuidado y defensa.

Ailton Krenak (2020), líder del movimiento indígena y reconocido pensador contemporáneo brasileño, nos desafía a tener “el valor de ser radicalmente vivos y no negociar una sobrevivencia” (p. 52). Sin afanarnos en hacer cosas útiles o envolvernos en la idea de la vida utilitaria, la cual nos lleva a “comernos” el planeta. Cuando la vida es un don maravilloso, una danza cósmica, y estamos aquí para disfrutarla y experimentarla. Nos invita a tener más conciencia para despertar a la vida. “Vivir la experiencia de disfrutar la vida debería ser la maravilla de la existencia” (Krenak, 2020, p. 52), afirma con fuerza y decisión.

Por su parte, Antônio Bispo dos Santos (2015), líder quilombolo de la comunidad Pequiizeiro (Piauí/Brasil), expone la relación biointeractiva de los pueblos quilombolos con la naturaleza y el territorio, como una alternativa que dialoga con el modelo desarrollista. Desde las experiencias de *biointeracción* la relación con los elementos vitales es orgánica y de respeto. Menciona que sus *mestras* y *mestres* enseñan la no acumulación, y que los mejores lugares para guardar peces y yuca son los ríos y la tierra.

En este sentido, pensar que estamos delante de retos y desafíos sólo epistemológicos o conceptuales en la investigación y formación psicosocial, sería negar el llamado urgente ético-político, estético, y más aún, ontológico y cosmogónico que nos hace el estado de cosas en el momento actual. El cambio de narrativa, de paradigma en la investigación, en la construcción de conocimiento, depende de cómo planteemos los términos de las discusiones actuales y cómo asumimos dichos desafíos. Este movimiento implica la construcción de conocimiento desde epistemologías y metodologías que cuestionen las relaciones de dominación colonial (Lugones, 2018), amplíe las posibilidades más allá de la modernidad en la que hemos andado y dirija la atención a otros modos de conocer, como el de las sabidurías ancestrales.

Según Oyèrónké Oyèwùmí (1997) Occidente privilegió la visión como la forma en que el mundo es percibido y las lógicas culturales entendidas. De allí, que el uso de la noción *cosmovisión* sería eurocéntrica, en cuanto que excluye las culturas que privilegian otros sentidos. La feminista africana propone el término *cosmopercepción*, planteado como inclusivo de otros grupos culturales que describen la concepción de mundo desde otros sentidos o su combinación. Ante la insuficiencia de la ciencia moderna/colonial en su pretensión de dar respuestas a las problemáticas sociales y humanas, como en el caso de las pandemias, uno de los retos de la investigación psicosocial estaría en la necesidad de ampliar

sus marcos interpretativos y de comprensión del mundo. Presentándose como alternativa el acercamiento a otras maneras de percibir y entender de los grupos sociales, culturales y las comunidades desde sus cosmopercepciones; en este caso, para la comprensión de sus lecturas sobre la pandemia por Covid-19, y desde allí, sus alternativas.

Sea esta la oportunidad para replantear el papel de la investigación y la universidad, ahora más que nunca, para reconocer los saberes ancestrales, la biointeracción, las cosmopercepciones y las ontologías *otras* que dialogan con lo no humano, con igual valor; como el que les hemos adjudicado al conocimiento científico, al antropoceno y al ser desde la perspectiva moderna. Reconocer la autodeterminación y los sentidos de vida de las comunidades, las apuestas y las resistencias que las han mantenido en el tiempo, son claves. Y diversifica las posibilidades para abordar las diferentes pandemias.

Más aún, es la oportunidad para conocer, acercarnos y dialogar con otras configuraciones e interpretaciones de la realidad diferentes a las occidentalocéntricas, que, de manera hegemónica, en los últimos cinco siglos, han pretendido determinar y universalizar ciencia, religión, capitalismo, desarrollo, patriarcalismo, blanquitud, heteronormatividad. Ubicando en el ostracismo, desarraigando las sabidurías (Césaire, 2006) y delimitando una frontera epistémica y racial (Castro-Gómez, 2007) lo excluido, marginalizado, subalternizado, que corresponde a lo *no europeo* (Said, 2006). Valga decir, a lo africano, cimarrón, palenquero, quilombolo, indígena, sefardí, arriero, gitano, campesino y sus descendencias. Múltiples formas de comprender, de ser y existir en el mundo, epistemologías *otras*, tan interesantes y legítimas como las occidentales.

Oyèwùmí (2004), desde Nigeria, da cuenta cómo en la cultura *Yoruba*, al parecer el pueblo indígena y originario más antiguo de África, la familia no está generificada; es decir, los roles del parentesco no se definen por el género. A diferencia de la familia nuclear patriarcal europea, en la familia *Yoruba* tradicional el principio organizador dinámico, es la antigüedad basada en la edad. De allí, que las relaciones son fluidas y los papeles sociales son situacionales. La mujer, como categoría social, no es universal y el género es una construcción sociocultural; por tanto, no puede explicarse fuera del contexto social y los sistemas de jerarquía.

En la comunidad Dagara, en Bunkina Faso, de la que hace parte Sobonfu Somé (2018), las y los hijos son de la comunidad; allí, cualquiera puede cuidarlos y alimentarlos.

Cantar y batir el tambor para conectarnos con el cosmos (Parra-Valencia, 2021), a la manera de tambores parlantes (Zapata Olivella, 2000) que dialogan con ancestros y espíritus, como ocurre en San Cristóbal y San Basilio de Palenque (Bolívar). Internarse en el bosque seco tropical de Montes de María, allí donde el médico tradicional Mayor Zenú es sagrado como la tierra en la que brotan las

plantas medicinales, cerrar los ojos, abrir la mente y el espíritu para que llegue la fórmula de plantas que curará la picadura de culebra de un sembrador. Pues “en la naturaleza está lo que necesitamos para estar bien”, como dicen los médicos tradicionales palenqueros.

Son todas ellas perspectivas *otras* que convocan la multiplicidad y diversidad de posibilidades *otras* de cura, del cuidado, el conocimiento, de ser mujer, anciana, de formar familia, concebir la comunidad, las relaciones, el amor, la pareja, la intimidad, las hijas, los hijos, el trabajo, las problemáticas y las realidades. De interés para ampliar la investigación y la formación psicosocial, para que las experiencias situadas de los pueblos subalternizados sean tenidas en cuenta en la construcción de conocimiento y de la ciencia, desde preocupaciones e interpretaciones locales y contextos culturales específicos (Oyěwùmí, 2004); con los alcances trascendentales que se despliegan cuando nos permitimos el acercamiento a la biointeracción, las cosmopercepciones, las cosmogonías y las sabidurías ancestrales.

Solidaridad comunitaria, académica, ciudadana y humana; hospitalidad; experiencias y comunidades de cuidado; redes de apoyo; agrupamientos colaborativos; movimientos pedagógicos creativos y continuos. Allí también, estarían las claves y alternativas para la investigación psicosocial; aquella que reconoce y se compromete con las iniciativas y la fuerza de las comunidades, desde sus modos de re-existencia y resistencia. Nuestro papel sería más de fortalecer y apoyar sus propias iniciativas, sin interferir desde el lugar experto, acompañar sus modos de vida y de cosmoperceber el mundo, generar alianzas y comunidades solidarias, caminar al lado de las comunidades (Parra-Valencia, 2020), como posibilidad para el acompañamiento que mantiene las alianzas con las iniciativas sociales en los territorios. Como pilar de cualquier proceso de conocimiento al cual unimos nuestros saberes y apuestas episte-metodológicas para la vida, ante los desafíos de los tiempos de incertidumbre, en el caso de la pandemia global por Covid-19 u otras pandemias.

“El dar igual valor y peso a los conocimientos académicos y a los conocimientos de adentro, a partir de la idea de una fertilización mutua que atienda a las numerosas tensiones que existen en la producción de conocimiento, incluyendo la tensión entre academia y comunidad” (Lugones, 2018, p. 80). De allí, que las experiencias de cuidado y las redes comunitarias inspiran otras formas alternativas a las del extractivismo epistémico y ontológico (Grosfoguel, 2016) para acercarnos a las realidades; y para reflexionar sobre los desafíos de la investigación en el contexto de la pandemia. Otras miradas y posibilidades para reflexionar las cuestiones ético-políticas en la construcción de conocimiento.

La investigación psicosocial consecuente con el compromiso ético-político y académico, en el escenario de la pandemia global por Covid-19, y las otras pandemias, se enfrenta al desafío de mantenerse. Sin embargo, esta continuidad

depende de los retos y las alternativas que decidimos asumir, más allá de sólo la flexibilidad y creatividad metodológicas, que los medios de comunicación y las tecnologías nos permiten. Los debates contemporáneos sobre la pandemia por Covid-19, aportan diferentes análisis a las psicologías *otras* en el ámbito episte-metodológico. Configuran un escenario de posibilidades para reflexionar sobre una problemática social de carácter global, para ampliar las alternativas epistemológicas; pero más aún, ético-políticas, estéticas, cosmológicas y ontológicas en el ejercicio de la investigación psicosocial en contextos de pandemia, es el mayor reto.

Y, también, proponernos políticas de escritura que incluyan las voces subalternizadas, que aporten otras perspectivas a la investigación, críticas de la colonialidad del saber (Lander, 2000); entendida como la reproducción de relaciones de dominación en el plano epistémico, propias del modelo moderno/colonial de la ciencia hegemónica. Nos acerca a los dilemas éticos que nos plantea este nuevo escenario, y a las reflexiones sobre los desafíos, retos y alternativas metodológicas, políticas y éticas de escritura alternativa en tiempos de incertidumbre. Escrituras creativas, interrelacionadas, polifonía de voces, pensarnos de manera radical las coautorías y las formas de narración, que incluye voces que se articulan de diferentes modos. Escrituras espiraladas, circulares, de ida y vuelta. Que promuevan el flujo del pensamiento y las cosmopercepciones, las sabidurías ancestrales y los saberes académicos.

Considero fundamental el apuntalamiento en el paradigma de la interseccionalidad, sobre la articulación entre género, raza y clase en las formas de dominación, y la importancia de mantener la relación entre interseccionalidad y las políticas de la acción colectiva (Collins, 2018). Esta perspectiva, que introduce una dimensión política en los análisis (Viveros, 2016), se hace necesaria para comprender los desafíos de la investigación y la formación psicosocial en el contexto de la pandemia global, en particular desde las mujeres. Dadas las múltiples opresiones a las que se enfrentan las comunidades subalternizadas, develadas ante la crisis sanitaria, política y económica.

Reconozco la necesidad de identificar los dilemas ético-metodológicos y estéticos que implica la introducción de nuevos recursos creativos para la continuidad de las investigaciones psicosociales. También los retos que no podemos desconocer, y sobre los cuales invitamos a la Psicología a reflexionar de manera crítica, previendo el escenario post-pandemia que esperamos se avecine pronto, con la introducción de las vacunas contra el Covid-19. Y, sobre todo, la importante continuidad en los territorios y en nuestros contextos de las experiencias de cuidado que en últimas son las que sostienen la vida.

Durante uno de los ejercicios del mapeo de saberes en la comunidad San Cristóbal, en 2019, al preguntar qué hace usted y su vecina/vecino para curar, escuchamos decir, con infinita sabiduría: “*Cuidarnos los unos a los otros*”.

REFERENCIAS

- Agamben, G., Žižek, S., Nancy, J., Berandi, F., López, S. Butler, J., Badiou, A., Harvey, D. et al.** (2020). *Sopa de Wuhan*. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. ASPO.
- Agámez, V. & Rodríguez, M.** (2020). Violencia contra la mujer: la otra cara de la pandemia. *Psicología desde el Caribe*, 37, 1-5.
- Bispo, A.** (2015). *Colonização, quilombos: modos e significados*. INCT.
- Briones, I.** (2020). Psicología organizacional en tiempos de la pandemia covid-19. *Revista de las ciencias Dominio de las ciencias*, 6(3), 26-34.
- Campoalegre, R.** (Coord.). (2020). *La pandemia racializada*. Debates desde la afroepistemología (I). CLACSO.
- Castro-Gómez, S.** (2007). Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In S. Castro-Gómez & R. Grosfoguel (Orgs.), *Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 79-92). Siglo del Hombre.
- Castro-Gómez, S.** (2010). *La Hybris del punto cero. Ciencia, raza e Ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)*. Editorial Pontificia Universidad Javeriana.
- Césaire, A.** (2006). *Discurso sobre el colonialismo*. Ediciones Akal.
- CLACSO.** (2020). *Pensar la pandemia. Observatorio social del coronavirus*. Clacso. <https://www.clacso.org/pensar-la-pandemia-observatorio-social-del-coronavirus/>
- Collins, P.** (2018). *Epistemología feminista negra*. In J. Bernadino-Costa, N. Maldonado-Torres, & R. Grosfoguel (Eds.), *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico* (pp. 139-170). Autêntica.
- De la Rosa, A., Moreyra, L., & De la Rosa, N.** (2020). Intervenciones eficaces vía internet para la salud emocional en adolescentes. Una propuesta ante la pandemia por covid-19. *Revista Hamut 'ay*, 7(2), 18-33.
- García-Rincón, J.** (2020). Pandemia, conflicto y racismo en el Pacífico. ¿Determinismo cultural o determinismo racial? *La Pandemia Racializada. Debates Desde La Afroepistemología* (III), 81-92.
- Gonzalez, L.** (1988). A categoria politico-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, 92/93, 69-82.
- Grosfoguel, R.** (2016). Del “extractivismo económico” al “extractivismo epistémico” y al “extractivismo ontológico”: una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo. *Tabula Rasa*, 24, 123-143.
- Krenak, A.** (2020). *Radicalmente vivos*. O Lugar.
- Lander, E.** (Comp.). (2000). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO.
- Latour, B.** (2007). *Nunca fuimos modernos. Ensayo de antropología simétrica*. Siglo XXI Editores.
- Lemos, A., Barbosa, A., & Monzato, P.** (2000) Mulheres em home office durante a pandemia da covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. *Revista de Administração de Empresas*, 60(6), 388-399.
- Lugones, M.** (2018). *Hacia metodologías de la decolonialidad*. In X. Leyva, J. Alonso, A. Hernández, A. Escobar et al. *Prácticas otras de conocimiento(s)*. Entre crisis, entre guerras. Tomo III (pp. 75-92). CLACSO.
- Mbembe, A.** (2011). *Necropolítica*. Melusina.

- Miranda, C.** (2020). As epistemologias das redes de mulheres negras e dos movimentos pedagógicos na contramão: por outras cimarronajes nos territórios da diáspora afro-latina. *Geopauta. Programa de Pós-Graduação Em Geografia*, 4(3), 99-115. <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo>
- Montoya, J.** (2021). Los niños violentados en medio de la pandemia. *Revista 593 Digital Publisher CEIT*, 6(1), 265-273.
- Oyèwùmí, O.** (1997). Visibilizando o corpo: teorias ocidentais e sujeitos africanos. In *The invention of women: making an African sense of western gender discourses*. (pp. 1-30). University of Minnesota Press.
- Oyèwùmí, O.** (2004). *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*. CODESRIA. (Gender Series)
- Parra-Valencia, L.** (2019). *Grupalidad curadora. Descolonialidad de saberes-prácticas campesinas y afroindígenas, en Montes de María* (Caribe colombiano) [Tesis Doctoral, Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá].
- Parra-Valencia, L.** (2020). *Clinica Psico-Social*. Una propuesta crítica y alternativa para América Latina. Ediciones Cátedra Libre. <https://bit.ly/3d8Kr8t>
- Parra-Valencia, L.** (2021). África en nosotras y nosotros. Un tambor que resuena en el cosmos. Editorial. *Revista Colombiana de Ciencias Sociales*, 12(1), 15-21. <https://doi.org/https://doi.org/10.21501/221161201.3847>
- Pecheny, M.** (2020). *Universidad en tiempos sombríos*. Pensar la pandemia. Observatorio social del coronavirus Clacso. <https://www.clacso.org/universidad-en-tiempos-sombrios/>
- Pulido, H. & Burbano, J.** (2020). La crítica de la psicología, trabajo y la pandemia de Covid-19. *Revista de Psicología*, 32(3), 318-327.
- Remolina, G.** (2012). *Del "Big bang" de las ciencias a la integración del saber: reflexiones sobre la interdisciplinariedad*. [Lección Inaugural]. Universidad Centroamericana, Managua. http://repositorio.uca.edu.ni/868/1/leccion_inaugural_2012.pdf
- Rico, D. & Plata, G.** (2020). Reinención de la vida cotidiana en mujeres cucuteñas en tiempos de COVID-19. *Revista Psicoperspectivas*, 19(3), 1-11.
- Rivera-Cusicanqui, S.** (2010). *Ch'ixinakax utxiwa Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Tinta Limón.
- Rodríguez, M.** (2021). Psicólogos en el frente: la atención durante la crisis del Covid-19. De las emociones tóxicas a la salud psicológica. *Archivos de Medicina*, 21(1), 225-241. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273865670019>
- Said, E.** (2006). *Freud y los no europeos*. Global Rhythm Press.
- Sandoval, E. & Sandoval, S.** (2020). Psicología de la emergencia en contexto de pandemia: aportes y herramientas para la intervención psicológica. *Revista Tesis Psicológica*, 15(2), 1-34.
- Somé, S.** (2018). *O espírito da intimidade*. Ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar. Odysseus.
- Viveros, M.** (2016). La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. *Debate Feminista*, 52, 1-17. <http://www.debatefeminista.cieg.unam.mx/>
- Zapata Olivella, M.** (2000). Omnipresencia africana en la civilización universal. *Palara. Publication of the Afro-Latin/American Research Association*, 24, 39-45. <https://doi.org/10.32855/palara.2020.007> <https://palara.journal.library.uta.edu/index.php/palara/article/view/142>

ESTRATÉGIAS E DESAFIOS METODOLÓGICOS NO CAMPO DA PESQUISA EM PSICOLOGIA JURÍDICA

Laura Cristina Eiras Coelho Soares

Adriano Beiras

INTRODUÇÃO

Diante de um mundo em transformação, nossos modos de pesquisar cotidianos, conjunturas e acontecimentos também se modificaram. Partindo do entendimento de que pesquisas qualitativas precisam ser implicadas ao seu contexto social mais amplo, além do observar cuidadoso ao particular e ao micro relacional, nosso olhar como pesquisador e nosso campo de condições e de possibilidades é diverso e se retroalimenta pelo cenário social, político e cultural.

Com o surgimento da pandemia de covid-19 que atingiu o mundo e nosso país de forma mais evidente em março de 2020, foi necessária a reformulação de projetos de pesquisa que se encontravam em diversas etapas de desenvolvimento. O impacto do isolamento social e do risco de contaminação foi incontornável nos modos de se pensar o tema de investigação e de se fazer pesquisa.

Gostaríamos de iniciar este texto reflexivo sobre processos metodológicos no campo da psicologia social e jurídica com algumas cenas que marcaram essas mudanças. O impacto desse enquadramento pandêmico obrigou pesquisadores/as a se reinventarem. Então, pensemos em algumas cenas.

Uma pesquisadora que precisava ter acesso a um presídio para entrevistar transexuais presas e o impacto das legislações atuais sobre esse público e que essa atividade não foi possível devido ao fechamento desses locais para visitas em função do isolamento social. Outra pesquisadora que estuda feminicídio e que concluiu seu estudo entrevistando homens presos por esse crime um mês antes da pandemia eclodir. Pesquisas sobre violência doméstica e a dificuldade de se chegar a essas mulheres presencialmente e virtualmente devido ao afastamento social, assim como o aumento de casos devido ao contexto doméstico exacerbado pelo momento da pandemia. A dificuldade de alguns pesquisadores em entender as diferenças sociais

diante do isolamento, quanto às condições e às possibilidades de acesso às tecnologias, à garantia de privacidade e à separação entre o público e o doméstico. A emergência de diversas ações e reuniões virtuais, seus limites e suas possibilidades para pesquisas.

Além dessas cenas, trazemos cenas relacionais entre nós pesquisadores, professores, orientadores, com estudantes de pós-graduação e de graduação, na medida em que surgiram preocupações e debates nas reuniões *online* dos grupos de pesquisa sobre os limites éticos, as adaptações, as ampliações das desigualdades sociais, bem como sobre o impacto de todos esses aspectos na construção e nos resultados de nossas pesquisas. Nossos estudantes se depararam com angústias de ter que redefinir, replanejar ou reorientar suas pesquisas, por vezes, iniciadas, qualificadas e até mesmo aprovadas pelo Comitê de Ética para se adaptarem ao novo contexto social. Portanto, a produção reflexiva deste texto que aqui apresentamos parte da nossa experiência também como docentes e pesquisadores no campo da Psicologia Social Jurídica.

Diante disso, temos como objetivo levantar possibilidades metodológicas de cunho qualitativo no contexto da pandemia e suas preocupações éticas, tendo como destaque o campo psicojurídico. Assim, partimos das seguintes reflexões para a construção deste texto: como produzir pesquisas em Psicologia Social Jurídica no contexto da pandemia que sejam metodologicamente e eticamente implicadas com as teorias e com as reflexões críticas? Quais são os desafios e as dificuldades que temos encontrado e quais estratégias podem ser aplicadas ou construídas?

Dessa forma, optamos como percurso metodológico partir dos apontamentos de Pérez-Tarres, Espinosa, Santos e Silva (2019) sobre a pesquisa qualitativa com temáticas sensíveis, que explicaremos adiante, para pensarmos na entrada no território virtual e em outros caminhos de investigação qualitativa na área da Psicologia Social Jurídica diante do contexto da pandemia, procurando cuidar e sensibilizar-se com aspectos de justiça social, direitos humanos, diversidades, classe e relações de poder.

Entendemos que o cenário da pandemia se tornou um catalisador na condução de metodologias, que já vinham sendo aplicadas pela Psicologia Social na interface com os direitos. Contudo, essa produção busca apresentar um panorama, a fim de auxiliar pesquisadores/as - atuais e futuros - na construção de seus projetos para além das estratégias comumente apresentadas nas obras tradicionais de metodologia.

TEMAS SENSÍVEIS: O CAMPO DA PSICOLOGIA (JURÍDICA)

Na escrita deste texto, nosso enfoque será na metodologia qualitativa, mas os questionamentos sobre temas sensíveis que apresentamos não devem estar ausentes na metodologia quantitativa (Brito & Soares, 2015). Segundo Pérez-Tarres et al.

(2019), um tema sensível poderia estar relacionado com diversos fatores. Um deles refere-se à sensação de ameaça em função do conteúdo privado ou estressante. Nesse sentido, de modo geral no campo da Psicologia trabalhamos com questões de âmbito pessoal que mobilizam lembranças e sentimentos que podem produzir desconforto. Quando adentramos o Sistema de Justiça encontramos sujeitos cuja intimidade está exposta nos processos, muitos deles já passaram por diversos pontos da rede de proteção e garantia, tendo repetido sua história para muitos profissionais. Considerar a especificidade desse contexto é compreender que o Judiciário nem sempre é a porta de entrada do Sistema de Justiça e que essas pessoas estão exaustas emocionalmente e, por vezes, desacreditadas sobre a possibilidade de auxílio ou de resolutividade de sua lide. Logo, encontrar esse sujeito para produzir conjuntamente uma pesquisa não pode ser descolado dos efeitos subjetivos da judicialização da vida (Oliveira & Brito, 2016).

Outros três aspectos sensíveis, segundo os autores mencionados, decidimos abordá-los de forma articulada: receio com a exposição da informação fornecida; resultados podem ter consequências ou implicações para os participantes e para os indivíduos a quem as descobertas representam e a presença de interesses de pessoas ou instituições que podem usar de coerção ou de dominação. Nesses pontos, podemos avançar no debate sobre a especificidade da psicologia social jurídica quando consideramos a pesquisa em instituições de preservação da ordem (Bicalho, Rossotti, & Reishoffer, 2016), por exemplo, polícias (militar e civil), forças armadas e tribunais ou, até mesmo, em instituições totais (prisão, acolhimento institucional, comunidade terapêutica, dentre outros) em decorrência da possibilidade de identificar violações de direitos nesses locais. Além disso, a estrutura institucional atravessa a entrada no campo, a condução da pesquisa e a publicação da produção final, podendo criar dificuldades em diferentes etapas da investigação. Pesquisar com trabalhadores ou sendo um trabalhador inserido nessas instituições implica preocupações com efeitos institucionais para todos os envolvidos, denotando a relevância de uma escrita cuidadosa e respeitosa a respeito dos fazeres e desafios descritos. Como expresso por Tavares e Francisco (2016): “A escrita é ainda parte do nosso campo de pesquisa, pois ela também cria realidades, acolhe silêncios, produz embates quando se afirma” (p. 146). Nesse sentido, outro ponto importante refere-se às expectativas¹ dessas instituições em relação à pesquisa e as demandas que surgem antes de se iniciar ou que poderão surgir a partir da apresentação do *feedback*.

1 Agradecemos à discente Bruna Lima Diniz pelo seguinte questionamento “O que os espaços esperam da nossa pesquisa?” levantado em sala de aula durante a disciplina interinstitucional de pós-graduação intitulada “Psicologia Social Jurídica: debates na interface com o(s) Direito(s)” no segundo semestre de 2020, que foi ofertada em articulação com as seguintes universidades: UFMG, UFSC, UFRJ, UFAM, UEA, UFC. O presente capítulo é desdobramento dos debates apresentados em aula lecionada pelos autores da presente escrita.

Pérez-Tarres et al. (2019) apontam algumas reflexões sobre quais seriam os limites éticos ao lidarmos com uma temática sensível. Compreendemos que essa preocupação deve estar presente desde o desenho da pesquisa até a divulgação dos resultados. Os autores citados levantam algumas pistas para lidarmos com o desafio nessa condução. Uma das que optamos por destacar é entendermos a impossibilidade de o participante contar sua história de violência e, portanto, termos “acesso às consequências dessa violência” (p. 119). Na *Psicologia Social Jurídica*, esse acesso pode se dar nos documentos presentes na trama judicial, tais como jurisprudências ou audiências gravadas. Como explicita Seligmann-Silva (2014) em prefácio da obra de Felman (2014): “podemos perceber os tribunais e os julgamentos jurídicos como uma via privilegiada de acesso aos traumas sociais, funcionando também como uma lupa, ou seja, uma lente que aproxima e dilata fissuras da sociedade” (p. 8).

Outro ponto trazido por Pérez-Tarres et al. (2019) como caminhos para lidar com os temas sensíveis nos provocou ao relacionarmos com nossas pesquisas na interface com os direitos. Trata-se do cuidado com o próprio pesquisador. Os assuntos que abordamos na área da *Psicologia Social Jurídica* refletem diversas violências e provocam impacto emocional também em quem conduz a pesquisa, seja na interação com os sujeitos que compartilham suas trajetórias, seja na leitura de documentos que retratam esses percursos. Nesse sentido, torna-se fundamental dizer ao pesquisador sobre a importância de autoavaliar sua relação com o conteúdo pesquisado. Os autores mencionados pontuam estratégias práticas de cuidado que envolvem a própria organização da pesquisa, como pensar no horário da entrevista e no número de entrevistas por semana.

Contudo, para além dessas decisões mais objetivas, que são extremamente relevantes, existe o impacto de se entrar em contato com a temática sensível. Sionek, Assis e Freitas (2020) abordam, especificamente, os aspectos sensíveis presentes no uso de entrevistas e pontuam que os participantes têm “a possibilidade de revisitar momentos vividos, com suas alegrias, dificuldades e sentimentos, podendo perceber nuances sobre suas experiências que ainda não lhe estavam claras e que ganham novos contornos” (p. 3). Lidar com esses conteúdos trará efeitos em quem os escuta e como os interpreta. Partimos da compreensão de que não lidamos com neutralidade e sim com posicionamento (Soares, Corradi, & Pereira, 2020) e, portanto, desde a escolha da temática de investigação, o pesquisador encontra-se envolvido subjetivamente, pois o assunto o mobilizou afetivamente.

Os afetos são provocados desde a aproximação com o assunto e perpassam a relação interdisciplinar que aproxima a Psicologia de outros saberes; para fins do presente capítulo, destacamos a interface com o Direito. Nesse aspecto, coadunamos com Mansano e Liberato (2020) ao evidenciarem que “as possibilidades de aproximar-se das fronteiras das ciências, dos conceitos e das metodologias,

abrindo-se para um campo turbulento de afetos e experimentações que é, em nosso entendimento, condição para produzir um saber vivo e intensivo” (p. 444).

Antes de abordarmos propriamente os métodos, cabe destacar a importância de pensarmos ético-politicamente como os nossos dados são construídos como dados de pesquisa². Essas informações não estão prontas para serem evidenciadas como se possuíssem uma verdade intrínseca. Trata-se de um olhar que é lançado ao material, atravessado pelas leituras e pelas reflexões que o pesquisador construiu.

Cabe ressaltar que, mesmo quando abordamos estratégias metodológicas documentais, o debate sobre a construção do dado se faz presente, não sendo exclusividade do contato interpessoal. Compartilhamos do entendimento de Goulart (2018) ao pontuar sobre a problemática separação entre “pesquisa de campo e ‘análise de dados’, como se o pesquisador fosse um coletor de informações no campo, e não um indivíduo em relação e imerso em complexos processos subjetivos e culturais” (p. 7). Assim, desde o início do envolvimento com a temática a ser estudada, o pesquisador está presente nessa colheita³ de pesquisa, realizando escolhas, traçando percursos metodológicos e entrelaçando sua bagagem (teórica, epistemológica, pessoal, dentre outras) com sua produção de conhecimento. O fundamental nesse caminhar é “trabalhar na construção consistente de possibilidades de sustentar o tripé metodologia, teoria e epistemologia, bem como considerar a indissociabilidade entre ciência, política e ética” (Goulart, 2018, p. 8).

Diante do exposto, conclui-se que o material próprio da pesquisa na área de Psicologia Jurídica é sobre temas sensíveis. Em função de aspectos éticos e diante das limitações provocadas pela pandemia, consolidar outras possibilidades metodológicas tornou-se urgente posto que “pesquisar é uma convocação ao imprevisível e um exercício à disponibilidade de construir caminhos em conjunto e se construir/transformar à medida que percorremos o trajeto” (Tavares & Francisco, 2016, p. 142).

Apresentaremos a seguir estratégias de coleta de materiais sobre temas sensíveis, escapando do uso mais tradicional de indagar diretamente as pessoas envolvidas nessas problemáticas. Tais caminhos metodológicos não são exclusivos da Psicologia Social Jurídica, porém, pelo tipo de material, tornam-se bastante relevantes para a construção científica da área. Apresentaremos nesse panorama metodológico métodos mais diretamente relacionados com o campo psicojurídico; assim como serão citadas outras estratégias mais consolidadas na psicologia social.

2 Agradecemos essa indagação ao prof. Pedro Paulo Bicalho em aula proferida na disciplina interinstitucional de pós-graduação intitulada “Psicologia Social Jurídica: debates na interface com o(s) Direito(s)”, ofertada no segundo semestre de 2020.

3 Agradecemos a contribuição do prof. Pedro Paulo Bicalho pela proposta de uso do termo colheita em substituição à noção de coleta de dados mencionada durante aula da disciplina interinstitucional de pós-graduação intitulada “Psicologia Social Jurídica: debates na interface com o(s) Direito(s)”, ofertada no segundo semestre de 2020.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS NA PSICOLOGIA SOCIAL JURÍDICA

Primeiramente, cabe pontuar que optamos por situar essas pesquisas na perspectiva da Psicologia Social Jurídica, porém não necessariamente os autores e as autoras citados/as se definiriam nesse território⁴. A ideia de agrupá-los fundamenta-se no entendimento das pesquisas em interface com o(s) direito(s)⁵ (Moreira & Soares, 2020) e, portanto, incluímos autores e autoras com suportes teóricos e epistemológicos distintos. A proposta nesse espaço é levantar algumas estratégias metodológicas utilizadas, a fim de subsidiar a construção de novos projetos de pesquisas. De forma mais abrangente, poderíamos situar alguns trabalhos a serem citados como pesquisas com “documentos de domínio público” (Sampaio & Medrado, 2020, p. 229) - termo cunhado por Peter Spink (2004) segundo Sampaio e Medrado - que abarca o uso de diferentes fontes, tais como “jornais, revistas, políticas públicas, leis, artigos científicos, filmes, fotografias etc.” (pp. 229-230). No presente capítulo, damos exemplos do que caberia no “etc.” da citação anterior, especialmente, quando pensamos em documentos que perpassam a relação entre a Psicologia e o Sistema de Justiça.

A pesquisa por meio desses materiais parte da compreensão de que “os documentos são ao mesmo tempo produtos e produtores de práticas sociais. ... permite que sejam analisados não só os saberes e as relações de poder como também a produção de modos de subjetivação” (Sampaio & Medrado, 2020, p. 230). Dessa forma, a utilização pela Psicologia desses recursos permite a compreensão do campo de disputas de saber/poder, bem como possibilita uma aproximação do entendimento sobre a subjetividade produzida e produtora do cenário histórico e social. Cabe pontuar, como sinalizado por Silva, Damasceno, Martins, Sobral e Farias (2009), que o “fazer pesquisa documental não é necessariamente promover uma investigação histórica do objeto. O método de pesquisa documental pode ser utilizado para abordar uma questão contemporânea” (p. 4564).

Quando iniciamos a presente escrita, pensamos em utilizar o termo indireto (Silva et al., 2009) para nos referirmos a tais materiais, porém, em debate com demais pesquisadores, nos foi apontado como a oposição entre direto/indireto poderia contribuir para a desvalorização dessas pesquisas e com a noção de que o estudo de documentos não permitiria um acesso mais próximo com a temática pesquisada. De fato, na experiência como docentes pesquisadores, percebemos que muitos alunos ingressantes no percurso do fazer pesquisa - tanto no âmbito da graduação quanto da pós-graduação - apresentam um olhar que, por vezes,

4 Para saber um pouco mais sobre essa reflexão, sugerimos a leitura de Moreira e Soares (2019).

5 As autoras Moreira e Soares (2020) optaram pela expressão “Psicologia Social na trama com o campo do(s) direito(s), entendendo que a rede de construção e garantia de direito(s) extrapola os equipamentos do sistema de justiça, mesmo quando pensado de maneira ampliada” (p. 13).

desqualifica metodologias que não implicam o diálogo direto com os sujeitos. Nesse sentido, nos cabe pensar a noção de território de pesquisa: o que poderia ser entendido como o campo? Documentos não poderiam ser campo? Adentrando o território das investigações em Psicologia Social Jurídica, outras questões podem surgir, tais como: o que são documentos do campo da Psicologia Jurídica? Como nos aproximamos desses territórios virtuais e/ou documentais?

No texto supramencionado (Sampaio & Medrado, 2020), os autores se referem ao material de acesso público, porém nem sempre o fato de ser público garante que os documentos sejam acessíveis. Assim, esse aspecto provoca, por vezes, a necessidade de negociações com o campo para se alcançar tais registros. Outra alternativa é solicitar o acesso via Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12527/2011 (Lei nº 12527, 2011), mas essa via demanda um tempo de espera que precisa ser calculado nos prazos para desenvolvimento das pesquisas e pode não ser frutífera. Outro ponto refere-se ao estado de conservação de alguns documentos. Silva et al. (2009) pontuam que esses materiais estão “muitas vezes guardados de forma inadequada e desorganizada, amontoados dentro de caixas nas instituições” (p. 4563).

Por fim, um último questionamento refere-se aos limites do que seria um documento público ou privado. Nos estudos em interface com os direitos podemos nos deparar com informações que seguem em segredo de justiça⁶ (Código de Processo Civil, 2015), exigindo dos pesquisadores soluções criativas e diferentes estratégias de negociação com o campo, como descrito na publicação de Malta e Nicácio (2021). A criatividade também deve estar presente no momento da escrita dessas reflexões a partir de material sigiloso. Reis e Guareschi (2016), ao estudarem 14 processos que se referiam à internação compulsória de adolescentes por uso de drogas, optaram pela construção de um personagem articulando as informações encontradas no material analisado. Essa escolha permitiu preservar o sigilo dos adolescentes e de seus familiares.

Em outras situações, alguns dados que estariam protegidos pelo segredo de justiça podem estar disponíveis online. Por exemplo, nome completo de crianças em jurisprudências. Nesse momento, nos cabe refletir como preservar o sigilo e manter uma postura ética na análise e na divulgação desses conteúdos, mesmo quando a instituição guardiã do documento não preservou o anonimato dos envolvidos.

Como exemplos específicos de estudos documentais com materiais que abordam a interface com os direitos - e que se tornaram significativos diante das possibilidades de delineamento no contexto pandêmico -, podemos citar o estudo de jurisprudências (Moreira et al., 2019; Oliveira, Soares, Ferraz, & Coelho, 2020); a análise de Propostas de Emendas Constitucionais (Silva & Huning, 2017); a

6 Para compreender os critérios para a aplicação do segredo de justiça, acesse o artigo 189 do Código de Processo Civil de 2015 (Código de Processo Civil, 2015).

pesquisa com processos judiciais (Oliveira & Silva, 2005; Reis & Guareschi, 2016) e com laudos (Gomes, 2010); transcrição de palestras de congresso (Souza, Brito, & Monteiro, 2021); a análise de reportagens/notícias de casos criminais (Silva, 2017); o estudo de casos criminais famosos e suas audiências (Felman, 2014) e a pesquisa de material institucional como cartilhas (Oliveira & Brito, 2016).

Outros percursos metodológicos mais amplamente utilizados na psicologia social, que não se referem diretamente à Psicologia Social Jurídica, também devem ser mencionados, tais como: fotografias existentes ou produzidas (Alencar-Rodrigues & Cantera, 2016; Maurente & Tittoni, 2007); foto intervenção (Alencar-Rodrigues & Cantera, 2016); análise de vídeos, campanhas e/ou propagandas (Sampaio & Medrado, 2020); estudo de pinturas (Chamon & Nascimento, 2018), entrevistas e grupos reflexivos online (Beiras, Bronz, & Schneider, 2020) e pesquisas por meio do estudo do material produzido em mídias sociais, como *Instagram* (Menezes, 2020; Montardo, 2019), *Twitter* e *Facebook*.

Um dos caminhos metodológicos que foram impulsionados pela pandemia foi a emergência de ações virtuais, tornando-se mais comuns e corriqueiras em nosso cotidiano. Passamos a vivenciar o acesso às chamadas de vídeo individuais e grupais com maior frequência academicamente. No entanto, não podemos dizer que esse avanço aconteceu de forma igual em todas as camadas sociais. A desigualdade de acesso às tecnologias e ao pacote de dados de *internet* ficou mais evidente. Considerando esse fator, na condição de pesquisadores nos vimos na necessidade de aprender e de vivenciar este novo contexto virtual. No exemplo de pesquisas com grupos focais, grupos de reflexão, rodas de conversa, observações participantes, todas essas ações passaram a ser feitas também no formato virtual, com possibilidades de gravação e com novas etiquetas sociais.

Dessas etiquetas e desafios, temos a internet instável, a perda total da conexão, a situação de estarmos todos entrando e recebendo pessoas em nossos espaços privados a partir do virtual; tudo isso demandou a construção de novos contextos. Passamos a fazer entrevistas virtuais, pensar em estratégias de fazer em dupla de pesquisadores para evitar problemas de perda de conexão, por exemplo, ou mesmo perguntas iniciais sobre como cada um está se ouvindo e como estão se sentindo ao serem observados de forma diferente diante de tantas câmeras ligadas.

Como exposto por Beiras, Bronz e Schneider (2020), a realização de grupos no formato virtual trouxe a emergência de novos acordos de convivência, explorando os sentidos que cada pessoa dava para aquele formato e suas limitações. Foi necessário problematizar e trazer novos acordos para o espaço que se apresenta na tela, que se mescla entre o público e o privado de um lar, e suas regras específicas, trazendo a necessidade de diálogo, de acordos e de ressignificações. A produção desses contextos mostra o cuidado em legitimar diferentes sentidos e significados e a coconstrução contínua desses espaços. É necessário pensar também nas gravações

das entrevistas e das reuniões e seus limites, em especial, em casos que envolvem maiores cuidados éticos ou impactos para o processo judicial. Outra possibilidade de metodologia diretamente relacionada com a Psicologia Social Jurídica seria analisar conteúdos de gravações de audiências que se tornaram disponíveis online ou de *lives* e de eventos que passaram a ser gravados e estão acessíveis pela *internet* (Souza, Brito, & Monteiro, 2021).

Após ou durante esses percursos de colheita e de análise, pensando que ocorrem simultaneamente, um apontamento que consideramos relevante na escrita oriunda de pesquisa refere-se ao cuidado com os termos utilizados. Compreendemos essa questão por dois aspectos. O primeiro trata da adoção de plataformas de pesquisa que podem não ser conhecidas pelos leitores e, portanto, precisam ser devidamente apresentadas e detalhadas. Podemos tomar como exemplo o fato de que uma pesquisa em mídias sociais não deve partir do pressuposto que todos são usuários dessa rede. Assim como precisamos considerar o aspecto temporal dessas plataformas, ou seja, um leitor que acesse a publicação anos depois pode estar diante de um material que aborda uma mídia social já extinta e precisa saber como ela funcionava⁷. O segundo ponto ganha destaque no território interdisciplinar pelo qual a Psicologia Social Jurídica se movimenta, no qual algumas expressões são mais frequentes no Direito, tornando a compreensão por parte de leitores formados em psicologia mais tortuosa caso a escrita não seja atenta às explicações necessárias, para que de fato a linha argumentativa possa ser acompanhada por quem lê a publicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste percurso reflexivo construído a partir do relato de experiência como docentes pesquisadores, propusemos algumas reflexões sobre as dificuldades e os desafios que os pesquisadores podem ter encontrado em suas pesquisas no campo da Psicologia Social Jurídica devido à pandemia de covid-19, especialmente no que tange aos temas sensíveis. Também levantamos algumas estratégias que podem apontar caminhos para a manutenção de certa coerência teórico-epistemológica e compromisso ético-político com a produção desses conhecimentos.

Para tanto, traçamos alguns exemplos de estratégias no campo psicojurídico que foram afetadas por esse contexto, para podermos problematizar ações, impactos, condições e possibilidades de pesquisa. A intenção, com o presente capítulo, não foi apresentar caminhos rígidos; pelo contrário, buscou-se fomentar a criatividade no fazer pesquisa, visando-se à ampliação do olhar para as possibilidades múltiplas

7 Agradecemos aos apontamentos da profa. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento a respeito dessa preocupação com a apresentação dos dados obtidos em mídias sociais.

de se pensar a metodologia. Afinal, o que queremos fazer com nossas pesquisas? Como nos mantermos atualizados com esses contextos e essas cenas a partir de uma análise comprometida e ética?

Outras reflexões poderiam se somar a esta escrita, tais como o necessário posicionamento de quem escreve, o debate sobre a divulgação do conhecimento pensando-se em quem escreve, para quem escreve e onde escreve (Oliveira, Rocha, Moreira, & Huning, 2019), dentre outros pontos absolutamente relevantes, mas que escapariam da tentativa de circunscrever um objetivo para o presente texto. Assim, espera-se que os apontamentos levantados provoquem diálogos nos diferentes territórios de produção do conhecimento, a fim de que possam funcionar como um Fio de Ariadne na direção de métodos de pesquisa mais contextualizados e reflexivos diante da complexidade que vislumbramos.

REFERÊNCIAS

- Alencar-Rodrigues, R. & Cantera, L. M.** (2016). La fotointervención como instrumento de reflexión sobre la violencia de género e inmigración. *Temas em Psicologia*, 24(3), 927-945. doi: <https://dx.doi.org/10.9788/TP2016.3-09>
- Beiras, A., Bronz, A., & Schneider, P. F.** (2021). Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual - primeiras adaptações, desafios metodológicos e potencialidades. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(68), 61-75. doi: <https://doi.org/10.38034/nps.v29i68.606>
- Bicalho, Pedro Paulo G., Rossotti, Bruno Giovanni P. P., & Reishoffer, Jefferson Cruz.** (2016). A pesquisa em instituições de preservação da ordem. *Revista Polis e Psique*, 6(1), 85-97. doi: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.61384>
- Brito, L. M. T. & Soares, L. C. E. C.** (2015). Números que pouco explicam: indicadores sobre famílias recasadas e bullying. *Psicologia USP [online]*, 26(2), 269-278. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-656420140049>.
- Chamon, A. R. M. & Nascimento, A. R. A.** (2018). As “mulatas” de Di Cavalcanti: um estudo em psicologia social. *Memorandum: Memória E História Em Psicologia*, 35, 133-160. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6891>
- Código de Processo Civil.** (2015). *Código de Processo Civil Brasileiro*. Senado Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm
- Felman, S.** (2014). *O inconsciente jurídico: julgamentos e traumas no século XX*. EDIPRO.
- Gomes, P. W. B.** (2010). A quem pertence o laudo psicológico e para que serve ele nas Varas de Família? In C. M. B. Coimbra (Org.), *Pivetes: encontros entre a Psicologia e o Judiciário* (pp. 160-166). Juruá.
- Goulart, D. M.** (2018). A pesquisa qualitativa em psicologia: contradições, alternativas e desafios. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 7(1), 6-9. doi: <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpdsv7i1.1825>
- Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011.** (2011). Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal... e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm
- Malta, R. R. & Nicácio, C. S.** (2021). Do Acesso ao Segredo ao (Des)Acesso à Justiça: Alienação Parental entre Moralidades e Técnicas em Disputa. *Antropolítica.Revista Contemporânea De Antropologia*, 51. doi: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2021.i51.a45469>
- Mansano, S. R. V. & Liberato, M. T. C.** (2020). Resistir para pesquisar, pesquisar para resistir: construindo uma sustentabilidade afetiva na Universidade. *Psicologia em Revista*, 26(1), 436-451. doi: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v-26n1p426-440>
- Maurente, V. & Tittoni, J.** (2021). Imagens como estratégia metodológica em pesquisa: a fotocomposição e outros caminhos possíveis. *Psicologia & Sociedade*, 19(3), 33-38. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000300006>.
- Menezes, Jaileila, Botelho, Síria, Silva, Roseane Amorim, Santos, Antônio H., Leão, Daniela S., Canales, Victória et al.** (2020). A contação de histórias no *instagram* como tecnologia leve em tempos pesados de pandemia. *Psicologia & Sociedade [online]*. 2020, 32. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240330>.

- Montardo, S. P.** (2019). Selfies no Instagram: implicações de uma plataforma na configuração de um objeto de pesquisa. *Galáxia*, 41, 169-182. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-25542019237688>
- Moreira, L. E., Silva, M. M., Santos, M. M., & Marinho, M. I. C.** (2019). Sexualidades no tribunal: enunciados na jurisprudência do sudeste. *Gênero & Direito*, 8(1). doi: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2179-7137.2019v8n1.45593>
- Moreira, L. E. & Soares, L. C.** (2019). Psicologia Jurídica: Notas sobre um Novo Lobo Mau da Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 39, 125-140. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225555>
- Moreira, L. E. & Soares, L. C.** (2020). O que a Psicologia Social tem a dizer ao campo jurídico? In *Psicologia social na trama do(s) direito(s) e da justiça* (pp. 12-20). ABRAPSO. https://www.abrapso.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=10992
- Oliveira, Camilla F. B. & Brito, Leila M. Torraca.** (2016). Humanização da Justiça ou judicialização do humano? *Psicologia Clínica*, 28(2), 149-171.
- Oliveira, E. C. S., Rocha, K. A., Moreira, L. E., & Huning, S. M.** (2019). “Meu lugar é no cascalho”: políticas de escrita e resistências. *Fractal*, 31, 179-184. doi: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29043
- Oliveira, F. L. & Silva, V. F.** (2005). Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. *Sociologias [online]*, 13, 244-259. doi: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222005000100010>.
- Oliveira, L. F., Soares, L. C. E. C., Ferraz, A. C., & Coelho, R. M.** (2020). Dois Pais e uma Mãe? A (Multi)Parentalidade nas Famílias Recasadas sob a Perspectiva da Psicologia Social Jurídica. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(1), 30-52. doi: <https://dx.doi.org/10.12957/epp.2020.50788>
- Pérez-Tarres, Alicia, Espinosa, Leonor M. Cantera, Santos, Karine Andrade, & Silva, Joilson Pereira.** (2019). Consideraciones Metodológicas sobre Investigaciones Sensibles en Metodología Cualitativa. *Psicologia: Ciência e Profissão [online]*, 39(nspe2), e225746. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225746>
- Reis, C. & Guareschi, N. M. F.** (2016). Nas teias da “rede de proteção”: internação compulsória de crianças e adolescentes e a judicialização da vida. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(1), 94-101. doi: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1143>.
- Sampaio, J. V. & Medrado, B.** (2020). Documentos de domínio público na produção de modos de subjetivação. In Murilo S. Moscheta, Laura V. Souza, & Emerson F. Rasera (Orgs.), *A dimensão política do pesquisar no cotidiano* (pp. 228-247). Letra e Voz. <https://d261pen-nugtm8s.cloudfront.net/stores/143/019/rte/978-65-86903-04-1%20ADPPC.pdf>
- Seligmann-Silva, M.** (2014). Trauma, lei e literatura: o olhar crítico de Shoshana Felman sobre o Direito? [Prefácio]. In S. Felman, *O inconsciente jurídico: julgamentos e traumas no século XX* (pp. 7-13). EDIPRO.
- Silva, A. K. & Huning, S. M.** (2017). Propostas de redução da idade penal no Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 22(2), 235-246. doi: <https://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20170024>
- Silva, J. F.** (2017). *Prometo Dizer Da Verdade: a Psicologia do Testemunho na História da Criminologia Brasileira*. CRV.

Silva, L. R. C., Damaceno, A. D., Martins, M. C. R., Sobral, K. M., & Farias, I. M.

S. (2009). Pesquisa documental: alternativa investigativa na atuação docente. In *Anais do IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, III Encontro brasileiro de psicopedagogia* (pp. 4554-4566). PUCPR. http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf

Sionek, L., Assis, D. T. M., & Freitas, J.

L. (2020). “Se eu soubesse, não teria vindo”: implicações e desafios da entrevista qualitativa. *Psicologia em Estudo*, 25, e44987. doi: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.44987>

Soares, L. C. E. C., Corradi, A. A., &

Pereira, D. D. (2020). O Ensino de Métodos Qualitativos em Psicologia: ampliando perspectivas científicas sob o enfoque de Direitos Humanos. *Currículo sem Fronteiras*, 20(2), 459-479. <http://curriculosemfronteiras.org/vol20iss2articles/soares-corradi-pereira.pdf>.

Souza, M. L. N., Brito, L. M. T., & Monteiro, C. A. S. (2021). Adoção como solução: O cenário atual no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(nspe.3), 1-14. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003190115>

Tavares, G. & Francisco, R. (2016).

Pesquisa como acontecimento: exercícios de escreverCOM / Research as event: exercises of writing WITH. *Polis e Psique*, 6(1), 136-148. doi:<https://doi.org/10.22456/2238-152X.61388>

PERFORMAR A VIDA E INVENTAR TERRITÓRIOS (RE)EXISTENCIAIS: REDESENHOS DE PESQUISAS NO CONTEXTO DE PANDEMIA DE COVID-19

*Mariana Gonçalves da Silva
Dagualberto Barboza da Silva
Luis Henrique da Silva Souza
João Paulo Pereira Barros
Carolina dos Reis*

Este capítulo parte das discussões do Grupo de Trabalho “Territorialidades, Violências, Políticas e Subjetividades” da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). Inicialmente, as discussões estavam direcionadas à reflexão sobre quais estratégias específicas têm sido adotadas por seus integrantes para produzir conhecimento na interface com os principais elementos que nomeiam o GT: territorialidades, violências, subjetividades e políticas. Com a emergência da pandemia do novo coronavírus, as respostas a essa pergunta levaram o Grupo a refletir sobre os desafios políticos, metodológicos e éticos impostos pela crise sanitária internacional, que reorganizaram nossas agendas, epistemologias, estratégias e políticas de pesquisa.

O presente texto busca compartilhar essas reflexões, tendo como base experiências de pesquisa que ocorriam em espaços públicos de duas grandes metrópoles brasileiras. A primeira dessas investigações, voltada à cartografia de práticas de reexistências juvenis frente aos processos de estigmatização de periferias em Fortaleza, ganha palco, num primeiro momento, no final de 2019, numa praça sem iluminação em uma das periferias da cidade, onde um sarau desafiava as normas cis-hetero-patriarcais que (des)organizam os territórios. Os corpos, em festa, faziam arte, e modos de vida coletivos eram inventados por jovens nas margens. Num segundo momento, a partir de 2020, tal experiência de pesquisa passou a acompanhar atividades presenciais e remotas de uma biblioteca comunitária, que compôs o sarau do primeiro momento, em outra periferia da capital cearense. A segunda pesquisa toma corpo na esquina mais tradicional do centro de Porto Alegre, trans-

formada em pista de dança nas sextas-feiras à noite em que ocorre o Ponto Black, momento no qual, por meio da dança e da celebração, corpos negros invocam a ancestralidade presente em sua corporalidade e profanam a espetacularização e mercantilização do espaço público.

São experiências nas quais a própria presença dos corpos reunidos em festa no território urbano interroga nossas formas de vida, resistindo às práticas de exclusão territorial e às políticas de normalização. A emergência da demanda de distanciamento social, decorrente das medidas sanitárias implementadas em ambas as cidades em 2020 e 2021, trouxe a esses grupos, cuja ferramenta central de militância era o encontro dos corpos e a ocupação de territorialidades urbanas, a necessidade de reinventar formas de (re)existir e, com elas, a de redesenharmos nossas pesquisas para seguirmos cartografando processualidades com tais grupos e coletivos. Esta escrita se dá através de narrativas desses contextos de pesquisa por meio das quais apresentamos e analisamos o processo de construção de novos territórios existenciais urbanos e acadêmicos constituídos para fazer ver e falar desigualdades e também multiplicidades, para denunciar mundos e anunciar outros, destacando continuidades e descontinuidades da pesquisa-inter(in)venção no contexto da pandemia de covid-19.

NA QUEBRADA DA ESQUINA

O relógio marca 17 horas quando começo a juntar as coisas espalhadas pela mesa redonda de madeira. Ouço os servidores da sala ao lado da biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul começarem a despedir-se uns dos outros e desejarem “bom finde”. Confiro o celular para ver a mensagem que recebi, era meu amigo Gilian avisando que está me aguardando em frente ao prédio da FACED, pois hoje é sexta-feira e tem *Black Music* na Esquina do Zaire. Desço dois lances de escada e quando dou o primeiro passo para fora do prédio já sinto o ar abafado. Ver Gilian com uma mochila enorme nas costas me fez refletir sobre o que a cidade destina para os jovens negros em termos de acesso. Depois de residir por cerca de 2 anos em um apartamento no centro da cidade, foi obrigado a retornar para a casa dos pais em Viamão, na região metropolitana de Porto Alegre, uma vez que o custo de vida ficou praticamente insustentável. Mesmo sendo professor de Sociologia na rede estadual de ensino, a condição de homem negro, *gay*, oriundo da região metropolitana não lhe garante alguns privilégios que seus colegas não negros possuem. É necessário sair muito cedo de Viamão para trabalhar e passar o dia inteiro carregando uma mochila cheia para aproveitar uma noite de lazer. Não poderia ter tido melhor companhia para essa vivência, já que são incontáveis as horas que passamos conversando sobre minha pesquisa, o quão relativos podem ser os conceitos de centro e periferia e a importância dos diferentes acontecimentos pelo centro da cidade.

Quando chegamos na Esquina do Zaire, o sistema de som ainda estava sendo montado. Alguns integrantes do grupo Expresso Black já estão no local, conversando e organizando as coisas para que a música comece o quanto antes. Eu e Gilian conversamos sobre a origem da Esquina do Zaire e sobre como faz diferença na vida das pessoas negras que trabalham a semana inteira passar por essa esquina e encontrar uma “festa de rua” acontecendo em pleno centro. A Esquina Democrática (do Zaire), como é comumente conhecida pelos porto-alegrenses, constantemente é palco de grandes manifestações políticas em variados tempos e com diferentes pautas. Quando penso nesse lugar localizado no cruzamento entre a Avenida Borges de Medeiros e a Rua dos Andradas, remeto imediatamente à ideia de Encruzilhada e tudo o que o termo significa, também no seu sentido litúrgico. A Encruzilhada nos ensina sobre os movimentos, os cruzos, as trocas entre os corpos e os novos caminhos a serem percorridos. Nesse sentido, é importante apontar que transformar o conhecimento também perpassa pelo movimento de estabelecer diálogos/cruzos possíveis entre os conhecimentos historicamente consolidados pela academia e os saberes populares.

Desde sempre a região central de Porto Alegre é ocupada por uma massa da população negra porto-alegrense que tensiona os limites impostos pela higienização e mercantilização do centro da cidade. Caminhar pelas ruas e avenidas centrais em horários comerciais é não imaginar aquele espaço como um possível local de moradia, nem de carnaval, nem de intervenções culturais e artísticas. Caminhar pelas ruas e avenidas centrais durante a noite é sentir o forte cheiro de lixo descartado por funcionários de restaurantes e lancherias, misturado ao cheiro ácido de urina que fica impregnado no entorno dos canteiros. Pela manhã, quando o sol bate nesses locais, o cheiro exala cada vez mais forte, solidificando os odores e transformando-os em somente um cheiro específico que se torna parte do centro da cidade.

A noite foi chegando e decidimos tomar uma cerveja de litro em um bar próximo, conhecido como Esquina do Litrão. Logo que chegamos ouvimos um senhor de uns 50 anos avisando um grupo de mais ou menos uns quatro jovens que haveria *Black Music* na Esquina Democrática. A tentativa era mobilizá-los para que fossem vê-lo dançar. Conto para Gilian que a Esquina do Zaire foi batizada por jovens negros que, desde os anos 70, nas sextas-feiras, se encontravam no local para socializar após o expediente de trabalho e para trocar informações sobre bailes e festas que aconteceriam no final de semana. Inclusive um jornal foi criado para que circulasse entre os jovens e a comunicação fosse facilitada. Outro fato que instiga é a história que durante a Copa do Mundo de 1974 a seleção nacional de futebol do Zaire disputou uma partida com a seleção brasileira, criando assim um dilema para os negros brasileiros: torcer para a seleção do Brasil ou para a seleção africana do Zaire? Nesse momento eclodiam lutas antirracistas pelo mundo inteiro e no Brasil não era diferente, tornando a esquina de grande concentração

de jovens negros local de discussão, encontros e trocas não somente voltados para o lazer, mas marcados pela forte conotação política de enfrentamento ao racismo.

Papo vem, papo vai e quando nos demos por conta já tínhamos tomado dois litros de cerveja. Já um tanto embriagados, ríamos e refletíamos cada um com um copo de plástico em uma das mãos e na outra um cigarro entre os dedos. A fumaça que formava nuvens entre nossos corpos anunciava o momento de nos deslocarmos novamente para a Esquina Democrática. Juntamos a mochila pesada de Gilian, esvaziamos a garrafa de cerveja nos copos e seguimos o caminho. Ao nos aproximarmos, percebemos que o DJ estava tocando *Somebody Else's Guy* de Jocelyn Brown e avistamos pela Rua dos Andradas várias pessoas espalhadas pela Esquina do Zaire. Algumas conversando em pequenos grupos, outras que passavam, diminuía o passo ao ver a movimentação e sentir a vibração do som. A maioria das pessoas são negras, sejam as que passam, as que ficam, as que transitam. Jovens de outrora, que dançam e cantam com fulgor. Algumas mulheres negras mexem os quadris e abrem os braços como se estivessem abraçando cada nota da voz entoada por Jocelyn Brown. Até o momento em que um jovem bailarino, cujo nome não recordo, conhecido na cidade por suas intervenções e participações em grupos de dança afro, se posiciona em frente à mesa do DJ e, com maestria, indica quais os passos a serem dados pela multidão que ali se encontrava. A perna direita cruza em frente à perna esquerda, dando três passos para a direita, ao fim uma palma. Um, dois, três, palma. E o mesmo movimento é repetido para a esquerda, só que com as pernas invertidas. Um, dois, três, palma. Um, dois, três, palma. Um, dois, três, palma. A/ao leitor/a indico fortemente a leitura desse trecho ao som de Jocelyn Brown, Groove Theory, Tim Maia, Lauryn Hill, Fat Family, entre outros artistas do universo *groove, soul, R&B e funk*. Se for necessário, coloque a música, retorne o parágrafo e quando chegar ao passo de dança, arrisque-se.

Um, dois, três, palma. Um, dois, três, palma.

Entregamo-nos à pista de dança e, comandados pelo bailarino que complexificava cada vez mais - incrementando um giro aos três passos ou agora andando para frente e para trás – a coreografia, nos divertíamos e tirávamos sarro um do outro cada vez que um de nós errava o passo. O suor escorria em nossas testas e nossos corpos pediam que mais líquido fosse ingerido, mas sair da pista de dança naquele momento de sincronia parecia impossível. Percebo corpos negros dançantes que se entregam à celebração da vida, invocando a ancestralidade presente na nossa corporeidade. Dançar livremente nas Encruzilhadas e Esquinas do centro da cidade pulsa em nossos corpos um movimento de resistência que nos é ensinado desde a infância. Conecta-nos com o passado de forma natural e orgânica. Dançar significa guerrear, como nos mitos dos Orixás. A dança e a celebração sempre estarão presentes nos diferentes modos de viver de corpos negros, que, ao ocupar as ruas com música e dança, profanam o que há de mais consolidado

nas regiões centrais das grandes capitais: a mercantilização e a espetacularização dos espaços públicos.

À medida que as horas passam e o relógio se aproxima das 22h, a esquina vai seguindo um movimento natural de esvaziamento. O território negro que se formara através daqueles encontros, interações e sorrisos desconhecidos vai perdendo a forma, evidenciando a presença daqueles que podem ser considerados como os legítimos donos da rua. São homens e mulheres negros que, embriagados, apresentam suas performances com movimentos bruscos e um tanto acrobáticos, como se dançassem *breakdance*. Nada mais justo, sendo o break uma “dança de rua”. Os e as protagonistas das ruas que conhecem cada canto, cheiro, marquete roubam a cena para demarcar agora o seu território. Os donos das ruas se posicionam no centro, procurando se afastar dos demais presentes em um movimento (talvez intencional) de se diferenciar das pessoas que ali estavam. Pareciam justamente querer ser vistos. Rodopiavam no chão, levantavam e batiam palmas lançando o quadril para a esquerda e para a direita. A interação com o público era como a de um artista em cena, que bate palmas e espera que sejam retribuídas com a mesma entonação e ritmo. Algumas pessoas riem, outras se mantêm sérias, outras retribuem as palmas. Mas o show não termina. Não pode terminar.

Com a música de fundo, no microfone o DJ agradece a presença de todos e divulga as próximas participações do projeto pela cidade. A música termina e o som é desligado, permanecendo ainda as luzes coloridas das projeções com formas geométricas lançadas nos prédios do entorno. A Esquina está sendo preparada para que no outro dia possa voltar a “normalidade” de seus fluxos, mesmo que ainda haja uma madrugada inteira pela frente. Certamente haverá vida e movimento naquela esquina durante a noite, os donos da rua trabalham e performam o tempo todo. Os corpos se dispersam com a certeza de que voltarão amanhã, depois de amanhã e depois e depois e depois e depois.

BIBLIOTECA COMUNITÁRIA E PERIFERIAS: ENTRE A PISTA DE SKATE E A TELA DO ZOOM

Dezembro de 2019. Um refletor ilumina com maior intensidade a pista de *skate*. Há algumas semanas era uma gambiarra feita de cima de um bar que lançava réstias voltadas a um grupo de jovens comentando sobre o “apagão”. Esse acontecimento gerou uma série de mobilizações de coletivos de distintos territórios da cidade. Tais coletivos passaram a se reunir para pensar estratégias que pudessem denunciar a paralisação das obras de um polo de lazer e o apagão dos refletores, situações que passaram a inviabilizar, junto com as abordagens policiais, práticas artísticas e políticas daquelas juventudes na praça. Uma das reverberações dessas reuniões foi o Encontro LGBTQIA+: uma pequena multidão ocupando a praça

no escuro para fazer de uma festa um protesto. Todavia, o evento da vez é o Sarau Colorido, organizado pelo poeta e produtor cultural Talles Azigon, Dj Duda, Lucas Doth e pelos coletivos PoloTrans, com Stefany Mendes, e GuetoQueen, com Jô Costa, coletivos que foram acompanhados na composição de uma rede de coletivos LGBTQIA+ de periferias de Fortaleza.

O sarau faz uma ocupação da praça depois dos protestos contra o apagão. Essa mesma prática poética, a do sarau (F. Silva, 2019), havia sido utilizada pela rede como dispositivo para tecer encontros em outras territorialidades acompanhadas ao longo da escrita da “mona-grafia” de Dagualberto Silva (2019). Ver Talles e outras pessoas preparando a pista de *skate* para o sarau é como vislumbrar linhas de diversas periferias se entrecruzando. É por essas linhas que se buscou transitar, é por elas que a cidade de Fortaleza vai se tornando circulável para corpos indesejados. Foi assim que conhecemos o coordenador da Livro Livre Curió Biblioteca Comunitária, no cruzamento de diversas periferias entremeadas pelo/no sarau.

Dj Duda abre o Sarau Colorido. Mais pessoas chegam. Avisto Jô Costa e Stefany Mendes. Seguimos no rumo delas. Elas correm contra o tempo dividindo pães em vários pedacinhos. Enquanto o cheiro do pão vai subindo ao ser multiplicado em cubos, cumprimentamo-las dizendo que é uma honra participar desse momento com a pista de *skate* ocupada e com a arquibancada aguardando as apresentações delas e de pessoas de outros territórios da cidade. Elas perguntam pelo suco de uva para alguém e dizem que a “reinauguração” da pista vai ser “babado”, frisando que não é exatamente uma reinauguração pelo fato de a pista não ter sido desocupada no escuro: “*Mana, vai ter performance*”. Voltamos para a arquibancada e curtimos o som.

Talles abre o microfone e fala sobre o Sarau Colorido: “*Nós LGBTQs fazemos arte, nós de periferias fazemos arte. Tentam nos impedir, mas fazemos arte.*” Lucas Doth ocupa o centro, que é aqui, na feitura da arte, à revelia dos editais, à revelia da polícia e da fragmentação da cidade e cita com seu corpo, entre folhas secas, vários trechos de poemas. Manoel de Barros está no centro, porque nossos corpos em movimentação são o centro do mundo. Nosso quintal é maior do que o mundo. Nossas quebradas são maiores do que o mundo. Carolina Maria de Jesus (1995) lembra que a favela é colocada como “quarto de despejo” da cidade. O “quarto de despejo” é maior do que o mundo, porque nós somos o mundo. Jô e Stefany no centro do mundo. Elas falam de capturas coloniais dançando. O movimento delas é um corpo intenso que se funde ao corpo da arquibancada. A cada um/uma é entregue pão e vinho: “*Comam, este é o meu corpo. Bebam, este é o meu sangue. Não há arte sem partilha. Comam e bebam do corpo da arte e sejamos as várias que somos num corpo imenso*”.

Jô e Stefany estendem um pano no chão e pedem para que os/as presentes usem a tinta que lhes foi entregue para jogar no tecido. Um tecido com muitos caminhos

coloridos é confeccionado a várias mãos. Talles tira o celular do bolso enquanto fala ao microfone. A tela do celular acende e o poeta cearense incendeia com sua palavra.

Mais que a tela do celular, quem acende é a gente ao escutar o poeta, que abre o microfone: “*Maic aberto, agora venham compartilhar as poemas de vocês*”. Poemas sobre os cotidianos nas periferias são recitados. Versos contra a polícia, contra a “guerra às drogas”, contra a desigualdade. Poema contra a morte do amigo. Aplausos confusos. Ao que a gente aplaude depois de uma poema sobre algo que a gente queria que não fosse? Poema sobre um mundo em que há amor, em que há fulgor, em que há corpo em chamas de prazer, em que há bocas que se encontram.

Pensar nas múltiplas linhas que inventam redes é um modo que encontro de caminhar nesses territórios re-existenciais (Achinte, 2017). As práticas culturais nas periferias são acontecimentos diversificados e diversificadores. São essas práticas que torcem a cidade pelo ritmo do *reggae*, pela andança do rolezinho, pelos batuques dos festivais, pelas ondas sonoras que expandem o corpo no microfone aberto dos saraus realizados nas praças, nas ruas e nos quintais, pelas rodas de leitura do mundo recriado pela imaginação de crianças, jovens e mulheres que fazem da Fortaleza um mundo de “mermazária” (Silva, 2019a) com as bibliotecas comunitárias.

Fabricar “mermazária” (Silva, 2019a) é produzir aliança por mãos, vozes e corações ainda em diáspora, em que a palavra não é apenas lírica. Nessas territorialidades, a palavra é verbo que faz “comungar” e “comunalizar”, como o pão da Performance “Transpassadas” e como os livros e histórias partilhados comunitariamente. A palavra é performance que corta o neoliberalismo, a branquitude, o cis-hetero-patriarcado, a concepção de centro fixo e periferia fixa, a necropolítica (Mbembe, 2016) com o gume que deseja destruir o que não deixa caber, o que não deixa sonhar, o que não deixa viver. Ela é um verbo que (re)desenha o mundo pela partilha, não essa feita por aliados de guerra que distribuem despojos com marcas de sangue dos/das trabalhadores/as que fazem Fortaleza acontecer, mas pela partilha que multiplica territórios com linhas que se cruzam, disputam e também produzem a cidade. Basta tocar numa dessas linhas para chegar a várias outras. É, portanto, uma cartografia do toque, da presença e da composição. É com esse *ethos* que começo a fabular meu contato com a Livro Livre Curió e com os acontecimentos que se desdobram a partir desse contato.

Maior de 2020. Quando o pesquisador entra na sala virtual do ZOOM para acompanhar o primeiro dia de percurso formativo VISADXS, organizado pela Livro Livre Curió Biblioteca Comunitária, as gargalhadas de Cícera Preta e Talles Azigon já ocupam o ciberespaço. Essas trocas parecem ser costumeiras entre os dois. Como seria essa energia na biblioteca sendo multiplicada? Não que esse encontro virtual seja duvidoso quanto à sua potência de inventar tensionamentos e deslocamentos. Prosa é prosa em qualquer espaço, mas teríamos detalhes pre-

ciosos para narrar, caso o encontro fosse presencial. Daria para ser mais generoso com quem me lê. A disposição dos corpos, a proximidade, as cores, os gostos, os cheiros do Curió. Quem sabe não haveria alguma partilha inesperada no final da fala, tornando a conversação uma surpresa?

No entanto, que bom que Cícera e Talles invadem fones de ouvido e telas com suas estrondosas “gaitadas”, apesar da distância. Ou melhor, que bom que somos invadidos mesmo estando a quilômetros. Aparelhos eletrônicos são meios, assim como um pedaço de papel é estrada para memórias. O corpo que experimenta encontros cibernéticos não é inexistente. Adiciona-se a ele o *pixel* e o volume, que podemos aumentar ou diminuir. Para além disso, o corpo é a possibilidade de sentir o riso de outro corpo e também rir e se afetar, com fervilhamento de indignação ou com couraça de indiferença.

Há uma política dos afetos, é por eles que a gente faz travessia de uma ponta a outra, unindo nossa raiva à raiva de Cícera quando ela nos provoca: “*A gente tá com pouco ódio? Como que pode? Como pode tá seguindo tudo isso que tamo tendo?*”, referindo-se à pandemia e ao assassinato do menino João Pedro e de Evaldo, ambos negros, ambos mortos por forças militarizadas, com mais de 80 tiros. A partir dessa convocação-questionamento sobre o alcance da raiva em nossos corpos, Cícera nos apresenta Grada Kilomba, a pesquisadora e artista negra:

O que tem de novo em Grada que não há em outros autores e autoras? Trabalha com depoimentos de mulheres, fazendo questionamentos sobre como o racismo produz feridas e faz sangrar, cruzando três conceitos: gênero, raça e nacionalidade. Mulheres afro-alemãs são negadas o tempo todo de que são alemãs. Por quê? Porque são negras. No Brasil, isso também acontece: ou as mulheres negras são maranhenses ou baianas. A branquitude busca manter uma estrutura, inventando a máscara. Quem é que pode falar? Quando a mulher negra fala, ela tira o homem do centro. Ele não quer isso. Aí chamam a Grada, ironicamente, de a rainha da interpretação. A fala é lugar de poder. Super me identifico com ela quando ela vai dizer pra gente que faziam ela ler autores “x” quando ela queria era estar lendo outras coisas. As verdades não podem ser escritas no singular. Piada racista é uma forma de narrar o mundo, por um único olhar, violador. É quando exotizam nossos cabelos e dizem: “Você não precisa desse cabelo.” (Cícera Preta, Diário de Campo, 2020)

Cícera continua, agora nos usos da raiva à objetividade, que enquadra e categoriza para capturar:

Existe um saber que é acionado pelas memórias, que abrem várias possibilidades de leitura do mundo. Pro acadêmico branco o conhecimento tem que ser objetivo, que é uma forma de hierarquizar e colonizar pelo conhecimento. É uma tentativa de colocar a máscara, aí categoriza o que é e o que não é

acadêmico. Eu não vou mentir pra vocês, eu aprendi muito mais fora da academia. A pergunta que eu venho fazendo é como a gente pode descolonizar ela. A grafiteira e tatuadora Luna Bastos nos ensina que também é possível perturbar a ordem com sutileza. Os traços dela são sutis e perturbam. A gente precisa vislumbrar o direito de existir pra além da sobrevivência. Angela Davis perturba a ordem quando traz estas três palavrinhas: mulheres, cultura e política. Essas palavras podem vir juntas? E gênero, raça e classe? Ela vai dizer que sim, através da interseccionalidade. Outra personalidade que eu trago pra gente é o cartunista Pestana. É possível discutir o racismo através de charges? Pestana vai fazer isso. Ele vai trazer os orixás para as crianças. Nenhuma editora queria publicar. Não era aceitável falar de orixás. Não era aceitável falar de orixás para as crianças. (Cícera Preta, Diário de Campo, 2020)

Uma jovem faz um comentário no *chat* e é convidada a usar o microfone:

Não, é que me chamou muito atenção isso que você falou sobre perturbar a ordem e depois aquilo que você disse de, como é, de lutar e trabalhar não só pela sobrevivência. A gente existir, a gente das quebrada, já é uma perturbação da ordem, porque a ordem é pra que a gente não viva. Só de tá aqui compartilhando esse momento aqui com vocês, sabe, já é uma quebra, é algo assim que fortalece a gente pra além da sobrevivência. É também de saber que entre nós a gente pode ser escutada e que a gente se escuta quando lê as nossas. (Participante do Curso Formativo VISADIX, Diário de Campo, 2020)

Nesse ínterim, a fibra óptica e o papel tremem com a voz de Cícera Preta irmanada com a voz de Carolina Maria de Jesus:

Por que escritoras negras só são “conhecidas” depois de mortas? Por que, mesmo quando se fala de Carolina Maria de Jesus, só trazem o Quarto de Despejo? Ela não escreveu apenas este. Por que quando ela fala de outras coisas que não a fome ela deixa de ser vista, de ser lida? Eles não entenderam. Eles romantizaram a fome. Eles não quiseram entender. (Cícera Preta, Diário de Campo, 2020)

DESLOCAMENTOS DA PESQUISA: MEMÓRIA, TERRITÓRIO E NARRATIVA

Essas cenas são parte de experiências de pesquisa que enunciam práticas político-culturais de resistência e liberdade empreendidas frente a estratégias de segregação urbanas. Estratégias essas que definem quais corpos podem circular em cada espaço da cidade, quais regiões serão amplamente abastecidas de recursos e serviços, quais serão usurpadas desses investimentos e marcadas por estigmatizações, produzindo uma urbanidade cada vez mais fragmentária e excludente. Tratam-se

de corpos que, por meio da ocupação de espaços públicos de formas dissidentes àquelas impostas pela ordem segregacionista, produzem novas territorialidades e formas de (re)existir para além da sobrevivência.

A emergência da pandemia do Novo Coronavírus colocou esses movimentos insurgentes em xeque, pois a visibilidade decorrente da presencialidade, os elementos estéticos ligados às marcas culturais, o espaço de encontro que permitia o compartilhamento e coletivização dos gestos, eram elementos fundamentais para a formação dos processos de territorialização empreendidos por corpos não brancos ou não situados na cisheteronorma nos centros e periferias urbanas evocados nas cenas de pesquisa. No que se refere à produção do conhecimento no espaço acadêmico, a possibilidade inicialmente vislumbrada de pesquisar a partir de experiências encarnadas nas esquinas e praças das cidades teve que ser substituída por ferramentas outras, sem que se perdessem os princípios ético-políticos que orientam a construção metodológica de nossas pesquisas.

Como cartografar a cidade “sem território”? Quais os deslocamentos necessários para operar a escrita e o pensamento sobre as questões de pesquisa (Silva, 2020)? É possível transpor a experiência de encontro na praça pela tela compartilhada dos aparelhos eletrônicos? A partir desses questionamentos, avançamos nos processos cartográficos de pesquisa encontrando, naquilo que antes marcava impossibilidades, potencialidades decorrentes de deslocamentos, não somente físicos, mas sobretudo epistemológicos, provocados pela pandemia sobre essas experiências de pesquisa. Dentre essas potencialidades, destacamos três operadores conceituais fundamentais a esse processo, quais sejam: a memória, o território e a narrativa.

MEMÓRIA COLETIVA E ANCESTRAL

Ao falarmos em memória neste texto, não nos referimos somente à lembrança das experiências vividas nos espaços públicos e coletivos que povoam as narrativas dos cenários de pesquisa. Memória aqui não remete somente à capacidade de evocar pensamentos ou ideias conservadas de momentos passados. Trata-se da memória como elemento coletivo e ancestral, prática ativa de construção de sentidos, por meio da qual é possível não somente redescobrir identidades que foram e seguem sendo desfiguradas pelo racismo, machismo, lgbtfobia, misoginia, mas compor um processo de reconhecimento e de pertencimento coletivo. Se um dos mecanismos de opressão colonial foi justamente o apagamento dos registros e o esquecimento forçado das raízes culturais, religiosas e políticas, o corpo como manifestação da ancestralidade permite criar e recriar esses símbolos. As cenas narradas a partir das memórias evocam a presença de “eus” que se coletivizam por meio de experiências políticas e culturais partilhadas

por corpos que insistem em se autodenominarem, em romper com as marcas que os querem enquadrar, silenciar, diminuir.

A memória ligada à ancestralidade não se remete, portanto, a algo que deixou de ser, mas à presentificação de forças seculares que se corporificam por meio dos corpos-memória, corpos-testemunho, corpos-resistência. Para Martins (2003), “A primazia do movimento ancestral, fonte de inspiração, matiza as curvas de uma temporalidade espiralada, na qual os eventos, desvestidos de uma cronologia linear, estão em processo de uma perene transformação. ... Nas espirais do tempo, tudo vai e tudo volta” (p. 75). Assim, as marcas da ancestralidade e da presença de corpos negros reterritorializam os espaços e aparecem como elementos que são capazes de atualizar as noções de tempo e espaço. O tempo não condiz mais com a ordem “cronológica” ocidental, pois o passado se materializa no presente, assim como o futuro se espelha em saberes ancestrais (Silva, 2020). Por meio dessa memória coletiva e ancestral são construídas novas narrativas sobre os corpos em festa, sobre o espaço urbano, sobre as histórias do centro e da periferia dessas grandes cidades.

A celebração, não somente dos corpos negros, mas também de corpos trans, corpos não binários, não submetidos à heteronorma, ao afirmarem a vida, carrega consigo a força de todos aqueles que os antecederam na luta pelas liberdades sexuais e que permitiram que essas cenas ganhem palco hoje. Assim, o corpo como expressão da memória é fundamental em ambos os cenários, uma vez que é sobre eles que se inscrevem as mais diversas formas de violência e de opressão (Cabnal, 2018). No entanto, como destacado por Silva (2020), é esse mesmo corpo que permite que se exerça sobre o mundo cruzos, trocas, poesias, danças que promovem liberdade, empoderamento, potência de vida. É por meio da arte que esses corpos guerreiam e empreendem gestos corporais que formam territórios e espacializam o tempo.

Silva (2020) destaca, ainda, que “para que essa memória seja acionada é fundamental a presença dos corpos dançantes. Pois é através da dança, do movimento dos quadris, de bater palmas na cadência do pandeiro, dos passos de samba ou do samba que se dança junto, que o corpo negro celebra os saberes corporificados transmitidos de geração para geração” (p. 87). É pela afirmação do riso, das cores, da performance, da partilha da dor, do amor e do ódio que os corpos LGBTQIA+ experienciam, transbordam e afirmam a liberdade constituinte de seu desejo. Quando esses gestos são praticados nos espaços públicos, têm o poder de espacializar, territorializar, produzir outros sentidos sobre a vivência de corpos atravessados por preconceitos e discriminações (Silva, 2020).

Trata-se, como destaca Silva (2020), de ações de resistência não individualizantes, mas coletivizadas, que perpassam gerações, a partir da continuidade de práticas culturais historicamente marginalizadas, objetificadas e/ou invisibilizadas. A produção de cenas por meio da memória-ficção corporifica os territórios vividos e com isso abre espaço para as múltiplas possibilidades de produção de novas

territorialidades, permitindo olhar para a cidade como um campo de constante tensão e disputa, aberta à (re)criação de sua história.

TERRITÓRIO COMO CORPO VIVO

Nosso segundo operador conceitual, o território, tal como o primeiro, demanda que nos afastemos das noções naturalizadas de relação com o espaço para compreendermos o território como processualidade, como elemento em constante (re)produção. Território não é entendido aqui como um espaço físico, fixo, delimitado, mas, como afirma Santos (2007), território pode ser pensado como algo composto pelo chão mais a população constituindo uma identidade, através do fato e do sentimento de pertença àquilo que lhe pertence. Trata-se da composição de usos circunstanciais, das perspectivas múltiplas; acontecimentos; pluralidades; encontros; trocas; cruzos; tensões.

Por isso que, para Silva (2020), os corpos negros que ocupam as esquinas, as escadarias e as encruzilhadas do centro de Porto Alegre têm os elementos da dança e da música como engrenagens que possibilitam os processos de descentramento de seu lugar-zero e criam novas territorialidades.

A dança, por exemplo, tem o poder de materializar a experiência vivida na cidade articulada ao sentido político atribuído ao corpo negro. Quando os corpos negros dançam no centro da cidade, transformam o espaço público em território negro, contrapondo a ideia de que o local na cidade destinado para a vivência de práticas culturais negras sejam os bairros periféricos. (Silva, 2020, p. 70)

As vivências narradas dos corpos no espaço público se constituem como re-existências, uma vez que esses corpos experimentam a cidade de forma não normatizada, concedendo sentidos diferentes aos lugares e seus usos comuns. Vão na contramão, por exemplo, das políticas de urbanização que se inscrevem sobre os centros urbanos baseadas em preceitos civilizatórios europeus (Sodré, 1998) dos quais os processos de espetacularização e gentrificação das cidades ainda são uma herança.

Por isso falamos, ainda, em corpo-território:

A conjunção das palavras corpo-território fala por si mesma: diz que é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem. Corpo e território compactados como única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e específica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território. O corpo se revela, assim, composição de afetos, recursos e possibilidades que não são “individuais”, mas se singularizam, por que

passam pelo corpo de cada um na medida em que cada corpo nunca é só “um”, mas o é sempre com outros, e com outras forças também não humanas. (Gago, 2020, p. 107)

Traçar o território como um corpo vivo é fazer uma aposta na potência do corpo como produtor de multiterritorialidades (Haesbaert, 2011). Na pista de *skate* de uma periferia de Fortaleza, pudemos cartografar a invenção de territorialidades juvenis entrecruzando-se com territorialidades negras e LGBTQIA+. A partir desse entendimento, tomamos as práticas culturais agenciadas pela biblioteca comunitária e por outros coletivos periféricos como intercessoras de territorialidades pautadas na diversidade. Por meio dessas práticas, os corpos “sem lar” e “sem estatuto político” da e na cidade, como diria Mbembe (2017), têm a possibilidade de, festivamente, encampar suas lutas por uma vida que seja vivível ao mesmo passo em que vivem (Butler, 2018).

A praça, nesse ínterim, deixa de ser apenas uma plataforma em que corpos vulnerabilizados usam para “aparecer” (Butler, 2018) e torna-se motivo de reivindicação. Ou seja, a cidade é tensionada e reivindicada a partir de corpos-territórios periferizados por lógicas neoliberais quando esses/as decidem produzir aliança pela arte. Esse movimento de aliançamento e/ou criação de “comunalidade” é um processo que envolve a luta pela própria existência. Os territórios re-existenciais em questão são os corpos marginalizados, que, hegemonicamente, são rechaçados da “cidade dos iguais” e dos “semelhantes” (Mbembe, 2017). Assim, o que produz comum é o corpo. O que se disputa é o corpo, impedido de ser e de circular na cidade que homogeneiza. O corpo-território das periferias, plural, dançante e poético, caminha na e pela heterogeneidade.

A comunalidade nas periferias não opera por semelhança, mas por e a partir da diferença, pois o comum produzido pelas práticas culturais que cruzam os territórios é engendrado por processos de singularização (Revel, 2012). Nessa trama multilinear, o corpo, almejado como foco de despotencialização pelo poder, profana-o ao vibrar no encontro com outros corpos e corpos. Isso faz com que o ato de pesquisar seja também um ato de deslocamento de um corpo-pesquisador/a de um lugar de especialismo para um lugar de experimentação festiva e política. Desfazer o corpo rígido de quem pesquisa é desarmá-lo para o encontro com quem luta e festeja, misturando corpos, histórias, afetos e territórios fragmentados pela segregação socioespacial imposta às margens urbanas.

É assim que a dança, a voz, os gestos, a arte corporificada extirpam do corpo-território a presença invasora e opressora do colonizador ou da heteronorma branca e produz territorialidades que abrem espaços de liberdade e para expressões afirmativas de culturalidades e formas de vida historicamente silenciadas. Diante disso, cabe perguntar: e quando o corpo parece não estar em cena? E quando o corpo fica remoto entre os pixels dos aparelhos eletrônicos?

Compor entre territorialidades, nestes tempos pandêmicos, emerge como um desafio não só para as pesquisas como também para as próprias práticas culturais de periferias, que se agenciam pelo encontro dos corpos e pela partilha da vida. Em um primeiro movimento cartográfico, o corpo aparenta desaparecer entre territorialidades virtuais. No entanto, como nos lembra Lévy (1996), a palavra “virtual” não precisa sustentar uma ideia de “desrealização”. Ou seja, o virtual não se opõe a um real. Inspirados em Deleuze (2006), compreendemos a “virtualidade” como força, potência produtora e possibilidade que não se contrapõe ao “real”. A voz de Cícera Preta, nesse sentido, ecoa entre periferias ao ser usada como dispositivo para fazer esvaír a sua raiva, mas também a sua alegria potencializada pelo riso de Talles. O corpo, mesmo que remoto, produz realidades por meio de suas criações narrativas. É pela voz, como um corpo extenso, que se denuncia o racismo. É pelo entre vozes que as histórias “não-oficiais” fazem fibra, dançam e poetizam.

NARRATIVAS-PERFORMATIVAS

Por fim, nosso terceiro operador conceitual, as narrativas, não são entendidas aqui somente como uma alternativa metodológica diante do contexto pandêmico no qual nos encontrávamos, mas também como operador ético-político de escrita para nossas pesquisas. Assim, as narrativas com as quais trabalhamos não buscam retratar ou representar o passado, ou trazer uma informação ou fato acontecido ou dito. Essas narrativas buscam, por meio das experiências, performances, corporificações e reinscrições territoriais, produzir mundos possíveis, inventar linguagens e fissurar as histórias únicas (Adichie, 2019), hegemonicamente contadas sobre as pessoas e lugares em foco neste estudo. O corpo-pesquisador é atravessado pelas experiências que vivencia nos diferentes espaços públicos e encontra na textualidade da escrita uma forma de seguir performando. A vida é convocada para entrar no jogo da escrita acadêmica.

O desafio de inventar narrativas que performam é, dessa forma, o de fazer da escrita um campo de criação, superando a ideia da narrativa como réplica da realidade ou como algo ligado à busca de uma versão mais verdadeira dos fatos. Uma vez que partimos da compreensão de que o universal é uma invenção colonial, a escrita que afirmamos está sustentada na imaginação, na heterogeneidade e na multiplicidade. A narrativa que performa traz em si afetos, sentimentos e saberes, que foram acionados pela memória e que, quando lidos, servem como disparadores das emoções que conectam o leitor às dimensões não somente factuais objetivas, mas aos elementos sensitivos que compõem as experiências que fundamentam a criação das novas territorialidades aqui expostas. Dessa forma, as narrativas-performativas não se fecham sobre si, mas atravessam quem as lê, elas podem abalar,

comover e sensibilizar, procurando transformar o pensamento e o modo como senti-pensamos. Ela dá passagem às (re)existências cotidianas, inerentes ao ser negra/o/e, LGBTQIA+, ao ser mulher, pois o corpo é sempre um corpo político. A escrita, dotada de sentidos, com cor, voz, cheiro, gosto, se corporifica e assume, também ela, seu lugar indissociável da política.

Para avançarmos nesse desafio de nos deslocarmos do lugar da escrita colonial, nos sustentamos não somente nas experiências vividas por nossos corpos, mas também na interlocução com autoras/es/us, leituras, literaturas e textualidades do campo do feminismo, dos estudos de gênero, das literaturas antirracistas, das cosmologias indígenas e de escritoras/es/us negras/os/es. É nesse diálogo que nos vemos indagados, desestabilizados e forçados a pensar, agir e escrever de formas diferentes daquelas tradicionalmente legitimadas no espaço acadêmico. É por meio dessas leituras que as narrativas potencializam seu lugar de agenciamento coletivo, pois são habitadas não somente pelos sujeitos que narram, que por si só já trata de sujeitos-coletivos, mas igualmente pelas multiplicidades que constituem essas/es/us pensadoras/es/us, literaturas, poesias e músicas. Saberes que vivem em nós e que escrevem conosco.

Trazer essas narrativas é, portanto, forçar uma quebra com a escrita colonial. Aqui as histórias únicas perdem força, uma vez que sabemos que elas são fundadas e mantidas pela figura do homem, branco, cis, hétero e pertencente às classes com maior poder econômico. Ao produzir narrativas performativas, buscamos mostrar que é possível investir em modelos que superem a suposta neutralidade que a escrita acadêmica tradicional ainda carrega, sob a qual se oculta o caráter colonizador e racista, ligados à manutenção dos privilégios da branquitude por meio da produção do conhecimento. Estar no espaço acadêmico é estar sempre diante do risco de nominar, sufocar, deslegitimar, silenciar e matar existências. Enquanto pesquisadoras/es/us é preciso saber onde nos localizamos e como nos posicionamos politicamente. É por isso que nossas narrativas performativas buscam tensionar pela forma e conteúdo, que extrapolam aqueles determinados pelas normas técnicas, mas também desestabilizar aquilo que é instituído enquanto verdade única. Assumem o compromisso com a produção de saberes decoloniais e anticoloniais, pela aposta nas fissuras e quebras das continuidades dos discursos sobre as territorialidades que visam ficcionalizar.

Em um momento em que o distanciamento, quarentena e o isolamento são propostos como salvaguarda e manutenção da vida, a escrita performativa pode ser o espaço onde a imaginação e ficcionalização, atreladas ao político, se tornaram um potente instrumento de pesquisa que reitera nossas intenções de intervenção, produção e criação de territórios. Por meio delas, territórios tidos como fixos foram desterritorializados e reterritorializados, por meio delas evidenciamos que qualquer território é dotado de uma potência inventiva pela presença dos corpos

que o adentram e porque são espaços vivos, constituídos de agenciamentos físicos e subjetivos (Haesbaert & Bruce, 2009).

Assim, entrelaçamos memória-território-narrativas para indagar as experiências nos espaços públicos. Ao adentrarmos nestes territórios, experienciamos e narramos em nossas escritas as possibilidades de (re)existências que afrontam as normas racistas-cis-hétero-patriarcais. Entre essas linhas-conceitos afirmamos a vida, a liberdade, a diversidade e denunciamos os genocídios e epistemicídios. Assumimos uma postura de cuidado para não reificar lugares, pessoas e vivências, tampouco romantizar a produção de morte e as violências cotidianas expressas nos espaços urbanos, mas explicitar que mesmo em situações e contextos necropolíticos, a vida prolifera e se multiplica. Com nossas narrativas reescrevemos cenários, reterritorializamos espaços públicos, tanto urbanos quanto acadêmicos, abrimos brechas no espaço-tempo, fragmentamos a cidade universal e nos somamos ao processo de descolonização do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- Achinte, A. A.** (2017). *Práticas creativas de re-existência: más allá del arte... el mundo de lo sensible*. Del Signo.
- Adichie, C. N.** (2019). *O perigo de uma história única*. Companhia das Letras.
- Butler, J.** (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Civilização Brasileira.
- Cabnal, L.** (2018). Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política. In Iara Moura & Marina Praça (Orgs.), *Outras economias: alternativas ao capitalismo e ao atual modelo de desenvolvimento* (pp. 23-29). Instituto PACS.
- Deleuze, G.** (2006). *Diferença e repetição*. Graal.
- Gago, V.** (2020). *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*. Elefante.
- Haesbaert, G. & Bruce, R.** (2009). A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. *GEOgraphia*, 4(7), 7-22, <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i7.a13419>
- Haesbaert, R.** (2011). Concepções de território para entender a desterritorialização. In M. Santos et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial* (3a ed., p. 44-71). Lamparina.
- Jesus, C. M.** (1995). *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. Ática.
- Lévy, P.** (1996). *O que é virtual?* Editora 34.
- Martins, L.** (2003). Performances da Oralitura: Corpo, Lugar da Memória. *Letras*, 26, 63-81. doi:<https://doi.org/10.5902/2176148511881>
- Mbembe, A.** (2016). Necropolítica. *Arte e Ensaios*, 32, 123-151.
- Mbembe, A.** (2017). *Políticas da Inimizade*. Antígona.
- Revel, J.** (2012). Resistências, subjetividades, o comum. *Lugar Comum*, 1, 35-36.
- Santos, R.** (2007). *Pedagogias da Negritude e Identidades Negras em Porto Alegre: Jeitos de ser Negro no Tição e no Folhetim do Zaire (1978/1988)* [Dissertação de Mestrado, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, RS].
- Silva, F. R. N.** (2019). *Rede de afetos: práticas de re-existências poéticas na cidade de Fortaleza*. [Dissertação de Mestrado, Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE].
- Silva, D. B.** (2019). *Devir periférico-bixa: entre alianças, movimentos e resistências de coletivos LGBTQIA+ em Fortaleza* [Trabalho de Conclusão de Curso – Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE].
- Silva, M. G.** (2020). *Entre esquinas, escadarias e encruzilhadas: corpografias negras urbanas* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS].
- Sodré, M.** (1998). *Samba, o dono do corpo*. Mauad.

MAPAS DE UM MUNDO EM RUÍNAS: PISTAS PARA PESQUISAR (N)O BRASIL

Betina Hillesheim
Lisandra Espíndula Moreira
Lílian Rodrigues da Cruz

Eu sinto muito apenas (ou não) por aqueles que ainda não perceberam que o mundo já acabou e estamos dançando sob suas ruínas para celebrar novos projetos de mundo. (Linn da Quebrada,¹ 2019)

Neste trabalho pretendemos pensar a pesquisa como uma política de “amor ao mundo”, entendendo, a partir de Hannah Arendt, que “*o Amor mundi* representa o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos responsabilidade por ele” (Assy, 2019, p. 15). Estamos interessadas em amar e mudar as coisas, mas um pouco diferente de Belchior² (1976), estamos também interessadas em algumas teorias. Nessa perspectiva, ao reconhecermos a dificuldade em amar o mundo o bastante para assumir tal responsabilidade, trata-se também de pensar de outros modos, para enfrentar tempos sombrios, nos quais as pessoas deixam de acreditar no espaço público e o começar novas ações parece não ter sentido.

Responsabilizar-se ao fazer pesquisa é assumir a ciência como conhecimento corporificado e como esperança de transformação, argumentação que o pensamento feminista nos ensina. Em contrapartida, “irresponsável significa incapaz de ser chamado a prestar contas” (Haraway, 2009, p. 22). Nesse sentido, entendemos, em consonância com *bell hooks* (2020), que o amor não está dado, mas que ele é ação. Além disso, para a autora, “amar é um ato de vontade”, visto que sempre implica uma escolha (p. 47).

- 1 Linn da Quebrada é uma atriz, cantora, compositora e ativista brasileira, que se define como bicha, trans, preta e periférica, nem ator, nem atriz, atroz. Diz-se também performer e terrorista de gênero. <http://g1.globo.com/musica/noticia/2016/09/de-testemunha-de-jeova-voz-do-funk-lgbt-mc-linn-da-quebrada-se-diz-terrorista-de-genero.html>
- 2 Belchior, cantor e compositor brasileiro, canta em *Alucinação*: “Eu não estou interessado em nenhuma teoria, em nenhuma fantasia, nem no algo mais ... amar e mudar as coisas, amar e mudar as coisas me interessa mais”.

Se o mundo já está em ruínas, como trazido na epígrafe que abre este texto, trata-se, assim, de pensar em começos, buscando responder à questão: o que faremos com o mundo? Na tentativa de traçar novos começos, entendemos que também são necessários novos mapas, visto que, como coloca Joukhadar (2020), em seu romance *O Mapa de Sal & Estrelas*³, todo mapa é uma história e histórias são formas de compreensão do mundo, “de desfazer os nós do mundo” (p. 11). Além disso, é preciso ter claro que “você não usaria um mapa a menos que não soubesse para onde está indo, a menos que nunca tivesse ido a certo lugar antes...”, sendo que “os lugares mais importantes de um mapa são aqueles para onde você nunca foi” (p. 18). Dessa forma, como tempos sombrios apontam que necessitamos outros começos, é necessário abraçar o mundo, pintando não só o mundo tal como é, mas abrindo para outros possíveis.

A partir dessas considerações iniciais, este texto discute os impasses éticos/teóricos e metodológicos que balizam a produção da cartografia. Para tanto, partimos de algumas interrogações sobre um mundo que tem como alicerce a desigualdade e que não percebe que se desmorona, buscando refletir sobre nossos fazeres como pesquisadoras corporificadas. A seguir, desenvolvemos os impasses da pesquisa, entendendo-os a partir de dois conjuntos de questões: (a) mapas como forma de colonização do território e (b) mapas como abertura ao novo. Para finalizar, problematizamos o conceito de *Amor mundi*, de Hannah Arendt, para pensar formas de construir responsabilidade e cuidado com o mundo através de políticas da amizade.

SOBRE ALGUMAS RUÍNAS

Antes de mais nada, é preciso situar de onde falamos e com isso fazer ver as redes de privilégio e desigualdade que sustentam esses lugares, buscando compreender quais são as ruínas que identificamos e nos propomos a analisar ou ultrapassar. Jota Mombaça⁴ (2021), problematizando o cenário Brasil, que se apresenta como ataque direto aos corpos negros, indígenas, *trans* e pobres, anuncia que o mundo está acabando, de novo, numa tentativa de construir barricadas e roubar tempo. Vivemos em um país que se encontra no topo das listas dos que mais matam, dos que mais prendem e na rabeira das listas dos países que mais investem na vida.

3 Trata-se de um romance que utiliza a cartografia como elemento dorsal na narrativa, entrelaçando, a partir da arte de fazer mapas, as histórias de Nur e Rawiya, meninas que, separadas por séculos, atravessam territórios.

4 Jota Mombaça é uma artista interdisciplinar que se apresenta como *uma bicha não binária*, nordestina, cujo trabalho combina poesia, estudos acadêmicos e performances, tensionando a produção do conhecimento e ensaiando o fim do mundo que conhecemos. <https://projetoafro.com/artista/jota=-mombaca/#:~:text=%C3%89%20uma%20bicha%20n%C3%A3o%20bin%C3%A1ria,fig%C3%A7%C3%A3o%20vis%C3%A1ria%20e%20tens%C3%B5es%20entre>

O Brasil, em sua autodescrição como promessa utópica de um mundo pós-racial, configura-se, mais bem, como uma distopia antinegra e anti-indígena, em que as figurações de uma liberdade carnavalizada expressam não a ruptura com todas as normas, mas seu excesso. O Brasil, essa ficção colonizada e recolonial, submissa ao imperialismo e imperialista, dominada e dominante, nunca serviu de fato ao propósito das lutas contínuas por liberação do território e dos corpos subjugados em sua construção. (Mombaça, 2021, p. 10)

Certamente, olhando a história do Brasil, seria mais fácil vermos as continuidades do que as nuances que nos produzem atualmente um cenário de crise. Entretanto, algumas políticas conquistadas nas últimas décadas e alguns programas implantados nos últimos anos produziram um indicativo de transformação, o qual foi interrompido pelo golpe de 2016 contra o governo Dilma, a eleição de Bolsonaro e, após 2020, com a crise sanitária da covid-19.

Vivemos hoje numa sociedade em que o governo persegue a redução da esfera política, mostrando-se, muitas vezes, indiferente às questões públicas, uma sociedade que se torna cada vez mais atomizada, individualista, intimista. Em alguma medida, a construção do mundo comum fica, diante desse panorama, fragilizada e os sentidos tecidos pelo compartilhamento das experiências se diluem. (Barros, 2020, p. 376)

Como pesquisadoras, somos convocadas a dar respostas sobre o cenário brasileiro atual, mas como nos interrogam Pedro e Moreira (2021), “será que sabemos formular as perguntas?” (p. 3). Somos três professoras pesquisadoras brancas do sul do Brasil e, portanto, não somos alvos diretos das políticas genocidas que se constituem de forma racista e lgbtfóbicas, contra corpos negros, indígenas, pobres, *trans*. Entretanto, nossas práticas e pesquisas interpelam compromissos éticos que tensionam nosso lugar na branquitude e produzem a necessidade de deslocamentos para pensarmos um tempo de intensificação das desigualdades.

No campo acadêmico, a crise se desdobra com o corte de investimentos nas áreas de educação e ciência, limitando, de maneira geral, o desenvolvimento de pesquisas necessárias para a compreensão e enfrentamento das questões que se colocam no cenário brasileiro. Além dessas movimentações, que afetam genericamente o fazer ciência, algumas áreas são especialmente afetadas, visto existir um ataque direcionado para as humanidades, sendo que temas vinculados à defesa de políticas sociais e dos direitos humanos são alvos de tentativas frequentes de desqualificação, particularmente os que se desdobram em discussões sobre raça, gênero, sexualidade e desigualdade social.

Estarmos atentas e fortes tem sido uma necessária postura diante de intensos ataques à educação e às ciências humanas. A caça às bruxas “recai precisamente sobre aqueles que questionam os procedimentos burocráticos, adotam uma perspectiva

crítica para diagnosticar o tempo presente e se dedicam ao estudo de temas que colocam em questão as exclusões sociais, políticas e econômicas que atravessam a sociedade” (Mansano & Liberato, 2020, p. 442).

Também pensando o contexto contemporâneo na Universidade brasileira, Barros (2020) chama atenção para a produção do medo – uma pandemia do medo – como mecanismo de dominação, uma forma de docilização e manipulação dos corpos. “Essa produção de medo gera um mal-estar, vivido, muitas vezes, como catástrofe” (p. 367). Assim, nos últimos anos, acompanhamos, aflitas, decisões políticas com efeitos devastadores, em diferentes níveis, tanto sobre a pesquisa quanto sobre políticas educacionais, de saúde, de assistência social, entre outras. Longe de uma imagem de passividade, movimentamos instituições e energia na busca de mobilizações e alternativas, mas há uma sensação de terra devastada e aridez.

Exaurido de sua força vital para seguir na produção de si, do outro e, no caso aqui analisado, do conhecimento, o esgotado renuncia a sentir, apreciar, preferir ou realizar seja o que for, por mais simples que esse algo possa ser. É o que presenciamos, de maneira frequente, nesta atual política do esgotamento vigente em nosso país e também aplicada à academia: não se trata da mera produção de um corpo cansado pelo excesso de atividades, pelas avaliações acumuladas e pela sistemática desqualificação. Estamos, outrossim, diante de uma intervenção mais perigosa: aquela que pretende esgotar a potência afetiva dos pesquisadores e colocá-los na vizinhança da desistência, desdobrada em apatia e descaso. (Barros, 2020, p. 443)

Diferentemente de Mansano e Liberato (2020), Barros (2020) pensa o esgotamento como colapso, e não como cansaço. Para a autora, enquanto o cansaço supõe não dispor de outras possibilidades, o esgotamento pretende reinventar conexões, abrindo espaço para a criação. Aqui, as palavras de Linn da Quebrada (2019) e Jota Mombaça (2021) se conectam com as problematizações desse cenário acadêmico de fim de mundo, ou talvez de um apocalipse da ciência no Brasil. Se o esgotamento for uma forma de colapso de um certo modelo que está em ruínas, talvez seja melhor pensar para além desses modelos colapsados. É preciso pensar para além, ou, como nos convida Mombaça (2021), se não é possível despertar a consciência da necessidade da ciência, escreveremos “àquelas que vibram e vivem (e pesquisam) apesar de” (p. 8). Ou ainda, fundamentadas em Deleuze e Nietzsche, propor uma vertente de fuga que parte da pergunta: como resistir à forma-homem que aprisionou a vida, como extrair forças para uma vida mais afirmativa? (Henz, 2009).

Aqui, cabe lembrar de uma das cenas mais fortes da história de *O Mapa de Sal & Estrelas*. Após um bombardeio, a família de Nur precisa sair da Síria, através de paisagens devastadas. Não é fácil se localizar em territórios que antes tinham como

referência prédios que não existem mais e ruas tomadas por escombros. Os mapas que dispunham já não funcionam da mesma forma, mas há a experiência de já ter percorrido esses lugares que agora se encontram em ruínas. “Imagino as ruas onde viramos e vejo a rota como um pedaço de tecido, passando minhas mãos sobre suas voltas e reentrâncias” (Joukhadar, 2020, p. 76). Assim, também nos questionamos sobre nosso fazer enquanto pesquisadoras. Quais percepções nos permitem ainda percorrer esse território *apesar de*? Que novos mapas e novas rotas são possíveis de serem construídas no encontro da imaginação com a experiência que vivenciamos?

SOBRE OS MAPAS E NOSSOS IMPASSES ÉTICOS/TEÓRICOS/METODOLÓGICOS

É perigoso dizer ao mundo para onde você está indo o tempo todo.
(Joukhadar, 2020)

O historiador Paulo Miceli, em entrevista à UNIVESP em 2014, assinala que a importância dos mapas se refere à importância da localização para os seres humanos, sendo que, mesmo antes da invenção da escrita, já havia a preocupação em desenhar mapas (sobre a caça, os regimes de água dos rios etc.), sendo que os mapas congregam elementos diversos (religiosos, bélicos, estratégicos, culturais, entre outros) que são fundamentais para a compreensão de nossa realidade. Para o professor, a cartografia é um conhecimento estratégico fundamental e, em uma época em que o mundo ainda era um vasto terreno desconhecido, o cartógrafo, caso passasse seu conhecimento para algum rival, poderia ser condenado à morte.

Hoje, entretanto, deparamo-nos com uma questão diferente: com as atuais tecnologias de mapeamento (o *google maps*, por exemplo), há recursos diversos que permitem, inclusive, que qualquer pessoa com acesso à *internet* possa ver e se deslocar por lugares distantes, colocando-se, inclusive, no plano de visão de alguém que está em determinada localização, girando, vendo determinadas construções, como se estivesse, efetivamente, caminhando no lugar desejado. Contamos com tecnologias que permitem a captura de infinitas imagens com pontos de vistas diversos. A partir disso, na medida em que a ciência pode ser pensada como uma tecnologia que produz conhecimento a partir de muitos pontos, isso nos remete à dificuldade de traçar novos mapas, propor novos começos, visto haver a ilusão de já se conhecer o mapa todo, de que todos os caminhos já foram trilhados. Como criar o novo, como percorrer e cartografar o que ainda não foi mapeado ou mudar as rotas já traçadas?

Parece-nos que a pista está na compreensão, como nos alerta Joukhadar (2020), de que os mapas servem a propósitos específicos e que todos carregamos a geografia pessoal de quem somos, das pessoas que nos relacionamos, dos lugares pelos quais passamos. Nossos corpos integram os mapas e, portanto, podem auxiliar a contar outras

histórias, carregadas da nossa responsabilidade para com o mundo. Dessa maneira, é como pesquisadoras corporificadas que buscamos construir esse texto, o qual fala de pesquisar em tempos sombrios, em um mundo aparentemente já decodificado. Falamos assim de buscar lacunas, brechas, espaços escondidos ou pouco valorizados.

Neste debate, parece-nos relevante ainda apontar que traçar mapas não significa prescindir de métodos e teorias, mas, na direção do que traz Veiga-Neto (2009), compreender que, uma vez que essas discussões se deslocaram do geral e universal para o específico e regional, não se trata de encontrar supostas verdades sobre métodos e teorias, mas entender como nossos métodos e teorias operam e se articulam.

Apesar de toda diversidade epistêmica e de vida, por que ainda carregamos a dificuldade de pensar outras construções cartográficas? Castro, Lino e Mayorga (2020) nos provocam, apontando que é necessário resistir à lógica epistemicida, não nos tornando reféns das formas atuais de pensar a relação com o conhecimento. Para tanto, os autores propõem pensar como desobediências epistêmicas os campos de estudos feministas e antirracistas.

Dentre as formulações dos estudos feministas, os autores citados apontam que a reivindicação das mulheres como sujeitas da história e como produtoras da verdade colocou a experiência como conceito interessante para a ciência, visto que articula subjetividade, política, conhecimento e linguagem. Desse modo, é possível tensionar a noção de objetividade e a perspectiva universalista atribuídas como condições para o conhecimento científico.

Não queremos escorregar em um desconstrutivismo científico paralisante e maniqueísta, afinal não se pretende, com a nossa argumentação, a saída do próprio campo científico que, aos nossos saberes e práticas, é o que está em disputa. A ciência, portanto, corresponde a uma compreensão do mundo que é, sempre, contestável na medida em que nenhuma experiência está totalmente autorizada a uma compreensão universal dos fenômenos. (Castro, Lino, & Mayorga, 2020, p. 222)

Nessa direção, em uma entrevista, o autor de *O mapa de sal & estrelas* diz: “o que está no topo ou no meio do mapa nos mostra aquilo que é importante ou poderoso” (Pacheco, 2020, p. 9). Assim, enquanto debatíamos este texto, algumas questões ficaram ecoando em nós. Por exemplo, entendemos que certos mapeamentos, em tempos de acirramento de debates, poderiam produzir exposições de campos e argumentos preciosos para grupos contrários. Perguntamo-nos: se os mapas são importantes porque detalham territórios antes desconhecidos, em que medida também não podem servir para expor determinados modos de viver, fragilizando-os diante de políticas de homogeneização? A quem entregamos nossos mapas? O que entregamos quando cartografamos? Como podemos protegê-los? O que colocamos no topo ou no meio de nossos mapas?

A essas perguntas, poderíamos acrescentar outras: mapas são as metodologias? Os mapas seriam epistemologias? Traçar mapas com perspectivas epistemológicas e metodológicas diferentes mudariam as formas de percorrer o território mapeado ou mudariam o próprio território? Joukhadar (2020) diz que um mapa é somente um dos modos de olhar o mundo e o seu romance narra as disputas que se dão pela posse de mapas e a importância de saber lê-los para encontrar os caminhos. Quais os compromissos éticos de nossas pesquisas? Tais questionamentos nos levam a problematizar os mapas a partir de duas possibilidades: a colonização de territórios e a abertura ao novo.

MAPAS E COLONIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS

Como construímos nossas formas de ver o mundo? Como produzimos nossos mapas, ditos científicos? Donna Haraway (2009) chama atenção para o modo como a ciência não está deslocada de ações de violência e apropriação, “a visão é sempre uma questão do poder de ver - e talvez da violência implícita em nossas práticas de visualização. Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?” (2009, p. 25).

O conceito de epistemicídio nos dá pistas sobre o modo como algumas formas de ver foram destituídas de reconhecimento ao longo da história da ciência. Ou seja, mapas foram destruídos, ou roubados e apropriados ao longo da história da ciência, como analisa Grosfoguel (2016). O pensamento cartesiano, centrado no eu – *penso, logo existo* –, parte do pressuposto de um conhecimento universal, objetivo e neutro. Trata-se, portanto, de uma visão não corporificada do mundo.

Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2020) nos indicam: o cogito cartesiano produz a ideia de que “os outros não pensam ou não pensam adequadamente para produzir juízos científicos” e, ainda, os outros não existem “ou não têm suficiente resistência ontológica” (p. 12). Analisando genealogicamente o pensamento cartesiano, Grosfoguel (2016) ressalta que foram necessários alguns movimentos para a consolidação deste universalismo. Essa formulação – *penso, logo existo* – só ganha potência porque se produz como herança de uma longa história baseada na ideia de que *conquisto, logo existo* e nas práticas genocidas e epistemicidas, a saber, contra muçulmanos e judeus na invasão de Al-Andalus, contra povos indígenas e aborígenes, contra africanos e contra mulheres acusadas de bruxaria.

O que conecta o “conquisto, logo existo” (*Ego conquirō*) com o idolátrico “penso, logo existo” (*Ego cogito*) é o racismo/sexismo epistêmico produzido pelo “extermino, logo existo” (*Ego extermino*). É a lógica conjunta do genocídio/epistemicídio que serve de mediação entre o “conquisto” e o racismo/sexismo epistêmico do “penso” como novo fundamento do conhecimento do mundo moderno e colonial. (Grosfoguel, 2016, p. 31)

Essas são algumas das heranças que carregamos no fazer científico. Mapas roubados, exterminados e manchados de sangue para a construção de uma ciência que se diz universal. Entretanto, a fantasia da visão universalista é, na realidade, um particularismo, um modo de ver muito específico que se tornou hegemônico, que se pretende sem corpo e livre de quaisquer interesses ou pertencimentos (Bernardino-Costa, Maldonado-Torres, & Grosfoguel, 2020). Temos, portanto, a falácia da construção de um mapa único para territórios completamente diferentes.

Assim, regimes de verdade são produzidos como efeitos de disputas nos diferentes campos do poder que são constituídos por marcas de dominação. “A objetividade máxima de um conhecimento é, justamente, a certeza de sua visão corporal e parcial; contrapondo-se, assim, à ‘visão de lugar nenhum’ da pretensa neutralidade da modernidade/colonial”. (Castro, Lino, & Mayorga, 2020, p. 216).

Mas é também nesse território da ciência que buscamos a produção de outros mapas, percorrendo territórios em ruínas, colhendo vestígios silenciados de batalhas cotidianas. Pedro e Moreira (2021) convidam ao afastamento dos olhares pretensamente isentos e universais, alertando para a necessidade de situarmos nossos territórios e práticas, não dando margem para ambiguidades no que se refere a nossos enquadramentos, escolhas e intencionalidades. Afinal, como coloca Joukhadar (2020), a forma de lidar com as coisas é sabermos quem somos, visto que os lugares pelos quais passamos se tornam parte de nós.

Por outro lado, Larrosa (2014) discute que, na pesquisa, é preciso também limitar-se, trabalhando, às vezes, não por excesso (mais instrumentos metodológicos, mais recursos, mais estruturas, mais dados), mas por subtração. Isto implica uma necessidade de *poder não* (o *poder não* é diferente do *não poder*, visto que, enquanto *não poder* significa impotência, o *poder não* é o outro lado da potência), colocando limites ao nosso saber e à nossa vontade, limitando o que se pode fazer, o que se pode saber, o que se pode querer, abstendo-se. A partir de Agamben, ele entende que se trata de pensar a ação humana não somente pelo que pode fazer, mas especialmente pelo que pode não fazer - a exemplo do personagem Bartleby, no conto de Melville: *preferiria não*.

Assim, do mesmo modo que “um filme é um traço de luz sobre uma superfície sensível” (Larrosa, 2014, p. 43), o autor assinala que a pesquisa se relaciona com a visão, a visibilidade e a iluminação, sendo que a iluminação não é apenas uma questão técnica, mas também ética. Desenvolvendo uma analogia com o cinema, ele diz que, às vezes, é necessário apagar os refletores, baixar a iluminação, reduzir o visível, buscando um equilíbrio entre a visibilidade e a invisibilidade. Ou como diria Manoel de Barros (2013), “desexplicar – tanto quanto escurecer acende os vaga-lumes” (p. 242).

Na história do livro de Joukhadar (2020), a mãe, que é uma fazedora de mapas, prepara um mapa especial para a família num cenário de guerra e deslocamento.

— *Pintei uma coisa nova — diz ela — Um mapa especial. Pintei uma camada de cada vez.*

Olho para ela com mais atenção.

— *Por que você pintaria alguma coisa só pra pintar outra em cima?*

— *Tem que ser feito assim — diz Mama — Às vezes, não basta colocar tudo de uma vez. Às vezes é preciso de mais de uma tentativa para acertar. (p. 40)*

Há um jogo de mostrar e esconder que na história se faz pela inclusão de camadas de tintas no mapa, com o cuidado de não ser totalmente identificável a qualquer pessoa que olhe. É preciso cuidar o que mostrar e como mostrar. Quando pensamos nesse cuidado em relação às pesquisas, os desafios metodológicos e epistemológicos se ampliam.

Nessa perspectiva, também, às vezes, é preciso cartografar menos, não explorar todos os cantos, não acender todos os refletores, não visibilizar tudo. Deixar que se acendam os vaga-lumes. Às vezes, é necessário *pintar alguma coisa só para pintar outra em cima*, em um delicado jogo de apagamento, mostrando que os mapas não são definitivos, mas também se encontram em um permanente estado de desaparecimento.

MAPAS E ABERTURA AO NOVO

Iniciamos o texto falando de *Amor mundi*. Larrosa (2014) afirma que o ato de pesquisar exige acreditar no mundo e em si mesmo, isto é, acreditar na presença do mundo e na vontade de estar presente diante da presença do mundo. Nessa perspectiva, pesquisar pressupõe um determinado modo de relação com o mundo. Assim, mais do que um método geral, pode-se pensar que o que existe é um método que não pode ser convertido em metodologia, visto que não precede o processo, mas é elaborado na medida em que a pesquisa é realizada. Dessa maneira, o método não pode ser replicado, mas se esgota na própria pesquisa que foi produzida.

O que não nos é dado como real é aquilo que percebemos, aquilo sobre o que falamos, sobre o que pensamos, sobre o que atuamos. Mas o que não é dado como real não é senão o resultado da ficção dominante, que dizer, dos modos consensuais de perceber, de falar, de pensar e agir. E aquilo que os artistas (mas também os pesquisadores) que estão comprometidos com a verdade fazem é mudar o “real”, quer dizer, mudar nossas formas de ver, de dizer, de pensar e de atuar. E mudá-lo de uma forma não consensual, de uma forma polêmica. (Larrosa, 2014, p. 27)

Ao descrever uma experiência de pesquisa na qual a instrução era perder-se na cidade e construir um mapa a partir de determinados parâmetros, Olarieta (2014) conclui que o mapa não é o ponto de partida, mas resulta do próprio exercício. Entretanto, não são instrumentos de sobrevoo, pois são mapas inúteis, isto é, mapas que não são mapas.

Retomando Hannah Arendt, Assy (2019) diz acreditar que, em tempos sombrios, é necessário amar. Entretanto, não se trata de amar de qualquer maneira, mas é preciso amar a partir da noção de justiça, ou seja, é necessário dignificar a vida, saindo de uma condição de vida meramente biológica para uma vida política, uma vida qualificada. Desse modo, assumir a responsabilidade com o mundo implica pelo menos duas dimensões éticas (uma subjetiva e outra objetiva), sendo que, ao mesmo tempo que busca construir um mundo partilhado, um mundo comum, entende-se que esse mundo é tanto material quanto simbólico, visto que agrega sujeitos.

Por sua vez, Barros (2020) se questiona sobre como construir uma experiência pública compartilhada em tempos nos quais a experiência se encontra em crise, salientando que “o que nos inquieta é uma desresponsabilização pelo mundo como verdadeira crise da liberdade e do sentido de público ou do mundo comum” (p. 376). Portanto, o amor pressupõe pensar o mundo não em um momento de reconstrução, mas no momento em que ele está se desmantelando, pensando outras categorias. Ou, como nos convida a pensar Linn da Quebrada: “*O mundo já acabou e estamos dançando sob suas ruínas para celebrar novos projetos de mundo*”⁵.

Amar o mundo também diz respeito à presença, a “aceitar o mundo tal qual é” (Larrosa, 2014, p. 33), o que não nos impede de mudar as coisas e produzir novos mundos possíveis. Também se trata de realizar um trabalho sobre si, de se colocar em questão, de se colocar em relação consigo mesmo (Masschelein & Simon, 2008, citados por Olarieta, 2014), abrindo-nos ao desconhecido, deixando-nos afetar. Afinal, nossos mapas são inúteis, pois, como lembra Joukhadar, não deixa de ser estúpido que as tintas sequem tão rápido, visto que as coisas mudam o tempo todo e “sempre temos que consertar os mapas, repintar as fronteiras de nós mesmos” (2020, p. 78).

Assim, produzir mapas que se pretendam não colonizadores se relaciona não tanto com encontrar e mapear territórios desconhecidos, mas talvez deixar-se perder e, ao fazê-lo, perder o território que se pensa conhecer, à maneira do exercício descrito por Olarieta (2014), no qual é necessário caminhar a partir da ideia de que não se sabe o que não se sabe e que não se pode fingir não saber o que sabe, dando atenção ao que o caminho apresenta e também ao que o/a pesquisador/a deve fazer para que o caminho lhe dê a ver o que precisa para sua

5 Frase retirada de um *twitter* postado por Linn da Quebrada em 07 de outubro de 2019. <https://twitter.com/linndaquebrada/status/1181340104272556032>

cartografia. Como nos diz Audre Lorde (2020, p. 203), “às vezes tanto a bênção quanto a maldição da poeta é perceber sem conseguir organizar de imediato as percepções, e isso é mais um nome para o ‘Caos’. Mas é claro que é do ‘Caos’ que nascem novos mundos”. Há, assim, certa possibilidade de criação ao acolher o caos, de não ter uma rota muito bem traçada de antemão, uma forma de resistir.

O resistir envolve um *devoir*, tanto dos pesquisadores quanto dos pesquisados, uma vez que as questões têm a chance de se multiplicar, complicar e implicar, exigindo um tempo nem sempre compatível com a duração definida pelas instituições que regulam as pesquisas (e por seu mais recente agregado, o mercado). Nesse trajeto, são experimentadas agitações afetivas que não foram planejadas; transes e vertigens que não admitem, de maneira imediata, a sucessão de palavras organizadas em um resultado conclusivo. Afinal, não estamos apenas no campo da representação e da razão, mas também no campo das intensidades, no qual as palavras a serem articuladas deixam entrever uma fluidez caótica e testemunham a dificuldade de produzir conhecimento sobre essa matéria indócil que é a vida.” (Mansano & Liberato, 2020, p. 445)

Falar de mapas como abertura ao novo não aponta, portanto, para as inúmeras tecnologias de mapeamento que temos hoje, que pretendem colocar luz sobre tudo, dando a conhecer todos os territórios. Ao contrário, na medida em que se trata de um exercício de transformação de si, busca-se, nos rastros de Nietzsche e Foucault, nos próprios seres humanos, o “conjunto de forças que resistem” (Deleuze, 2005).

— Você não entendeu? — pergunta Zahra. — Esse não é só um mapa de onde estamos indo. É um mapa de onde viemos.

...

Pela primeira vez em anos, penso em algo que Mama me contou quando eu era pequena: quando se desenha um mapa, você não pinta só o mundo como ele é. Você pinta o seu próprio mundo. (Joukhadar, 2020, p. 322)

Ou, como escreve Larrosa (2014), se nos é dito que precisamos diagnosticar ou conhecer a realidade, mas esta realidade, por vezes, nos dá uma sensação de irrealidade, pois não existe nada nela além das imposturas dos dispositivos que criamos, é preciso que nos transformemos, mudando “o sentido da ‘relação de pesquisa’ com o mundo para encontrar ou reencontrar algo que seja válido como real, algo que nos dê a sensação de estarmos ali (o problema não é quem sou, mas onde estou), algo que nos dê a sensação de estarmos vivos frente a um real também vivo, ou seja, verdadeiro, incompreensível, mas não por não estar menos presente” (p. 26). Somente assim conseguiremos produzir mapas inúteis porque

não podem ser replicados, mas que se referem apenas a um modo de olhar as coisas, no intuito de inventar outras formas de estar no mundo.

— Eu me pergunto se todos os mapas são histórias.

— Ou se todas as histórias são mapas — diz Huda.

Toco a meia-pedra no meu bolso.

— Talvez nós sejamos mapas também. Nossos corpos inteiros. (Joukhadar, 2020, p. 355)

AMAMOS O MUNDO O SUFICIENTE PARA RESPONSABILIZARMO-NOS POR ELE?

“Embora devam morrer, os homens não nasceram para morrer, mas para recomeçar.” (Arendt, citada por Freitas, 2014, p. 61)

Decorrido alguns meses do início desta escrita, os tempos continuam sombrios. Mais sombrios... Demasiadamente sombrios. A ideia de pensar a pesquisa como *Amor mundi* permanece ecoando: será que amamos o mundo o suficiente para responsabilizarmo-nos por ele? O romance e as reflexões que nos conduziram até aqui nos levam a entender que um mapa é sempre “um mapa de nós” (Joukhadar, 2020, p. 322), convocando-nos a pensar nossa relação com este mundo em ruínas.

Nenhuma palavra irrompe na escuridão
Nenhum deus levanta a sua mão
Até onde meu olhar alcança
Vejo terra que se agiganta.
Nenhuma forma se desprende,
Nenhuma sombra pairante se dá.
E continuo sempre apenas a ouvir:
Tarde demais, tarde demais.
(Arendt, citada por Freitas, 2014, p. 63)

O poema acima foi escrito ainda na juventude de Hannah Arendt, como aponta Freitas (2014), período em que viveu como apátrida, visto que, como judia, teve sua nacionalidade retirada pelo regime nazista. Identificada com aqueles que *não têm direitos a ter direitos*, perseguida pelo regime totalitário, trocava cartas e poemas com os amigos. Sem sentir-se pertencente ao mundo, acompanhada pelo sentimento de não proteção, não existia do ponto de vista político. Vida marcada

pelo terror e extermínio. Interessante a menção de Maia e Reinaldo (2019) em relação ao relato de Arendt sobre a colaboração dos líderes judaicos com o nazismo no extermínio dos judeus, no caso Eichmann. Seu amigo Gershom Scholem a acusa de não amar o povo judeu, sendo a resposta contundente:

Você está completamente certo — eu não sou movida por nenhum “amor” deste tipo, e por duas razões: em toda minha vida, eu jamais “amei” um povo ou coletividade — nem o povo alemão, nem o povo francês, nem o povo americano, nem a classe trabalhadora ou qualquer coisa deste tipo. Eu amo realmente “apenas” meus amigos e o único tipo de amor que eu conheço e em que acredito é o amor por pessoas. (Arendt, citada por Maia & Reinaldo, 2019, p. 63)

Como, então, ela propõe o amor ao mundo? Como se caracteriza? As condições de possibilidades que fizeram emergir a concepção de *Amor mundi* têm relação com o exercício do pensamento, a constante reflexão sobre o sentido de pertencimento ao mundo, ação considerada por ela como responsabilidade de todos, e “as terríveis manifestações decorrentes do desaparecimento deste mesmo mundo compartilhado na era moderna” são tomadas como meta (Freitas, 2014, p. 57). Seguindo Linn da Quebrada (2019), o mundo já ruiu outras vezes.

Além de Arendt conceber pensamento e ação como dimensões interdependentes, e que “pensar é antes de tudo existir enquanto sujeito responsável” (Freitas, 2014, p. 57), Maia e Reinaldo (2019) compreendem que a Revolução Húngara (1956) teve papel decisivo para a sua possibilidade de amar o mundo. A resposta dos revolucionários ao totalitarismo foi decisiva para que o sentimento de pertença a fizesse começar a amar o mundo. É o despertar para uma “disposição radical de partilhar o mundo, dotando-o de significados por meio da ação e do discurso” (Maia & Reinaldo, 2019, p. 69).

Assim, um dos significados de *Amor mundi* é responsabilidade e cuidado com o mundo comum, “partilhar discursivamente os acontecimentos mundanos que, ao contrário da compreensão romântica do amor e do amor fraternal, não nos remete a nós mesmo, à nossa intimidade e nem nos amalgama coletivamente” (Aguiar, 2010, p. 38).

Mas se o cenário para emergência de *Amor mundi* foram os tempos sombrios do século XX e as reflexões políticas concomitantes, o século XXI prescinde do mesmo imperativo político, pois vivemos imersos entre discursos de ódio e intolerância no Brasil e no mundo. Como traçar um mapa de nós que envolva amar como categoria política?

Francisco Ortega (2020), na sua leitura de Arendt, expande o sentido de *Amor mundi* ao trazer à cena a amizade, pois essa se alinha à humanidade, exatamente por voltar-se ao público, ao contrário da fraternidade que se figura como

comunidade identificatória. Talvez a pista esteja na amizade, na solidariedade, no respeito. Ao invés de fortalecer as identidades, pensar o amigo, pensar a amiga, desenvolvendo a sensibilidade para as diferenças.

Apostar em novas formas de amar o mundo é inventar relacionamentos voltados para o mundo, para o espaço público, para a solidariedade. Uma ética da amizade que recupere a vontade de agir, reivindicando a possibilidade de experimentar e imaginar o que ainda não foi imaginado, criando outras formas de vida e comunidade. Para o autor, esta é uma forma de resistência política efetiva, “pois a ação política se define também pela procura e fomento de novas formas de subjetivação, de imagens e modelos para pensar e amar” (p. 17).

Neste sentido, Aguiar (2010) salienta que a amizade possibilita resistir às violências cotidianas. A amizade como *Amor mundi* pode ser um começo a se entranhar numa retomada da amizade como exercício político. Nas palavras de Ortega (2020, p. 17):

A amizade é um fenômeno público, precisa do mundo, da visibilidade dos assuntos humanos para florescer. Nosso apego exacerbado à interioridade, a “tirania da intimidade” não permite o cultivo de uma distância necessária para a amizade, pois o espaço da amizade é o espaço entre os indivíduos, do mundo compartilhado – espaço da liberdade e do risco –, das ruas, das praças, dos passeios, dos teatros, dos cafés.

Pode-se dizer que amizade política é contrária à concepção de governo baseado na categoria do inimigo. Hannah Arendt aposta na amizade como esperança de que os homens nasceram para começar, e não para morrer. Defendia o pluralismo, onde o potencial de uma liberdade e igualdade política só poderia ser gerado *entre* pessoas (Aguiar, 2010, p. 43 – grifo nosso).

Dessa maneira, chegamos ao final desta escrita de forma circular, de modo que as considerações não possuem a pretensão de um fechamento, mas se constituem reflexões que seguem reverberando nossos questionamentos e incômodos, como camadas de tinta sobre um mesmo mapa, compondo pistas explícitas ou encobertas. A escrita deste texto, num contexto de intensas demandas de trabalho virtual com calendários acadêmicos divergentes, no cenário de instabilidade econômica e política e de impactos nas relações cotidianas e familiares, além de desafiador, produziu a tentativa de análise desses territórios e elaboração de mapas de nós e para nós.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, O. A.** (2010). A amizade como *Amor mundi* em Hannah Arendt. *O Que nos Faz Pensar* (PUC-RJ), 28, 131-144.
- Assy, B.** (2019). *Amor mundi* em Hannah Arendt. In R. Pinheiro, F. D. Asensi, F. Herbert, & M. E. B Barros (Orgs.), *Amor mundi, políticas de amizade e cuidado. A integralidade e polifonia do cotidiano da saúde* (pp. 12-23) FGB/Pembroke Collins.
- Barros, M.** (2013). *Poesia completa*. LeYa.
- Barros, M. E. B.** (2020) Resistência e criação: micropolítica das violências e subjetivação do medo no contexto da ciência e da democracia. *Psicologia em Revista*, 26(1), 365-379.
- Belchior, A. C.** (1976). *Alucinação*. Álbum: Alucinação. Phillips/Phonogram.
- bell hooks** (2020). *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Elefante.
- Bernardino-Costa, J., Maldonado-Torres, N., & Grosfoguel, R.** (2020). Introdução. In *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico* (pp. 9-26) Autêntica.
- Castro, R. D., Lino, T., & Mayorga, C.** (2020) Desobediências epistêmicas: propostas feministas e antirracistas em direção a um projeto de ciência e sociedade decolonial. *Cadernos de Estudos Culturais*, 2(24), 209-226.
- Deleuze, G.** (2005). *Foucault*. Brasiliense.
- Freitas, B. P.** (2014). Hannah Arendt: uma vida vivida na unidade entre pensamento e ação por amor ao mundo. *Cadernos Zygmunt Bauman*, 4(7), 49-65.
- Grosfoguel, R.** (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado [online]*, 31 (1), 25-49.
- Haraway, D.** (2009). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41.
- Henz, A. O.** (2009). Formação como deformação: esgotamento entre Nietzsche e Deleuze. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 9(1), 135-159.
- Joukhadar, Z.** (2020). *O mapa de sal & estrelas*. Dublinense.
- Larrosa, J.** (2014). Como entrar no quarto da Vanda: notas sobre a investigação como experiência (tendo como referência três filmes e alguns textos de Pedro Costa) e considerações sobre a investigação como verificação da igualdade (tendo como referência alguns textos de Jacques Rancière). In F. F. R. Martins, M. J. V, Netto, & Walter O. Kohan (Orgs.), *Encontrar escola* (pp. 22-50). Lamparina; FAPERJ.
- Lorde, A.** (2020). *Irmã outsider*. Autêntica.
- Maia, A. G. & Reinaldo, F. J. O.** (2019). Amor mundi: uma resposta radical a uma desesperança política radical. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, 10, 59-72.
- Mansano, S. R. V. & Liberato, M. T. C.** (2020) Resistir para pesquisar, pesquisar para resistir: construindo uma sustentabilidade afetiva na Universidade. *Psicologia em Revista*, 26(1), 436-451.
- Miceli, P.** (2014). *A história da cartografia e a importância dos mapas* [Video]. <https://www.youtube.com/watch?v=Ls-DTif6QKg>
- Mombaça, J.** (2021). *Não vão nos matar agora*. Cobogó.
- Olarieta, B. F.** (2014). Breve história de uma instrução para perder-se na cidade. In F. F. R. Martins, M. J. V, Netto, & Walter O. Kohan (Orgs.), *Encontrar escola* (pp. 51-65). Lamparina; FAPERJ.

Ortega, F. (2020). Por uma ética e uma política da amizade. *Caderno de Leituras*, 109, 1-18. Edições Chão da Feira.

Pacheco, P. (2020). Entrevista: Zeyn Joukhadar. Todos carregamos a geografia pessoal de quem somos. *Revista TAG* (Porto Alegre), 07-09.

Pedro, R. M. L. R. & Moreira, M. C. (2021). Conhecer, intervir, partilhar: pistas para a pesquisa psicossocial na construção de mundos possíveis. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 16(2), 1-17.

Quebrada, L. [@linndaquebrada] (2019, 07 de out.). & que por isso faz tanto sentido que eles estejam com medo. eu tbm estaria se fosse eles... *Twitter*. <https://twitter.com/linndaquebrada/status/1181340104272556032>

Veiga-Neto, A. (2009). Teoria e método em Michel Foucault: impossibilidades. *Cadernos de Educação*, 34, 83-94.

CONEXÕES REMOTAS:

ATRAVESSAMENTOS POLÍTICO-NEOLIBERAIS NAS PRÁTICAS DE ENSINO E PESQUISA

*Giovana Barbieri Galeano
Camilla Fernandes Marques
Neuza Maria de Fátima Guareschi*

Desde março de 2020, imagens cada vez mais bárbaras revolvem nossa memória cotidiana: o distanciamento físico que impôs a casa como refúgio, enquanto algumas dessas casas se mostraram ainda mais violentas do que os dados estatísticos indicavam; a fome, aguda e crônica, privada e silenciosa; a agressão e suas diversas marcas; o feminicídio; o pavor do desemprego, a ausência do mínimo. As horas trabalhadas e não pagas; a exaustão; o medo.

Temos sido inundadas(os) pelo cansaço de explicar o óbvio; intoxicadas(os) com as notícias truculentas, com os desgovernos e com o projeto político-econômico genocida. Procurando bem, até quem vive, supostamente, em “condições adequadas”, não ficou imune ao jogo mortal que tem sido empreendido no Brasil (Castro, 2020). O corpo-vetor (Lima, 2020), que pouco parece se importar consigo mesmo, ao assumir, deliberadamente, a escolha por se aglomerar, deu indícios consistentes do esfacelamento do cuidado, da empatia e de que “o inimigo não é o vírus” (Barzaghi, 2020, p. 1), ou pelo menos, não é somente o vírus.

Enquanto isso, no bojo dos procedimentos, embora o vírus não faça distinção de raça/cor, classe e gênero, a possibilidade de cumprir o quase banal ato de lavar as mãos com água e sabão por, pelo menos, 20 segundos não é uma realidade para todas(os) e, nesse sentido, morreram, cruelmente, as populações que vêm morrendo diariamente.

Na mesma proporção que somos lembrados, como disse o Krenak (2020, pp. 1-8), de que basta a “Terra tirar a teta da nossa boca e dizer: «respirem agora, quero ver»”, encaramos a escassez das estratégias estatais em suprir a demanda por leitos hospitalares, respiradores, cilindros de ar para os hospitais, embora em termos de AR (mas), medicamentos sem eficácia comprovada e incompetência logística, o desempenho tem sido excelente.

Nós, mulheres, brancas, pesquisadoras e docentes, cujos privilégios, historicamente, têm servido como escudo protetor e, simultaneamente, de antolhos¹, debatemo-nos com aquilo que o cotidiano capitalista-neoliberal nos faz, impetuosamente, “passar por cima” em nossas práticas rotineiras. O excesso de horas trabalhadas, o acúmulo de funções, a dedicação, sem limites, pelo nosso ofício. Os cortes, criminosos, no investimento em pesquisa, especialmente nas Ciências Humanas, com os quais já temos lidado, mas encaramos em tempos “normais, não-pandêmicos” fazendo gambiarras para cumprir os cronogramas, objetivos, produtos das investigações; até a massificação do ensino que nos levava a inscrever em uma zona de não-saber o fato de muitas(os) de nossas(os) alunas(os) não só não terem acesso aos recursos materiais/tecnológicos mínimos para realizar suas atividades acadêmicas, como, também, enfrentam problemas de subsistência, violências e, assim como muitas(os) de nós, um abatimento profundo com relação às perspectivas de futuro.

Somos convocadas, então, a discutir os desafios políticos, metodológicos e éticos na pesquisa e no ensino da psicologia em tempos de pandemia de covid-19 no Brasil, bem como as afetações desses tempos na experiência de ser pesquisadora e docente. Cabe dizer que nossa discussão não deriva somente do contexto pandêmico, mas sim do conjunto de acontecimentos que tem, nos últimos cinco anos, produzido diversos graus e vivências de precarização e vulnerabilidade.

As materialidades que compõem a análise advêm de três principais campos: as práticas de ensino, as experiências de pesquisa e o cotidiano visibilizado em notícias e medidas jurídico-legais relacionados à temática da nossa discussão. Essas materialidades serão analisadas a partir de uma perspectiva foucaultiana em aproximação com autoras(as) situadas(os) no Sul Global, de modo a examinar a conjuntura das relações de saber-poder que inscrevem os desafios aqui em foco.

Inicialmente, discutiremos as tramas da desigualdade que, certamente, não são provenientes do contexto pandêmico, mas foram acentuadas e asseveradas nesse período que desde março de 2020 já vitimou mais de 600 mil pessoas no Brasil. Posteriormente, problematizaremos 4 principais desafios, quais sejam: a luta cotidiana e já conhecida contra as desigualdades que acentuam as injustiças sociais, acesso e garantia de direitos; o enfrentamos às formas de desinvestimento em ensino e pesquisa que afetam nossos cotidianos; o terceiro desafio incide sobre nossas estratégias metodológicas que precisaram ser adaptadas diante das recomendações de distanciamento físico; e, por fim, o quarto desafio se relaciona à possibilidade de retorno das atividades presenciais, principalmente no que concerne ao que vem sendo denominado de “novo normal”.

1 Acessório que limita a visão impedindo olhar para os lados.

UM PIXEL NA REDE: AS TRAMAS DA DESIGUALDADE

Nossas conexões remotas têm dado visibilidade aos *pixels* que constituem as tramas não apenas virtuais, mas da desigualdade econômica, política e de acesso e garantia de direitos. Um dos contextos destacados durante a emergência sanitária, sem dúvidas, foi situado no âmbito da educação. É nesse aspecto que Elmara de Souza (2020) analisa a educação em tempos de pandemia, destacando que “20,9% dos domicílios brasileiros não têm acesso à internet, isso significa cerca de 15 milhões de lares”; por sua vez, em “79,1% das residências que têm acesso à rede, o celular é o equipamento mais utilizado” (p. 111), sendo que, em muitos casos, um único aparelho é compartilhado por todos os membros da família. A autora indica ainda as diferenças em termos de estrutura para o desenvolvimento das atividades remotas, pois, se as classes médias e alta desfrutam de privilégios de acesso e possibilidades de permanência na referida modalidade, as residências das classes populares, em geral, têm “poucos cômodos onde convivem várias pessoas, tornando-se difícil a dedicação dos alunos às atividades escolares” (p. 111).

Além disso, “a crise do coronavírus no Brasil expôs a realidade de uma sociedade histórica e estruturalmente desigual” (Trovão, 2020) de maneira acentuada, pois atingiu parcelas da população que, anteriormente, gozavam de privilégios (econômicos, sociais, dentre outros). Veja-se o fato de que, nesse contexto da crise sanitária, houve perda expressiva por parte das empresas, especialmente as de micro e pequeno porte; perdas para a classe trabalhadora que, abruptamente, teve seus empregos e rendas reduzidos; ineficiência – projeto – do Estado em atuar de modo a preservar as condições básicas de saúde, educação, alimentação e proporcionar suporte para a garantia dos empregos.

A fragilização das seguranças trabalhistas deu visibilidade para a operacionalização de dispositivos jurídico-políticos, característicos do Estado Democrático de Direitos, a partir de uma lógica de exceção (Agamben, 2004, 2012), especialmente se nos atentarmos a dois movimentos: o primeiro diz respeito à possibilidade de instituir práticas que não são lei, mas têm força de lei, isto é: operam “como se fosse” (Agamben, 2004); o segundo fez com que a pandemia se constituísse enquanto condição de possibilidade para que violações de direitos fossem justificadas em razão da situação de emergência. O primeiro movimento se mostra na utilização de Medida Provisória (MP), que são instrumentos com força de lei, “pelo presidente da República, em casos de relevância e urgência para o país” (Câmara dos Deputados). Embora os efeitos jurídicos sejam imediatos, “a Medida Provisória precisa da posterior apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (Câmara e Senado) para se converter definitivamente em lei ordinária” (Congresso Nacional). Ressalta-se, nesse sentido, que desde o início da pandemia até meados de abril de 2020 foram editadas 28 MPs vinculadas à pandemia (Mugnatto, 2020).

Uma questão problemática referente ao uso de MPs diz respeito a sua instituição para assuntos estruturantes tais como: MP 905/19 e MP 936/20, cujos conteúdos diziam respeito à redução de direitos trabalhistas, suspensão de contratos de trabalho e diminuição de salários e jornadas, respectivamente (Janary, 2020; Murilo Souza, 2020). Cabe indicar que um dos argumentos para flexibilização dos contratos de trabalho era o de que empregador e empregado teriam a possibilidade de chegar a um consenso; o fato é que, ao contrário do que tal argumento preconiza, o consenso não opera simetricamente em termos de relação de poder, além de tal medida contribuir com o esfacelamento da segurança trabalhista e fragilização dos direitos do trabalhador.

Já o segundo ponto – violações de direito justificadas pela situação de emergência - se mostra desde a questão inicial: conflito no estabelecimento e condução de diretrizes para o enfrentamento da crise sanitária (Conselho Nacional de Direitos Humanos, 2021). A acentuação do desmonte das políticas de saúde visibilizada pela exposição da precariedade estrutural dos estabelecimentos, insuficiência de leitos, negligência na distribuição de recursos materiais são ações que expõem o projeto político de morte em um país em que o Sistema Único de Saúde é a única forma de atendimento médico por parte de milhares de brasileiras(os) (Pontes, 2020); além disso, efetivou-se a veiculação de discurso negacionista, promoção de medicamentos sem eficácia comprovada cientificamente para covid-19, recusa das medidas de isolamento, ou seja, de partida toda uma série de violações de direitos, produção e distribuição de desinformações, sem mencionar a promoção de aglomerações incentivadas pelo chefe do Executivo e desrespeito pelas instituições democráticas visibilizadas em manifestações dos apoiadores do atual Presidente da República.

Foi nessa conjuntura que se evidenciou um jogo complexo com relação às determinações de serviços essenciais, não essenciais e as possíveis flexibilizações dos tipos e horários de funcionamento dos mesmos. Com o Decreto nº 10.282/2020 – modificado diversas vezes ao longo do período de pandemia a partir de decretos adicionais - foram definidos os serviços públicos e atividades essenciais, dentre as quais estão aqueles de assistência à saúde, assistência social, segurança pública e privada, serviços de telecomunicações, atividades de pesquisa relacionadas à pandemia, comércios, bens e serviços, salões de beleza, academias, dentre outras. Ressaltamos, entretanto, uma (des)articulação entre Municípios, Estados e a União com relação às medidas a serem adotadas, embora por um período as atividades não essenciais tenham sido compelidas a suspender suas ações (Britto, 2020). Essa (des)articulação se deu tanto com relação à instituição ou não da obrigatoriedade do uso de máscaras quanto na instauração da quarentena de modo que cada Estado e, nesses, cada Município passou a operar de uma forma (Britto, 2020; Supremo Tribunal Federal, 2020).

A crise sanitária agenciou e estendeu no tempo a possibilidade de exposição da vida à morte, especialmente pelo vínculo potencializado com o neoliberalismo e com o fascismo em ascensão no Brasil, marcadamente racista e misógino. Para se ter uma ideia, Santos, Nery, Goes, Silva, Santos, Batista e Araújo (2020, p. 228) demonstram que “o quesito raça/cor não foi elegível para análise de situação epidemiológica da covid-19 nos primeiros boletins epidemiológicos”; essa incorporação se deu após posicionamento do “GT Racismo e saúde, da Coalização Negra e da Sociedade Brasileira de Médicos da Família e Comunidade”.

A ausência desses dados não é por acaso, visto que a pandemia “atinge em especial os pobres, os negros e as mulheres ao redor do mundo” (Davis & Klein, 2020, l. 47), isso porque, como mencionamos anteriormente, embora o vírus não faça distinção de raça/cor, classe e gênero, as condições básicas de existência, dentre as quais se encontra a possibilidade de acesso à alimentação de qualidade, moradia e segurança no trabalho não é para todas(os), de modo que o extermínio brasileiro vitimou as mesmas populações que vêm morrendo pelo insistente desinvestimento nas políticas que deveriam protegê-las. Ademais, Martins (2020, *online*) aponta que, com relação ao quadro brasileiro, “apesar de haver muitas pessoas infectadas nos bairros ricos, poucas morrem; as mortes são mais numerosas em bairros populares, conjuntos habitacionais e favelas, enfim, no que chamamos de “periferias”.

Albuquerque e Ribeiro (2020), por sua vez, explicitam que “esperava-se um aproveitamento maior da existência do Sistema Único de Saúde (SUS) e da atenção primária capilarizada por todo o território”, entretanto, “uma das principais problemáticas que se agudizou a partir do caso brasileiro é como a pandemia da covid-19 é condicionada pelas enormes desigualdades socioespaciais” (p. 2). Ademais, no que concerne aos acontecimentos, especialmente, dos últimos quatro anos em que dispositivos jurídico-políticos característicos do Estado de Direito têm sido operacionalizados de forma totalitária (Agamben, 2004) reificando espaços de vulnerabilização, pauperização e morte (Galeano, Guareschi, & Sciesleki, 2019), temos vivenciado a primazia da preocupação econômica em detrimento da proteção às vidas. Veja-se, por exemplo, as justificativas do desmonte das políticas públicas desde o ano de 2016 (Marques, Roberto, Gonçalves, & Bernardes, 2019), que tem intensificado as retiradas de investimento financeiro, ao longo desses anos, de todo o suporte de saúde, educação e de assistência social que, inclusive, verifica-se na ausência/fragilidade de articulação frente à situação pandêmica.

No âmbito das tentativas de mitigar as desigualdades sociais, de março de 2020 até o presente (outubro de 2021) algumas iniciativas de enfrentamento foram realizadas: houve a doação de computadores para alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Costa, 2021; *R7*, 2021; Ministério da Educação, 2021a); diante da ausência de acesso à internet (*Brasil 61*, 2021), realizou-se a disponibilização de internet móvel em um projeto do Ministério da Educação

(Ministério da Educação, 2021b); após muitas discussões e problemas para implementação, o Governo Federal proveu parcelas de Auxílio Emergencial (Ministério da Cidadania, 2021), dentre outras medidas que, embora tenham sido importantes, não foram (tampouco têm sido) suficientes para mitigar os efeitos da sistemática precarização das condições de existência acentuados pela emergência sanitária.

DESAFIOS POLÍTICOS, METODOLÓGICOS E ÉTICOS NA PESQUISA E ENSINO EM PSICOLOGIA

A presente conjuntura fascista, repleta de maus encontros, afetos tristes e diminuição da potência de viver não tem sido, entretanto, totalizadora das nossas experiências (Deleuze, 2002). As composições políticas atuais são, também, o cenário em que a necessidade de criação de redes pautadas pela multiplicidade, espaços de oxigenação que congreguem a diversidade de vozes, bons encontros, variação da potência de existir e de organizar ações, têm sido gestados. Ou seja, o presente tem imposto a necessidade de empreendimentos das nossas discussões e das nossas lutas (pela vida, pelo direito, pela garantia de acesso) na direção de atuar com vistas ao fomento da vida e à criação de condições de possibilidade de existência.

É esse contexto que tem nos convocado a discutir os desafios políticos, metodológicos e éticos na pesquisa e no ensino da psicologia, especialmente no que diz respeito às afetações desses tempos pandêmicos na experiência de ser pesquisadora e docente. A seguir, discutiremos alguns desafios que temos enfrentado desde março de 2020, mas, antes de iniciar essa análise, gostaríamos de pontuar que elas não abarcam todas as problemáticas enfrentadas, tampouco exaure todas as experiências realizadas nesse período. Assim, faremos o esforço para localizar nossos desafios e as lutas que eles nos demandam sabendo que a(o) leitora(or) poderá acrescentar a eles muitas outras questões fundamentais para a presente discussão e para a proposição de estratégias de enfrentamento.

Podemos indicar como *primeiro desafio* a luta cotidiana e já conhecida contra as desigualdades que acentuam as injustiças sociais, acesso e garantia de direitos e afeta, diretamente, a existência tanto de nossas(os) alunas(os) quanto dos espaços e populações com as quais trabalhamos em nossas rotinas de pesquisa. Os dados discutidos anteriormente apontam para o contexto desse desafio e, principalmente, dão indicativos das formas de atuação frente aos mesmos. O impacto da estratégia remota não incidiu somente na relação de ensino, mas, também, nas relações afetivas que fazem da sala de aula o espaço de trocas, de lutas, reconhecimento do outro e, principalmente, lugar-vida que permite com que a Universidade exista.

Por um lado, foi possível, por meio de atividades online, participar de eventos que, em outro contexto, não seria possível, visto que demandaria o deslocamento

territorial e demais custos. Entretanto, essa praticidade virtual nos remete uma vez mais para o fato de que as dificuldades de acesso não são problemas individuais, mas políticos: se o contato virtual nos permite ir de um Estado a outro, um país a outro, ele não nos possibilita o cotidiano desses territórios, os contatos próximos não apenas com nossos pares acadêmicos em eventos científicos, mas com aquelas(es) que vivem nessas localidades e que temos a oportunidade de conhecer, justamente, em razão do encontro presencial.

O *segundo desafio* se vincula ao enfrentarmos às formas de desinvestimento em ensino e pesquisa que afetam nossos cotidianos não apenas tornando mais precários os processos, mas abalando nossas perspectivas de futuro, incidindo – cruelmente – na possibilidade de criar mundos, acreditar em mudanças e constituir estratégias para efetivá-las. Esse desencantamento ou certa desesperança pode ser sentido durante o desenvolvimento das aulas, especialmente quando se trata de falar sobre políticas públicas, lutar para a efetivação do Compromisso Social da psicologia, problematizar as formas de atuação, as questões éticas da profissão e a constante batalha contra as formas de opressão, violência e racismo estrutural, pois estamos cotidianamente diante da acentuação das práticas que combatemos. Além disso, como falar em perspectivas futuras, inserção profissional e planos quando o país registra 14,4 milhões de desempregados (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2021)?

No âmbito das pesquisas científicas, pensando-as em seu amplo espectro, estamos diante de um corte de 92% dos recursos da ciência, correndo o risco de suspensão de editais e perda de bolsas (Verenicz, 2021). Desinvestimentos insistentes, desvalorização do saber científico, deslocamento da legitimidade do dizer verdadeiro, especialmente visibilizado pelo ataque às Universidades, aos cientistas e educação, esfacelando “os critérios para distinguir entre o verdadeiro e o falso” (Silva & Hillesheim, 2021, p. 09). Tudo isso enquanto nos reunimos em nossas redes de pesquisa para discutir projetos, possibilidades de inserção acadêmica e social, preparar textos (artigos, capítulos, relatórios de pesquisa) e avaliar projetos para os quais os recursos foram retirados.

Não é fato desconhecido que as ciências, em especial as ciências humanas, têm trabalhado com investimentos insuficientes. Diante da ausência de recursos, frequentemente, inventamos estratégias para remediar o descaso, diga-se: projeto político de sucateamento e hierarquização dos conhecimentos. Essas estratégias – gambiarras – foi o que, não raras vezes, possibilitou a realização de diversas atividades de pesquisa, inclusive para divulgação do conhecimento científico, por ocasião de utilizarmos dinheiro próprio para publicar, inscrevermo-nos (a nós e nossas(os) alunas(os) em eventos e, também, adquirir material de consumo para nossas rotinas de trabalho). Além disso, o Brasil tem pagado o preço, também, com a diáspora (Escobar, 2021) de pesquisadoras(es) que decidem seguir suas carreiras

em outros países, quadro que tem se tornado frequente dado o contexto de falta de investimento nos projetos de pesquisa, cortes de bolsas, estagnação no valor das bolsas (cuja dedicação exclusiva faz com que sejam a única fonte de renda das(os) pesquisadoras(es) e escassas perspectivas de empregabilidade).

O *terceiro desafio* incide sobre nossas estratégias metodológicas que precisaram ser adaptadas diante das recomendações de distanciamento físico durante a emergência sanitária; tais atividades presenciais foram interrompidas, transferidas, também, para os recursos digitais/remotos e/ou finalizadas. O pensamento – coragem do desespero (Agamben, 2014) – precisou fazer outros caminhos para cumprir os processos de pesquisa, utilizar outras materialidades para alcançar as problemáticas e conectar o campo por outras vias de afetação. Mas esses deslocamentos, apesar de terem dificultado, em certa medida, o desenvolvimento das investigações e, especialmente, o andamento nas relações estabelecidas com os participantes das nossas intervenções, não foi tão nocivo quanto as torções que precisamos fazer em nossos projetos para enquadrá-los nos novos modelos das plataformas de submissão, além de todo enquadramento ao qual fomos abrigadas(os) a fazer em nossas pesquisas a fim de convencer – àquelas(es) que nos avaliam – de que nossos estudos têm não apenas o mérito para ser aprovado, mas também que sejam atendidos na classificação para receber financiamento (cada vez mais escasso diante dos cortes realizados).

Essas torções são nocivas porque, em termos epistemológicos, o método, os objetivos e os problemas de pesquisa são práticas situadas cujas formulações demandam não apenas o estabelecimento de procedimentos desvinculados de experiências, mas sim que devem ser pensadas como estratégias intrinsecamente vinculadas a exercícios ético-políticos (Bernardes, Guareschi, & Galeano, 2021). As plataformas de submissão para captação de recurso têm implicado tão somente um ato burocrático e pautado em metas, fazendo desaparecer as implicações existentes nos percursos de investigação. Esse novo modelo – que nada mais é do que a asseveração cada vez mais bárbara do capitalismo-neoliberal – incide no empobrecimento dos processos de pensamento e na acentuação da lógica mercadológica que tende a transformar as pesquisas em mercadorias e as(os) pesquisadoras(es) em vendedores e executores de ações destituídas de problematização.

Por fim, o *quarto desafio* se relaciona à possibilidade de retorno das atividades presenciais. Desde a interrupção das atividades presenciais, diversas instituições de ensino têm feito resistência às pressões para retorno das aulas e rotinas de trabalho. Com o avanço da vacinação no país e perspectiva de retorno gradual, o desafio é, justamente, o de não ceder à lógica do esquecimento (Benjamin, 1987) que tenta impor o denominado “novo normal”, afinal, nenhuma das 600 mil vidas (dados de outubro de 2021) exterminadas pelo desgoverno fascista que tem sido operacionalizado no Brasil poderá sair das memórias do presente.

A gestão da pandemia no Brasil foi pautada na lógica da descartabilidade que qualifica as existências de modo racista e misógino, afinal a razão de mercado à brasileira não operacionalizaria o neoliberalismo descolado de sua história colonial, de modo que, nesse contexto, as desigualdades sociais têm sido um projeto que administra a morte de parcelas da população cujas vidas insistem na existência, mesmo diante do necropoder (Mbembe, 2018). O “novo normal” promovido pelo capitalismo neoliberal em curso no Brasil é o necropoder operacionalizado no cotidiano das políticas públicas, na constituição e efetivação (suspensão) do acesso aos direitos e, especialmente, na governamentalidade necropolítica que demarca a fila diante do açougue para o recebimento de ossos na luta contra a fome (Programa Fantástico, 2021).

Os desafios aqui indicados de modo algum são suficientes para abarcar todas as formas de violência e precarização cotidianas no Brasil, contudo, apontam para a inevitabilidade dos enfrentamentos a serem realizados, uma vez que “estamos em perigo não porque temos que lutar por direitos, por representatividade, por modificação nas lógicas de violência e nos projetos de sociedade que exterminam, ruidosamente, à luz do dia e determinam decretos silenciosos na calada da noite”, mas sim “porque não podemos não lutar, não podemos não nos manifestarmos, não podemos não (re)agir”. Desse modo, frente aos desafios que nos fazem frente “a aposta que não podemos perder e, primeiramente, não podemos não fazer é, juntamente, pelo fato de que não podemos não calar” (Galeano, Guareschi, & Scisleski, 2019, p. 28).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lógica de exposição da vida operacionalizada nesses tempos pandêmicos e os desafios aqui discutidos nos remetem a uma inspiração benjaminiana (1987) que implica não perder de vista, em nossas práticas de resistência e lutas, a memória que as ruínas, deixadas pelas ações de destruição, comunicam. A ruína é o estado posterior à morte, ela é “lábil e exigente, muda e amistosa, intensa e distante” (Agamben, 2010, p. 53). Mediante a ruína, pode-se ver o incorpóreo de algo que, um dia, foi e já não é. Se nos esforçarmos é possível ouvir o seu ranger, ver os sinais que nos envia. A ruína é o que de mais histórico é possível existir. Os discursos acerca do progresso econômico e de desenvolvimento colocados em prática pelas formas de gestão neoliberal da vida no contexto brasileiro têm se operado tal qual Benjamin (1987) refletiu sobre o caráter destrutivo: “o caráter destrutivo só conhece um lema: criar espaço; só uma atividade: despejar. Sua necessidade de ar fresco e espaço livre é mais forte que todo o ódio” e “está sempre trabalhando de ânimo novo” (p. 236).

Se as ruínas são os elementos históricos por excelência, nossa tarefa nas lutas cotidianas – sejam elas travadas nas universidades, nos estabelecimentos de

trabalho, nas ruas, dentre outros espaços – é fazer com que o esquecimento não se efetive, ou seja: não podemos deixar a história dormir. As conexões remotas e as distâncias físicas têm sido não apenas medidas de cuidado/proteção, mas também ensinam o “novo normal” enquanto estratégias preconizadas pelo capitalismo neoliberal que demanda o preenchimento das ausências produzidas pelo extermínio físico e político-social. Os enfrentamentos possíveis diante dos desafios ético-políticos no ensino e na pesquisa em psicologia devem colocar na ordem do dia a problematização dos atravessamentos neoliberais que avançam sobre os direitos (acesso e garantias) e em diversas vias de ataque (às políticas públicas, às Universidades, aos Movimentos Sociais, dentre outros) que tentam fragilizar as possibilidades de existência.

REFERÊNCIAS

- Agamben, G.** (2004). *Estado de Exceção*. Boitempo.
- Agamben, G.** (2010). *Nudez*. Relógio D'Água.
- Agamben, G.** (2012). *Homo Sacer I: o poder soberano e a vida nua*. Editora UFMG.
- Agamben, G.** (2014). O pensamento é a coragem do desespero. In J. Cerf. entrevista Giorgio Agamben [Blog]. Boitempo. <https://blogdaboitempo.com.br/2014/08/28/agamben-o-pensamento-e-a-coragem-do-desespero/>
- Albuquerque, M. V. & Ribeiro, L. H. L.** (2020). Desigualdade, situação geográfica e sentidos da ação na pandemia de Covid-19 no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(12), e00208720. <https://www.scielo.br/j/csp/a/YnJk6W34PYN9G5jp39k-zCdy/?lang=pt&format=pdf>
- Barzagli, C.** (2020). O inimigo não é o vírus. *Pandemia Crítica*. <https://www.n-1edicoes.org/textos/56>
- Benjamin, W.** (1987). *Rua de mão única*. Editora Brasiliense.
- Bernardes, A. G., Guareschi, N. M. F., & Galeano, G. B.** (2021). Reflexões ético-políticas de questões metodológicas de pesquisa em psicologia: problema e objetivos. *Revista Psicologia e Saúde*, 13(2), 83-96. <https://www.pssa.ucdb.br/pssa/article/view/1263/1237>
- Brasil 61.** (2021). Pesquisa do IBGE revela que 4,1 milhões de estudantes da rede pública não tem acesso à internet. Brasil País Digital. <https://brasilpaisdigital.com.br/pesquisa-do-ibge-revela-que-41-milhoes-de-estudantes-da-rede-publica-nao-tem-acesso-a-internet/>
- Britto, F. C.** (2020). Covid-19 e a jurisprudência do STF sobre competência legislativa municipal. [Opinião]. *Consultor Jurídico*. <https://www.conjur.com.br/2020-abr-15/opinio-jurisprudencia-stf-competencia-municipal>
- Castro, E. V.** (2020). O que está acontecendo no Brasil é um genocídio. *Pandemia Crítica*. <https://www.n-1edicoes.org/textos/104>
- Conselho Nacional de Direitos Humanos.** (2021). *Violações de Direitos Humanos no Contexto de Pandemia pela covid-19 no Brasil*. Autor.
- Davis, A. & Klein, N.** (2020). *Construindo movimentos: UMA conversa em tempos de pandemia*. Boitempo.
- Decreto n. 10.282, de 20 de março de 2020.** (2020). Regula a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. *Diário Oficial da União*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm
- Deleuze, G.** (2002). *Espinosa: filosofia prática*. Escuta.
- Escobar, H.** (2021). A diáspora. *Piauí*. <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-diaspora/>
- Costa, J.** (2021, 4 de abril). Em seis meses, projeto da UFRGS consertou e doou 270 computadores a alunos sem recursos. *GZH*. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2021/02/em-seis-meses-projeto-da-ufrgs-consertou-e-dou-270-computadores-a-alunos-sem-recursos-clkr89v4y004a017ws9jag95t.html>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.** (2021). *Desemprego*. <http://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>
- Galeano, G. B., Guareschi, N. M. F., & Scisleski, A. C. C.** (2019). Políticas de pesquisa e resistências em tempos de acirramento dos processos de violência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(nspe.2), 19-32. e226327, <https://www.scielo.br/j/pcp/a/zfcQvCJWysYRPPd6XVpBTdf/?lang=pt&format=pdf>

Junnior, Janari. (2020, 02 de abril).

Medida provisória permite suspensão de contrato de trabalho e corte salarial. Câmara dos Deputados. <https://www.camara.leg.br/noticias/650693-medida-provisoria-permite-suspensao-de-contrato-de-trabalho-e-corte-salarial>

Krenak, A. (2020). *A vida não é útil [Adobe Digital Edition version]*. Companhia das Letras.

Lima, D. (2020). Corpo-vetor e corpo-utópico. *Pandemia Crítica*. <https://www.n-1edicoes.org/textos/101>

Marques, C. F., Roberto, N. L. B., Gonçalves, H. S., & Bernardes, A. G. (2019).

O que significa o desmonte? Desmonte do que e para quem? *Psicol. Cienc. Prof.*, 39(nspe.2), e225552. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932019000600301&script=sci_abstract&tlng=pt

Martins, M. D. (2020, 21 de abril). *A pandemia expõe de forma escancarada a desigualdade social.* CLACSO. <https://www.clacso.org/a-pandemia-expoe-de-forma-es-cancarada-a-desigualdade-social/>

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte.* N-1 edições.

Ministério da Cidadania. (2021). *Auxílio Emergencial 2021.* Autor. <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>

Ministério da Educação. (2021a). *MEC entrega computadores para reforçar o ensino remoto.* Autor. <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-entrega-computadores-para-reforcar-o-ensino-remoto>

Ministério da Educação. (2021b). *Projeto Alunos Conectados do MEC leva internet para que mais de 150 mil estudantes possam continuar estudando.* Autor. <https://www.rnp.br/noticias/projeto-alunos-conectados->

[do-mec-leva-internet-para-que-mais-de-150-mil-estudantes-possam](#)

Mugnatto, S. (2020, 15 de abril). *Governo já editou 28 MPs relacionadas à pandemia até meados de abril.* Câmara dos Deputados. <https://www.camara.leg.br/noticias/654200-governo-ja-editou-28-mps-relacionadas-a-pandemia-ate-meios-de-abril/>

Pontes, N. (2020, 17 de março). *Sucateamento, SUS vive “caos” em meio à pandemia.* *Deutsche Welle*. <https://www.dw.com/pt-br/sucateado-sus-vive-caos-em-meio-%C3%A0-pandemia/a-52812503>

Programa Fantástico. (2021, 25 de julho). *Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome.* *G1 Globo*. <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contra-a-fome.ghtml>

R7. (2021, 7 de abril). *Universidade recebe 30 notebooks para ajudar alunos vulneráveis.* *Virtz do R7*. <https://virtz.r7.com/universidade-recebe-30-notebooks-para-ajudar-alunos-vulneraveis-07042021>

Santos, M. P. A., Nery, J. S., Goes, E. F., Silva, A., Santos, A. B. S., Batista, L. E., & Araújo, E. M. (2020). *População negra e covid-19: reflexões sobre racismo e saúde.* *Estudos Avançados*, 34(99), 225-243. <https://www.scielo.br/j/ea/a/LnkzjXxJSJfby9L-FH3WMQHv/?lang=pt&format=pdf>

Silva, M. L. & Hillesheim, B. (2021). “Jogos de verdade”, educação e o *ethos* do fascismo contemporâneo. *Perspectiva*, 39(1), 1-17. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/69860/45793>

Souza, E. P. (2020). Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. *Caderno de Ciências Sociais Aplicadas*, 17(30), 110-118. <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/7127/5030>

Souza, Murilo (2020, 26 de fev.). *Projeto autoriza aumento de jornada de comerciários por acordo individual*. Câmara dos Deputados. <https://www.camara.leg.br/noticias/637871-projeto-autoriza-aumento-de-jornada-de-comerciarior-por-acordo-individual>

Trovão, C. J. B. M. (2020, maio). *A pandemia da Covid-19 e a desigualdade de renda no Brasil: um olhar macrorregional para a proteção social e os auxílios emergenciais*. Texto para Discussão, n. 004. UFRN/DEPEC. <https://ccsa.ufrn.br/portal/wp-content/uploads/2020/05/TROV%C3%83O-2020-PANDEMIA-E-DESIGUALDADE.pdf>

Verenicz, M. (2021, 8 de out.). Congresso aprova corte de 92% de recursos da Ciência. *Carta Capital*. <https://www.cartacapital.com.br/politica/congresso-aprova-corte-de-92-de-recursos-da-ciencia/>

CATIMBAR A BRANQUITUDE: PALAVRAS-VIVÊNCIAS DE PESQUISADORAS BRANCAS¹

Anita Guazzelli Bernardes

Simone Maria Hüning

Érika Cecília Soares Oliveira

ACONTECIMENTOS E FRAGMENTOS DE MEMÓRIA

Escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita revele: os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla.

(Gloria Anzaldúa, 2000, p. 234)

A JAULA DAS MULHERES QUIETAS

Muito do que vou escrever nas cenas que se seguem tem profunda inspiração no discurso intitulado *O monstro que vos fala* pronunciado por Paul Preciado para 3.500 psicanalistas por ocasião da Jornada Internacional da Causa Freudiana que ocorreu em novembro de 2019, na França. Cresci com meu pai dizendo o quanto a mãe dele, minha avó, era uma mulher boa. Ao justificar a bondade dela, ele o fazia dizendo o quanto ela era silenciosa. Silenciosa, nesse caso, seria sinônimo de obediente. Em outras ocasiões, presenciei ele dizendo que mulheres deveriam falar pouco, mulheres não deveriam entrar em conversações, embates, sobretudo naqueles que tivessem homens como protagonistas. Na verdade, parece redundante que eu escreva na mesma linha as palavras “homens” e “protagonistas”. No universo conceitual patriarcal do meu pai e da maioria dos homens – e também mulheres – daquela época, homens eram sempre os protagonistas, bastava ligar a televisão e ver os noticiários: homens na política, nas esferas de decisão, no poder, homens empenhados em asfixiar o país. Homens heterossexuais estruturando o espaço público, varrendo para debaixo do tapete as mulheres, tornando esse espaço público segregado, tendo o maior prazer

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

com isso, é o que nos ensina Preciado (2017) em *Cartografias Queer*. Aquela era uma época em que mulheres que possuíam desejos – de falar, de se aparecer, de conduzir suas vidas, suas sexualidades – eram quase sempre tacitamente exterminadas como aconteceu com Angela Diniz², quatro tiros desferidos em seu rosto, sua nuca; seu assassino foi transformado em herói, homenageado com *drinks* que traziam as tais quatro balas. Eu tinha três anos quando este crime aconteceu. É sempre bom lembrar da época em que as portas das nossas jaulas foram abertas para nós e o modo como elas se impunham sobre nossas cabeças, parecendo a única opção. A antropóloga norte-americana Esther Newton (Henning, 2020, p.11) tem uma frase que define esse pensamento: “A história é tudo, você não sabe quem você é, a menos que saiba de onde veio”. Não esquecer que temos uma história é fundamental para que a gente compreenda que o longo caminho de desaprendizagem é mesmo tão longo e tantas vezes tão árduo, que precisamos pedir desculpas para nós mesmas em inúmeras ocasiões pelos deslizes que cometemos. Foram anos que quase pareceram uma eternidade para que eu removesse meu aparelho epistêmico e, como Preciado, numa meticulosa operação cirúrgica, me tornasse operada. Livrar-se de tudo o que se aprendeu: lição número um. Talvez a mais difícil.

UMA MULHER OPERADA SÓ PODE SER UMA MONSTRA

Peguei aqueles livros e, como um fugitivo, corri como se meus calcanhares estivessem em chamas, e continuo correndo, ainda hoje. (Preciado, 2020)

Una monstrua peligrosa. É o modo como Gloria se refere às mulheres que escrevem. Algumas delas tiveram que fazer meticulosos exercícios para esquecer as coisas esotéricas que aprenderam nas universidades, a escrita engessada. Outras, sequer puseram os pés na academia, nem mesmo frequentaram a escola. Escreveram por si mesmas, porque sentiam necessidade. Sou conduzida delicadamente pelas mãos delas. Inicialmente, as companheiras de viagem, as mais próximas, são a chicana Gloria Anzaldúa e a norte-americana *bell hooks*. Anos atrás só se conseguia acessar um ou outro artigo delas publicados em revistas feministas. O mercado editorial brasileiro simplesmente não estava interessado. Em 2013 publiquei uma resenha do primeiro livro traduzido por aqui, de *bell hooks*. Depois dele, várias traduções de seus livros encheram nossas prateleiras. O mercado editorial encontrava um público para eles: as mulheres negras e também brancas interessadas no debate. Anzaldúa, ao contrário, permanece sem tradução. Sua obra, *Borderlands/La Frontera*, influenciou intelectuais espalhados por todo o

2 Para saber mais sobre ela, ouça os episódios do *podcast* Praia dos Ossos, da Radio Novoel. <https://www.radiounoel.com.br/praiadosossos/>

globo, foi escrita há trinta e três anos e não acredito que leiamos em nossa língua tão breve. Lição número dois: às vezes você pode gritar, mas existirão políticas que tentarão transformá-la numa mulher quieta. As jaulas estão espalhadas por todos os lugares como arapucas, não se engane.

Quando entrei em 2017 em sala de aula, ao ter passado em um concurso em uma universidade, eu ainda era conduzida por essas duas mulheres e muitas outras se somavam. Trazia nas mãos uma pedra preciosa chamada Carolina Maria de Jesus. Eu a apresentei para as turmas como quem partilha um acontecimento, como quem não quer experienciar algo sozinha. Não sabia exatamente quais seriam os efeitos disso, sequer imaginava que existiriam efeitos. Mas existiram e eles foram muitos. Sem me dar conta, um laboratório político de remoção de aparelhos epistêmicos embranquecidos acontecia aos olhos de quem tivesse disposição para enxergar. Nos seminários, eu pedia uma coisa: falem de Carolina, mas falem poeticamente. Barracos de papelão em formato real eram construídos, vestido do século dezoito feito de sacos de lixo preto, alunas vestidas de Carolina, com lenços na cabeça. Poesia escorria pelo chão, inundava nossos cadernos, encharcava nossas cadeiras e molhava nossos olhos. Junto a isso, o conhecimento normativo, se ainda existia em mim algum ranço dele, perdeu espaço de vez. Eu costurava todas as minhas partes, recompunha, reprogramava, tentava me locomover com aquilo em que eu havia me tornado: o corpo desconjuntado de uma monstra. O que me conectou a essas mulheres foi sua escrita ao mesmo tempo poética e política. Elas falavam tudo o que pensavam, falavam sobre suas vidas em conexão com a realidade política, não separavam vida de conhecimento, razão de emoção. Elas faziam o que Preciado chama de “show da escrita política”. Tudo misturado, o binário afrontado, o privado irrompendo no público, desavergonhadamente. Essas mulheres se recusavam a entrar nas jaulas das epistemologias patriarcais e coloniais, e o jeito era seguir suas pegadas, seus manuais de sobrevivência. O jeito era sobreviver também. Acredito que, para algumas de nós, essa foi a única maneira de não passar toda a existência mirando as grades de uma jaula cuja porta alguém, docemente, abriu um dia.

CORPOS QUE LUTAM EM GUERRAS COM MACHADINHAS

Fragmentos de uma vida de docência e pesquisa. Minha aproximação com diferentes formas de viver, em um primeiro momento, se dava pela busca por um rigor conceitual, uma preocupação em apropriar-me de conceitos que estabilizassem formas de explicar, conhecer, entender, problematizar. Em certo momento essa preocupação avizinha-se de uma tensão relativa às possibilidades de, ao compor conceitos com vidas, essas acabassem por serem violadas em uma escrita academicista, epistemicida. Uma preocupação que vai se intensificando conforme diferentes estudos e situações em sala de aula ampliam-se por distintas formas de

viver: algumas muito próximas, outras bem distantes. Ambas causavam receios. As próximas pelo risco de perder intensidades dos diferentes afetos; as mais distantes pelo risco de me apropriar de vidas que não são a minha. Sensação de violação e incapacidade. A questão que ficava era como trazer vida para a academia. Essas sensações me aproximam de outros corpos, corpos não exclusivamente conceituais: corpos que lutam em guerras com machadinhas, que enchem um cômodo todo; corpos deitados no chão; corpos que andam e falam; corpos que dançam, chacoalham, balançam... corpos encenados por experiências...

“Tia Ifeoma entrou com seu carro em nossa propriedade assim que acabamos de tomar café da manhã. Quando ela irrompeu na sala do segundo andar, imaginei uma orgulhosa ancestral andando quilômetros para pegar água em potes de barro feitos em casa, cuidando das crianças até que elas soubessem andar e falar, lutando em guerras com machadinhas afiadas em pedras quentes de sol. Ela enchia o cômodo todo” (Adichie, 2011, p. 88). Em uma orientação de mestrado uma aluna começa a me contar, a partir da leitura por uma outra aluna de sua escrita da dissertação, que seu texto tinha muita vida. As vidas apareciam nas narrativas das trajetórias e memórias que compunham com a pesquisa sobre vidas que caem na rede: a vida dela e a vida de mulheres e crianças que surgiam em seu texto. A narrativa dela se misturava às narrativas delas. Eram tantas vidas de mulheres e de crianças que, em um certo momento, ela me pergunta: como escrever isso, é vida, é minha vida que passo a memorar ao escrever sobre essas trajetórias? Acho que estou com problemas psicológicos, pois não consigo me separar de meu texto, meu corpo e sua história insistem no texto, como escrever com essas vidas?

“Pensei na mulher deitada no chão durante a volta para casa. Eu não tinha visto seu rosto, mas senti que a conhecia desde sempre. Lamentei não ter podido ajudá-la a se levantar e a limpar a lama vermelha de sua canga” (Adichie, 2011, p. 50). Outra aluna também traz para a supervisão mais vidas, mais corpos, corpos de mulheres violadas, corpos de mulheres com quem conversou, corpos de mulheres que acompanhou, corpos de mulheres que escutou. Também não sabia como contar essas histórias, já que eram histórias de violações: como trazê-las para o texto sem violá-las mais uma vez?

“Tia Ifeoma era tão alta quanto Papa, com um corpo bem-proporcionado. Andava rápido, como alguém que sabia exatamente aonde ia e o que ia fazer lá. E falava da mesma maneira que andava, como se quisesse dizer o máximo de palavras no menor espaço de tempo possível” (Adichie, 2011, p. 79). Em uma aula remota, na qual não vemos pessoas e sim letras, na exaustão que essa relação nos causa como docentes e discentes, falando sobre determinação social da saúde, como se fosse mais um conceito operacional do campo, sem sentido pela ausência de vidas, opto por

trazer uma entrevista de Conceição Evaristo³. Ali a autora conta de seu processo de escrita, das suas escrevivências. Ao terminar o vídeo, algumas pessoas abrem as câmeras. Essas pessoas, ao abrirem as câmeras, aparecem como vidas e como corpos, agora não mais apenas pessoas no *meet*; são pessoas com cores e gêneros, que passam a contar suas histórias, em especial, uma aluna, que começa a falar emocionada que acabara de se apaixonar por Conceição Evaristo, lia tudo dela, pois ambas eram mulheres negras. Essa aluna fala, então, para todos nós, somos mulheres negras! As vidas começam a aparecer e quem dá a passagem é Conceição Evaristo, e não o conceito de determinação social. Conceição Evaristo aparece como um abre alas de histórias, de memórias, de corpos, de cores, de gêneros, de afetos, de amores...

“- Vejam só isso – disse Papa-Nnukwu. – Esse é um espírito feminino, e as *mmuo* femininas são inofensivas. Elas nem chegam perto dos maiores no festival. A *mmuo* para quem ele apontara era pequena; seu rosto de madeira trabalhada tinha feições angulares e bonitas, e lábios pintados de vermelho. Ela parava muitas vezes para dançar, sacudindo-se para lá e para cá, de forma que o colar de contas em torno de sua cintura chacoalhasse e balançasse” (Adichie, 2011, p. 94). Como chegar perto dos maiores no festival? As aproximações, então, começam a ser experimentadas na relação com políticas de escrita. Uma escrita, agora, de encenações na academia. Uma escrita experiência. Uma mudança de afetos em que os conceitos não bastam mais em si mesmos, os conceitos acontecem pelas experiências, são elas que os fazem falar, dançar, balançar, são elas que preenchem todos os cômodos, como guerreiras com machadinhas afiadas... outras epistemologias começam a aparecer, epistemologias subalternas, ou, nas palavras de Angela Davis: “gosto bastante de falar sobre o feminismo não como algo que adere aos corpos, não como algo enraizado em corpos marcados pelo gênero, mas como uma abordagem - como uma forma de interpretação conceitual, como uma metodologia, como um guia para estratégias de luta” (2018, p. 40).

ELA É BRANCA, BRANCA, BRANCA!

Mas eu não conseguia me obrigar a pensar nelas como pessoas. Pessoas eram a sra. Hendricks, Momma, o reverendo Sneed, Lillie B., Louise e Rex. Os brancos não podiam ser pessoas, porque os pés deles eram pequenos demais, a pele deles era branca e transparente demais, e eles não andavam sobre a parte da frente dos pés como as pessoas faziam; caminhavam nos calcanhares, como os cavalos. Pessoas eram quem morava do meu lado da cidade. Eu não gostava de todas, na verdade nem gostava muito de nenhuma delas, mas elas eram pessoas. Esses outros, as criaturas estranhas e pálidas que viviam sua não vida alienígena, não eram considerados gente, eram os brancos. (Maya Angelou, 2018, pp. 41-42)

3 O link da entrevista: <https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxeY>.

“Olha pra ela!!! Ela é branca, branca, branca!!!”, alardeia a senhora na feira popular no interior de Alagoas, chamando a atenção de quem passa, enquanto segura e apalpa meu braço, talvez para sentir a brancura nunca vista e não a deixar ir embora antes que outras pessoas a vissem: “Olha pra ela!!! Ela é branca, branca, branca!!!”. Minha brancura também me foi apontada outras vezes: “Com essa voz⁴ e esses olhos azuis, talvez ela seja dona da usina”, arrisca outra senhora que visito em um trabalho de pesquisa. E assim se fazem os encontros, às vezes esbarrões, da mulher branca, branca, branca que saiu do interior do Rio Grande do Sul para viver em Maceió. Levou um tempo, porém, para entender que além de brancura, havia a branquitude que eu trazia na pele, nos gestos, na voz, nas formas de me colocar e estar no mundo. Eu nasci e cresci em um mundo em que quase todas as pessoas próximas eram brancas: na família, na escola, no trabalho dos pais, na universidade... É bem verdade que, ainda da infância, tive contato com algumas pessoas não brancas. Naquele lugar, em sua maioria, elas perambulavam pela cidade pedindo dinheiro, comida ou oferecendo algum trabalho no jardim. Mas elas “não contavam” a ponto de comporem uma realidade menos branca para mim ou para a maior parte das pessoas de lá. Muito provavelmente porque eram criadas fronteiras muito sólidas que nos mantinham distantes e incapazes de vê-las como pessoas que pudessem ter uma vida como a minha. A verdade é que, embora fossem conhecidas no pequeno município do interior, não sei quase nada sobre elas. Dinheirinho interpelava quem passava perguntando: “tem um dinheirinho aí?”. Volta e meia desaparecia por conta de alguma internação psiquiátrica da qual voltava mais “tranquilo”, retornando às ruas para novamente pedir “tem um dinheirinho aí?”. João e Maria andavam sempre juntos carregando alguns sacos e coletando restos, e sua existência era usada para assustar as crianças desobedientes “Olha que o João e a Maria vão levar vocês!”. Lembro com nitidez de sua imagem ao longe, se aproximando ou logo após passar por nossa casa. Mas lembro não de seus rostos, de seus olhos... Gostaria de saber de suas histórias e de seus verdadeiros nomes, de como pararam nas ruas. Vidas que foram ao mesmo tempo tão infames e presentes, mas apenas como um imaginário grotesco em nossas vidas brancas, brancas, brancas.

UM CORPO VIOLENTO

Eu quis muito fazer aquela visita acompanhando a colega pesquisadora da Colômbia em seu trabalho junto a comunidades afro e indígenas camponesas naquele país. Tinha a certeza de que seria uma experiência e aprendizado únicos, relacionados às minhas pesquisas em territórios e populações vulnerabilizadas, mas não tinha, até me pegar silenciosa no ônibus e na moto que nos levariam até lá, parado para pensar na violência que meu corpo branco presentificava para

4 Referia-se ao sotaque.

aquelas pessoas. Eu havia refletido sobre os cuidados éticos, sobre as relações de aproximação com as comunidades na pesquisa, sobre a posição de acadêmica e estrangeira, sobre o estar de passagem, sobre infinitas outras questões que busco considerar em minhas práticas cotidianas de pesquisa. No entanto, havia algo que não poderia ser modificado pela boa intenção ética ou intelectual. Meu corpo branco, meus olhos azuis. Naquelas horas de viagem em direção às comunidades palenqueras, foi doloroso e ao mesmo tempo necessário reconhecer-me como um corpo violento, mesmo que apenas potencialmente violento, especialmente diante dessas comunidades profundamente marcadas pelas violências coloniais e do racismo. Ao chegar, por algum tempo, relutei em tirar os óculos de sol, buscando esconder a vergonha dos olhos azuis - motivos de elogios corriqueiros - atrás das lentes escuras. Esse mal-estar já havia ocorrido antes, quando estive em outros territórios de resistência negra e indígena. Porém, a intensidade agora era outra e ela decorria de afetações dos encontros com mulheres negras que falavam ou escreviam sobre suas lutas, experiências, enfrentamentos e, ao fazê-lo, marcaram minha branquitude. Encontros, portanto, capazes de produzir outros sentidos sobre meu corpo e existência, que constituíram minha própria racialização. Eu queria seguir e não dava para ir sem meu corpo branco. Então, admitindo continuar - diante da acolhida que já havia sido sinalizada pela comunidade -, era preciso, ao menos, admitir e estar ciente da violência que ele carrega, onde estiver.

“CATIMBAR A DISCURSEIRA”

E nos lugares em que as palavras das mulheres clamam para ser ouvidas, cada uma de nós devemos reconhecer a nossa responsabilidade de buscar essas palavras, de lê-las, de compartilhá-las e de analisar a pertinência delas na nossa vida. Que não nos escondamos por detrás das farsas de separação que nos foram impostas e que frequentemente aceitamos como se fossem invenção nossa. Por exemplo: “Provavelmente eu não posso ensinar literatura feita por mulheres negras – a experiência delas é diferente demais da minha. E, no entanto, quantos anos vocês passaram ensinando Platão, Shakespeare e Proust?” (Audre Lorde, 2019, p. 55)

Em um mundo branco, branco, branco, perde-se a riqueza de cores, de saberes e de experiências. Um mundo branco, em nosso contexto, é necessariamente marcado por violências que segregam, agriDEM e que resistimos, por conveniência, a admitir. A experiência branca transposta nos espaços acadêmicos, ainda hegemonicamente brancos, inscreve essas violências em escritas brancas que se protegem em blindagens teóricas, conceituais, mas sobretudo numa universalização tanto de um sujeito-autor quanto das experiências e subjetividades faladas, quase sempre referidas como “outras”. Grada Kilomba acena para essa figura do outro/outra, de uma forma a provocar o modo como as “alteridades” são subalternizadas e as políticas de produção dessas/desses

outras/outros: “Quem sou eu? Como as outras/os me percebem? E o que represento para elas/eles? O *sujeito branco* se dá conta de que a percepção das pessoas negras sobre a branquitude pode ser diferente de sua percepção de si mesmo, na medida em que a branquitude é vista como uma identidade privilegiada” (Kilomba, 2019, p. 45). Neste texto, refletimos sobre como nós, mulheres brancas, nos constituímos a partir de afetações na vida cotidiana e acadêmica que nos interrogam sobre esse lugar e como somos interpeladas, a partir delas, a produzir alianças e experiências de existência, escrita e pesquisa que rompem com essa hegemonia.

Os fragmentos de memória narrados aqui abrem para nós um espaço de performances nas quais nossos corpos e afetos provocam insistentemente as formas como estamos nesse mundo acadêmico branco. Marcam, assim, diferentes encontros com histórias, vidas e conceitos. São encontros que nos provocam, que nos desestabilizam e criam necessidades, colocando-nos em uma relação com a experiência e um relatar a si no campo da pesquisa, mais especificamente em psicologia. Esses encontros de corpos, afetos, memórias, experiências, histórias também se potencializam quando dialogamos com epistemologias negras e feministas, e outras epistemologias subalternas. Todas elas, a seu modo e por diferentes performances, apostam nos encontros da vida com o pensamento. Colocam corpos, afetos e ancestralidades para se afirmarem, considerando o lugar que habitamos o mundo e as identidades que nos definem como parte da produção de conhecimento.

Assim, buscamos, também, pensar sobre como as discussões contemporâneas de estudos afrodiaspóricos e latino-americanos trazem deslocamentos e desafios para o campo da psicologia, situando uma historicização do (nosso) processo de aproximação com essas perspectivas. Essas aproximações são tensas pois nos confrontam, sistematicamente, com as nossas branquitudes e suas violências, nos fazem gaguejar naqueles lugares onde nem pensávamos, propriamente, que ocupávamos, já que “os outros/as” eram foco de nossos interesses e conhecimentos. Lélia Gonzáles apresenta uma epígrafe em um de seus textos em que narra essas tensões e encontros que produzem deslocamentos e provocações quando olhamos para aquilo mesmo que nos tornamos: “foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente para uma festa deles, dizendo que era pra gente também. Negócio de livro sobre a gente... Tinham chamado a gente pra festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discursadeira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa pra gente da gente?” (Gonzalez, 2020, p. 75)

Encontros com epistemologias feministas afro-latino-americanas nos provocam afetações a partir das quais experimentamos corpos generificados e racializados, “vão catimbando as nossas discursadeiras”, pois nos performam também desde certos lugares, em que se faz a partir de branquitudes ocidentalizadas e eurocêtricas. A branquitude de nossos corpos se produz e se afeta nos encontros com as mulheres historicamente

racializadas. Os encontros com os processos de racializações nos tensionam, pois instigam uma escrita de si que passará, também, por aquilo que não relatávamos de nós e sobre o que aprendemos não haver nada a dizer, já que dado como referência universal.

Tais afetações são gestadas, dentre tantas outras, a partir do encontro com propostas como a escrevivência de Conceição Evaristo (2018), que emergem da discussão do feminismo negro e dos feminismos latino-americanos, marcando, como faz Grada Kilomba (2019), a necessidade do enfrentamento ao silenciamento e apagamento de experiências, de epistemologias das mulheres negras e de grupos subalternizados nos contextos de produção de conhecimento. Neste marco de emergência, o escrever a si mesma é, para essas autoras, um ato político atrelado ao afirmar-se como sujeito, ao usar a palavra para contar outras histórias e produzir outros saberes, usualmente colonizados pelas práticas acadêmicas hegemônicas que se caracterizam por uma subjetivação eurocentrada e pela branquitude. A reivindicação de um lugar de autoria feita por essas intelectuais questiona nossos posicionamentos e relações no contexto de produção acadêmica da psicologia. Aponta para como, em nossas trajetórias, com frequência, somos copartícipes de violências e silenciamentos epistêmicos. Desse modo, nos situarmos em nossas escritas é considerarmos como nossos corpos marcam outros corpos, como nossos corpos também fizeram a história desses processos de racialização e colonização. A escrita de si, para nós mulheres brancas, não é uma captura do conceito político da escrevivência ou de outros; tampouco, aquilo que afirma nossas autorias, nossa branquitude já a afirma; mas de nos confrontarmos com a nossa branquitude como história também, como estratégia de colonização. A escrita de si é uma estratégia de escutar outras vidas e também de interrogar a nossa própria vida.

Essa emergência situada e as lutas que ela carrega encontram ressonâncias na América Latina, em autoras como Silvia Rivera Cusicanqui (2018), que tece críticas à colonização intelectual como aquela que bloqueia nossas heranças latino-americanas e, em especial, uma epistemologia indígena, marcada pela oralidade, pelas práticas manuais, pela integração com a natureza. Em ambos os casos, fica evidente que a busca da escrita de si se afirma como estratégia epistemológica e política contracolonial forjada por grupos racializados e subalternizados, que reivindicam outras narrativas e outras constituições de relações e práticas no contexto da produção acadêmica. Para Cusicanqui (2018, p. 88, tradução nossa), “temos que fazer, de tudo aquilo que olhamos, que vivemos, uma matéria para o pensamento. O pensamento que não se nutre da vida acaba esterilizando-se e esterilizando a palavra da qual é portador”⁵.

5 *Tenemos que hacer de todo aquello que miramos, que vivimos, una materia para el pensamiento. El pensamiento que no se nutre de la vida termina esterilizándose y esterilizando la palabra de la cual es portador.* (Cusicanqui, 2018, p. 88)

Desta ânsia de encontro do pensamento com a vida, não uma vida única, mas múltipla, diversa, marcada por histórias e corpos singulares, por territórios, gêneros e raças, que tais propostas ressoam na produção acadêmica da psicologia. A afirmação enfática da não unidade da subjetividade e do histórico apagamento das diferenças nos contextos de produção de conhecimento - balizadas pela imposição do branco e europeu como referencial e o fora disso como o outro, conforme discute Kilomba (2019) - extrapola, portanto, a narrativa de mulheres negras ou indígenas e passa a constituir uma ferramenta epistemológica, metodológica e política importante para quem propõe-se a produzir um conhecimento não universalizante. E se a racialização é um elemento constituinte, ela deverá constituir também as pessoas brancas e pautar os efeitos da branquitude nos processos de pesquisa e escrita de si e do conhecimento. Desse modo, a escrita de si afronta, ao mesmo tempo, a universalidade dos sujeitos que pesquisam e a dos sujeitos pesquisados, evidenciando a singularidade dos percursos de pesquisa no entrelaçamento entre corpos, subjetividades e histórias.

Trazer para a cena aquilo que marca um percurso de pesquisa, tanto em termos de subjetividades que se tornam possíveis quanto de implicações sobre aquilo que produzimos no mundo justifica-se por aquilo que Adichie (2020) assinala sobre os perigos da história única. A autora, quando a aproximamos de Evaristo (2018), nos auxilia a compreender que a montagem de personagens e as estórias que encenam foi possível a partir das formas como interrogou-se sobre o modo como habitava o mundo e como, ao mesmo tempo, a convocavam a habitá-lo. Ou seja, Adichie também, na esteira de Evaristo (2018), nos propõe um exercício crítico sobre aquilo que colocamos e afirmamos no mundo, bem como o fato de que contar estória/história é narrar uma história situada desde o lugar que habitamos. A história única, poderíamos complementar, remete exatamente à narrativa hegemônica promovida pela colonização que autorizou e desautorizou sujeitos e saberes. Uma escrita experiência de nós mesmas, em termos de estratégia narrativa, deve tornar a vida matéria para o pensamento, para “catimbar nossa discurseira” de nós mesmas. O si mesmas aqui opera como um marcador, também, de lugares a partir dos quais se constitui nossa branquitude e que pensávamos não precisar pensá-los.

Essas narrativas de experiências operam em uma relação singular e plural ao mesmo tempo, que também se afasta do “eu” do sujeito branco eurocentrado/universal, e é isso que nos faz gaguejar. Isso porque, ao tomarmos essas narrativas, nos aproximamos de epistemologias e saberes afrodiaspóricos e indígenas, constituídos exatamente para o enfrentamento das lógicas da branquitude. Assim, estabelecemos esse diálogo de forma hesitante e atenta para, como alerta Cusicanqui (2018), não colonizarmos as ferramentas de descolonização. Por um lado, como mulheres brancas no espaço acadêmico, entendemos que esse é ocidental e colonialmente situado como legítimo e de relevância, mas que pode se tornar um campo de

lutas, ao fazer circular esses repertórios de conhecimentos antes silenciados, no sentido de também afirmar suas potencialidades e forças insurgentes, como forma de enfrentamento ao racismo e aos privilégios da branquitude. Por outro lado, é preciso cuidado extremo para não operar uma apropriação e esvaziamento das lutas políticas implicadas nessas perspectivas, de modo a marcar sempre suas origens e autorias, e nosso lugar de aprendizes nesta relação com nossas próprias histórias e com a história de outras mulheres.

Grada Kilomba, em *Memórias da Plantação*, enfatiza uma questão importante sobre o modo de narrar o outro ocidentalizado e colonizado. Na sua tese mostra como o outro aparece subalternizado, pois é narrado a partir de um lugar em que o referente da branquitude não é contestado. Isso implica uma série de procedimentos de menorização do outro, constituído por um racismo cotidiano nessas narrativas: infantilização, primitivização, incivilização, animalização, erotização (Kilomba, 2019). Quando Conceição Evaristo, assim como Chimamanda Adichie, Maya Angelou, Françoise Ega, Scholastique Mukasonga e outras se inscrevem nas suas narrativas, ou como o modo de pesquisar de Grada Kilomba, uma outra forma aparece, na medida em que a escrita passa a ser com os pés em um lugar (Evaristo, 2018) e não sobre um lugar. Isso implica um posicionamento com e desde o local, em que o referente se faz nessas relações, nessas corporalidades localizadas, mudando drasticamente perspectivas e construções sobre o mundo.

Finalmente, ficou inviável seguir por onde seguíamos nossos percursos teóricos. As afetações produzidas nos encontros que se amplificam junto com a presença de grupos subalternizados nos espaços de produção de conhecimento nos colocam questões que já não podemos contornar. Já não se pode fazer, pensar, ensinar psicologia sem a análise da colonialidade, do racismo, das relações de gênero. Todo um campo de inquietações e interrogações se abre a partir daí sobre nossa ética e política de pesquisa, na interlocução com o pensamento dessas autoras e autores e pelas experiências antes silenciadas ou inviabilizadas. E nos parece imprescindível marcar que é a presença destes grupos que nos transforma, seja por encontros ou esbarrões. Não se trata de seguir contando a história de outras/os, mas de conhecer como elas contestam as nossas histórias e nos conduzem a uma reformulação radical do modo como nos pensamos, nos posicionamos e nos relacionamos, e conseqüentemente, de nossas políticas de escrita e pesquisa. Mas não se resume a isso. Ao darmos ouvidos às vozes de grupos subalternizados e compreendermos nossa branquitude como um vetor de poder que conduz às mais diversificadas exclusões, nosso compromisso passa a ser com a luta antirracista, sobretudo dentro da universidade, espaço privilegiado para nossos embates. Trata-se, assim, de descolonizar nosso pensamento em nossas pesquisas e escritas e, junto a isso, contribuir para os enfrentamentos que colocam em xeque a estrutura racista e sexista na qual se edifica a academia. Como nos ensina Françoise Vergès (2020), mudar mentalida-

des é importante, mas não é suficiente. É necessário que estejamos cientes de que precisamos confrontar as estruturas de opressão que dão sustentação às violências e racismos que operam ao nosso redor. Podemos fazer esse exercício inicial pensando que, para que nossos corpos de mulheres brancas estejam ocupando a universidade, milhares de mulheres pauperizadas e superexploradas estão limpando e cuidando do (nosso) mundo; estão realizando um trabalho invisível que é a base do capitalismo neoliberal. Sem o trabalho delas, não poderíamos comer nossas refeições, cuidar dos nossos corpos em academias de ginástica, tomar decisões em espaços asseados, frequentar restaurantes, banheiros, etc. (Vergès, 2020).

Muitas pesquisadoras e pesquisadores da psicologia que seguiram, nas últimas décadas, uma trajetória de pesquisa que acreditavam ser crítica aos modelos hegemônicos da ciência se deparam com o limite de suas críticas e suas abordagens, especialmente no que concerne ao enfrentamento do racismo e da colonialidade. O tipo de escrita que as autoras negras, indígenas e latino-americanas propõem vai fundamentalmente operar a partir da crítica da colonização e seus efeitos no apagamento de sujeitos subalternizados e suas histórias. Essa é uma questão fundamental pois, ainda que possamos encontrar críticas à racionalidade moderna e sua pretensão universalista vinda, dentre outros, das/os chamadas/os autoras/es pós-estruturalistas, as questões vinculadas à violência da colonização, ao racismo, não eram necessariamente enfrentadas. Criticava-se o modelo universal, a generalização, a não atenção à dimensão política do conhecimento, mas não se colocava em questão o modo como o colonialismo estava na base desse modelo e como, mesmo nas perspectivas críticas a ele, persistia uma concepção de subjetividade eurocêntrica e branca. Porém, a partir desses encontros, entendemos que o não se colocar em análise é próprio dessa subjetividade branca eurocentrada, pois essas autoras e autores latino-americanos/as, indígenas, afrodiáspóricos/as e africanos/as sistematicamente denunciaram e insistiram de diferentes formas na essencialização da branquitude. Assim, mesmo com variações que podem ter introduzido rupturas nos modos hegemônicos de produzir conhecimento da psicologia, seguíamos sem dar a devida atenção aos processos históricos de demarcação da diferença racial e de gênero, portanto, também impondo silenciamentos.

Por isso não se pode falar nestas práticas como possibilidades teórico-metodológicas sem falar de uma produção de conhecimento antirracista. E, nesse sentido, é fundamental o cuidado de não colonização deste lugar e não apagamento deste marcador político intrínseco a essas propostas. Isso impõe a nós, pesquisadoras brancas, o compromisso ético-político de não “branquear” a prática para fazê-la caber na academia, mas de contribuir na promoção do enegrecimento desse e de outros espaços. É, portanto, principalmente a outras pesquisadoras brancas que nos dirigimos com um convite de permitir também afetar-se por essas produções, já que o reconhecimento da importância epistemológica e política de formas de produção

de conhecimento produzidas por pessoas não brancas e não eurocentradas, é um dos movimentos necessários para que isso ocorra. Chamamos também a atenção para o fato de que não se trata unicamente de sermos leitoras das produções desses grupos. Como bem nos ensinou Patrícia Hill Collins (2017), os anos de 1990, nos Estados Unidos, mostraram uma ampla absorção do pensamento de mulheres negras pelas universidades, mas em profundo descompasso com a entrada delas como docentes. No Brasil, desde os anos 2000, o mercado editorial passou a publicar o pensamento de autoras negras (Oliveira, Rocha, & Oliveira, no prelo)⁶ e, certamente, houve um interesse cada vez maior em levá-lo para a academia. Isso não implicou, contudo, lutas sistemáticas para que concursos fossem realizados ofertando vagas para docentes negras/os; o número de docentes negras e negros ainda é muito reduzido. Desse modo, o que precisamos encarar, de fato, é que nosso contato com essas produções passe a nos conscientizar que necessitamos nos movimentar para produzirmos confrontos que escancarem o pacto branco de exclusão que impera no cotidiano dos espaços acadêmicos. Precisamos enegrecer nosso pensamento e, junto a isso, lutar para enegrecer os corpos que circulam ali.

O que nos convoca aqui é pensar como esses ensinamentos afetam a nós, trazendo, portanto, as delicadezas de uma aprendizagem que pode transformar nossas práticas e a expectativa de alianças não colonizadoras. O que se coloca como questão ética e epistemológica é o como podemos pensar e nos produzirmos também a partir dessas perspectivas, sem operar uma apropriação de pensamentos que se constituem como práticas de resistência de grupos subalternizados, mas nos colocando efetivamente como sujeitos cuja experiência também é racializada e generificada. É assim que evocamos nossos fragmentos de memórias conectando acontecimentos que nos constituem como mulheres brancas racializadas e que são indissociáveis de nossa existência e ação como pesquisadoras. Essas experiências foram, também para nós, apagadas, porque consideradas inapropriadas a partir de perspectivas colonialistas do conhecimento, o que passamos a compreender a partir dos encontros mencionados. Em uma configuração acadêmica majoritariamente branca da psicologia, acreditamos na força desses encontros e que a possibilidade de alianças é apenas um dos desafios que precisamos enfrentar, e pode ser viável se houver o reconhecimento das posições assimétricas e violentas até então instituídas com nossa colaboração.

Colocar-se na escrita como sujeitos de uma experiência é uma forma de recusa à planificação das subjetividades e suas análises, mas também de assumirmos nosso lugar e responsabilidades éticas e políticas na produção do conhecimento. O corpo e a experiência não são apenas “dos outros”. Invoca-se, assim, uma política de escrita mais cuidadosa que, sem linearidade, simplificação ou conclusões definitivas, amplifica

6 Oliveira, R. R., Rocha, K. A., & Oliveira, É. C. (no prelo). *Contraescritas feministas: educação das meninas de pedra*. *Revista Estudos Feministas*.

questionamentos. A supremacia de categorias teóricas descoladas da corporeidade de quem participa da pesquisa também deve ceder lugar à construção de contradições, ausências de respostas e as incertezas da vida cotidiana. Lembremos que também a blindagem por sistemas teóricos é uma tradição da ciência colonizadora.

A escrevivência (Evaristo, 2018) afirma uma história negligenciada (em suas potências e violências sofridas) das pessoas racializadas pelo processo de colonização, operando como constituidor de um sujeito. Trazida para o contexto das políticas de pesquisa, ela também aponta para o eu branco e seu lugar de privilégio, opressão e violência. Em suas obras a autora registra um cotidiano de durezas e poesias, constituintes de realidades frequentemente ignoradas ou deliberadamente excluídas dos processos embranquecidos de formação de profissionais e pesquisadoras/es do campo psi. Em espaços acadêmicos majoritariamente brancos, o pensar a si e a própria experiência é também um exercício fundamental na constituição de novas formas de relação e enfrentamento ao racismo estrutural e naturalizado e, nesse sentido, a robustez de conhecimentos elaborados por autoras como Conceição Evaristo ultrapassa muito um lugar frequentemente dado a obras consideradas literárias na formação: o de ilustração de realidades ou de objeto para análise a partir da aplicação de arcaísmos teóricos eurocêntricos. São trabalhos que pela densidade das experiências vividas e testemunhadas, das reflexões que apresentam e pela própria posição de quem os elabora, constituem-se em si como construções epistemológicas, ontológicas, metodológicas e ético-políticas que rompem com a hegemonia branca da academia; não são apenas laboratórios de experiências, mas também laboratórios de conceitos. Por isso insistimos na necessidade de considerar a posição ético-política e os sujeitos que formulam essa contribuição, que são exatamente aqueles a quem a branquitude tentou impor o silenciamento e o não-lugar. Não se pode, portanto, perder de vista a análise da produção racial (da negritude e da branquitude, entre outras) e de como essas relações permeiam a pesquisa.

Desse modo, o racismo deixa de ser um recorte, um tema, mas passa a ser constituinte das análises e das relações que se estabelecem nos percursos e instituições de pesquisa. Nesse sentido, pensar os diferentes lugares do corpo e da experiência subjetiva passa por trazer a corporeidade de atores e atrizes envolvidas/os no processo da pesquisa. Como nossas vidas e nossas relações no pesquisar são marcadas por sermos pessoas brancas, indígenas, negras, asiáticas, mulheres, homens, trans, jovens, idosas, sudestinas, nordestinas etc. A proposta da escrevivência, ou de uma escrita experiência, ou de uma escrita de si, buscam trazer essa dimensão que muito mais do que uma característica individual, carrega marcas de uma história política que incide sobre as relações do presente, sobre o tipo de conhecimento que legitimamos, fazemos circular, autorizamos... Requerem a honestidade e a abertura em se colocar no texto, de modo humano, imperfeito e hesitante, para produzir escritas que não falem apenas sobre a vida de outros, mas sobre como nossas vidas se tocam e se encontram, provocando deslocamentos e assim tocando também quem lê.

REFERÊNCIAS

- Adichie, C. N.** (2011). *Hibisco roxo*. Companhia das Letras.
- Adichie, C. N.** (2020). *O perigo da história única*. Companhia das Letras.
- Angelou, M.** (2018). *Eu sei por que o pássaro canta na gaiola*. Astral Cultural.
- Anzaldúa, G.** (2000). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, 8(1), 229-236.
- Collins, P. H.** (2017). O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. *Cadernos Pagu*, 51, 1-23. e175118.
- Cusicanqui, S. R.** (2018). *Un mundo ch'ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis*. Tinta Limón.
- Evaristo, C.** (2018). Entrevistas: Conceição Evaristo: imortalidade além de um título/Entrevistada por Ivana Dorali. *Revista Periferias*. <https://revistaperiferias.org/materia/conceicao-evaristo-imortalidade-alem-de-um-titulo/>
- Henning, C. E.** (2020). O charme sapatão de Esther Newton: uma entrevista sobre a vida, a obra e as paixões da lendária antropóloga. *Revista Estudos Feministas*, 28(3), 1-19.
- Kilomba, G.** (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Lorde, A.** (2019). *Irmã outsider: Ensaios e conferências*. Autêntica.
- Preciado, P. B.** (2017). Cartografias Queer: O 'flâneur' perverso, a lésbica topofóbica e a puta multcartográfica ou como fazer uma cartografia 'zorra' com Annie Sprinkle". *Revista Performatus*, 5, 17.
- Preciado, P. B.** (2020). Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas. *Revista A Palavra Solta*. <https://www.revistaapalavrasolta.com/post/eu-sou-o-monstro-que-vos-fala>
- Vergès, F.** (2020). *Um feminismo decolonial*. Ubu.

RECEITAS MANCHADAS DE RESISTÊNCIA: INTERSECCIONALIDADE E PRÁTICAS DE PODER NAS PESQUISAS EM PSICOLOGIA

Wanderson Vilton Nunes da Silva

“É preciso contar histórias para adiar o fim do mundo”
(Ailton Krenak, 2019, p. 13)

O chão que piso desde criança é vermelho. Assim inicio este texto, recorrendo ao que Conceição Evaristo recomenda àquelas/es que desejam escrever um texto. Ela diz, parafraseando outra autora: “a cabeça pensa onde estão fincados os nossos pés”¹. Durante um tempo, ao longo de minhas atividades acadêmicas, busco compreender como esta poderia ser uma ocupação minha como professor e pesquisador de um Programa de Pós-graduação em Psicologia situado no nordeste brasileiro, na cidade de Recife em Pernambuco. Afinal, onde estariam fincados os meus pés? E como isso ocuparia a minha cabeça e aquilo que penso, pesquiso e escrevo?

Ao longo deste texto, buscarei construir algumas parcerias que me ajudarão a passear por essas perguntas. Algumas dessas parcerias fazem parte da minha casa, da minha infância e das palavras que ocupam minha cabeça e meus pés, pois os pés também pensam.

Parcerias que não estão mais entre nós, mulheres que compõem a intimidade que buscarei apresentar ao longo deste texto, pois cada vez mais estamos cientes de como o governo dos vivos está atravessado pela forma como temos produzido nossos mortos. Recorro à ancestralidade que compõe meu corpo, minha memória e meus passos em zigue-zague. Recorro a Exu. Recorro às memórias de infância e às autoras que têm colocado meu corpo em pé, disposto à memória de uma ancestralidade mestiça descolonizada que, em certa medida, compõe os meus rastros, o meu corpo, por tantas vezes silenciada ou embranquecida pelas práticas coloniais que afetam a tantas de nós, através das práticas educacionais, acadêmicas ou não;

1 Em alguns textos há a menção a Leonardo Boff como autor dessa frase no seu breve texto “Todo ponto de vista é a vista de um ponto”. A referência a essa frase da forma como a apresento neste capítulo fora mencionada por Conceição Evaristo em entrevista disponível *online* na referência que segue: Evaristo, Conceição (2017). *O ponto de partida da escrita - Ocupação* Conceição Evaristo [vídeo documental]. Itaú Cultural. <https://www.youtube.com/watch?v=3CWDQvX7rno>

bem como às práticas de silenciamento e de ódio que retornam cada vez mais à cena política em lugares e espaços improváveis.

Desse modo, este texto tem por objetivo problematizar aspectos de uma existência mestiça descolonizada, compreendendo aspectos da construção de manchas, frestas e encruzilhadas como elementos de uma composição de práticas de pesquisa que possibilitem a construção de intersecções entre mundos e existências. Essa problemática tem ocupado alguns dos meus passos ultimamente, por diversas razões pessoais e políticas, relacionadas ao contexto político do país e à ascensão de práticas de inimizades e de aplicação da dor como uma forma de fazer política: a punição, a pena e o castigo retomaram a cena como formas de redimir, educar e construir formas de ser e estar no mundo.

Podemos citar aqui alguns fatos recentes: o linchamento e assassinato da travesti Dandara Santos em 2017 no Ceará, o cancelamento de Carol Conká após sua participação em programa televisivo em rede nacional, o espancamento até a morte de João Alberto em um supermercado de Porto Alegre e a chacina do Jacarezinho em seis de maio de 2021 no Rio de Janeiro. De certo modo, essas ações têm nos movido e comovido ao longo dos últimos anos, permitindo-nos construir algumas pausas e também algumas possibilidades para repensar caminhos e rotas, também permitindo-nos falar sobre “onde estão fincados os nossos pés”, que também pensamos.

Nesse sentido, buscarei trazer para este texto algumas narrativas que permitam-me construir caminhos de encruzilhadas, de frestas e de manchas sobre nossas práticas de pesquisa e acadêmicas. Em um primeiro momento, trarei alguns elementos sobre o chão que piso, contando uma história sobre a casa em que nasci; em seguida, contarei a história de uma máquina de costura de minha tia, as relações que estabelecia com esse objeto de trabalho dela quando era criança e me ensinava a costurar; por fim, retomarei uma narrativa sobre o quintal/terreiro que temos em casa para pensar algumas outras manchas necessárias sobre pesquisa e relações de poder no campo da psicologia.

RECEITAS, MANCHAS E RESISTÊNCIAS: SOBRE POLITIZAR A CIÊNCIA

Para combinarmos essas histórias é impossível não pensar em comida. Na construção de nossas cozinhas e terreiros, daqueles interiores aos quais certa Psicologia durante muito tempo ensinou-nos estarem somente em nossa mente, na cabeça, nos nossos juízos. O convite que farei inicialmente é pensar a casa, a morada, esse espaço de uma suposta intimidade e de uma interioridade que por tantas vezes ensinamos a preservar da vida política e que, no entanto, tal preservação tem colocado a vida de tantas de nós em risco, especialmente quando remetemos à violência doméstica, dirigida a idosos/as, pessoas de orientação sexual diferente de uma heteronormatividade, mulheres cis e transgêneros, além de nossas crianças.

A casa pode ser pensada a partir da cozinha, dos preparos, das comidas e das receitas que nos acompanham nos cuidados com nossa alimentação, desde o nosso feijão com arroz até os brigadeiros caseiros, os pães, os bolos e as massas que têm nos acompanhado ao longo dos últimos meses, especialmente àqueles e àquelas que conseguem manter-se em casa nesse isolamento social imposto pela pandemia. Mas também àqueles e àquelas que continuaram seus trabalhos de forma presencial neste período.

Betty Lerma (2017), pedagoga e feminista colombiana, escreve sobre as parteiras colombianas, pertencentes à comunidade negra do país, e as relações que construíram com o território para produzir pertencimento, apesar da história de escravização e colonização a que foram submetidas. Para essa pesquisadora, as mulheres negras construíram usos de seus conhecimentos ancestrais para sua luta contra essas forças que insistiram em aniquilar seu povo, tecendo redes que vinculam e enraízam-no ao território através do ofício de parteira.

De certo modo, Lerma acaba por nos incitar a pensar sobre como a noção do que seria pedagógico pode ser concebida de forma mais ampla, pois, segundo ela, “todas as comunidades ensinam e aprendem” (2017, p. 255, tradução nossa). Nessa medida, afirma que as mulheres negras nascidas na Colômbia aprenderam, com as indígenas e colonizadores, a recriação de suas memórias africanas, na tentativa de fazer esse novo território - em que chegaram involuntariamente - um lar. Ela vai aos poucos indicando-nos como que as práticas de aprendizagem, as pedagogias e ensinamentos, como forma de produzir conhecimento, ocorrem através dos jogos, do ensinamento às crianças de um ofício, do cuidado com as plantas e com os alimentos, entre outras profissões e atividades laborais.

Os jogos de esconde-esconde infantis e as festas, bailes e os chamados *arrullos*² colombianos são exemplos de práticas pedagógicas que não somente divertem e festejam, mas também garantem a transmissão de ensinamentos necessários para a vida, a sobrevivência e para tornarem esse novo território seu lar.

Desse modo, Betty Lerma retoma como tais práticas pedagógicas que acompanham a infância dessas comunidades negras na Colômbia recriam elementos da memória oral delas, espaços em que as atividades pedagógicas e de construção de conhecimento se confundem com o prazer e a festividade inventiva do cotidiano dos bailes, nos festejos e na aprendizagem de um ofício.

Nessa direção, ela nos apresenta brevemente o *mentidero*³, como um espaço dedicado ao descanso, principalmente no período da noite, em que são transmitidos

2 Os *arrullos* colombianos são bailes ou festividades culturais com uma diversidade cultural relacionada à música, às artes, às comidas típicas, à contação de histórias e outros elementos de culturas de resistência anticoloniais da localidade.

3 Os *mentideros* são lugares ou espaços de contação de histórias que tomam a imaginação como elemento fundante, são espaços relacionados à possibilidade de compartilhar histórias que seriam compreendidas como mentirosas, mas que ganham força pelo triunfo dos mais fracos frente a situações de opressão, assemelham-se às histórias de cordéis do nordeste brasileiro.

valores e ensinamentos “através de relatos fabulosos em que os mais fracos triunfam sobre os mais fortes, e em que a vida sempre triunfa sobre a morte” (Lerma, 2017, p. 256, tradução nossa). Os *mentideros* são apresentados como espaços de contação de histórias que possibilitam “relatos que não pretendem transmitir informações nem desenvolver a inteligência da pessoa, mas transformar todos os aspectos de seu ser: o intelecto, a imaginação, a sensibilidade e a vontade” (Lerma, 2017, p. 256, tradução nossa).

Essas práticas pedagógicas nos possibilitam pensar o espaço da cozinha também como um espaço de construção de um conhecimento sobre o mundo, um conhecimento manchado pelos sabores, pelos prazeres do paladar. A comida, as receitas nos ensinam a combinar ingredientes, a transformar sabores, a transformar as coisas do mundo em força para nossos corpos. Assim acontece com os bolos, com as massas e seus molhos, com tantas outras formas de cozinhar com ou sem fogo.

As receitas de nossas mães, tias e avós, ou aquelas que buscamos nas redes sociais da internet, ao contrário do que aparenta, não nos oferecem um caminho único e impertinente para nossos cozidos, elas nos possibilitam construir nossas próprias forças através dos alimentos. Ao nos embarçarmos nelas, produzimos continuidades e descontinuidades, reescrevemo-las à medida que cozinhamos, inventamos nossas forças. Esse é o elemento que trago para pensarmos as receitas, não como um destino, mas como um caminhar, como aspectos de uma construção de uma história e de seus rastros sobre nossos corpos, imaginação e pensamentos.

Desse modo, as receitas, ao serem usadas, produzem manchas em suas páginas e em quem as manuseia. Os atos de resistência como atos de criação podem ser caracterizados por essa tensão do uso, do desgaste, da memória (Agamben, 2018). A precariedade de um ato de criação está na sua manutenção, na sua simples repetição ou na conservação da originalidade em relação ao que fora receitado. Um ato de criação, nos diria Giorgio Agamben (2018), mantém a tensão entre fogo e relato, entre o mistério e a história, aquele elemento da receita que não contamos a ninguém, mas que faz toda diferença na construção dos sabores e dos saberes aos quais nos dedicamos na cozinha ou na pesquisa.

Aliás, curioso lembrarmos que etimologicamente as palavras “sabor” e “saber” possuem a mesma origem (Barthes, 1978). Agamben (2017) nos lembra que, frente à visão e aos demais sentidos, o gosto ocupa um lugar menor ou, em suas palavras, *mais baixo*, uma vez que o ato de degustar, de sentir o gosto das coisas, acaba por não deixar o objeto desse sentido livre para si: no ato de degustar, acabamos por dissolver ou consumir tal objeto de forma irreversível. De outro modo, tal nivalização ao inferior do paladar é associada por aquele autor a uma separação entre prazer e conhecer, portanto, para conhecermos um objeto, produzir conhecimento a respeito dele, teríamos que mantermo-nos apartados/as do prazer que tal ato nos proporcionaria, bem como mantê-lo livre, sem dissolvê-lo ou consumi-lo.

O gosto seria uma forma de conhecer que também retoma elementos de ordem subjetiva, não somente aspectos de uma objetividade, mas de uma série de elementos que dispõem o conhecimento a partir de uma narrativa ou de um relato. Agamben (2017) retoma como esse tipo de conhecimento foi sendo cada vez mais afastado do ato científico, sendo comumente atrelado à adivinhação e à incapacidade de dizer verdades verdadeiramente verdadeiras. Temos, portanto, uma cisão entre conhecimento e prazer, entre o subjetivo e o objetivo, tecido por uma forma de produzir saberes e sabores em uma lógica europeia, branca e cisheterocentrada.

Isabelle Stengers (2017), a partir de uma conversa com uma bruxa chamada Starhawk, é apresentada à palavra reativar (em inglês, *reclaim*), que utiliza para pensar processos de retomada de práticas marginalizadas e desqualificadas pelo mundo moderno-capitalista, como as práticas de feitiçaria e de bruxaria, responsáveis pela perseguição e morte de mulheres no ocidente, principalmente através das ações coloniais também direcionadas aos nossos povos originários em todo continente americano, especialmente ao sul. Desse modo, a autora associa esses processos coloniais de marginalização e de obliteração de práticas, consideradas irracionais, como resultante do avanço do capitalismo.

Nesse sentido, ela nos propõe a construção de possibilidades de encontros e diálogos entre diferentes formas de conhecer e produzir conhecimento sobre e no mundo: a construção de frestas e fendas que permita-nos interseccionar mundos e fraturar nossas formas de construção de saber povoadas por semelhantes, admitindo como copensadores de nossos saberes científicos outros saberes e mundos. A questão que se coloca aqui é: como construir e estabelecer alianças entre tais diferenças, de modo a tensionar a economia de conhecimento a que estamos vinculados/as? Ao que parece é preciso desacelerar para produzir conhecimento, a partir de alianças (Stengers, 2018).

Mara Viveros (2020) alerta-nos sobre a necessidade de pensarmos alianças entre homens e mulheres, além de nos incentivar a pensar a complexidade dos elementos que compõem uma pluralidade da luta antirracista, argumentando que “se encobre o fato de que o racismo atravessa toda a organização social e que, portanto, as pessoas que se reconhecem como mestiças (ou brancas) também estão afetadas por esse ordenamento racial e que seu privilégio se sustém sobre a opressão dos grupos racializados” (p. 41). Também para pensar esses elementos da racialidade, quanto aos estudos de pessoas brancas e seus privilégios, Camila de Jesus (2012) contribui de forma importante com o estudo conceitual que propõe pensar as distinções históricas do uso de conceitos como branquitude e branquidade no Brasil, considerando aspectos que colaborariam para a luta antirracista; assumindo, de certo modo, ideias de construção de uma perspectiva interseccional na abordagem dos estudos de pessoas brancas e seus privilégios.

De forma importante, Mara Viveros (2016) tece algumas considerações sobre a interseccionalidade e o feminismo negro, indicando a necessidade de atentarmos para as relações de poder e a forma como constroem as desigualdades a partir da intersecção entre raça, gênero e classe social, ao invisibilizar alguns desses marcadores. Nesta mirada, identifica na interseccionalidade a possibilidade de construção de resistência, colocando em relevo formas de pensar o poder a partir de um certo rompimento com lógicas exclusivamente micro ou macroanalíticas, ao que nos alerta para as possibilidades de articulação entre macro e microestruturas de poder em nossas análises.

O que podemos assinalar em certa medida é que Mara Viveros (2016, 2020) promove algumas mudanças importantes em suas obras ao longo dos anos, relacionadas à compreensão que constrói sobre o conceito de interseccionalidade, pensando-o a partir das possibilidades de construção de alianças. Nesse sentido, interseccionar estaria mais ao lado de produzir conexões e solidariedade do que construir separação. Por isso, a interseccionalidade estaria mais ao lado de uma construção de uma mancha de resistência do que exatamente de uma pureza e de um isolamento de um pensamento, de vidas ou de formas de resistência/existência. Desse modo, ressalta condições para pensar raça e gênero por um viés não individualista, considerando a classe social.

Nessa direção, proponho a cozinha como esse espaço de intersecção de sabores e de saberes sobre o mundo, mas também poderia ser um outro no qual poderíamos habitar. Interessa-nos nela esse elemento das receitas e dos preparos que alia entre si sabores e nos proporciona forças para continuar nossas lutas em nossos corpos, mas também os moldando às realidades que podemos enfrentar.

Ao que parece, em diversas das nossas práticas de pesquisa temos diluído nossos objetos de estudo: ao degustá-los, tornamos impossível não alterarmos sua forma de apresentação e visibilidade no mundo, tampouco continuamos sendo as/os mesmas/os. E isso estaria muito além de uma mera observação (visão) ou escuta (audição) dos nossos objetos e/ou problemas de pesquisa; parece que estamos mais situados no gosto (paladar) que une um conhecimento que sabe e que tem prazer, do que de um conhecimento dissociado da cozinha, dos sabores e dos gostos. Os nossos objetos de estudo, ao serem acessados, continuam disponíveis a outras experiências gustativas ou de pesquisa, não os encerramos ao abordá-los, mas inventamos e situamos nossas formas de torná-los existentes em práticas de pesquisa.

Retomo essas questões para indicar, entre outros aspectos, a forma como é possível construir aprendizado e conhecimento – compreendendo essas duas operações como inseparáveis – a partir do prazer e de outros sentidos que possibilitem alterar nossas percepções do mundo, construindo intersecções entre diferentes mundos e formas de conhecer, inclusive aquelas que não se situam em uma cientificidade colonial.

Desse modo, habitamos a festa, a dança, os contos fantásticos nos *mentideros* ou *nos cordéis nordestinos*, os saraus e os *arrollos*, como esses espaços de construção de conhecimento e de aprendizagem, compreendendo o conhecimento para além de seus encontros para publicações. Tratamos de ciências que reativem o encantamento de frestas e fendas no mundo, uma produção de conhecimento científico politizado.

Pensar a cozinha como espaço de ciência é recolocar e reativar as possibilidades de construir um banquete, um comes e bebes, um piquenique, um jantar amoroso/romântico ou com amigas/os, uma festa de terreiro com seus abarás e acarajés, bem como um espaço familiar em que fogo e relato, mistério e história se mantêm vivos e tensionados. Ou seja, como nos assinala Renato Sztutman (2018) sobre Isabelle Stengers, tratamos de levar a ciência à política, politizando-a.

Esses elementos de uma politização da ciência são apresentados por esse autor e essa autora como necessários à construção de uma outra economia científica que passa pela possibilidade de pensarmos o futuro e à construção de nosso mundo comum, e uma não recusa nossa na execução de tal tarefa: e a cozinha é esse espaço de construção de comum, de comunidade.

Esse pode ser o desafio que a *slow science* deve responder, permitindo aos cientistas aceitar que o que é confuso não é defeituoso, mas sim aquilo que temos simplesmente de aprender a viver e a pensar. A simbiose entre *fast science* e indústria tem privilegiado o conhecimento desincorporado; e as estratégias de desincorporamento têm sido abstraídas das complicações confusas deste mundo. Porém, ao ignorar a confusão e sonhar com sua erradicação, descobrimos que confundimos o mundo. Então, eu caracterizaria a *slow science* como a operação exigente que reativa a arte de lidar com o que os cientistas muitas vezes consideram confuso, ou seja, de lidar com o que escapa das categorias gerais, chamadas de objetivas. (Stengers, 2018, p. 21)

Tratamos neste texto de desincorporar a ciência de suas certezas, mergulhá-las em um bom molho de pimenta e de dendê, incorporá-la nas narrativas fantásticas, balançá-la em nossas rodas de samba, nos *slans* das minas, na batida do *funk*, nas festas dos encantados, na batida do tambor dos nossos terreiros, nos chás de ervas e nos pés que enraízam nossos corpos ao chão. Estamos pensando uma política científica que permite a si mesma confundir-se, perder-se e encontrar-se em uma ancestralidade que produz mundos em comum, frestas e fendas para a alegria do encontro com nossas vulnerabilidades históricas.

Desta feita, continuarei este texto contando as três histórias que anunciei no início. Narrativas que dizem respeito a essa possibilidade de um mundo comum e do que estamos chamando de politização da ciência.

O CHÃO QUE MEUS PÉS PISAM É VERMELHO

Desde criança a casa em que morei e cresci chamava a atenção das pessoas que nos visitavam por ter o seu piso vermelho. Das mulheres e dos homens que nos visitavam, comumente ouvia: - que piso lindo o de vocês, esse piso vermelho nunca havia visto em outro lugar. Essa lembrança só retornou a mim mais recentemente ao regressar à casa em que cresci com o contexto de pandemia e de isolamento social.

Recentemente perdi minha tia. Fui criado por três mulheres ao longo de minha infância, dentre elas a minha tia, que foi responsável pela minha alfabetização aos quatro anos de idade. Ela era uma mulher negra, professora de crianças no ensino básico da cidade, primorosa em suas formas de ensinar e em seu cuidado com as palavras. Desde cedo nas minhas escolhas de temas de pesquisa no mestrado e no doutorado estive envolvido com temáticas relacionadas às violências e violações de direitos humanos.

A morte ou essas temáticas mais duras estiveram presentes no meu cotidiano de criança; conviver com a possibilidade da morte é algo que nos afirma aspectos de certos elementos sobre a vida. Mesmo sendo um homem de pele mestiça embranquecida, diferente de tantas outras pessoas de minha família, esse elemento relacionado à vida é algo bastante recente. Mesmo a minha avó, mulher negra, também teve que conviver com os altos índices de mortalidade infantil, como fora comum entre as mulheres do nordeste brasileiro durante alguns períodos recentes de nossa história.

Esse convívio com a morte e com a sua presença é um elemento que pode ser pensado e que atravessa algumas de nossas formas de construir nossos modos de ser e estar no mundo. Aquilo que atravessa nossas existências plurais e políticas no mundo. Esse elemento, que sempre retorna em situações de crise, faz lembrar-nos sobre o chão em que pisamos. O meu, desde criança, sempre foi vermelho, ainda que somente agora tenha lembrado disso.

A MÁQUINA DE COSTURA E AS VIAGENS INTERPLANETÁRIAS

Um dos outros ofícios de minha tia era ser costureira. Ela tinha muito orgulho e prazer em costurar tecidos e fazer roupas para nós e às vezes para algumas pessoas que encomendavam o serviço dela. Como mencionei anteriormente, ela faleceu ano passado devido a problemas de saúde que a afetavam há bastante tempo, tendo que parar de costurar há cerca de uns 15 anos, devido às dores de reumatismo e osteoporose que a impediram aos poucos de andar e de fazer movimentos simples como sentar-se sozinha e alimentar-se.

Ainda assim, quando era pequeno ela me ensinou também a costurar. Consegui aprender a costurar à máquina e agulha algumas roupas, quando rasgavam

ou quando precisavam de algum tipo de reparo. Desde ali, aprendi que algumas vezes a vida precisaria de conserto, de parar para cuidar dos rasgões e das descosuras que o meu corpo provocaria nas roupas e vestimentas que lhe encobririam.

Algo que chamou a minha atenção após esse retorno a minha casa, foi lembrar que ela não somente me ensinou a costurar, mas também a fazer a manutenção e os cuidados da máquina de costura dela. Havia cuidadosamente me ensinado que a máquina, responsável pelos cuidados com as minhas roupas, também seria capaz de machucar, podendo levar o meu dedo na agulha principal da máquina ou em outras formas sutis de costura. As máquinas com as quais trabalhamos para desempenhar cuidados e trabalho também podem nos machucar. Aprendi a trocar o óleo da máquina, a identificar quando ela já está precisando de cuidados, aprendi a rebobinar a linha, a trocar as correias, aprendi a entender que aquilo com o que trabalhamos pode nos arruinar, mas também pode nos erguer.

Esses cuidados e essa aprendizagem acabaram também me tornando íntimo daquela máquina e de seus mistérios, logo comecei a transformá-la em uma espaçonave capaz de me fazer viajar pelo mundo e pelo espaço, eu cabia exatamente naquele espaço ali embaixo em que fica o pedal, sentava nele e viajava pelo mundo, com uma buzina que me ajudava a pedir passagem aos transeuntes daquele meu universo infantil. Por algumas vezes a minha tia reclamava comigo porque eu era gordinho, continuo sendo, e poderia quebrar o seu instrumento de trabalho tão querido. Mas era incrível ajudá-la a costurar, a cortar tecidos e a conhecer as mágicas e os poderes que ela construía junto daquela máquina, às vezes a minha espaçonave de viagens interplanetárias.

○ TERREIRO E O QUINTAL

Durante a minha infância nós cultivamos um quintal com plantas de uso medicinal como erva-doce, capim-santo, erva-cidreira e algumas flores como cravos e onze horas. Eu normalmente acompanhava essas práticas de cuidado das plantas ao entardecer e ao amanhecer; habitualmente eram as primeiras e últimas coisas que fazíamos durante o dia: cuidar do terreiro e das nossas plantas. Inúmeras vezes essas plantas serviram para acudir a mim e às minhas tias, mãe, avó, além das vizinhas. Usávamos para escovar os dentes, para algum ferimento na pele, para as frequentes dores de cabeça, para as dores estomacais e tantas outras possibilidades de cuidados que nos eram necessários à vida.

Apesar de ser mais urbano, minha família veio do sítio, na zona rural, como elas costumam dizer *agora é que estamos morando na rua*. A palavra *rua*, na cidade em que nasci, é utilizada como sinônimo de cidade, de zona urbana. Atualmente, quando ouço tal expressão, demoro um pouco a entender essa referência à rua. Com o tempo fui sendo urbanizado pelas cidades e formações que passei e algumas palavras perderam certos sentidos.

Aos poucos esses processos urbanos foram construindo a retirada do nosso quintal. O fato de termos mudado para a rua, para a cidade, para o urbano, fez com que a prefeitura retirasse de nós a possibilidade de ter nossas plantas que nos acompanharam durante tantos anos de vida: era necessário nos adaptarmos à cidade. Nossas plantas, o terreiro e o quintal eram sinais de um atraso urbano; isso foi o que nos fora dito naquela época. Mas como o quintal e as plantas seriam sinal de um saber e de um conhecimento na cidade? Que tipo de conhecimento é possível em certas cidades? E quais saberes queremos manter entre nós?

Atualmente mantemos nosso quintal em vasos. Permanece nas plantas que mantemos ainda hoje conosco.

OUTRA ECONOMIA DO CONHECIMENTO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E INCONCLUSÕES

Ao longo deste capítulo pudemos vislumbrar formas de uma economia de conhecimento que estariam comprometidas com formas situadas em que a vida é articulada em nossas pesquisas e estudos. Ao convite para a construção de um conhecimento politizado, apresentei a possibilidade de uma ciência que permite o gosto, degustar nossos objetos de estudo, estaria relacionado a pensar e reativar os entres de nossas ancestralidades, associados às formas como construímos festa, dança, cozinha, contos e narrativas sobre ser e estar no mundo.

Essa construção de manchas e de interseccionalidades estaria também voltada para a construção de um comum, de um mundo comum e em comunidade. Esses elementos estariam relacionados à construção de uma abertura do pessoal como um elemento político. Em certa medida, também pergunto qual pessoal seria político e de quem? Quem estaria disposto a demorar-se de modo a tornar o pessoal um elemento político em nossas pesquisas? Vivemos em um ambiente político no qual a inimizade e o sofrimento têm sido afetos mobilizadores de política; no entanto, aos poucos vemos frestas nas quais o prazer, o gosto, o paladar nos propiciariam uma ciência situada e uma vida que ao ser acionada na pesquisa seria festejada em sua vitalidade.

As narrativas de infância acionadas por mim neste texto trazem elementos de uma ancestralidade descolonizada, mas também convida a memória a embebedar⁴ nossas ciências e certezas cristalizadas. Pois há vida nos interiores, no nordeste do Brasil e fora dos espaços circunscritos pela colonialidade do poder. Os tempos e as aprendizagens, a ciência e a construção de conhecimento são possíveis também

4 Embebedar aqui refere-se não exatamente ao uso de álcool, mas aos giros repetitivos em torno de si nas brincadeiras infantis, nas quais o efeito desses rodopios deixa sobre o corpo que gira uma sensação de tontura semelhante à embriaguez.

nessa ocupação sobre a construção de um futuro, de um mundo comum e de uma politização da ciência.

Reativar frestas e fendas seria elemento de uma narrativa científica que retoma da vida elementos para a construção de um saber sobre nós mesmos e sobre o mundo comum que queremos construir, fora dos laboratórios, das inimizades, das cobaias e dos saberes que atuam para matar qualquer tipo de vida por meio de discursos de corredor, das histórias mal-intencionadas e da construção de uma naturalização do fracasso construído para o outro como forma de sucesso da colonialidade de saberes, de práticas e a branquitude hegemônica⁵ que não desejam abrir mão do poder a qualquer custo.

Ao retomar o chão vermelho que fazia sucesso com as visitas em nossa casa, retomo a atenção para o território no qual situamos nossas pesquisas, para onde fincaram os nossos pés e de que forma isso tem afetado nossas formas de produzir conhecimento.

Com a narrativa relacionada à máquina de costura de minha tia retomo também elementos de uma dissolução imaginativa dos nossos objetos de pesquisa, propondo a eles novos usos e um atravessamento do jogo infantil e da brincadeira que nos altera, assim como altera nossos mundos no instante em que produzimos conhecimento em nas pesquisas.

Por último, ao contar a história de nosso quintal, retomo o tipo de conhecimento que queremos construir para pensar um mundo comum, respondendo ao convite de Isabelle Stengers (2018), e, ao mesmo tempo, como as práticas científicas e urbanas estão associadas a um progresso científico que afasta algumas formas de conhecer, relegando-as à irracionalidade.

Em certa medida, posso apontar como os processos de conhecimento estão atravessados também por elementos de uma aprendizagem e de uma determinada forma de produzir pertencimento, território e memória. Ao que nossas autoras destacaram anteriormente, os processos de conhecimento anticoloniais ampliam o alcance de conhecimento reconfigurando nossas formas de relação com o mundo, permitindo criar condições de diálogo, frestas e amizades entre diferentes cosmologias, entes e entidades, encruzilhando caminhos e permitindo sentir/pensar os nossos mundos.

5 Aqui é importante consultar o artigo de Camila de Jesus, descrito a seguir, que aborda diferenças importantes nos estudos sobre pessoas brancas entre os conceitos de branquitude e branquidade: Jesus, Camila M. (2012). *Branquitude x branquidade: uma análise conceitual do ser branco*. <http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Branquitude-x-branquidade-uma-ana-%C3%83%C3%85lise-conceitual-do-ser-branco-.pdf>

REFERÊNCIAS

- Agamben, G.** (2017). *Gosto*. Autêntica.
- Agamben, G.** (2018). *O fogo e o relato: ensaios sobre criação, escrita, arte e livros*. Boitempo.
- Barthes, R.** (1978). *Aula – Aula inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França*. Cultrix.
- Jesus, C. M.** (2012). *Branquitude x branquidade: uma análise conceitual do ser branco*. <http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Branquitude-x-branquidade-uma-ana-%C3%83%-C3%85lise-conceitual-do-ser-branco-.pdf>
- Krenak, A.** (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Lerma, B. R.** (2017). Pedagogías para la vida, la alegría y la re-existencia – Pedagogías de mujeres negras que curan y vinculan. In Catherine Walsh (Ed.), *Pedagogías Decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir* (Tomo II, pp. 273-290). Ediciones Abya-Yala.
- Stengers, I.** (2017). Reativar o animismo. *Chão de Feira. Caderno de Leituras*, 62. <https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2017/05/caderno-62-reativar-ok.pdf>
- Stengers, I.** (2018). A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 69, 442-464. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p442-464>
- Sztutman, R.** (2018). Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência – pensando com Isabelle Stengers. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, 69, 338-360. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p338-360>
- Viveros, M.** (2016). La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. *Debate Feminista*, 52, 1-17. <https://doi.org/10.1016/j.df.2016.09.005>
- Viveros, M.** (2020). As cores do antirracismo (na América Latina). *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 36, 35-50. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.36.02.a>

SOBRE LUTAS E AFIRMAÇÕES NO PERCURSO DE UMA PESQUISADORA NEGRA NA UNIVERSIDADE¹

Rosângela Jacinto Cabral

“Eu desejo que nós sejamos cada vez mais fortes. Desejo que nenhum olhar nos desestimule. Que nenhum comentário nos faça duvidar do nosso potencial. Que ninguém te faça pensar que ali não é seu lugar. E desejo que nós estejamos cada vez mais juntas/os, unidas/os. Porque juntas/os nos fortalecemos para combater tudo que ainda insiste em acontecer e que, infelizmente, muita gente finge não ver. Estamos aqui e sempre estaremos!!!” (IZA, cantora em postagem em sua rede social do Instagram em 22 de novembro de 2019)

SOBRE MINHAS RAÍZES

Essa pequena declaração realizada alguns anos atrás pela cantora IZA sempre me fez refletir sobre o meu potencial enquanto uma mulher negra que ocupa vários lugares, alguns dos quais originalmente não foram pensados para nós. Neste capítulo o foco será apenas em um desses lugares, no caso, a universidade federal. Ser uma estudante e pesquisadora negra dentro da universidade é redescobrir, além de si, a multiplicidade de posições que podemos ocupar nesse espaço. Mas a quebra de barreiras não começa apenas nos muros da própria universidade, mas sim, a partir do momento que podemos nos pensar e ver naquelas disputadas salas de aula.

Para meu pai e minha mãe, ambas pessoas negras com o ensino fundamental incompleto, estudar era primordial. Assistindo a luta diária de ambos, tornei seu objetivo o meu, apesar de não existir ninguém na minha família que tinha uma graduação concluída, ou com um emprego que fosse além dos típicos cargos de base

1 Agradeço, apesar de todos esses boicotes, ter conseguido realizar a pós-graduação com bolsa de pesquisa concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL). Agradeço também à Profa. Dra. Simone Maria Hüning, por ser uma grande parceira acadêmica e me acompanhar desde a trajetória do mestrado, bem como nesta escrita.

ocupados por pessoas negras como: empregada doméstica, faxineira, lavadeira etc. Dentro da universidade senti o peso de tudo isso: não era apenas eu ali, nunca foi. Eram várias gerações familiares impedidas, pelas condições da vida, de chegar até onde me situo neste momento, a ter uma titulação e poder ter concluído a graduação e ainda o mestrado. Na verdade, gerações bem curtas, já que, apenas agora, no século XXI, pela primeira vez, a pessoa mais velha na minha família atingiu oitenta anos, a nossa expectativa de vida nunca foi tão grande.

Somos uma família edificada por mulheres negras, em todos os aspectos e em seus pequenos núcleos. A violência policial levou a maioria dos homens mais cedo, seja para os presídios ou para debaixo da terra. São mães que criam seus filhos sozinhas, mulheres abandonadas pelos companheiros-vadios ou maridos que foram assassinados. Irmãs-crianças que cuidam dos irmãos pequenos, aprendendo, logo cedo, o que é ter alguém sob sua responsabilidade, já que a vida lhes legou o papel de mãe. Todos esses fatores me alicerçam como um forte, ao mesmo tempo em que me corroem em uma dor por elas: por nossas diferentes jornadas, alcançamos resultados distintos. Nunca fui para as aulas da universidade sozinha: na minha mente, várias mulheres da minha família estavam ali comigo. Aquela nunca foi uma graduação e pós-graduação somente minha: é de todas nós, e foi por todas nós!

Angela Davis (2016) afirma que quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela. Minimamente, na minha família, no meu pequeno *locus*, faço essa mobilidade, quebrando um funcionamento que perdeu por anos na nossa estrutura parental. São gerações de mulheres negras matriarcas, muitas delas sem necessariamente terem sido mães, e que não possuem o merecido reconhecimento, seja por não terem estudado ou por suas profissões não terem o validade prestígio. Então demorei bastante para me sentir confortável nas cadeiras da classe dentro da universidade, não sentia como meu espaço de fala por mais abertura que pudesse existir com algumas aulas de docentes. Isso foi duro de ser conquistado porque tive que mudar muito o meu pensamento e principalmente a forma de se enxergar nesse ambiente, como meu, legítimo e como merecedora de estar ali.

Quando ocupamos lugares que, historicamente, não foram configurados para nós, como durante muito tempo foi o ambiente universitário, somos questionadas a todo momento de onde viemos e sobre o motivo de estarmos ali. É uma pergunta comum, mas que revela uma forma sutil de controle, já que se espera que justifiquemos a razão de ocuparmos um lugar que não foi criado, *a priori*, para ser nosso. Estar na universidade é ser transpassada, a todo instante, por esses mecanismos. Carlysson Gomes (2019) discute como determinados sujeitos são tratados de maneiras diferentes, a depender de qual espaço ocupam no território, e, a depender desse lugar, eles podem ser considerados desordeiros ou simplesmente deslocados nesse ambiente.

Nesse território se encaixa também a universidade, que é um espaço hegemonicamente branco de fala e de conhecimento. Apenas observando quem ensina,

quem está no centro e quem ainda permanece às margens, fica evidente que esse não é um espaço neutro. A escritora brasileira Conceição Evaristo (2017) afirma como é difícil para o sujeito mulher negra ter a sua produção escrita reconhecida, já que esse é um lugar não habitual para ela.

O lugar de intelectual e pesquisadora negra na academia, por vezes, é solitário e periférico. Em vários momentos, questionamos se pertencemos, de fato, a esse lugar, pois a colonização não se estendeu apenas ao nosso corpo, mas também a nossas mentes. Foram vários os momentos em que ponderei se, de fato, me cabia estar ali, afinal, não fazia parte do histórico da minha família ocupar tal espaço. E, quando cheguei a ele e vi que a maioria não é composta dos meus iguais, ressignificar aquele lugar na sala de aula e finalizar tanto a graduação como a pós-graduação, foi um ato de resistência, que passou a não se resumir apenas a mim, mas a toda uma estrutura racial há muitos anos vigente. Várias armadilhas de autossabotagem pelo caminho me levaram a duvidar da minha própria capacidade de finalizar todo esse processo. Assim, esse posto acadêmico também é político, e precisamos, constantemente, nos dizer isso e reafirmar esse ambiente como possível e válido!

SOBRE UM DOS LUGARES DA PESQUISADORA NEGRA

Angela Davis (2016) afirma que o corpo da mulher negra foi construído numa lógica dominante de propriedade que o considerava incapaz de progressos intelectuais. Historicamente esse corpo foi construído pela sociedade branca europeia para ocupar espaços subalternos, como o dos desejos e fetiches sexuais, ou mesmo o lugar da ama de leite. *bell hooks* (1995) aponta que a mulher negra, além de precisar lidar com o racismo, também precisa enfrentar o sexismo ao ocupar espaços que não lhes foram designados originalmente, pois o trabalho intelectual dessas mulheres raramente é reconhecido como ativismo político e resistência. A produção teórica de mulheres negras, durante muito tempo, foi considerada deficiente e irrelevante, resultando numa desqualificação de nossas mentes. Para Cornel West (1999), essa desqualificação hostiliza a produção acadêmica negra e sua capacidade de raciocinar logicamente, pensar coerentemente e escrever lucidamente, criando um separatismo racial acadêmico.

Essa produção intelectual de pessoas negras não era reconhecida e, quando isso ocorria, ela era referenciada como um conhecimento alternativo, não válido como epistemologia e ciência. Assim, ratificar a existência de autoras negras assume uma função compositiva na produção de subjetividade, ao recuperar o protagonismo de narrativas próprias, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento socioemocional da população negra.

Durante anos, essas possibilidades nem eram pensadas, pois à mulher negra foi permitido apenas o trabalho doméstico, como resquício de um serviço que

era feito na casa-grande. No quesito educação, às mulheres brancas em geral não era permitido frequentar a escola e ter acesso à educação até o século XVIII. No entanto, a restrição de acesso à educação durou por um tempo ainda maior para a mulher negra, e só na década de 60 a escola começou a receber esse público (Krause & Krause, 2016). Não víamos representatividade, porque não estávamos ali ministrando aulas, pelo menos não no meu curso e nas salas de aula; na minha época, não éramos a maioria das estudantes. Hoje esse cenário mudou, e as mulheres negras são a maioria das estudantes nas universidades públicas do país. De acordo com análise de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada no ano de 2019, as mulheres que se autodeclararam pretas ou pardas somaram um número de 27%². A pesquisa ainda mostra que esse índice aumentou devido ao crescimento das políticas de ações afirmativas e investimento em saúde pública e planejamento familiar, possibilitando para essas mulheres outros papéis sociais que antes limitava-se ao de ser mãe ou dona de casa.

Com o grande movimento de autoaceitação negra que vem se desenvolvendo nos últimos anos, agora é maior o número de autoras que se reconhecem como negras e pardas, como já vemos um pouco desse reflexo também dentro da universidade através da última pesquisa da PNAD. Com isso, as produções teóricas, intelectuais e literárias ganham maior destaque, provocando reflexões no meio acadêmico e alcançando mais espaços. A importância dessa representatividade ao nos enxergarmos ocupando outros postos não deixa de ser relevante, e o destaque que mulheres negras vêm conquistando ultimamente, tais como as brasileiras Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, e Joice Berth, como tantas outras, nos revela lugares que podemos ocupar territórios antes nem cogitados.

Aos poucos fomos abrindo espaço tanto para essas autoras negras e outras estrangeiras que passaram a fazer parte não apenas da referência bibliográfica para as seleções de pós-graduação como integrar disciplinas dentro da universidade sobre sua metodologia, escrita e contribuições teórico-intelectuais. Mulheres como Angela Davis, *bell hooks*, Glória Anzaldúa, Audre Lorde, Patrícia Hill Collins, dentre outras autoras, passaram a compor a epistemologia de um lugar de conhecimento antes majoritariamente branco.

Foi justamente devido a esse local onde predominava esse lado eurocêntrico do conhecimento, que Grada Kilomba (2019) definiu a academia como um território que pode ser de violência, dado que vai além de um ambiente de aprendizagem e erudição, mas onde predomina durante muito tempo ainda a ordem colonial de fala. Apesar de toda essa inserção de referências bibliográficas, raras são as pessoas negras que estão nos assentos onde se ministram essas disciplinas, mas aos poucos

2 Mais informações e dados sobre a matéria através do link: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/08/mulheres-negras-sao-hoje-maior-grupo-nas-universidades-publicas-do-pais.shtml>

estamos conquistando nosso lugar de intelectual negra na universidade. Trabalhar a possibilidade de a mulher negra ocupar a posição de agente reflexivo na academia, como autora que merece ter sua voz ouvida, é um ofício também dessa maioria branca acadêmica, no reconhecimento e na atualização da universidade como um território diverso, acolhedor e promotor de equidade.

Diante de tudo isso, construir-se como uma mulher negra, em uma configuração de poder e de conhecimento que é tida primordialmente branca em sua estrutura, é, além de uma luta social, uma luta interna. Podemos ver como a colonização se estendeu para além dos corpos negros, indo até a nossa mente, guiando vários comportamentos tidos como hábitos e intrínsecos a nossa personalidade. Vários modos, então, naturalizados nas nossas relações sociais comuns, têm, na verdade, raízes em uma herança colonial. O hábito de nos calarmos em diversas ocasiões, por acharmos que não é relevante o que temos a dizer, ou por esperarmos que outra pessoa, geralmente branca, autorize nossa fala é, infelizmente, comum e passa despercebido, principalmente dentro da sala de aula.

Abrir as portas da universidade para reconhecer além do conhecimento eurocêntrico é descolonizar epistemologias e abrir espaço para uma ciência e erudição que falam de experiências diversas e que podem também ser legítimas enquanto metodologias. Saímos então desse lugar de objeto da pesquisa para sermos sujeitos ativos no âmbito da universidade, em sua construção e propostas de inclusão de diversidade de pessoas e de conhecimento. Nossas vozes dentro da universidade foram silenciadas durante muito tempo, sendo consideradas desqualificadas, válidas apenas como objeto de pesquisa. Hoje, esse ciclo vem sendo quebrado por várias mulheres negras que me antecederam, as que não puderam falar, as que falaram e foram ridicularizadas, até chegarmos ao momento atual, em que nossa fala tem lugar próprio. Não mais esperamos a autorização de outra pessoa, um representante branco, para ocupar esse assento público.

SOBRE A MUDANÇA DO LUGAR DE FALA

Durante muito tempo, a construção social desses discursos levou a que eu própria me invisibilizasse e emudecesse minha fala no contexto da universidade e da pesquisa, fazendo crer que eu realmente precisava de alguém para representar, ali, a minha voz. Ari Lima (2001) afirma que é comum as pessoas negras agirem com esse silenciamento e passividade no contexto da pesquisa e da universidade, uma vez que sempre foram vistas como objetos de estudo, sendo representadas por uma maioria de pesquisadoras brancas que sempre teve o que dizer, através de números e estatísticas da nossa realidade. Então esse discurso teórico ao longo dos anos construiu uma ideia que fazia com que nos víssemos estranhas a esse ambiente.

Em alguns momentos, mesmo que não estejamos necessariamente na universidade, podermos ocupar uma vaga ali parece ainda gerar incredulidade e desconforto. O fato de eu, uma mulher negra de classe média, na época estar cursando uma pós-graduação na universidade federal gerou estranhamento, por exemplo, para a dona da casa para a qual minha mãe trabalhava como empregada doméstica. A sua patroa branca veio me questionar como eu havia conseguido tal feito (fazer a graduação e o mestrado na universidade federal), quando nem seu filho havia conseguido passar na seleção para a graduação e, por isso, estudava em uma faculdade particular local. Ela teve o que me pareceu um misto de surpresa e desconfiança, quando respondi que consegui apenas estudando. Ela saiu levemente chateada por eu não ter dado a resposta que ela esperava, fosse ela qual fosse.

Talvez por momentos assim me senti tão insegura em estar nessa vaga que poderia ser do filho daquela senhora, como ela fez questão de observar. E, por mais que eu própria discuta a importância de ocupar esses locais, para que nem sempre sejam pessoas brancas falando sobre nós e por nós, algumas vezes, quando chegamos a esses assentos, eles não nos parecem confortáveis, como se, de fato, não pudessem ser nossos. Se não nos atentarmos acabamos por cair de novo nas armadilhas dessa colonização inconsciente que tenta nos prender a moldes fantasiosos criados pela sociedade europeia.

Para lidar e resistir a tudo isso dentro da universidade, pelo menos eu encontrei lugares e momentos de trocas não apenas de conhecimento, mas de afeto e experiências que me reedificaram e fortaleceram ali dentro. Os grupos e núcleos de estudantes, pesquisadoras, fóruns de debates e discussão sobre as políticas de ações afirmativas como a reforma do sistema de cotas e sua ampliação para toda a universidade e seus programas de graduação e pós-graduação são mais do que lugares de luta e amparo. É onde encontramos dentro desse ambiente elitista que construiu a universidade conforto e acolhimento. Com a manutenção das políticas públicas de ações afirmativas, evidenciamos a importância de mantê-las, que são eficazes e que de fato são os nossos que estão fazendo uso delas. É nesses espaços que buscamos maior financiamento para as nossas pesquisas, já que a maioria dessas bolsas ainda vai para pessoas brancas.

Em pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no período de 2013 a 2017 no Brasil, foram ofertadas por essa instituição 68,2% de bolsas para mulheres brancas e 31,8% para mulheres negras³. Por consequência, se as mulheres negras têm menos chances de conseguir financiamento de suas pesquisas, elas possuem apoio reduzido para o

3 Todos esses dados fazem parte da pesquisa Estatística de Gênero divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acessível através do seguinte link: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf e, também no link com a relação gênero, raça e bolsistas no período de 2013-2017: <https://www.generonumero.media/grafico-genero-e-raca-na-ciencia-brasileira>

desenvolvimento dos seus trabalhos científicos. Assim, essas mulheres podem ter dificuldades para conseguir finalizar a pós-graduação, que pode lhe ajudar, com o título de mestra/doutora, a ter um emprego, seja na docência no ensino superior ou em outro trabalho que lhe possibilite uma renda maior. Um dos maiores motivos que leva ao abandono do curso é a necessidade de trabalhar para poder contribuir financeiramente em suas famílias (Sampaio, Sampaio, Mello, & Melo, 2011).

Vemos que a oportunidade de cursar uma pós-graduação sem necessitar de uma bolsa de pesquisa é um enorme privilégio. Muitas pessoas, nessa modalidade de ensino, tentam estudar e manter um emprego (quando não se consegue a bolsa de estudos), porém ressaltamos, aqui, o grande empenho que é necessário para conciliar tudo e ter um bom rendimento na graduação/mestrado/doutorado. Manter-se na universidade gera um grande custo, por isso as estudantes mais bem favorecidas economicamente geralmente são brancas e possuem maiores chances de permanência e finalização do ensino superior.

É inevitável não existir a associação de cor da pele e sucesso acadêmico, já que geralmente acontece de as pessoas negras não poderem se dedicar totalmente à formação do lapidado currículo que a excelência acadêmica exige. De acordo com Queiroz (2001), a competência acadêmica das estudantes universitárias é diretamente relacionada ao seu status econômico. Ao final desse processo não é todo mundo que consegue publicar e divulgar sua pesquisa porque tudo isso gera um custo enorme. Afinal, não é à toa que a maioria das publicações são de pessoas brancas. Não é que pessoas negras na maioria das vezes não consigam produzir, mas divulgar seja uma pesquisa, estudo, literatura, livro, enfim, gera um grande custo, e, sem a abertura de um edital público para financiar a publicação desses materiais, fica inviável bancarmos nós mesmas todo esse processo.

SOBRE INTERSECCIONALIDADE E A UNIVERSIDADE

O corpo da mulher negra é cruzado pelas questões de raça, gênero e classe atrelando-se ainda ao sexismo. Esse ponto de vista interseccional nos permite observar as interações desses marcadores sociais que dão forma às posições ocupadas por determinados sujeitos e grupos na sociedade. Grada Kilomba (2019) afirma que é justamente a conjunção desses vários marcadores sociais que origina situações específicas de opressão, dominação e racismo e, devido a isso, não se deve observá-los isoladamente. As vivências singulares de determinados segmentos populacionais e as violências que lhes sobrepõem menosprezam ainda mais esses corpos que, a depender do território, são ainda mais discriminados (Akotirene, 2019).

Portanto, a interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que apreende a complexidade das identidades e desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. De acordo com Sirma Bilge (2009), nada disso ocorre

de maneira isolada e independente, pois é precisamente o encadeamento desses fatores/marcadores que leva a experiências de opressão e violência. Logo, nesse caso, não podemos apenas discutir sobre gênero e raça, mas como isso está associado à classe e ao território que habita. A autora Carla Akotirene (2019) ainda ressalta algumas circunstâncias de violência de gênero que são cruzadas pela raça e o território, e que passam despercebidas devido à forma como o ambiente se organiza. Mecanismos de organização suaves que parecem inofensivos ou que não são intencionais, mas que evidenciam como a ordem político-social é alicerçada em racismo e exclusão.

Na universidade esse processo de exclusão é ainda mais sutil, ou apenas aprendemos a relevar as situações com mais frequência justamente por se tratar do ambiente acadêmico. O mito da inferioridade intelectual negra, por exemplo, aparece nos espaços acadêmicos revestido de outros discursos, como a defesa ao racismo científico, a eugenia ou a suposta gratidão que nós, pessoas negras, deveríamos ter para com as pessoas que fizeram nossos descendentes serem escravizados no país, pois auxiliaram bastante no desenvolvimento e progresso do Brasil. Parece irônico que em um lugar com tantos intelectuais, pessoas doutoras e mestras, ainda existam nas salas de aula esses comportamentos executados pelos próprios docentes.

Nessas situações, era difícil no início colocar em prática tudo o que discuto aqui, de poder falar e tentar argumentar racionalmente algo totalmente irracional como justificativa para a escravidão e o racismo. Era difícil por vários motivos, dentre eles e o principal, a raiva, que me emudecia e me deixava transtornada com as barbaridades ouvidas. Aprender a lidar com a raiva, e usá-la como combustível para a produção acadêmica sem perder a linha de raciocínio, foi um longo processo de amadurecimento. Ao ouvir discursos como os mencionados acima eu tenho todo o direito de sentir raiva, mas também ir de encontro com violência a quem faz esse tipo de fala acaba por de alguma forma alicerçar toda a imagem ruim e marginal que já fazem de nós.

Dentro do ambiente universitário, com o cruzamento de todos os marcadores sociais que me constroem: mulher, negra, bissexual e classe média, o meu comportamento diante dessas situações pode colocar toda a minha luta a perder. Ninguém vai questionar o docente branco, doutor, que veio de fora do estado para dar aula na universidade federal, é mais coerente, de acordo com a ordem social vigente, questionar sempre quem está desse outro lado, principalmente com esse corpo cruzado de vários marcadores sociais que geralmente compõem a corpo negro.

Um homem branco dirigindo-se a uma mulher negra e marcando-a como diferente o faz porque ele tem o poder de se definir e dizer-se como o “normal”, afinal não está o homem branco no topo de qualquer relação? A construção dessas diferenças é feita socialmente: ora, não se é diferente, torna-se diferente por meio

do processo de discriminação (Kilomba, 2019). E quem tem o poder de ditar toda essa relação independente do espaço em que estamos, geralmente são as pessoas marcadas pela branquitude.

A interseccionalidade nos permite ampliar esse fenômeno e não o restringir apenas a determinadas características, mas vê-lo de modo amplificado, como ele se interliga e como tudo se conecta reiterando a posição subalterna do corpo negro. A universidade é o ambiente no qual esses discursos e práticas deveriam ser questionados, não tolerados, não serem levados na brincadeira independente de não estar no espaço dentro da sala de aula. Esse é o lugar onde tudo isso deve ser questionado, mas quando a maioria das pessoas que a compõe e tem o poder de guiar essas discussões continuam confortáveis ou não são atingidas por esse tipo de violência, simplesmente tiram essas situações por piadas mal-entendidas ou discursos mal interpretados.

A sociedade se organiza com base no racismo, seja ele estrutural, institucional, acadêmico, dentre outros que podemos encontrar como mecanismos de regulação de corpos e territórios (Almeida, 2019). Para Helena Hirata (2014), a depender de quais corpos são cruzados pelos diversos marcadores sociais, podemos ter diferentes formas de opressão, de vulnerabilidade social e de violação de direitos. Na universidade essa linha pode ser bem tênue, ao final parece que o racismo é sempre um problema de falta de humor ou incompreensão, de as pessoas negras não entenderem o que as pessoas brancas falam a nosso respeito. Não mais serviremos um sorriso banania⁴, como Fanon (2008) descreve, nem acharemos graça de piadas sobre nosso cabelo, lábios ou nariz. Somos sim corpos cruzados de marcadores sociais, mas que não se limitam a interpretação de violência, criminalidade e exclusão.

SOBRE CONTINUAR O PERCURSO

O lugar da mulher negra sempre foi na base da hierarquia social racial, sustentando esse sistema. Além de ser provedora das filhas da branquitude e do homem negro, alimenta com seu seio-vida essa estrutura que lhe põe na base. Angela Davis discute como o esquema de gênero e raça torna a posição dessa mulher ainda mais complexa. No âmbito da universidade, o impacto desses papéis de gênero moldou, durante anos, o modo como a mulher negra se enxerga no cenário da produção acadêmica, não se vendo como capaz de estar nesse lócus. Arelado ao racismo, o sexismo perpetua uma cultura que preserva a imagem da mulher negra criada em um molde de servidão permanente.

4 Sorriso banania: segundo Frantz Fanon (2008), o termo refere-se a cartazes publicitários de uma farinha de banana açucarada comercializada na França. Nesse rótulo aparecia um soldado de infantaria senegalês com um sorriso abobalhado e estereotipado.

Quando há chances dessa mulher cruzar as fronteiras acadêmicas, há receio ao se assumir esse lugar, que é, geralmente, mais aceito e ocupado primeiramente pelo homem branco, depois pela mulher branca e sucessivamente pelo homem negro. O medo de ter seu trabalho não levado a sério e julgado como deficiente inibe a potência de produção da negra, limitando-a a estereótipos. Esse sexismo perpassa os limites acadêmicos. *bell hooks* (1995) afirma que era, geralmente, o homem negro considerado o erudito e o que tinha sua produção sempre ovacionada, em detrimento da mulher negra. O trabalho intelectual dessas mulheres raramente era reconhecido como ativismo político e resistência, sendo considerado deficiente e irrelevante.

Grada Kilomba (2019) defende que o impacto simultâneo da opressão racial e de gênero constitui formas únicas de racismo que apenas mulheres negras experienciam. Nesse momento, cabe apenas à mulher negra situar seu lugar de fala. É devido ao fato de precisarmos não só sobreviver, mas resistir diariamente, que se torna mais difícil ocuparmos lugares na academia, ou de apenas conseguirmos terminar o ensino médio regular. As preocupações de vida são outras: há a necessidade de trabalhar mais cedo e, conseqüentemente, a educação acaba não sendo uma prioridade. Isso se reflete em várias taxas de desempenho e desenvolvimento dessa população no âmbito do trabalho, da saúde e da educação. Somente após mais de meio século de lutas e políticas educacionais para essa população, o número de estudantes negras ultrapassou o de brancas na universidade. Apesar de ser um tímido número, foi só recentemente, em 2019, que uma pesquisa divulgada pelo IBGE revelou que o índice de estudantes pardas e negras nas universidades do país alcançou 50,3%⁵.

Não há como, após todo esse percurso dentro da universidade federal, não amadurecer com essas experiências. Ao final de tudo poder se ver totalmente transformada da pessoa que entramos é gratificador. Apesar de nem todas as lembranças serem boas, porque sim, é um lugar, apesar de tudo, ainda de racismo, mas poder fazer parte dessa história de luta e mudança é recompensador. Acompanhar esse crescimento de representatividade que vem ocorrendo aos poucos nos vários espaços é ver também como isso muda completamente a forma como as pessoas negras se estruturam em sua subjetividade.

Finalmente podemos enxergar várias possibilidades de reflexo no espelho, sejam mulheres negras como primeiras-damas, super-heroínas, princesas da Disney, médicas, apresentadoras-âncora de telejornais, pesquisadoras, enfim, várias posições para as quais somos capacitadas, mas que por muito tempo não se mostraram factíveis. Mariléia Cruz (2005) destaca o aprofundamento das pesquisas sobre a

5 <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/pela-primeira-vez-negros-sao-maioria-nas-universidades-publicas>

inclusão racial na escolarização, bem como a constituição dessa população também como corpo docente nas instituições. Tal realidade contribui para uma formação psíquica e socioemocional que pode ser, finalmente, composta de boas referências.

Isso envolve enxergar o que Conceição Evaristo (2012) estabeleceu como uma quebra de paradigmas e estereótipos para além de como as pessoas negras são percebidas na sociedade, para além do corpo-procriação ou corpo-objeto de prazer da negra e do negro vadio e forte. O que havia até um tempo atrás era a imagem de uma negritude deprimente, uma vez que a cultura dominante branca tem o poder de se representar e de representar as outras culturas que a cercam. Cabe a nós, negras, junto também com as pessoas brancas e de outras raças/etnias, portanto, ressignificar a maneira como somos percebidas pela sociedade, não mais como objetos de pesquisas, mas sim como sujeitos atuantes enquanto autoras e protagonistas das nossas próprias histórias.

Essa natureza ideológica determina não apenas como as outras pessoas pensam a nosso respeito, mas como nós pensamos a nosso próprio respeito. Isso afeta diretamente como constituímos nossa subjetividade e nossa autoestima, o que pode potencializar ou desmoronar internamente qualquer pessoa. *bell hooks* (2019) fala que as imagens desempenham um papel crucial na definição e no controle do poder político e social a que têm acesso indivíduos e grupos marginalizados. É necessário ter cuidado para não sermos nós mesmas as propagadoras de racismo, sexismo e opressão!

A universidade pública federal é um direito nosso e, apesar de todos os seus problemas e da sua estrutura racial, se constituiu como um espaço de defesa dos pilares da ciência, pesquisa e principalmente da democracia. Esses três pilares que ao longo dos últimos três anos vêm sendo ameaçados por esse atual governo que nos intimida diariamente com cortes na educação, saúde e pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Akotirene, C.** (2019). *Interseccionalidade*. Sueli Carneiro; Pólen.
- Almeida, S.** (2019). Racismo estrutural. Pólen.
- bell hooks.** (1995). Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, 3(2), 464-478.
- bell hooks.** (2019). *Olhares negros: raça e representação*. Elefante.
- Bilge, S.** (2009). Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogenè*, 225, 70-88.
- Cruz, M. D. S.** (2005). Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In J. Romão (Org.), *História da educação do negro e outras histórias* (pp. 21-33). Ministério da Educação.
- Davis, A.** (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.
- Evaristo, C.** (2012). Entrevista. *Portal Literal*. <http://www.literal.com.br/artigos/visiveis-porem-estereotipados>
- Evaristo, C.** (2017). *Becos da memória*. Pallas.
- Fanon, F.** (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA.
- Gomes, C. A. R.** (2019). *Discursos de medo e insegurança como produtores de exclusão e segregação no espaço urbano* [Dissertação de Mestrado – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió].
- Hirata, H.** (2014) Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73. <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNlNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?format=pdf&lang=pt>
- Kilomba, G.** (2019). *Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano*. Cobogó.
- Krause, C. S. C. & Krause, M.** (2016). A educação de mulheres do período colonial brasileiro até ao início do século XX: do *imbecilitus sexus* à feminização do magistério. In *Anais do X Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia sul/ocidental*. UFAC. <https://www.passeidireto.com/arquivo/88037484/a-educacao-de-mulheres-do-periodo-colonial-brasileiro>
- Lima, A.** (2001). A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual? *Afro-Ásia* (Salvador), 26, 281-312. <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21015/13615>
- Queiroz, D. M.** (2001). *Raça, gênero e educação no ensino superior* [Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador].
- Sampaio, B., Sampaio, Y., Mello, E. P. G., & Melo, A. S.** (2011). Desempenho no vestibular, *background* familiar e evasão: evidências da UFPE. *Economia Aplicada*, (Ribeirão Preto), 15(2), 287-309.
- West, C.** (1999). The dilemma of the Black Intellectual. In *The Cornel West: reader* (pp. 302-315). Civitas Books.

EU PESQUISADORA EM IMAGENS E NARRATIVAS DE UMA CIDADE ALAGADA

Elis Jayane dos Santos Silva

COMPARTILHAR PERCURSOS

Uma gama de questões se coloca durante a escrita deste texto ao me interrogar sobre a pesquisa psicossocial nos espaços urbanos. Que caminhos podemos percorrer como mulheres e mulheres pesquisadoras? Como nossos corpos marcam nossos caminhos? Como podemos percorrer diferentes caminhos? E quais conhecimentos podemos produzir nessas andanças? Nesse processo, as discussões sobre políticas de pesquisa na psicologia social encontram-se com o debate sobre o silenciamento, de pessoas e epistemologias, sobre colonialidade, branquitude, racismo e gênero.

Pensando então na experiência, não a do laboratório, mas do experimentar-me na pesquisa, de tomar-me como sujeito corporificado, mais especificamente como mulher negra situada e implicada, e discutir a potência disso nos processos de pesquisa, num campo de pesquisa protagonizado pela produção de homens brancos, coloco em questão o que é habitar os espaços dos territórios urbanos e da pesquisa acadêmica como mulher. A ênfase na marcação desses lugares quer chamar a atenção para o fato de que a cidade, assim como a universidade, não é única, não se constitui e não nos constitui a todos(as) do mesmo modo. A circulação e a produção nesses espaços serão sempre marcadas por nossos corpos.

O objetivo deste trabalho¹, permeado pelas interrogações iniciais, é propor e performar uma política de escrita e pesquisa mergulhada na experiência do corpo, da memória e dos afetos na cidade. Trata-se, portanto, de uma proposição também epistemológica, ética e política, que busca fazer enfrentamentos aos modos hegemônicos de fazer pesquisa (norte e eurocêntricos, masculinos, marcados pela branquitude e pelo colonialismo). Aqui, eu, mulher negra, percorro a cidade como

1 Vinculado ao projeto “Biopolíticas da vida urbana: subjetivações e territorialidades” (apoio CNPq), coordenado pela professora Simone Maria Hüning (PPGP-UFAL), a quem agradeço pelas contribuições e sugestões na elaboração deste texto.

pesquisadora tecendo memórias e vertigens, e assinalando a potência das invenções e resistências no cotidiano. Assumo a primeira voz e na partilha da experiência formulam-se as questões epistemológicas, teórico-metodológicas e ético-políticas à psicologia social, em mais uma composição de saberes que se faz no encontro de vidas e afetos desses corpos.

RUPTURAS

Fui parida nas águas do litoral sul das Alagoas. A cidade de Coruripe foi batizada com nome de rio, Rio Corurygip – como era chamado pelos índios Caetés, primeiros habitantes da região –, caracterizado por suas águas e peixes escuros. Hoje o rio ainda corre, embora as poucas águas escuras que restaram na cidade carreguem resquícios dos processos de urbanização emergentes por ali. Nasci no ano de 1995, período em que acontecimentos importantes despontavam no cenário nacional. Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência. Seu governo, que teve contornos de uma ideologia neoliberal, durou oito anos e marcou uma das mais notáveis mudanças socioeconômicas vividas na história do país (Anderson, 2011). Nesse mesmo ano, uma das principais empresas da cidade de Maceió, responsável por atividades no setor petroquímico, passou a ser controlada pela organização Odebrecht (Rossi, 2020). A empresa, localizada à beira mar, na época nomeada Salgema, hoje é conhecida como Braskem. Nos arranjos da cidade, sentiríamos os desagues² dessa empreitada anos depois.

Coruripe, nessa época, tinha por volta dos cem anos de vida na condição de cidade, antes fora vila. Os moradores, dentre os quais minha família materna, sobreviviam principalmente da pesca, cultivo da cana-de-açúcar e coleta de coco. O cenário atual não sofreu grandes alterações. Meus avós maternos, nativos da região, moravam (ainda atualmente) em um povoado chamado Miaí de Baixo; meu avô hoje com 92 anos e minha avó com 88 nunca tiveram emprego formal. Ele, pescador e agricultor de vivência, ensinou o ofício aos seis filhos homens que se dividiram entre a pesca, plantio e coleta de coco. Minha tia e minha mãe assumiram a função de gênero que lhes cabia na época: catavam massunim, ajudavam nas casas de farinha e trabalhavam nas cozinhas das famílias brancas. Foram a última família do povoado a ter energia elétrica em casa. O *vô*, relutante, não entendia a necessidade das luzes.

Minha mãe conta que lá, no Miaí de Baixo, os modos de existência eram diferentes do que estamos habituadas agora. O alimento vinha de plantação fami-

2 Como resultado da extração de sal-gema, cinco bairros da cidade de Maceió sofreram abalos sísmicos e estão em processo de afundamento do solo provocados pela mineração, levando à necessidade de sua desocupação.

liar e do que o mar oferecia. A moradia vinha do solo também, casas de taipa que precisavam ser ajustadas no mínimo uma vez ao ano. Era preciso fazer a troca das palhas de coqueiro que serviam como telhado. Para a construção de uma nova casa a comunidade se reunia, as crianças ajudavam a carregar os materiais enquanto os adultos cobriam as paredes com a massa de barro e água. Minha mãe saiu do povoado para morar na zona urbana de Coruripe em uma bicicleta, numa noite chuvosa, aos 18 anos. Eu saio de Coruripe pela primeira vez aos 15 anos em um ônibus oferecido pelo governo para os alunos e alunas que estudam na capital, Maceió.

Mas este não é um relato familiar. Tampouco uma mera narrativa pessoal. Este texto é parte de uma pesquisa construída com esse corpo, com essas marcas e história. Fala, portanto, sobre como fui atravessada pelos contextos que me esculpiram e ancoraram até aqui (Preciado, 2018). Fui a primeira da família a ingressar de forma sistemática no ensino superior, mas não fui a única, pois trago comigo os corpos, histórias, fugas e trajetos das que vieram antes de mim.

MERGULHAR NO ESCURO

Para a elaboração da pesquisa, realizei deslocamentos pela cidade de Maceió durante os anos de 2019 e início de 2020 (antes da decretação da pandemia de covid-19). No percurso não busquei esclarecimentos. Caminhei apoiada nas colocações de Andrea Scisleski e Simone Hüning (2016), assumindo a potência de mergulhar no escuro. A experiência não foi trazida à luz para ser visualizada, enquadrada ou explicada por padrões enrijecidos e estéreis. Interessa historiar as rupturas e resistências produzidas na cidade pelas personagens que a compõem, sem deixar de lado o fundamental: sou parte constituinte desse cenário. Ao circular pela cidade, as questões germinam de maneira quase involuntária, as respostas, por outro lado, não param de desaparecer. O movimento do cotidiano e as oscilações da vida urbana são o fio condutor. Aposto na produção de um texto em cinesia, produzido em meio ao movimento frenético das cidades por onde trafegam vidas desencantadas (Baptista & Silva, 2017).

Na busca de uma apreensão teórica que sustentasse o caminhar, deambulei em deriva. Segundo Simone Hüning e Carlysson Gomes (2019, p. 107), “derivar é uma forma de transgredir as regras que nos dizem como viver, por onde seguir, o que olhar e onde devem estar nossos corpos”. Logo, destaca-se o protagonismo dos sentidos para produzir os encontros e caminhos, resultado da inserção no território, atenta aos percursos e afetos estimulados nesse modo operante em que se tem um corpo singular e sensível envolvido na produção de uma pesquisa-experiência (Hüning & Gomes, 2019).

Lázaro Batista e Luis Antônio Baptista (2018, p. 152) defendem que só é possível contornar a cidade com os pés em terra firme, de outra maneira “nada é

ouvido, a urbe não fede, não exala nenhum odor”. Caminhar à deriva, portanto, para ter acesso de modo direto e orgânico às ruas, aos becos, às praças, histórias e afetos que a cidade ajuda a produzir. Duas ferramentas foram fundamentais para registrar os trajetos: fotografias e narrativas. Sylvania Novaes (2014) afirma que a fotografia é fundamentalmente comunicação. Desprezei as demandas de uma estética rigorosa e priorizei incluir nesse acervo imagens que noticiassem a imersão. Utilizo a fotografia também como estratégia de conservação dos rastros, cicatrizes dos acontecimentos:

Logo, nunca poderemos dizer: não há nada para ver, não há mais nada para ver. Para saber desconfiar do que vemos, devemos saber mais, ver, apesar de tudo. Apesar da destruição, da supressão de todas as coisas ... e é através de um olhar desse tipo – de uma interrogação desse tipo – que vemos que as coisas começam a nos olhar a partir de seus espaços soterrados e tempos esboroados. (Didi-Huberman, 2013, p. 127)

Etiene Samain (2012, p. 157) diz que “as imagens pertencem à ordem das *coisas vivas*”, por isso o esforço apreendido para produzir imagens que comuniquem e maculem, no corpo deste texto, os espaços percorridos. Não para fixar as imagens apenas como atos e fatos, mas sim para descompassar a temporalidade, dado que toda imagem traz consigo lugares de memórias, lembranças, sobrevivências, ressurgências, manifestações de tempos outros atravessados pelas produções subjetivas do agora.

As ideias e afetos imagéticos foram transcritos em narrativas imprecisas, adotando um modelo de escrita política e de afecções (Silveira & Ferreira, 2013) que acredita no discurso como produtor de sujeitos e suas subjetividades, além de entender que o arranjo do que tomamos como real é construído, sobretudo, a partir da linguagem. Este é, portanto, um “texto-existência” composto por “histórias que são íntimas e, em igual medida, sociais e políticas e que, costumeiramente, são varridas para debaixo do tapete” (Oliveira et al., 2019, p. 181). Inscreve, assim, tanto as micropercepções que atravessam a singularidade de um corpo forasteiro de uma mulher negra pesquisadora em uma cidade familiar, como também as apreensões macropolíticas e estruturais resultantes desse encontro com a urbe e com a universidade.

A cidade percorrida é margeada pelas águas - ora águas marítimas, noutras lagunares. A cidade narrada talvez não seja compatível com aquela dos cartões-postais do destino turístico e o ímpeto de contá-la pode esbarrar com a estabilidade do lugar comum, porque o caminho realizado tomou as margens como via (Hüning et al., 2018). A mudança de águas salgadas para o doce da lagoa pode provocar náuseas e surpresas ocasionais. Nos embalos das águas, sou levada pelo duplo jogo de interesses: a urgência de comunicar o intolerável (Baptista, 2018) e o desejo de sinalizar o que resta de potência a um corpo jogado ao viver comum

da cidade alagada (Batista, 2019), arrodando margens por onde passam canais de água, lama, terra ou asfalto. A cidade que será contada é quase uma não cidade. Bairros têm nomes secretos, regras particulares são escancaradas nas paredes, pinturas em telas são expostas sobre o esgoto, móveis não enfeitam casas e o mar está impróprio para banho.

SER LEVADA

Era por volta do mês de setembro quando passei pelo bairro da Levada. Na fachada das casas há um canal por onde passa um esgoto a céu aberto, sobre ele pontes de ferro, madeira ou asfalto interligam e produzem caminhos. Meu olhar seguindo o movimento do canal é atraído por uma cena em particular. Resolvo fotografar (foto 1). A árvore de natal montada sobre uma estrutura de ferro dali, onde eu estava, parada no trânsito, parecia flutuar, revelando, naquele fim de tarde qualquer, uma espécie de quadro subversivo da cidade, sobre a lama: arte! Uma árvore de natal transgressora das regras do tempo e espaço.

Nesse entretempo, enquanto direciono a câmera do celular para registrar a fotografia e os instantes seguintes em que observo a cena capturada, eu, entusiasta das análises arqueológicas, com a cabeça cheia de ciência e contradição, dessas que não garantem um início mas inventam percursos com ponto de partida; eu, inundada pelas águas que correm no canal, eu mesma sendo canal, atravessando cidades, passando sobre a ponte da lagoa Mundaú que dá as boas-vindas à cidade de Maceió para aquelas que assim como eu vêm dos lados do Sul, nesse momento em que encaro essa mesma lagoa virar esgoto e mergulho no natal atemporal da Levada, penso de súbito como a árvore chegou até ali.

As lagoas apreendidas na composição nominal do Estado de Alagoas são alvos de processos paradoxais de existência. Se de um lado a lagoa Mundaú, segunda maior do estado, é uma das principais fontes de renda e alimentação para uma parcela significativa da população maceioense, especialmente as famílias das marisqueiras que vivem nas beiradas da lagoa e se mantêm através da cata e venda do sururu¹, por outro lado, as águas da lagoa servem de destino substancial à grande parte dos dejetos produzidos na cidade. No documentário Saneamento trágico dirigido por Zazo (2018), exploramos a constituição desse projeto de urbanidade perverso e excludente. Uma matéria do *site G1* escrita por Muttis (2013) intitulada “Alagoas tem apenas 15% do esgoto tratado, o resto é lançado na natureza” reforça esse coro dos descontentes. Nas águas da Lagoa Mundaú são levadas também as sobras da cidade.

Embora a rota da Levada esteja entre os meus percursos habituais, mais de um ano depois, quando passo pelo local, os afetos sentidos nesse primeiro encontro não cessam de acontecer. A árvore continua de pé com toda pompa e

austeridade que somente uma árvore de ferro flutuante sobre um esgoto, que em princípio é lagoa, poderia ter.

Foto 1 - A árvore da Levada.



Fonte: Fotografia feita pela autora (2019)

OS BECOS E BARREIRAS

Além disso, desprender-se de tudo ou de quase tudo, renunciar a tudo ou quase tudo, significará que, agora, não somos de nenhum lugar, que já não respondemos a nada e a nenhum nome?

E o que é a liberdade, se não pudermos romper verdadeiramente com este acidente, que é o fato de ter nascido em algum lugar – a relação de carne e osso, a dupla lei da terra e do sangue?

Como é que este acidente assinalará de maneira tão irrevogável quem somos, como somos conhecidos e por quem nos tomam? Porque determinará de modo tão decisivo aquilo a que temos direito, e tudo o resto – a soma das provas, dos documentos e dos comprovativos que sempre serão precisos para esperar ter o que quer que seja, a começar pelo direito de existir, o direito de estar lá onde a vida afinal nos leva, passando pelo direito de circular livremente? (Mbembe, 2017, p. 245)

José Tenório de Albuquerque Lins é o nome do conjunto onde estabeleço a primeira morada em Maceió aos 16 anos, quando ainda cursava o ensino médio. As viagens de ida e volta entre Coruripe e Maceió que levavam cerca de duas horas (cada) e já duravam um ano e meio estavam interferindo na dinâmica do meu processo educacional. Por vezes, ocorriam atrasos na chegada e antecipações nas saídas.

A decisão da mudança para a capital aconteceu após um episódio na aula de física. O professor, daqueles que nutrem a fama de certa rispidez, iniciava as aulas pontualmente às 7 horas, no entanto, vez ou outra, estudantes se atrasavam e, vez ou outra, fui uma delas. No fatídico dia saio de Coruripe no ônibus às 5h30, chego em Maceió por volta das 7h15min, mais 15 minutos de caminhada do ponto em que descíamos até o Instituto Federal de Alagoas, chegando na porta da sala, com uma flexível precisão, às 7h30. O professor, um homem branco que devia ter por volta dos 60 anos de idade, interdita a entrada. Lanço o apelo de que me atrasei porque sou do interior e dependo do horário do ônibus. Acontece que o dito cujo também era dado a uma certa dramaticidade das situações. Nisso empurra sua mesa até a porta da sala, bloqueando a passagem e diz que eu poderia entrar desde que passasse por cima. Entrei.

A verdade é que vivi a situação sem nenhum apelo emocional, não mobilizei afetos, não senti nada, nenhum vestígio de raiva. A única consequência foi que a partir dali entendi que precisaria reorganizar meus percursos, afinal, não parecia correto continuar chegando com atraso na aula. Deve ser a isso que chamam de assumir a culpa por ser o fardo do homem branco. Hoje, apesar da passagem dos anos, lembro com exatidão os movimentos: subir na mesa, apoiar o passo com cuidado, seguir, descer da mesa, sentar na cadeira, assistir a aula. Lembro também do sentimento de quase felicidade, quase realização.

Oito anos depois, finalizado o ensino médio, nos últimos estágios da graduação em psicologia, depois de fazer lar em outros espaços da cidade, levo-me de volta para o José Tenório, essa área de concreto e inúmeros prédios, todos iguais, em cores diferentes. Cada prédio, um bloco, totalizando mais de cem, o número exato não sei. Moro no onze. As ruas são mal iluminadas e silenciosas, os prédios de três andares conservam uma aparência grosseira, em alguns blocos o portão e muro principal são alvos de intervenções estéticas e de distinção, outros, sem muro ou portão, abraçam as ruas. Entre os prédios se formam becos, é possível cortar caminho entre eles. Alguns mais largos, outros tão estreitos e sinuosos que é impossível ver o outro lado.

Falar sobre os becos e seus potenciais caminhos exige que se fale também sobre cautela. Digo isso porque não posso ignorar os entraves do gênero que o meu corpo carrega consigo em cada passagem. Ocasionalmente é preciso tomar o caminho mais longo e ignorar qualquer atalho entre becos temerosos. Percebo que o conjunto reflete uma tentativa preambular de apreensão do fenômeno urbano que Teresa Caldeira (1997) chamou de enclaves fortificados, espaços de moradia caracterizadas

pelas barreiras físicas, isolamento social, sistemas privados de segurança e construção estrutural com desenhos voltados para o interior. Julgando pelo panorama, pode-se dizer que os muros e portões não faziam parte do projeto inicial, talvez o discurso do medo tenha sido o principal agenciador dessa nova formatação.

Do bloco onze, especificamente da cozinha do apartamento onde moro, a visão é da mata que corta o conjunto. O local também funciona como depósito de detritos: não é incomum carros, carroças e pessoas pararem e despejarem seus excessos ali. O acúmulo de lixo tem aumentado expressivamente nos últimos dias, depois esvazia e torna a encher. Na fotografia (foto 2) o tempo nublado e a paleta de cores verde e marrom compõe uma tela sublime, um sofá laranja desbotado posicionado com um capricho residencial dá o toque final

A foto capturada em um dos 50 bairros de Maceió manifesta uma realidade muito presente na capital. Não foi incomum, durante os deslocamentos do período delimitado para execução da pesquisa, circular pelas ruas e observar o descarte de lixo em locais que a princípio não tinham esse fim. Há quem considere que a culpa é do poder público e da falta de investimento em ações adequadas de limpeza urbana, para outros a população, essa espécie de organismo descolado e independente da coletividade, e sua pretensa falta de educação deveriam ser as verdadeiras responsabilizadas pelo fenômeno. Me abstenho de apontar culpados ou inocentes. Durante os deslocamentos desse corpo pelo ambiente urbano, não ocupo a posição de juíza que precisa executar uma sentença. A cidade e o embate de forças que a constitui não são desvendáveis. Essa espécie de objeto-experiência tem suas próprias condições de possibilidade. Caminho pela cidade porque a minha existência está interligada a ela e, enquanto caminho, qualquer idealização de interioridade vai sendo progressivamente abandonada (Silva, 2019).

Foto 2 - Floresta nas imediações do conjunto José Tenório.



Fonte: fotografia feita pela autora (2019).

A PONTE

A beira mar, por aqui, frequentemente considerada o principal cartão postal da cidade, costuma ser ocupada por uma elite quase mitológica, ainda que seja importante demarcar que essa configuração não é fixa e nem se estende por toda a orla marítima. Na beira da lagoa, discursos menos homéricos, voltados sobretudo a narrativas de marginalização e criminalidade (Hüning et al., 2018). Pensando nisso, hesitei quanto à inclusão da fotografia 3, levando em conta principalmente o interesse de desviar das águas salgadas tão famigeradas na capital. Resolvo por fim incluí-la nessa escrita por duas razões: a primeira diz respeito a uma tentativa de enfrentamento à visão fragmentada que se constitui dos espaços; o segundo motivo relaciona-se ao compromisso pactuado de acatar as manifestações do caminhar à deriva.

Pelo mar sempre aprendi a ter respeito, mais do que deslumbramento. Durante a infância em Coruripe, frequentemente recebíamos a visita de familiares que chegavam nos finais de semana e feriados com destino estabelecido: a praia. O lado familiar paterno, natural da região agreste do estado, consideravelmente longe do litoral, corria para o mar com uma urgência imprescindível; lembro que, por vezes, não conseguia acompanhar a dinâmica. Minha mãe seguia o mesmo movimento. Por alguma razão, a ida ao mar que para elas e eles (tias, tios, primos, primas etc.) era a grande aventura a ser explorada, para nós, nascidas e criadas na praia (como se diz por aqui) era quase trivial. Não que não houvesse admiração e apreço. O extremo oposto na verdade: era tanta a estima pelas águas salgadas – que em outro tempo para a minha mãe fora local de trabalho, quando ainda realizava as catas do massunim e que tanto naquele tempo quanto nesse seguia sendo fonte de existência, alimentação e espiritualidade –, que a transição dessa ideia para uma outra mais recreativa, por assim dizer, não ocorria regularmente.

Ainda que revele essa profusão de afetos, não busco romantizar a ideia do mar como lugar imaculado ou mesmo cabalístico. O que considero significativo para a narrativa percorrida aqui são os distintos modos de perceber os espaços. O litoral de Alagoas possui uma das orlas marítimas mais prestigiadas do país, de modo que não soa equivocado afirmar que esse cenário constitui o principal cartão postal da cidade. A praia fotografada, entretanto, é apreendida através de outros discursos. No trajeto sentido Coruripe – Maceió, primeiro há a ponte sobre a lagoa, depois da curva, o mar, no entanto, os mares que recebem os migrantes que desaguam por essa direção não configuram exatamente o celebrado atrativo.

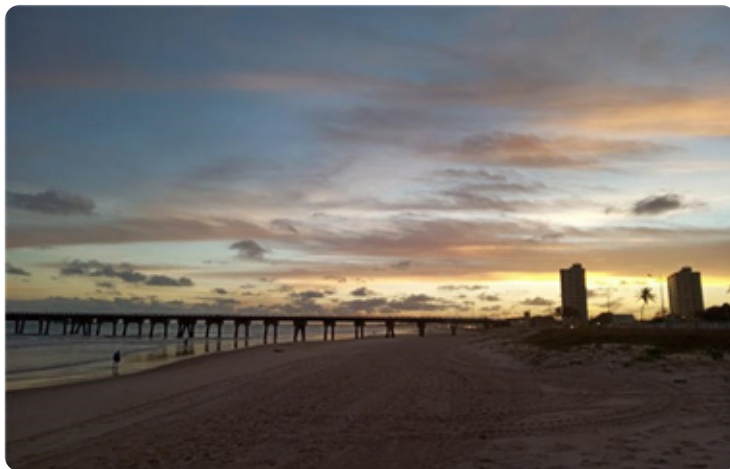
A praia do Pontal da Barra dá as boas-vindas. Ainda que não entenda ao certo o conceito de mar aberto (sobretudo por não conseguir compreender o sentido reverso da ideia, um mar fechado), pode-se dizer que o Pontal da Barra é assim, um mar aberto que abre a cidade. Fazendo uma analogia entre certa configuração política que determina espaços abertos e fechados, enclaves que ora servem a um ideal de

proteção e vastidões que induzem vulnerabilidade, e o conceito de mar aberto ou fechado, penso se seria daí o acesso reduzido a essa faixa litorânea estendida. Pontal da Barra é também o nome do bairro que fica nas imediações, um bairro entre as águas da lagoa e do mar, esse sim um importante mobilizador do turismo na capital. Contrariando a classificação hierárquica citada no início, aqui é a lagoa que se destaca.

Avançando no calçadão com pouca ou nenhuma infraestrutura que separa a areia do mar e a avenida, chegamos na praia vizinha, a Sobral, cenário da fotografia 3 e leito do emissário submarino de Maceió. Somente no final de 2019 conheci a praia da Sobral. Mesmo que antes tenha passado por ela inúmeras vezes, foi só depois de mergulhar no mar de ondas calmas, mas de força vigorosa, que avistei essa praia pela primeira vez. Antes disso, conhecia a estrutura da companhia de abastecimento de água e saneamento (responsável pelo derramamento de esgoto no mar), conhecia também as histórias sobre um mar impróprio para banho, mas próprio para despejo, ouvi as histórias de afogamento no mar proibido e também os casos de afronte daqueles que saltavam do emissário até o mar.

Sentada na areia embaixo da estrutura do emissário submarino na praia da Sobral, emissário que virou ponte, ponte que não faz caminho, pois é curso só de ida, ouvi novas histórias. Dessa vez de quando o acesso sobre a tal ponte era aberto, assim como o mar ainda é. Ouço também sobre o pôr do sol mais bonito de Maceió. No caminho de volta, enquanto o cenário vai ganhando novos tons, resolvo fotografar. Logo sou levada à declaração de Walter Benjamin (1994, p. 8) “contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo”.

Foto 3 - Emissário submarino na praia da Sobral.



Fonte: Fotografia feita pela autora (2019).

AS VIDAS DA PRAÇA

Prado, Ouricuri e Brejal, orbitando entre o oficial e o informal, são três bairros vizinhos que pertencem à zona Sul da cidade. Ambos, em maior ou menor intensidade, fazem parte das narrativas sobre os territórios perigosos e vulneráveis de Maceió. Além disso, são espaços em que políticas públicas são escassas ou inexistentes, além de frequentemente atravessadas por uma série de violências. Se considerarmos que as práticas que incidem sobre determinados territórios são constituintes de certa condição de vulnerabilidade, a ascensão e domínio das facções, sobretudo nesses espaços, sinalizam a estreita relação entre a ineficácia do setor público e a consequente expansão das organizações de poder substitutivas.

Registrei a fotografia 4 no local conhecido como Praça da Faculdade. Lembro do estranhamento ao ouvir a denominação pela primeira vez. Por que uma praça se chamaria praça da Faculdade quando não há nenhuma instituição de ensino superior nas redondezas? Acho intrigante como o fluxo urbano traz à tona perguntas e respostas corriqueiras. Não digo que é essencial estabelecer pontos de origem ou justificativas para todas as movimentações testemunhadas, ainda assim, julgo interessante atentar aos pormenores dessa dinâmica.

Quanto às respostas, embora não tenha como objetivo trazê-las, descobri depois a existência do Museu de História Natural em frente à praça, que antes havia sediado a primeira faculdade de medicina de Alagoas, dando origem ao nome. Quem me contou foram usuárias(os) do serviço onde estagiei (Consultório na Rua, serviço da atenção básica referência no cuidado à saúde da população em situação de rua). Melhor dizendo, foram as(os) moradoras(es) da praça que me falaram, as vidas sem casa que moram no lugar das coisas sem casa (Silva, 2018). Não sei se essas pessoas já acessaram o museu, posso afirmar somente que eu nunca estive lá.

A região sul de Maceió vem sofrendo certas interferências de distanciamento ao longo dos anos, sobretudo após instalação na região da indústria de petroquímicos citada no início deste texto, Braskem. Localizada em frente ao mar do Pontal da Barra, essa também deixou suas marcas. No Pontal da Barra, por exemplo, placas sinalizam rotas de fuga em caso de acidente provocado pela empresa. Situada entre a lagoa e o mar, diria que ela simboliza o controverso desenvolvimento urbano de Maceió e a exploração inconsequente dos ecossistemas naturais. Como resultado dessa extração, as escavações minaram também outros lados da cidade e atualmente vivemos a iminência de bairros “com data para sumir do mapa” (Rossi, 2020).

Além de casa, a praça também cumpre seu papel de espaço público de convivência. Arrisco dizer que está entre as poucas de Maceió que oportuniza esse fluxo. Ao fundo da fotografia, barracas coloridas que comercializam lanches, bebidas e afins, preenchem o panorama, no fundo verde da pista de skate um aviso: Prado

+ Ouricuri + Brejal TD2 (tudo dois). Cabe pensar a declaração da estrutura dos coletivos nomeados facções a partir do raciocínio explorado por Achile Mbembe (2018, p. 263), de acordo com o autor: “o ato de identificação é também uma afirmação de existência. ‘Eu sou’ significa, desde já, eu existo”.

Se as facções ganham popularidade a partir do imperativo “crime”, ligado a práticas ilegais, é preciso considerar também a ideação comunitária exercida nessas manifestações. Ao apontar a união dos três bairros adjacentes e heterogêneos, alega igualmente condições práticas de identificação grupal e táticas de existência na sociedade. Interessante pensar também a inversão de certos estatutos: o crime, que em tempos outros encontrava-se na discrição das práticas urbanas, hoje é marcado em paredes intransigentes.

Foto 4 - Praça da Faculdade.



Nota: fotografia feita pela autora (2019).

MARCAS DA CIDADE

Coruipé, cidade onde nasci, é popular pelo trabalho de mulheres artesãs que utilizam a palha da palmeira de Ouricuri para tecer peças e tradição. A questão surge quando sou informada que o meu local de estágio seria no Ouricuri. Nunca antes havia ouvido falar desse bairro nos entornos da cidade, e no mapa, no local onde deveria estar, encontro somente Prado. Foi preciso meses e andanças para

finalmente entender a existência do território com o nome da palmeira familiar. Assim como na praia da Sobral, aqui também foi preciso mergulhar.

Submersa, escutei primeiro o Ouricuri. Na sequência, o bairro com o estigma de marginalizado e fama de boêmio deu lugar a um outro de nome cristão, homenagem ao santo católico São Sebastião. A mudança, no entanto, não foi fixa, no último fôlego ouvi distante alguém falar: São Sebastião foi incorporado ao Prado. Refletindo a partir das formulações de Eliana Kuster (2014, p. 50), essa mutabilidade ou “sucessão de não-lugares nos quais vai se transformando a cidade é uma consequência dos processos de adaptação atravessados pela dinâmica urbana”. Mudanças, portanto, que asseguram uma condição de permanência.

Deço do ônibus e caminho cerca de dez minutos até chegar ao estágio, uma Unidade de Saúde da Família localizada no bairro oficialmente Prado ou, extra oficialmente, Ouricuri ou São Sebastião (ao gosto da/o transeunte). No percurso, passo por uma escola estadual de ensino fundamental. Enquanto as crianças circulam em volta do local, o informe deixado na parede do colégio atrai minha atenção. É recente o fenômeno das movimentações de facções na capital. Os códigos compartilhados têm deixado marcas no corpo simbólico, material e discursivo da cidade. Além disso, têm produzido outras dinâmicas de circulação e acesso aos espaços. Na fotografia 5 a mensagem em vermelho expõe não somente o território, mas também uma reivindicação de regras existentes por ali.

Sobre as palavras de ordem, aprendi a compreendê-las entre andanças e escutas da cidade. Nessas, soube que “1533” é o equivalente à sigla PCC (Primeiro Comando da Capital), uma das principais facções estabelecidas em Maceió. Na parte inferior da fotografia o “1533 PASSA NADA TD3” riscado denuncia os rastros das disputas existentes por ali. As inscrições “TD2 (tudo dois) Não existe P JL (paz, justiça e liberdade) para quem atrasa trabalhador!” pertencem à facção rival, Comando Vermelho, e também compõem as marcas da cidade. Parada no ponto exato da fotografia é possível avistar de longe, no fim da rua, um mar. Ouricuri é também a margem da Sobral.

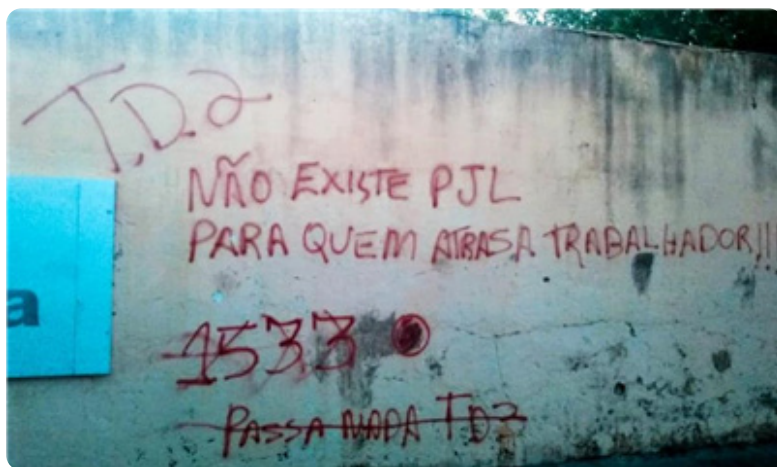
Seguir o movimento da cidade é também aprender a acessar os códigos sinalizadores, mas não como um material secreto a ser desvendado, talvez como quem lê um número na porta de uma casa, ou o endereço da rua em uma placa de esquina. Não diria exatamente que conheço a região, pois acesso somente como lugar de passagem. Exercito a liberdade do ir e vir e trânsito. Aprendo sobre as direções, sobre as abreviações, mas conhecer promove outras perspectivas. De todo modo, o objetivo nunca foi desvendar territórios, senão deambular sobre eles.

Daí não ser pretensão minha, observando esse solo, fazer emergir tudo que ele esconde. Interrogo apenas as camadas de tempo que terei de atravessar

antes de alcançá-lo. E para que ele venha juntar-se, aqui mesmo, ao movimento – à inquietude – de meu próprio presente. (Didi-Huberman, 2013, p. 130)

Findada a jornada, percebo que as interrogações são ainda maiores que no ponto de partida. Diria que se preciso fosse estipular um destino, seria este, expandir o interesse sobre a cidade e sobre as manifestações subjetivas decorrentes. Dessa maneira, certamente teria cumprido o objetivo com êxito, tendo a mobilidade enquanto método e fim. Encerro ecoando e reeditando as palavras de Frantz Fanon (1952/2008, p. 191): “Ô meu corpo, faça sempre de mim uma *mulher*³ que questiona”.

Foto 5 - Muro de uma escola no bairro Prado/Ouricuri/São Sebastião



Nota: fotografia feita pela autora (2019)

TÁTICAS, RESISTÊNCIAS E BRICOLAGENS

Iniciei este trabalho do lugar de onde vim, apontando as organizações e posteriores desvios que influenciaram meus modos de orbitar nos espaços. Tomar esse ponto de origem considera uma dimensão de sujeito-experiência, uma espécie de lugar de passagem, superfície volátil marcada pelas intercorrências do caminho. Nas palavras de Jorge Bondía (2002, p. 24), “sujeito da experiência se define não por sua atividade, mas por sua passividade, por sua receptividade, por sua disponibilidade, por sua abertura”. Portanto, para produzir essa pesquisa foi fundamental receptionar experiências. Narrar a história da pesquisadora que sai

3 Na versão original de Frantz Fanon: Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!

do interior e passa a viver na capital é também conduzir no texto as intempéries do cotidiano de outras/os migrantes que desaguam por aqui.

Importa também falar sobre o caminhar, movimento que trouxe não só formas inéditas de sentir os espaços, como também possibilidades entorpecentes de se produzir conhecimento. Se andar pela cidade em um dado momento parecia singelo e quiçá improdutivo, foi especialmente o vai e vem que permitiu a esse corpo urbano mutações analíticas, registros fotográficos itinerantes, acessos de memórias catárticas e viagens líricas sem retorno. Interessante demarcar o caminhar como um método potente e político quando se trata de produzir pesquisa em territórios urbanos.

Como aponta Certeau, o caminhar se apresenta como uma apropriação subjetiva dos espaços, de modo que a partir dessa conduta temos o poder de construir itinerários diferentes dos habituais e, conseqüentemente, produzir outras formas de viver a cidade. Nisso habita a colocação do autor quando compara o ato de caminhar ao ato de falar: “o ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação está para a língua ou para os enunciados proferidos” (Certeau, 1998, p. 176). Acrescenta ainda: “é um processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre ... uma realização espacial do lugar” (p. 176). Logo, subvertendo a imposição de métodos e trajetos, contemplei os múltiplos sentidos que a palavra-caminho pode oferecer e de maneira equivalente explorei uma cidade habitada e impetuosa, o que por si contraria o projeto hegemônico que tenciona construir espaços e pesquisas assépticas, neutras e estéreis.

Foi precisamente a partir dessa abertura, enquanto grifava o corpo pela cidade, que pude sentir desdobramentos sutis no cotidiano urbano. O cotidiano também é compreendido aqui a partir das teorizações de Certeau (1998), logo, não como espaço de regularidades e inerente rotina, mas sobretudo como zona de rupturas e rearranjos frequentes. Nesse sentido, cabe a assertiva de Rogério Leite (2010, p. 746): “Certeau rompe com a definição de cotidiano como rotina para dar lugar à ideia de cotidiano como *movimento*”.

Os fragmentos do cotidiano colhidos nos itinerários como pesquisadora tensionam a cidade por não poderem dela se alienar. Seus registros permitem explorar mecanismos de controle que forjam modos de vida, produzem relações e direcionam a vida de sujeitos sociais. Interessa atentar também para a determinação dos espaços percorridos, que em parte obedece a razões práticas dos deslocamentos diários, mas também a um planejamento central da pesquisa, que chamamos de caminhar pelas margens.

Em consonância com a proposta de Simone Hüning, Rosângela Cabral e Maria Auxiliadora Ribeiro (2018), prioriza-se que a Psicologia percorra as margens por acreditar que essa relação permite a ressignificação desses espaços e vidas e viabiliza a promoção de projetos urbanos conectados com as características locais.

Por isso, as imagens e narrativas aqui têm algo de similar: foram registradas em territórios-margens atravessados por estigmas de vulnerabilização e criminalidade.

Caminho pelas margens também incorporada no fato de que sou, eu mesma, um território-margem, como mulher, negra, jovem que pertence à classe econômica menos favorecida da capital. De acordo com Valdir Prado Júnior, Fabrício Amaral e Ycarim Barbosa (2018), o corpo é visto como o primeiro território e espaço de expressão das relações de poder. Caminho em uma cidade que não me gerou, mas acomodou. Não desfruto de memórias da infância nos locais populares de Maceió, fui concebida noutros espaços, carrego outras marcas, compartilho somente a afinidade das águas, entre rio ou lagoa e o mar, seja em Coruripe ou Maceió.

No fim das contas, importa demarcar também - alinhada com as teorizações de Certeau (1998), sobretudo a partir do que ele chamou de táticas, resistências ou bricolagens - essa espécie de escape ou microrresistência que permite ao sujeito comum subverter o domínio opressor, pelo imperativo de ecoar outras memórias discursivas sobre as margens. Na Levada, uma árvore de natal montada num lugar atípico protagoniza a narrativa; no Prado, Ouricuri ou São Sebastião sobressaem as nomeações extraoficiais dos espaços. Chamarei igualmente de tática o antagonismo ao poder estatal projetado pelas facções como maneira de sobreviver no cotidiano e eventualmente o sofá laranja desbotado contrastando entre os excessos de um dia nublado. Por último, como esquecer o emissário que virou ponte?

Para encerrar, chamarei de tática também a experiência de produzir pesquisa contornando as imposições de uma ciência normativa e impessoal. Repetidamente pessoalizo a experiência deste percurso e escrita. Mais que isso, ancestralizo “na busca do entendimento desta minha breve existência, danço, escrevo, teço palavras com fios desfiados da flor do útero das minhas ancestrais” (Freire, 2014, p. 568). Recorro aos ensinamentos daquela que é a matriarca para findar a trajetória da pesquisa. Conta que quando voltava da praia para casa com o *balaio* de massunim pesado na cabeça, depois de retirar o peso de si, era preciso ficar cerca de dez minutos sem mexer o pescoço, até que conseguisse novamente executar qualquer movimento. Acato as condições do tempo. Por ora, mantenho o corpo todo enrijecido. Reprimo os movimentos para que a matéria possa se recuperar e retornar o fôlego depois do mergulho em uma capital alagada.

REFERÊNCIAS

- Anderson, P.** (2011). O Brasil de Lula. *Novos Estudos* – CEBRAP, 91, 23-52.
- Baptista, L. A. S.** (2018). Cartas Impertinentes. Agonística de uma escrita sobre o intolerável. *Revista TransVersos*, 12, 396-414.
- Baptista, L. A. S. & Silva, R. L.** (2017). A cidade dos anjos do improrrogável. *Polis e Pique*, 7(1), 49-73.
- Batista, L.** (2019). Cotidiano de uma experiência urbana informe: dilaceramentos, trajetórias e políticas do comum. *Psicologia & Sociedade*, 31, 1-11.
- Batista, L. & Baptista, L. A. S.** (2018). Limiares e fronteiras de uma cidade que ainda vive. *Interação em Psicologia*, 22(3), 152-157.
- Benjamin, W.** (1994). O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 197-221). Brasiliense.
- Bondía, J. L.** (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista brasileira de educação*, 19, 20-28.
- Caldeira, T. P. R.** (1997). Enclaves Fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos* CEBRAP, 47, 155-176.
- Certeau, M.** (1998). *A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer* (3ª ed.). Vozes.
- Didi-Huberman, G.** (2013). Cascas. *Revista Serrote*, 13, 99-133.
- Fanon, F.** (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA. (Trabalho original publicado em 1952)
- Freire, I. M.** (2014). Tecelãs da existência. *Revista Estudos Feministas*, 22(2), 565-584.
- Hüning, S. M., Cabral, R. J., & Ribeiro M. A. T.** (2018). Nas margens: psicologia, política de assistência social e territorialidades. *Polis e Pique*, 8(3), 52-69.
- Hüning, S. M. & Gomes, C. A. R.** (2019) A Pesquisa-experiência na Psicologia: corpos, afetos e experiências em territórios urbanos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(nspe.2), 100-111.
- Kuster, E.** (2014). Outros Olhos: as ru(s)gas da cidade e seu desvelamento nos discursos contemporâneos. In E. Kuster & R. Pechman (Orgs.), *O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade* (pp. 47-58). Editora UFMG.
- Leite, R. P.** (2010). A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. *Revista de Ciências Sociais*, 53(3), 737-756.
- Mbembe, A.** (2017). *Políticas da inimizade*. Antígona.
- Mbembe, A.** (2018). *Crítica da razão negra*. N-1 Edições.
- Muttis, F.** (2013, 1 de junho). Alagoas tem apenas 15% do esgoto tratado, o resto é lançado na natureza. *G1*. <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/06/alagoas-tem-apenas-15-do-esgoto-tratado-o-resto-vai-para-o-mar.html>
- Novaes, S. C.** (2014) O silêncio eloquente das imagens fotográficas e sua importância na etnografia. *Cadernos de Arte e Antropologia*, 3(2), 57-67.
- Oliveira, E. C. S., Rocha, K. A., Moreira, L. E., & Hüning, S. M.** (2019). “Meu lugar é no cascalho”: políticas de escrita e resistências. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(nspe.), 179-184.
- Padro, V. I., Amaral, F. B., & Barbosa, Y. M.** (2018). Epistemologia do território: a prostituição masculina em Goiânia. *Rev. Bras. Gest. Urbana*, 10(2), 335-345.

Preciado, P. B. (2018) *Texto junkie: sexo, drogas e biopolítico na era farmacopornográfica*. N-1 Edições.

Rossi, M. (2020, 14 de janeiro). O bairro com data para sumir do mapa em Maceió. *El país*. <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-14/o-bairro-fantasmaque-a-mineracao-deixou-para-tras-em-maceio.html>

Samain, E. (2012). As peles da fotografia: fenômeno, memória/arquivo, desejo. *Visualidades*, 10(1), 151-164.

Scisleski, A. C. C. & Hüning, S. M. (2016). Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis. *Polis Psique*, 6(1), 8-27.

Silva, R. L. (2019) Exercícios Ambulatórios para uma reflexão acerca das Psicologias Sociais da cidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 1-12.

Silva, W. V. N. (2018). *Territórios Vulneráveis: arquivos impróprios de uma memória em perigo* [Tese de doutorado, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre]. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/183192>

Silveira, M. & Ferreira, L. H. (2013). Escritas de si, escritas do mundo: um olhar clínico em direção à escrita. *Athenea Digital*, 13(3), 243-463.

Zazo (Dir.). (2018). *Saneamento trágico* [doc. filme]. KZEBRE AUDIOVISUAL.

EM BUSCA DO FUNK PERDIDO: **ENTRE MEMÓRIAS, ESCRITAS E AFETOS**

Daniela Sales de Souza Leão
Jaileila de Araújo Menezes

Ecléa Bosi (2003), em “*O tempo vivo da memória: ensaios em psicologia social*”, já nos dizia que a memória da pesquisadora compõe o enredo de seus escritos. Mesmo que não se trabalhe com a categoria, desmembramos nossas lembranças sobre todo o percurso traçado até o final de um texto. E desse jeito, aprendemos a costurar como se fossemos bordadeiras. Juntando retalhos perdidos em nossos processos de consciência, ou não, tal como uma colcha de retalhos que mistura pedaços antes desconexos em um alinhavo sublime que emerge do processo criativo. Com cores e texturas diversas, criamos um material orgânico.

Nem sempre esse processo é fluído. E talvez necessitemos de um guia afetivo para que ele aconteça. Uma imersão que se dá diante de uma “força estimuladora”, como aponta Walter Benjamin (1987), nascendo escritos diante de um “presente-passado” soterrado sobre nossas lembranças. Trabalhar com memória é seguir costurando essa dualidade existente entre presente e passado, como um resgate na construção de uma oralidade alternativa (Bosi, 1993). Nesse sentido, é preciso escavar, mas também se faz necessário colecionar, como bordadeiras que colhem retalhos deixados pelo chão da sua casa e de outras casas. Ele, Benjamin, traz ainda a ideia de um mosaico construído no trabalho com memória, mesmo que não tenha tido interesse em construí-lo nesse escrito que compõe o campo da nossa pesquisa.

Colecionamos artefatos de lembranças e recolhemos os retalhados deixados pelo chão, criando um mosaico composto por esse processo de escavação das lembranças que são nossas e, também, de outros. O processo de selecionar e armazenar, nesse exercício de lembrar (narrando!) para nós mesmos e para os outros, aquilo que está ou esteve diante de nós, é a nossa ferramenta de trabalho nos escritos de uma memória. A narração, assim como esse processo de escrita memorialística, é a forma mais orgânica que encontramos para podermos exteriorizar nossas experiências na pesquisa e na escrita (Benjamin, 2018).

Falamos, então, de um trabalho sobre o tempo. Mas não sobre qualquer tempo cronológico. E sim, sobre uma narrativa vivida e articulada na cultura e

pela experiência individual de cada corpo que conta sobre si e sobre os outros. Tecendo a colcha individual e coletiva em que nos apoiamos enquanto *testemunhas* e *intérpretes*, segundo Bosi (1993). O tempo, para a autora, não flui em uma linha uniforme. Ele tem uma experiência tomada pela singularidade cultural e individual de cada narrador e narradora. Cada corpo vive diferentemente as exigências que o tempo incide sobre ele.

Por isso pensamos em trazer aqui um escrito de memória, quanto à articulação possível entre experiência e pesquisa, lembrar e recordar. Compondo um mosaico escavado no interior de uma lembrança de quem escreve, pesquisa e vive, marcando as memórias individuais e coletivas de quem viveu, e ainda vive, o *funk* em Recife-Pernambuco. Nesse sentido, a memória, referenciada em Walter Benjamin (1987, 2018) e Ecléa Bosi (2003), passa a ser o meio de acesso e não apenas o objeto de análise da pesquisa construída, estando nela a percepção dos lugares nos quais se deram as lembranças e vivências trazidas nas letras das músicas que compõem os bailes *funks*, praças e avenidas em que as cidades que habitam Recife foram levantadas.

Sobre o *funk*, enquanto categoria musical e de resgate a essa *força estimuladora* mencionada anteriormente, acredita-se que na memória musical também fazemos das nossas experiências uma performance vivida, englobando narrativas nas quais vivemos e podendo inserir aqueles que estavam presentes no momento dos acontecimentos. São oralidades produzidas sobre a história de como estávamos, como as outras pessoas estavam, onde ocorreu, como ocorreu, os motivos do acontecimento, a relação do acontecimento com outros, a temporalidade das músicas tocadas e a relação delas com os episódios vividos individualmente e em grupo (Reily, 2021).

Assim, busca-se compor um mosaico afetivo que cria imagens no fluxo de pensamento de quem lê, requerendo articular arte e poesia lado a lado com os compassos das músicas que tecem os enredos aqui construídos. Trata-se de um trabalho com a memória na medida em que ela opera e nos convoca a experimentar outras formas de registrá-la a partir das lembranças individuais e coletivas, sem o intuito de reconstrução cronológica de fatos.

Seguimos, diante dos escassos registros formais sobre a história do *funk* na cidade, esse trabalho de escavação das memórias individuais e coletivas, compondo, quem sabe, uma contranarrativa à discursividade hegemônica de desqualificação e mesmo apagamento de experiências. Então, voltando para a ideia do mosaico, pensar a narrativa da experiência nesse processo de construção fragmentária das memórias coloca-nos em uma condição de colecionadoras. A força estimuladora para a composição do mosaico de memórias será a *carta-travessia*, dispositivo de escrita memorialista das cenas e cenários do funk em Recife tal como vivenciados pela primeira autora deste texto.

UMA CARTA-TRAVESSIA: MINHA VIDA NO FUNK, NA PESQUISA E ESCRITA

Uma carta-travessia é a forma como gostaria de chamar este escrito. A ideia da carta surge após uma vivência¹ que solicitou o mergulho em uma experiência de escrita inspirada na escrevivência de Conceição Evaristo (2005). Sentia que estava escrevendo como se estivesse pensando em uma carta. Uma carta para mim mesma. Para refletir sobre meus processos, minha pesquisa e minha vida. Para revisitar, sobretudo, minhas memórias e entender o que elas dizem sobre a tese.

Evaristo acredita que seu processo de escrita resulta do acúmulo das histórias que foram vividas e escutadas por ela. De fatos contados e, também, vividos. Entre o resgate desse processo de escrever sobre o que se ouvia, ao som das histórias que foram, outrora, narradas e interpretadas. É no afeto que as memórias inscritas em nós se atravessam e é a partir dele que podem ressignificar tempos, espaços, encontros, botando para fora palavras até então represadas. A função psicopolítica da narrativa possibilita o desabrochar fecundo das palavras em folhas de papel e telas de computador. Um mosaico de memória, como nos apontou Benjamin (1987) e que me lembra a proposta de escrever a partir de memórias da Éclea Bosi (1993). Já ditando, aqui, o lugar em que piso ao falar dessa escrita/pesquisa que acontece nas texturas das narrativas individuais e coletivas protagonizadas por mim e pelos meus pares.

Bosi (2003) traz o sentimento útil da nostalgia para pensar acontecimentos políticos, sociais e urbanos, endossando uma leitura das ocorrências a partir da coexistência que habita o espaço-tempo de nossas vidas e do campo de estudo no qual estamos/estou inserida. Nessas páginas construídas por pequenas histórias fragmentadas sobre minha relação com o funk, trilho os processos de escrita-dialogada a partir da ideia de *travessia* trazida por Peter Pál Pelbart (2019), e que me provoca a registrar os deslocamentos produzidos em meus pensamentos sobre o campo-tema de pesquisa. Então, a *carta-travessia* é isso: um convite a uma experiência escrita traduzida da minha trajetória até hoje e de uma tese por vir.

Nesses caminhos percorridos com passos densos e, por vezes, mais apressados, penso nos atravessamentos que existem entre minha travessia acadêmica e experiência de vida. Reflito sobre a violência que ainda opera na produção de conhecimento para que esta tarefa se mantenha isenta dos afetos e das angústias que atravessam a artesanania de uma pesquisa viva. Sempre que me perguntavam “o que era minha pesquisa” ou o que de fato estava pensando sobre o meu “problema de pesquisa”, os afetos tomavam as palavras que se desorganizavam quando saíam pela minha boca e não conseguia traduzir o que sentia em ideias. Coração acelerado,

1 Produção textual solicitada no âmbito da disciplina “Poder e Modos de Subjetivação” ministrada pela segunda autora deste texto, no âmbito do programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPE.

queimação no estômago, cansaços pelo corpo... sensações que me acompanhavam e me fazem, até hoje, travar na fala e escrita. O campo, nesse ponto, só começou quando me vinculei à temática (Spink, 2003) e, principalmente, quando pude reposicionar os processos afetivos que incidiam sobre essa tese.

Foi preciso alinhar acontecimentos, afetos e memórias. Por isso, a ideia de campo-tema atravessa essa reflexão sobre a ideia de que “a pesquisa nasce da curiosidade e da experiência tomados como processos sociais e intersubjetivos de fazer uma experiência ou refletir sobre uma experiência” (Spink, 2003, p. 26). Nesse ponto, os acontecimentos dessas sensações atravessadas na oralidade talvez tenham emergido desse mergulho nas minhas memórias. Em sua maioria, dolorosas.

Teve um tempo que chorava assim que acionava a palavra “*funk*” em meu vocabulário. Teve um tempo, também, que nem conseguia explicar o meu problema de pesquisa, porque ao contextualizá-lo sentia vontade de chorar. Os fatos que trazia estavam sob enredo de uma relação entre depoimento e experiência vivida, mesmo que hoje esteja, cronologicamente, tão distante. Nas dualidades sobre o tempo e a vida, nunca tinha me considerado como funkeira, mas sim como integrante de torcida organizada. E aqui caminhava mais uma das minhas angústias: não dava para desvincular o *funk* do futebol e das torcidas organizadas. As músicas que ouvia e a batida do *funk proibidão* que acompanhava os enredos das idas aos estádios, presentes nas letras de torcidas organizadas, além dos próprios MC ‘s, eram as mesmas que tocam dentro dos bailes *funks* na cidade.

Como o novo *proibidão* da Torcida Organizada Inferno Coral e um outro intitulado como *funk consciente*, ambos produzidos durante a pandemia da covid-19 em setembro do ano passado, por um mesmo MC:

Tu só sonhou que trem ia passar
Mas o bonde dos Cães fez o trem véi descarrilha
Aqui não é sonho, aqui é realidade
Nós somos a maior e o terror dessa cidade
Formou o bonde zona oeste e zona sul,
Também a zona norte, legião de pitbull.
E pra fechar o bonde do Interior,
Nós partimo pra cima, Agamenon nós dominou.
(Mr Sony & Tito da Coral, 2020)

Me julgar, criticar, não vai adiantar,
Lança palavras ao vento, mas não se põe no meu lugar.
Ideias com incentivo de trazer melhoria,
A meta é gerar dinheiro e não gerar guerrilha.
Quem discrimina o gueto, desonra a família
O sangue é vermelho, mesmo na periferia.
(Mr Sony & Mc Bonk, 2020)

Enquanto coloco aqui as músicas, na ideia de construir um mosaico, canto e movimento meu corpo, ao mesmo tempo que *flashes* de lembranças me preenchem, acionando a música como um mecanismo de transmissão na construção daquilo que se chamou de memória social (Andrade, 1941). O autor nos lembra, ainda, sobre a potência memorialista, e coletiva, da música enquanto arte extremamente coletiva, principalmente quando reflete sobre o ato de recitar músicas e versos em grupo em uma ação simultânea e coordenada de uma coletividade. Quem nunca se emocionou diante de uma música cantada coletivamente? Quem nunca sentiu o arrepio de entoar um canto, quase que como um grito, no meio de uma multidão em praça pública? Para ele, e para mim, sem memória não poderíamos fazer música, assim como também sem a música nossas memórias coletivas e individuais seriam escassas. É como se elas acontecessem conforme um movimento simultâneo na textura que preenche nossa colcha de retalhos nessa produção de vida que se dá nas nossas experiências.

Então, o que venho tentando fazer aqui se dá nesse processo de selecionar e armazenar músicas e escritos sobre mim, como uma prática memorialística que compõe minha coleção. Volto aqui para pensar como Walter Benjamin (2018) se apresentou para mim: imersa nessa dinâmica de memória que traz comigo a experiência narrativa, colecionando fatos de meu passado e fragmentos de esquecimentos. Para que no momento de lembrar, aquilo que talvez estivesse esquecido, traga a experiência à tona, culminando com a atualização do passado em um presente que seja possível.

Nesse sentido, busquei, por um tempo, criar um certo tipo de distanciamento articulado a conceitos soltos, que nada contribuíram para pensar minhas posicionalidades, caminhos e travessias, insistentemente tentando se fazer presentes nessa carta. Retirei o *funk* do título dessa tese que caminha, quando ingressei no doutorado. Entre os anos de 2018 e 2020, mudei quatro vezes de título e problema de pesquisa, que iam e voltavam para ele: o *funk*. Como um movimento de espiral entre idas e vindas. Na sensação de que quanto mais me afastava da própria palavra, mais me perdia.

Talvez por isso o espiral. Porque uma ponta liga a outra. Porque todas as vezes que falava sobre experiências da minha juventude na cidade, o *funk* era o enredo central das minhas hipóteses, angústias, provocações e inquietações. Era ele que me inspirava para pensar nas possibilidades que quero construir hoje. Fazendo emergir meus afetos: era ele que estava no eixo e, também, estava na ponta. Estando no centro e também no fim. No fim dessa travessia!

Além disso, como uma narrativa de memória que impacta minha visão de mundo (Bosi, 2003), o que trago aqui, entre idas e vindas de um termo, está articulado com um campo de experiência pessoal com o *funk*, mais especificamente dentro do *funk proibidão* de/em Recife. Resgatando o que existe de mais íntimo nessas memórias experimentadas em acontecimentos de travessias quan-

do menina-jovem moradora de um bairro periférico da cidade de Jaboatão dos Guararapes² - Pernambuco que se empolgava ao som de Mc Leozinho “*Rap da cyclone*”, regravado recentemente e disponibilizado no *youtube*:

Mas todo mundo de *cyclone*, faz o baile balançar
Maranguape, João de Barro, agita tudo sem parar
Chegou Arruda e o Curado, que são amigos de fé
Mando um alô pro Monte, pra galera da V. E.
Agora eu mando meu recado, pra galera da A. B.
Lá pro Coque, pra Barreira e pros boys da V. R. D.
Agora eu mando meu recado, eu não paro por aqui
Mando um alô pra V. C, C. O. P e O. P. I.
Agora eu mando meu recado, pras galeras do outro lado
Pro Borel, pra P. C. P., Afogados e Jordão Baixo
San Martins e a P. X., e a galera do Beraldo
(Mc Leozinho, 2021a)

Em meus passos sobre a cidade que encontrei, entre prazeres, narrativas, redes, amizades, choros, perdas, conflitos, memórias e, acima de tudo, experiências de uma cidade noturna vivida entre meus percursos de Jaboatão para Recife, de Recife para Olinda, da Caxangá para o Arruda, do Arruda para o Curado, do Treze de Maio para Jardim Atlântico. Das periferias para o centro, dos centros para as periferias, de festas em festas, de estádio em estádio e de periferia em periferia. Entre praças, sedes de torcidas organizadas, parques e avenidas. Traçando novos rumos, seguindo clubes e partidas. Comecei a explorar a cidade, conhecendo as cidades que existem dentro da cidade, como provoca Loïc Wacquant (2008), entre os meus quatorze e quinze anos de idade quando iniciei minha jornada de exploração solitária para o centro do Recife.

O centro era tido como um lugar impuro pela minha mãe e minha vó. Diziam que o contato com as drogas e a ilegalidade começava sempre por lá. “Adolescentes se perdiam quando vão bater no centro”, me diziam. E assim se começa a experimentar os espaços, em lugares intitulados como sagrado e profano, pureza e perigo (Douglas, 2010). E lá, também, estava eu: imersa nas incertezas dos acontecimentos que se abriam como possibilidades para se pensar uma nova cidade, experimentando as dicotomias estabelecidas na cidade. Um verdadeiro mundo de possibilidades e conexões com pessoas-outras fora de um território vigiado que era a experiência vivida no meu bairro.

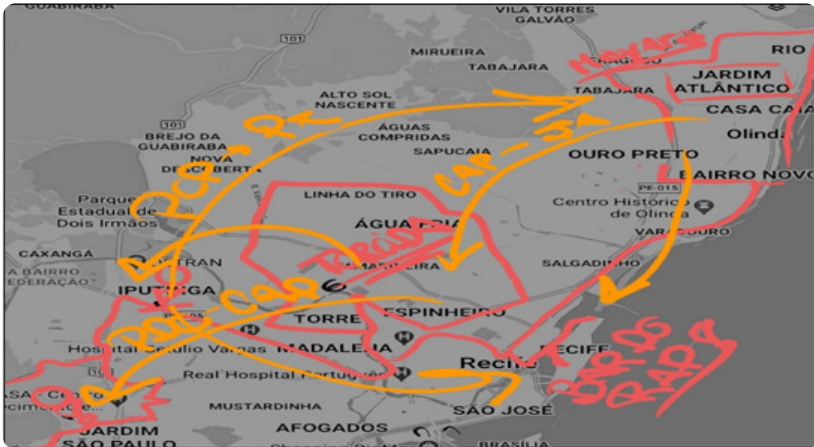
Sempre tenho essa sensação: de que o contato com o centro da cidade, quando se está em solos urbanos, é tido como uma abertura para novas experiências de

2 Município da região metropolitana do Recife, situado à 18 km da capital de Pernambuco.

travessias de quem é, ou já foi, jovem na cidade. Na imagem que trago abaixo, sobre minhas incursões pelas cidades, o emaranhado de fluxos descontínuos que vão da cidade de Jaboatão a Olinda³, falo de uma experiência urbana interconectada entre grupos que se relacionam entre si e com as cidades dentro da cidade (Magnani, 2009). O uso do centro marca, assim, um ritual de passagem entre “a casa e a rua” (Figura 1), parafraseando Roberto Da Matta (1979).

E nessa imersão pelo centro da cidade, recém-saída de um bairro isolado, criei redes de conexões, compartilhamentos e escutas comuns, construídas com outras pessoas vindas de outras periferias, subúrbios e regiões mais privilegiadas. Circulei durante as sextas-feiras na Estação Pirata, QG do Estudante, Treze de Maio, Rua da Aurora, Beco da Fome e Escadaria das Lojas Americanas. Ao som de Mc Leozinho, uma das principais referências do *funk* na época, aglomerávamos nas barracas e nos carrinhos que comercializavam CDs piratas e de produção independente sobre o *funk* na cidade, como a Coleção do Junior Urea (Figura 2) com o lançamento dos *proibidões* da época. Essa modalidade de *funk*, o *proibidão*, foi a maior referência do meu contato com a música. Entre idas e vindas, sobre o trajeto da Escadaria das Lojas Americanas, onde aconteciam os encontros de MCs de rap e *funk* da cidade, até a sede da loja de material da torcida organizada que participava na Rua do Hospício, circunscrevia o centro à minha maneira.

Figura 1: Mapa da cidade a partir da perspectiva da autora. As siglas de letras representam as referências dos bairros/galerias dentro dos bailes *funks*.



Fonte: Arquivo Pessoal.

3 Cidade da região metropolitana de Recife, situada a 6 km de distância da capital de Pernambuco.

Figura 2: CDs de funk *proibidão* comercializados no início dos anos 2000.

Fonte: Arquivo pessoal.

Como mencionei no início dessa carta, meu vínculo dentro dos espaços ocupados pelo *funk*, e pela pixação, eram marcados por uma intensa relação vivida dentro do universo do futebol, no Estado e fora dele. Viajava sempre que podia escapar de casa nos finais de semana, acompanhando as partidas de futebol do time que, também, me acompanha - nas vestimentas, redes de relações e inimizades. Relembrando que meu corpo, na forma como habitava e se situava na cidade, era uma extensão das sedes da torcida organizada que fazia parte, principalmente nos atravessamentos emergentes que aconteciam entre o “ser de torcida organizada” e “frequentar o centro da cidade”. Eu circulava por *espaços-outros* que não eram exclusivos de torcedores de organizadas, como, por exemplo, os bailes *funks*, e assim estabelecia uma conexão de cidade nas cidades.

Nesse sentido, os considerados *points* de *funkeiros*, torcedores de organizada e pixadores se encontravam nos lugares comuns circunscritos nas ruas do Recife e marcados, cronologicamente, pelo início dos anos dois mil. O *funk* compunha o cenário musical que embalava os enredos das festas da torcida e a pixação fazia parte das experiências vividas pela maioria dos integrantes inseridos nesses espaços no ato de marcar a cidade com o maior número possível da sigla “toic”, construindo territórios, localizações, identidades individuais e coletivas. Eu, embalada pelo enredo, “colocava uns nomes” de vez em quando, mas também nunca fui pixadora. Minha relação com a cidade tinha nome e três cores: vermelha, preta e branca⁴.

4 Cores de referência do time de futebol.

Tinha quinze anos quando comecei a frequentar estádios de futebol. Indo e voltando para casa, na maioria das vezes, sozinha de transporte coletivo. Utilizava a linha Rio Doce/CDU e descia no bairro da Encruzilhada, caminhando, posteriormente, até o Estádio do Arruda. Algumas dessas idas também eram feitas em grupo, quando combinava com o pessoal do meu bairro para irmos juntos no mesmo horário. Saía poucas vezes em grupo, minha preferência sempre esteve entre ir sozinha e voltar em grupo. Nessas minhas trocas, no início dessa mesma marca cronológica que data a explosão do *funk proibidão* e marca a proximidade do fechamento de um dos principais bailes de corredor, percebi que, além de um corpo-território, minha experiência era geracional. Vivida pela iminência da *internet* discada, das conexões em *lan houses*⁵ e da ebulição dos *fotologs* e *flogões* como páginas nas mídias sociais que articulavam possibilidades de comunicação dentro do próprio espaço de pixação, galeras e torcedores de organizadas na cidade.

“*Www.fotolog.com/los_galerosos*”: era um desses canais que habitava as mídias sociais de divulgação dos novos MCs e *funks proibidões* dessa mesma época. Existia uma disputa para se conseguir uma foto publicada por lá. Às vezes apareciam fotos minhas nessa página. Como no dia que fiz um registro em frente à sede da torcida organizada rival vestida com roupas da minha torcida. Essa memória me rendeu e me rende, até hoje, muitos conflitos interpessoais. Lembro, também, da minha página no *fotolog* intitulada como “*fotolog.com/amaga_toic*”, com o fundo preto e inscrições brancas marcadas pela apresentação no início da página com a letra do rapper Sabotage: “*Não sou Mun-Rá, mas tenho sim uns pit bulls aí por mim*”.

Passo os dias procurando vestígios desses sites, em busca de um resgate afetivo de memórias, mas nem poeiras restam dessa lembrança para compor esse mosaico ilustrado por imagens. Com tristeza descubro que o site foi deletado, como aconteceu com a página *Orkut*. Fotos, textos e memórias foram deletados sobre as experiências mais diversas que vivi nos encontros das sextas-feiras no centro da cidade até as idas ao campo do Arruda. Os finais de semana sempre foram um marco em minha vida. Quando não estava no centro da cidade, o Shopping Tacaruna (localizado na fronteira entre Recife e Olinda) virava ponto de referência. Hoje, sob título de *rolezinho*, antes sob título de *Encontro de Galeras*. Novos MCs se divulgavam nesses encontros, novos pixadores e galeras do *funk* também. Com exceção dos integrantes de torcidas organizadas, como eu, que faziam suas trajetórias visíveis nas idas e participações dentro e fora dos estádios, todos estavam lá em busca de estabelecimento de novas redes. Procurando visibilidade, o encontro entre *galeras*, era um espaço de divulgação pessoal e coletiva.

5 *Lan house*, ou casa da rede, é um estabelecimento comercial onde os usuários pagam para utilizar um computador com acesso à *internet*. Nas periferias a disseminação dessas casas foi bastante significativa ainda nos anos de 1990, sendo a única forma de acesso a e-mails, jogos e redes sociais. Também representou importante fonte de rede para quem disponibilizava o serviço.

Nos novos encontros protagonizados nos shoppings, após o fechamento do último baile de corredor, meus caminhos de travessias eram regados por acontecimentos no futebol. Perdas de amigos, conflitos emergentes entre integrantes de torcidas rivais. Sendo, no cenário tricolor, o atravessando da cena do *funk* em minha experiência. Me recordando do enredo que embalava o fundo desses eventos nos caminhos que se abriam para essas experiências de travessias de cidades dentro de uma cidade. Começando pela memória de esquina entre a rua treze e catorze no meu antigo bairro, uma lembrança vivida dentro de uma experiência da Sociedade de Esquina (Whyte, 2005) entre uma jovem urbana circunscrita em redes de relações individuais e coletivas expressadas para extrapolar as possíveis fronteiras de um território existente.

O bairro em que vivi minha infância, e início da juventude, é marcado pelas lembranças fortes dos cruzamentos entre ruas, especialmente a que eu e minha vó residíamos. Pelas famosas festas que aconteciam na Associação dos Moradores nos finais de semana e pelas ousadas experiências de quem se arriscava a pular do pontilhão do trem para o açude. Na Associação lembro de viver um tipo de disputa que dividia o bairro em experiências entre o sagrado e o profano, pois esse espaço em que aconteciam as festas se localizava no cruzamento entre ruas que dividia os moradores em duas categorias: os que frequentavam igrejas e aqueles que se desviavam do caminho religioso. “A periferia é habitada por igrejas”, lembro de ter escutado isso um dia, e, desde então, nunca mais esqueci. Três igrejas evangélicas e uma igreja católica em menos de quatro ruas, vigiando condutas e ditando normas sobre os corpos que não se encaixavam em seus espaços. O meu corpo, desde nova, calçou coturnos, vestia saias xadrez e saía pelo mundo. Depois, passei a vestir camisas de futebol, calças e bermudas da *Pena, XXL e Cyclone*.

Quando jovem, entre meus treze e catorze anos, nas caminhadas em que percorria as trilhas contrárias das igrejas, escutei uma batida forte, de som pesado, saindo da Associação. Era “*O rap da cyclone*” de Mc Leozinho, como o primeiro acesso ao *funk proibidão* produzido por, e em, Recife. O mesmo que referenciei aqui nesse texto, regravado em 2021. Logo em seguida, foram as músicas compostas por MCs como Taz, Boco, Bolado, Baby e Noturno soprando em meus ouvidos. Tinha em torno dessa mesma idade, quando já me percebia mais próxima da Associação, embora todos os antigos amigos que tinha, dentro do bairro, estivessem caminhando para “a salvação” – como os padres e pastores ressoavam nos cultos e missas.

Meus interesses por futebol e torcida organizada emergiram antes mesmo de ter ido a um estádio de futebol pela primeira vez. Não me recordo muito bem como se deu esse interesse (e aqui emergem meus fragmentos de memória), lembro-me apenas de ter tido como primeiro time do coração o Santos Futebol Clube na época em que começava a me dar conta da relação existente entre as

letras e hinos de torcidas organizadas com as mesmas batidas do *funk*. E foi dessa maneira que conheci o *funk*: quase que acidentalmente, andando devagar nas ruas do meu bairro enquanto percorria o trajeto da ida de casa até a padaria, escutando os gritos de torcidas organizadas e me familiarizando com suas batidas.

Nesse mesmo período de entrada no universo do *funk*, conheci os bairros que existiam dentro do meu próprio bairro. Percebi os muros, vi as ruas e transitei para fora deles em direção ao centro. Percebi a iminência, e a potência, dessa ruptura entre a casa e a rua. Mudei de bairro adotando a mesma estratégia: correr para os *circuitos* de dentro (Magnani, 2012) dessas cidades habitadas em Recife, reconhecendo que eram elas que me interessavam. Pensando e sentindo os territórios de movimentos e acontecimentos no interior de cada experiência, saindo pela primeira vez de um lugar para o outro, convocando-me a perceber novas posicionalidades de uma experiência-território. Um corpo-território. As siglas das galeras vividas dentro desses bailes fomentaram esse *corpo-território*. O *funk*, as músicas e as referências mencionadas agregaram-se a esse corpo que se reposicionou, também, quanto um bairro/território.

Nas letras do *funk proibidão*, compostas pelas histórias de torcidas, galeras e pixação, comecei a identificar minhas vivências, entendendo uma outra narrativa sobre a cidade, como a música cantada, também, por Mc Leozinho “*Bater de frente*”. Histórias com nomes, reconhecendo amigos, lembrando de vivências. Quanto mais mergulhava, mais era direcionada para fora do meu antigo bairro. Seja impulsionada pelas aberturas desses novos mundos ou pelos processos de distanciamento familiares e afetivos em que vivi. Minhas bermudas da Pena com as camisas do Núcleo Feminino da torcida que participava já não cabiam mais nas travessias daquele território entre a minha casa e da minha vó.

Vamos bater de frente com a oposição
Mostrar que nós temos a união
E pelo certo sempre fui e sempre vou ser
Humilde e Funkeiro
Vem, se tu quiser pode colar com nós
E lá nos bailes somos porta voz
Daqui uns dia pelo mundo inteiro
Salve aos funkeiros
(Mc Leozinho, 2021b)

E dentro dessa narrativa cantada, ao som de “*Ninguém pega Loid*” do Mc Noturno, escrevo hoje essa carta para mim mesma. Saudosa, lembrando de quando via Loid no Arruda em dias de jogo e fora dele nos pagodes no centro da cidade. Lembro de quando Camila me ligava e falava sobre seus relacionamentos. Das conferências telefônicas que o plano da operadora “oi” de trinta e um anos possi-

bilitava fazer com mais de cinco pessoas em uma mesma ligação. Lembrando da conferência que A Lata do Jordão fazia com várias pessoas sobre os encontros no shopping e as vivências nas torcidas. Lembro das ligações com Mayara, Sereia, Priiuh, Deda e Nanda de Peixinhos.

De pegar o Loid, vai ficando na vontade
Entrou em San Martin, pixou e voltou de taxi
Vocês não pega o King Fight
E pro Borel eu mando assim e vocês se icabulou
No rap entrou em Vietnã e em San Martin pixou
Foi verdade e não mentira, não adianta desmentir
(*Mc Noturno, s.d.*)

Lembro hoje, também, que o *funk* em Recife contava, e ainda conta, histórias *in memoriam* de uma cidade vivida entre os finais dos anos noventa e início dos anos dois mil, como um diário de reminiscências que o Bruno, colega de doutorado, falou em uma orientação coletiva. As reminiscências compõem este diário de recordações entre o presente e o passado, narrado pelas memórias e repleto de afetos conectados com esse processo que tenho vivido como uma experiência de catarse. Um diário memorialista, uma *carta-travessia* e uma catarse, conectados aos processos e me colocando no ponto exato de uma tese que desejo construir hoje, tal como faz Karina Biondi (2010) quando utiliza suas memórias como um processo fragmentário, acolhendo suas reflexões trazidas durante as formulações de suas perguntas na pesquisa atravessada por sua própria experiência vivida. Uma experiência vivida nos acontecimentos!

Entre *funks*, rolezinhos e estádios, cortei cidades na cidade. Repensando fronteiras e, principalmente, a rua. Atravessei de Jaboatão dos Guararapes para Recife, vivendo experiências dolorosas e prazerosas, lembrando o quanto essa relação com estádios de futebol repercutiu no meu ambiente interno, o da casa. Recebi cancelamentos de convites feitos por amigos de infância e silêncios nos espaços de casa. Vivi a ausência das palavras por fora e um grito experimentado por dentro, embalada pelas batidas grave do *proibidão*: risos, choros e afetos de uma vida que se construía através de uma outra narrativa. Então, é isso: quando falo de *funk*, falo de afeto, amigos, futebol, luto e saudade daqueles que se foram. Saudades de Mayara! Quem me acompanhou fora dos estádios, entres bailes e shows de brega no bairro de Peixinhos - Olinda.

Mayara, irmã de coração e alma, foi a maior referência que tive no *funk*. Estávamos juntas no último baile que aconteceu no Arruda, show de Menor do Chapa. Um show clássico para nós que ouvíamos esse estilo de música mesclado com letras de *proibidão* e, o então intitulado, *funk consciente*. Ainda há uma linha tênue entre essas duas vertentes. Assim como existe aqueles que afirmam não ha-

ver essa separação, considerando que é comum encontrar em um mesmo *MC* as experimentações de músicas nessas duas categorias. O mundo do *funk* é grande, e são diversas as possibilidades de se experimentar vivências e batidas.

Hoje, enquanto escrevo novamente para vocês, nesse dia doze de novembro de dois mil e vinte um, recebi o convite que marca o retorno aos bailes na cidade “pós- pandemia” da covid-19 com esse mesmo *MC* que frequentei o último baile com Mayara. É a vida produzindo suas próprias reminiscências?! É nela que, hoje, pretendo me agarrar a uma lembrança: entrando no baile do Arruda com Mayara e o *Bonde da Px*. Encontrando Priih, A Brava, Sereia, Deda e Nanda. Ocupando o canto de um paredão formado entre a *galera* do Arruda e a de Peixinhos, ao som da música “Vida Loka” de Menor do Chapa. Pegando o ônibus Rio Doce/CDU na volta para casa pela madrugada, sorrindo e lembrando das desavenças que aconteciam com a gente dentro do baile. Mayara sentia as histórias acontecidas com a *galera* de peixinhos como se fossem suas. E eram dela, também! Para ela, o *Bonde da Px*, como chamávamos, era sua família. Diferente dela, nunca tive uma relação forte com nenhuma *galera*, embora sempre me direcionassem para o pertencimento aos bairros em que residi.

O Baile do Rodoviário fechou por volta de 2004 e logo em seguida o Pagode do Téo. A cidade foi tomada por um silêncio ensurdecedor. Já não se resolviam conflitos e desavenças dentro dos bailes. As letras de *funk* foram emudecendo, sem histórias para contar e sem a possibilidade dos próprios *MCs* sobreviverem da música. O centro da cidade virou um palco de lutos e perdas. Foram muitas perdas afetivas. Tantos personagens citados nas músicas que, também, contavam histórias de uma cidade... silenciados. Lembro como se fosse hoje todas as ligações na madrugada, dos avisos e das notícias de luto. Perdi o sentido por muito tempo. E falar sobre essas memórias ainda me custa caro. Ainda sinto saudades de Mayara quando lembro dos bailes, embora tenha frequentado poucos.

Que essa *carta-travessia* fale sobre afeto e sobre as dores de um silêncio vivido por anos, sem o *funk* e sem os estádios de futebol. Percorro as possibilidades nas impossibilidades de se pensar as cidades insurgentes. Entendo que dores também são afetos produzidos nas narrativas de memória. Transpondo esses fragmentos em amplitudes de travessias insurgentes em uma carta para mim mesma.... uma carta para a cidade... cidades na cidade. E então, é isso: narrando acontecimentos afetivos para agora, nas próximas escritas que se seguem, pensarmos novas ou velhas perspectivas. Em busca do *funk* perdido, é uma forma de produzir histórias dos vivos e, também, dos mortos. No caminho que se busca entre tecer afetos, escritas e memória, na incansável luta contra o tempo de uma cidade silenciada, pensando, também, as biopotências (Pelbart, 2015) insurgentes nas construções dessas narrativas como um convite afetivo para vitalizar as coletividades.

REFERÊNCIAS

- Andrade, M.** (1941). *Música do Brasil*. Guiara.
- Benjamin, W.** (1987). *Rua de mão única*. Brasiliense.
- Benjamin, W.** (2018). *A arte de contar histórias*. Hedra.
- Biondi, K.** (2010). *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. Terceiro Nome.
- Bosi, É.** (1993). A pesquisa em memória social. *Psicologia USP*, 4(1-2), 277-284. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100012
- Bosi, É.** (2003). *O tempo vivo da memória: ensaios de uma psicologia social*. Ateliê Editorial.
- Da Matta, R.** (1979). *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Zahar.
- Douglas, M.** (2010). *Pureza e Perigo*. Perspectiva.
- Evaristo, C.** (2005). Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. In *Mesa de Escritoras Afro-brasileiras*, no XI Seminário Nacional Mulher e Literatura/II Seminário Internacional Mulher e Literatura. <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html?m=1>
- Magnani, J. G.** (2009). *Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. Terceiro Nome.
- Magnani, J. G.** (2012). *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana*. Terceiro Nome.
- Mc Leozinho.** (2021a). Rap da Cyclone [online]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=BLa8W9pdLI0>
- Mc Leozinho.** (2021b). Bater de frente [online]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=eOXRQAVypMk>
- Mc Noturno.** (s.d.). Ninguém pega Loid [online]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=pL10R2pb7d0>
- Mr. Sony & Tito Coral.** (2020). Tu só sonhou que o trem ia passar [online]. Youtube. https://www.youtube.com/watch?v=T6qDW_3EOMI
- Mr Sony & Mc Bonk** (2020). Nossa meta [online]. Youtube. https://www.youtube.com/watch?v=mXMq7U_oJPc
- Pelbart, P. P.** (2015). Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo... *Saúde e Sociedade*, 24(1), 19-26. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902015s01002>
- Reily, S. A.** (2021). A música e a prática da memória – uma abordagem etnomusicológica. *Música e Cultura*, 9 <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2520262&forceview=1>
- Spink, P. K.** (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 18-42, <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>
- Whyte, W. F.** (2005). *Sociedade de esquina*. Zahar.
- Wacquant, L.** (2008). *As duas faces do gueto*. BoiTempo.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

ADRIANO BEIRAS

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (Mestrado e Doutorado). Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC. Doutor Europeu em Psicologia Social pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), Espanha. Estágios de Pós-doutorado na UFSC (Bolsa PDJ - CNPq), Universidade de Granada - Espanha, Universidade de Brighton - Reino Unido. Psicoterapeuta. Terapeuta de Casais e Famílias. (Especialização pelo Familiare Instituto Sistêmico, Florianópolis). Coordenador do Núcleo de Pesquisas Margens (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero) na UFSC. Vice-líder do grupo de pesquisa do CNPq NPPJ - Núcleo de Pesquisa em Psicologia Jurídica

Email: adrianobe@gmail.com / adriano.beiras@ufsc.br

ANITA GUAZZELLI BERNARDES

Neta de uma neta de imigrantes italianos, colonos brancos que se instalaram no sul do Brasil. Ali se tornaram o norte global no sul. Os privilégios de estar no sul mas ser o norte, fizeram minha avó colocar todas as filhas para fazerem faculdade, assim como incentivou todas as netas. Não queria que nenhuma delas tivesse como destino o casamento, assim como foi para ela. Com esses privilégios do norte no sul me tornei psicóloga, mas com os privilégios de acesso a uma política do sul para a qualificação na Pós-graduação, com

mestrado e doutorado me tornei professora e pesquisadora (PQ2) e hoje trabalho na Universidade Católica Dom Bosco.

E-mail: anitabernardes1909@gmail.com

BETINA HILLESHEIM

Psicóloga, doutora em Psicologia (PUCRS), professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Mestrado Profissional em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Líder do grupo de pesquisa “Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos”.

E-mail: betinahillesheim@gmail.com

CAMILLA FERNANDES MARQUES

Psicóloga, Mestra e Doutora em Psicologia, com ênfase em Saúde, pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), com período de estágio doutoral na Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Co-líder do grupo de pesquisa Psicologia da Saúde, Políticas da Cognição e da Subjetividade - CNPq

E-mail: camilla.fmt@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1305-9709>

CAROLINA DOS REIS

Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação, coordenadora do Grupo Ocupas: cidade, resistência e subjetividade.

E-mail: carolinadosreis@gmail.com

DANIELA SALES DE SOUZA LEÃO

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Psicologia na Universidade Federal de Pernambuco e mestra em Antropologia pela mesma instituição. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPCOL).

E-mail: daniela.sales@ufpe.br

DAGUALBERTO BARBOZA DA SILVA

Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do do VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação.

E-mail: dalgobarboza92@gmail.com

ELIS JAYANE DOS SANTOS SILVA

Graduada em Psicologia e atual mestranda pela Universidade Federal de Alagoas. Nasci em uma cidade-rio do interior do estado. Coruripe, município com o maior litoral de Alagoas, indica o ponto de origem na confluência das águas. Em Maceió, cidade-lagoa, eu, mulher negra, tasteio os caminhos para tornar-me pesquisadora, enxergando na linguagem uma ferramenta de transgressão do sensível e fundamento para um sentido de mundo político e coerente com quem sou. Não posso, portanto, deixar de dizer que os caminhos percorridos só têm sido possíveis porque sou orientada por trajetórias de outras mulheres que me guiam na tessitura. Entre referências acadêmicas e ancestrais, tenho encontrado brechas que me autorizam a mergulhar. Entendendo esse processo como condição para promover outros mundos, usos e sentidos diante das problemáticas do existir.

E-mail: elisjayane@gmail.com

ÉRIKA CECÍLIA SOARES OLIVEIRA

Professora do Departamento de Fundamentos Pedagógicos da Faculdade de Educação (SFP) na Universidade Federal Fluminense, tenho me encantado por políticas de escritas feministas e epistemologias subalternas e contracoloniais que estão espalhadas em teorias, livros infantis, poemas, literatura. Acredito em uma poética feminista que se ancora e desliza por nossas corpos e recria mundos dentro e fora da universidade.

E-mail: erikaoliveira@id.uff.br.

GIOVANA BARBIERI GALEANO

Doutora em Psicologia Social e Institucional pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com período Sanduíche no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Mestra em Psicologia, área de concentração Psicologia da Saúde, pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Bacharel em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

E-mail: giovanagaleano@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5293-6439>

JAILEILA DE ARAÚJO MENEZES

Docente vinculada ao Departamento de Psicologia e Orientações Educacionais do Centro de Educação e ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPCOL).

E-mail: jaileila.santos@ufpe.br

JOÃO PAULO PEREIRA BARROS

Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador do VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação. Bolsista produtividade PQ2 Cnpq.

E-mail: joaopaulobarros@ufc.br

**Laura Cristina Eiras
Coelho Soares**

Docente do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG. Doutora e Mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ. Líder do Grupo de Pesquisa - CNPq denominado Núcleo de Pesquisa em Psicologia Jurídica (NPPJ).

E-mail: laurasoarespesi@yahoo.com.br

LILIAN RODRIGUES DA CRUZ

Psicóloga, doutora em Psicologia (PUCRS), professora e pesquisadora do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Grupo de Estudos em Psicologia Social, Políticas Públicas de Produção de Subjetividades (GEPS).

E-mail: lilian.rodriques.cruz@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7498965855084509>

LILIANA PARRA-VALENCIA

Mujer, heredera del Caribe, nieta de indígenas Quimbaya, Aburrá y Calima, afrodescendientes, europeos, no europeos, judíos sefardíes, arrieros y campesinas;

hija de José Edgar y Ligia, hermana de Martha, tía de María José y sobrina de Inés. Posdoctoranda en USP y UFAL, Doctora en Ciencias Sociales y Humanas (PUJ), magíster en Psicología Social y Violencia Política (USAC), magíster en Humanidades (UB), especialista en Estudios afrolatinoamericanos y caribeños (CLACSO). Docente-investigadora del Programa de Psicología, Universidad Cooperativa de Colombia (Bogotá), coordinadora la *Investigación PsicoPaz*. Estudio la grupalidad curadora y los saberes de cura afroindígenas (Colombia-Brasil).

E-mail: lilianaparrav@gmail.com

https://www.researchgate.net/profile/Liliana_Parra-Valencia

LISANDRA ESPÍNDULA MOREIRA

Docente na Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UFMG). Doutora em Psicologia (UFSC), mestra em Psicologia Social e Institucional (UFRGS) e psicóloga (UFRGS). Coordenadora do Grupo de Trabalho da ANPEPP: “Territorialidades, violências, políticas e subjetividades”. Integrante do Núcleo de Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes e do Laboratório de Psicologia Social Jurídica.

E-mail: lisandra.ufmg@gmail.com

LUIS HENRIQUE DA SILVA SOUZA

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação e do Grupo Ocupas: cidade, resistência e subjetividade.

E-mail: luis.henri.que@hotmail.com

MARIANA GONÇALVES DA SILVA

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação.

E-mail: marigdasrs@hotmail.com

NEUZA MARIA DE FÁTIMA GUARESCHI

Professora associada do Programa de Pós - Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É também doutora em Educação pela University of Wisconsin, nos Estados Unidos. Além disso, é mestre e psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

E-mail: nmguares@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5892-188X>

ROSÂNGELA JACINTO CABRAL

Descendente dos que desceram a Serra da Barriga em Alagoas há muito tempo e se perderam na história que não nos foi contada. Busco sempre conhecer e reencontrar as narrativas que falam de nós, mas que não estão nos registros oficiais dos livros. Nesse percurso, apaixonei-me pela psicologia. Psicóloga, com formação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e integrante do Grupo de Pesquisa Processos Culturais, Políticas e Modos de Subjetivação (Cnpq). Mestre em Psicologia também pela UFAL.

E-mail: rosycabral@gmail.com

SIMONE MARIA HÜNING

Retirante do sul, acolhida em Alagoas, onde diziam -pessoas do sul - que eu não deveria me fixar, porque a universidade e o lugar não estariam à altura da minha formação. Ouvi o canto de sereias que habitam essas terras e não me deixaram mais sair de perto do mar. Também descobri que há sereias encantadoras que habitam o sertão. Sai do lugar, sai de mim e sigo vivendo encontros transformadores do que havia me tornado na secura daquele sul branco, branco, branco. Bolsista produtividade PQ2 Cnpq, no instituto de psicologia da UFAL e coordenadora do grupo de pesquisa Processos Culturais, Políticas e Modos de subjetivação (Cnpq).

E-mail: simone.huning@ip.ufal.br

WANDERSON VILTON NUNES DA SILVA

Psicólogo, professor e pesquisador periférico, nordestino, do interior de Pernambuco. Formado em Psicologia pela UFAL (2011), Mestrado em Psicologia pela mesma Instituição (2013) e Doutorado em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS (2018). Atualmente sou Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE na condição de pós-doutorando (PNPD/CAPES). Integrante do Grupo de Pesquisa Processos Culturais, Políticas e Modos de Subjetivação (UFAL), E-Politics (UFRGS) e do GEMA/UFPE.

Email: wandersonvilton@gmail.com